



Daniela Levy

# DE RECIFE PARA MANHATTAN

OS JUDEUS NA FORMAÇÃO DE NOVA YORK



Copyright © Daniela Levy, 2018  
Copyright © Editora Planeta do Brasil, 2018  
Todos os direitos reservados.

*Preparação:* Ana Teresa Clemente *Revisão técnica:* Tiago Ferro *Revisão:* Juliana Rodrigues e Thais Rimkus *Diagramação:* Maurélio Barbosa | [designioseditoriais.com.br](http://designioseditoriais.com.br)

*Capa:* Companhia

*Imagem de capa:* The New York Historical Society/Contributor/GettyImages *Pesquisa iconográfica:* Daniela Chahin Barauna *Cartografia:* Sonia Vaz *Tratamento de imagens:* Trio Studio *Tratamento dos documentos:* Wagner Fernandes *Adaptação para eBook:* [Hondana](http://Hondana)

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO  
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

## L65r

Levy, Daniela

De Recife para Manhattan: os judeus na formação de Nova York / Daniela Levy. – 1. ed. – São Paulo: Planeta, 2018.

Inclui bibliografia  
ISBN 978-85-422-1223-5

1. Judeus - Brasil, Nordeste - História. 2. Cristãos-novos - Brasil, Nordeste - História. 3. Inquisição - Brasil. I. Título.

17-46618 CDD 981.3  
CDU 94(812/813)

**2018**

Todos os direitos desta edição reservados à  
EDITORA PLANETA DO BRASIL LTDA.

Rua Padre João Manuel, 100 – 21º andar Ed. Horsa II – Cerqueira César  
01411-000 – São Paulo-SP

[www.planetadelivros.com.br](http://www.planetadelivros.com.br)

[atendimento@editoraplaneta.com.br](mailto:atendimento@editoraplaneta.com.br)

*Dedico esse livro para minha grande mestra Anita Novinsky,  
pelos ensinamentos de toda uma vida.  
Para meu marido, companheiro de todas as horas,  
e para as minhas filhas Sophia e Bruna.*

*“Aquele que soube levar sua tarefa até o anoitecer – aquele que acreditou em um mundo melhor, na eficácia do bem, apesar do ceticismo dos homens e apesar das lições da história, aquele que não desesperou, que não foi ao cabaré se livrar das responsabilidades do serviço de ser homem. Aquele que não procurou nem distração nem suicídio, que não fugiu da tensão na qual vive como responsável, o único que merece, talvez, mais adequadamente, o nome de revolucionário.”*

Emmanuel Levinas

# SUMÁRIO

## PREFÁCIO

## INTRODUÇÃO

1. Amsterdã: o retorno dos cristãos-novos ao judaísmo
2. A invasão do Brasil e o mito da colaboração dos cristãos-novos  
O MITO DA COLABORAÇÃO DOS CRISTÃOS-NOVOS
3. O novo polo de atração: holandeses no Brasil  
A EXPERIÊNCIA NOS TRÓPICOS  
A IDENTIDADE CRISTÃ-NOVA NO RECIFE
4. A organização judaica e os estatutos da congregação Tzur Israel
5. A vanguarda do pensamento judaico no Novo Mundo
6. As hostilidades: a difícil convivência entre católicos, protestantes e judeus
7. O Santo Ofício e sua penetração no território holandês
8. O início de um novo exílio para os judeus: a guerra  
A EXPULSÃO, UMA NOVA LEITURA
9. Um vagar sem porto
10. O árduo recomeço
11. Extratos de uma vida: o pioneiro Asser Levy
12. O antissemitismo nos primórdios dos Estados Unidos da América
13. O início da maior comunidade da diáspora
14. Homens de negócios
15. A construção de uma nação

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

## ANEXOS

- Carta de Vicente Joaquim Soler, pastor protestante de Recife, para André Rivet, membro dos Estados-Gerais em Haia, em 6 de maio de 1640 (o conteúdo é antissemita)
- Senhores de engenho judeus e cristãos-novos do Nordeste holandês (1630-1654)
- Carta de Peter Stuyvesant, governador de Nova Amsterdã, para a Companhia das Índias Ocidentais, em 22 de setembro de 1654, na tentativa de impedir a permanência dos judeus no Brasil
- Lista de residências em Nova Amsterdã, de 10 de julho de 1660, que faz parte do censo realizado por Nicasius de Sille. A lista comprova que os judeus não viviam em bairros separados.
- Modelo de Ketubá (contrato de casamento judaico), do século XVI, com inscrições em português e hebraico, encontrado em um antiquário de Manhattan

[Membros da Congregação Tzur Israel do Recife no século XVII](#)

[Membros da sinagoga portuguesa de Nova York, Shearith Israel, no século XVII](#)

[Judeus sepultados no Recife holandês](#)

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

# PREFÁCIO

O livro de Daniela Levy, que aqui tenho a satisfação de apresentar, revela a comovente história da infatigável perambulação dos judeus pelo mundo. Após as atrocidades vividas em Portugal (conversão forçada, massacres, vigilância inquisitorial) e uma breve esperança de liberdade no Brasil – depois de alguns anos, frustrada –, os cristãos-novos se viram novamente em trânsito e, dessa vez, sem destino certo. Chegaram a outra América, chamada Nova Amsterdã, e lá enfrentaram os desmandos de um governador antissemita que lhes dificultou todos os passos da vida.

Autorizados pelos diretores da Holanda, o pequeno grupo de 23 judeus portugueses que chegaram do Recife, endividados e sem recursos, tentou recomeçar uma nova vida, gradativamente. E o papel que os judeus convertidos representaram em Nova Amsterdã foi considerável em todas as áreas em que atuaram: no desenvolvimento do mercantilismo, nas relações comerciais, na cultura, na saúde, nas leis *etc.*

No início deste século, a obra de Werner Sombart despertou o interesse dos pesquisadores de história econômica para um fenômeno que permanecia ignorado: o papel fundamental que os judeus portugueses e espanhóis, dispersos pelo mundo, tiveram no desenvolvimento do capitalismo comercial e financeiro europeu. Buscando enriquecer sua obra, Sombart defrontou-se acidentalmente com a questão dos judeus. As pesquisas de Max Weber sobre a relação entre capitalismo e puritanismo levaram-no a aprofundar-se no estudo da influência da religião sobre a vida econômica, buscando relacionar as ideias e o comportamento econômico. Tentando compreender a razão do florescimento do comércio no norte da Europa e de seu declínio nos países do sul, pareceram insuficientes as explicações que encontrou atribuindo esse fato ao descobrimento dos novos caminhos para as Índias. Após inúmeras pesquisas, chegou à conclusão de que a expulsão dos judeus da Espanha e de Portugal e sua dispersão pelo mundo foram fatores essenciais para a decadência dos países ibéricos e a prosperidade de cidades como Amsterdã, Livorno, Hamburgo,

Frankfurt, Antuérpia *etc.* E, ainda que sua presença seja determinante no desenvolvimento do capitalismo europeu, como os grandes descobrimentos, a exploração das minas de ouro e prata, o aperfeiçoamento da técnica, a ação e os empreendimentos dos judeus ibéricos foram decisivos. A tese de Sombart já foi bastante discutida, tanto na crítica metodológica como na crítica sobre a relativamente moderada participação dos judeus na vida econômica e financeira do norte da Europa.

Não nos parece, como pensa Sombart, que os judeus tenham sido guiados pelo “espírito capitalista”, mas não há dúvidas, como diz Fernando Braudel, de que eles souberam se adaptar à geografia e à conjuntura em mudança dos negócios. Essa adequação foi particularmente fecunda na América, apesar do grau de atuação dos cristãos-novos na vida mercantil e financeira das colônias portuguesas e espanholas ser ainda pouco conhecido. O próprio Sombart afirmou quão falhas eram as informações de que dispunha, em virtude das precárias investigações sobre o assunto. Uma das principais lacunas que encontrou e que impedia uma constatação segura era o desconhecimento que se tinha da “qualidade” dos homens que realizavam o comércio colonial.

Lamentavelmente, meio século após as considerações de Sombart, temos de constatar que fizemos muito pequeno avanço nesse sentido e pouco ou quase nada podemos acrescentar a favor ou contra sua tese no que diz respeito às atividades econômicas dos cristãos-novos portugueses na América. É necessário partir, antes de tudo, da determinação de “quem eram” esses homens no centro da atividade comercial da época – quais eram suas origens, sua formação cultural, suas crenças, seus valores e quais eram suas vinculações econômicas e familiares. Os arquivos judiciais, uma das fontes mais ricas para os estudiosos das ciências humanas, podem auxiliar enormemente nesse caminho. Permitem resolver problemas ligados a genealogia, grau de educação, profissão, assim como conhecer os grupos sociais, sua solidariedade, sua rivalidade, suas disputas, seus gostos e suas atitudes. Os cristãos-novos, tanto os que se declararam publicamente judeus como os que praticaram secretamente a religião judaica, e também os demais integrados no catolicismo, misturados havia várias gerações com os cristãos-velhos, apresentaram formas de comportamento variadas, e seus modos de pensar e viver ainda não aparecem nítidos e compreensíveis, tendo sido interpretados de maneira estereotipada pela historiografia.

Para legitimar a discriminação e a violência contra os cristãos-novos, a propaganda buscou a própria “visão de mundo” dos judeus, e o conceito de “povo eleito” foi desvirtuado, deturpado, como uma eleição especial, um monopólio racial, quando, na verdade, a aliança dos judeus com Deus não é

nenhum favoritismo, mas uma escolha que implica um aperfeiçoamento constante e uma responsabilidade.<sup>[1]</sup>

Mas uma questão se ergue, sempre partindo das vítimas: o que fizeram os porta-vozes do humanismo? Onde estavam os líderes espirituais judeus durante o genocídio dos cristãos-novos de Portugal ou durante a destruição das comunidades judaicas no século xx?

Examinando a literatura antijudaica em Portugal e a propaganda contra os judeus convertidos nos *Sermões* e examinando os escritos antissemitas dos autores alemães, como do clérigo Abraham de Santa Clara, do século xvi, que foi o modelo espiritual de Martin Heidegger, a destruição dos judeus no início da época moderna, como no século xx, não surpreende. Foi uma consequência lógica, coerente do pensamento ocidental. São palavras de Santa Clara: “Fora Satã, os homens não têm inimigo maior que os judeus. Por suas crenças, merecem não apenas o patíbulo, mas também a fogueira”.<sup>[2]</sup>

Theodor Adorno, autor de uma exaustiva pesquisa sobre a personalidade antissemita, em seu estudo *Educação após Auschwitz* mostra que o antissemitismo é um esquema profundamente arraigado no ritual da civilização. Durante séculos e em diversos países, os judeus eram acusados de crimes rituais. Parafraseando Adorno, eu diria que os autos de fé foram os verdadeiros crimes rituais, durante os quais os inquisidores falavam da salvação da alma, como Hitler falou da salvação da pátria.<sup>[3]</sup>

Ainda segundo Adorno, o antissemita não depende tanto do objeto como das próprias necessidades e dos desejos psicológicos do sujeito que o experimenta. O sentimento hostil aos judeus é uma defesa pessoal contra o próprio fracasso. Afirmar que o mal “não foi tão mal assim é defender o ocorrido, é estar evidentemente disposto a assistir e colaborar, se tudo voltasse a ocorrer. O que nos resta fazer, pois, após a inquisição, após Auschwitz?”. O autor mostra a necessidade de apurar os mecanismos subjetivos, sem os quais Auschwitz (ou a Inquisição) não teria existido.

Adorno coloca como primordial o problema da educação. Vivemos uma civilização absorvida por objetos, máquinas. Essa é a tendência, é o espírito do mundo. Se os homens não fossem frios, se não fossem profundamente indiferentes ao que acontece com os demais, Auschwitz não teria sido possível, pois as pessoas não o teriam aceitado. A incapacidade de identificação foi, sem dúvida, para Adorno, a condição psicológica para que algo como Auschwitz pudesse acontecer no meio de uma coletividade relativamente civilizada. A falha de todos hoje, sem exceção, é, para Adorno, a falta de amor. Mas para que as pessoas pudessem amar, seria necessário que tivessem uma estrutura de caráter

diferente. Um dos maiores impulsos do cristianismo foi eliminar a frieza, que em tudo penetra. No entanto, a experiência fracassou. Possivelmente, aquele calor humano que tanto almejamos nem sequer existiu até hoje – ou talvez tenha existido entre alguns selvagens pacíficos. Se alguma coisa pode ajudar contra a frieza, como condição de desgraça, seria não reprimir os impulsos humanos, seria entender as próprias condições que causam o horror e combatê-las, antes de tudo, no contexto individual.<sup>[4]</sup>

O antissemitismo forjou, criou, inventou o judeu em cada português. Talvez a angústia mais profunda e insolúvel que a repressão inquisitorial produziu na alma dos portugueses tenha contribuído para que cada um, cada família, procurasse esquecer as marcas da origem. Com exceção de uma minoria intelectual, que manteve viva a consciência do passado judaico de Portugal, o que marcou a massa do povo português foi o esquecimento de seus mortos, que, como diz Adorno, é o esquecimento de si próprio.

Temos de buscar esses “mecanismos subjetivos” na educação, imposta pelo catolicismo português, que reprimiu todos os impulsos humanos mais autênticos. A educação em Portugal aboliu o amor aos homens em troca do amor a Deus. Para avaliar a sinceridade de uma confissão, a Inquisição tomava como medida a denúncia de filhos contra pais e de pais contra filhos.

A frieza com que se presenciava a desgraça do outro, do “judeu”, era consequência de uma “educação para a morte, não de uma educação para a vida”. Os portugueses foram capazes de “viver” o horror dos autos de fé porque todo o amor humano havia sido asfixiado, desde a infância, pelo amor de um bem maior. E, como diz Adorno, ao ser colocado o Estado acima do direito dos membros da sociedade, já está criado o potencial para o “horror”.<sup>[5]</sup>

Com relação a identidade dos cristãos-novos, Sombart partiu de uma afirmação cujo sentido tem de ser cuidadosamente esclarecido: “todos” os cristãos-novos espalhados pelas possessões portuguesas e espanholas ou que se encontravam dispersos na Europa eram judeus. Ante a dificuldade em especificar quais daqueles cristãos-novos empreendedores eram judeus, o historiador se encontra ante o imperativo de conceituar o termo “judeu”. De início, confundem-se duas abordagens, a religiosa e a social-econômica. Do ponto de vista religioso, apesar de ter havido nos países católicos cristãos-novos que se mantiveram durante séculos ligados a fé judaica, confirmando um marranismo efetivo, a maior parte da população portuguesa de origem judaica remota, condenada ou não pela Inquisição, não pode ser considerada judia no sentido restritamente religioso que lhe conferem. De um ponto de vista amplo, de “herança cultural”, a questão muda radicalmente e se complica ainda mais.

Apenas poderá ser entendida após o conhecimento profundo do “fenômeno” cristão-novo português, sem as simplistas definições habituais, proveniente da aceitação das fontes oficiais, no caso, os processos da Inquisição, sem a necessária crítica.

Também é fundamental entender o mecanismo de funcionamento do tribunal, para o qual, num sentido amplo, todos indivíduos suspeitos eram culpados, assim como o que significava “judaizante” para os Inquisidores. Uma abertura na direção da psicologia do mental coletivo com certeza poderá gerar enormes esclarecimentos sobre o comportamento, os valores e as visões de mundo de tão ampla parte da população portuguesa. A dramática “condição de judeu” do português, contrariamente ao que se pensa, emanava não de um universo religioso, mas de uma problemática social.

Condições árduas de sobrevivência, perseguição e extermínio levaram cristãos-novos de volta à religião judaica ortodoxa, mas também atiraram muitos para os limites da incredulidade. Sombart considerava, assim como os inquisidores, que um ou dois séculos após a conversão, todos os descendentes dos convertidos, até onde vai sua lembrança histórica, eram considerados judeus.

Ainda que não possamos afirmar com precisão, sabemos que cristãos-novos viveram no Novo Mundo em número extremamente avultado, dispendo de excepcionais condições, oriundas de uma longa experiência, para aproveitar “a luz que se lhes oferecia”. Sem terem sido criadores do capitalismo (“e alguém o criou?”, pergunta Ferdinand Braudel), tiveram ação sobre ele. Importantes nas colônias das Índias ocidentais, foram negociantes e plantadores em locais como Brasil, Suriname, Jamaica, Martinica *etc.* Sua força se sobressaiu, de início, em relações comerciais e financeiras com a Holanda e depois com a Inglaterra. Contudo, as fortunas dos judeus em Amsterdã eram insignificantes em comparação a dos cristãos da cidade, tendo sido, a seu ver, uma gota no orçamento comercial da grande metrópole, apesar de ser uma gota significativa e poderosa.

As conexões dos cristãos-novos com seus correligionários em outros países lhes possibilitaram sentir o pulso do mercado internacional e desenvolver relações comerciais. Nos séculos XVII e XVIII, as expressões “cristão-novo” e “homem de negócio” eram sinônimas. O que não sabemos, contudo, é a medida, o grau de participação que tiveram os cristãos-novos do Brasil no comércio exterior. O Brasil foi o lugar onde puderam, mais que em qualquer outra região, desenvolver amplamente suas habilidades. Apesar da legislação portuguesa em relação aos homens de origem hebreia ter sido francamente discriminatória, conseguiram contornar a situação e manejar os negócios, adquirindo posições de prestígio e direção.

O desafio ante o qual se encontravam, de sobreviver a qualquer custo, já que na pátria as possibilidades de desenvolvimento se apertavam cada vez mais, levou-os a buscar e criar novos campos e métodos de trabalho. Alguns requisitos que possuíam, essenciais durante os primórdios do capitalismo comercial, como contatos e ligações familiares, idioma comum e confiança, foram importantes. Mercadores cristãos-novos cruzavam ininterruptamente o Atlântico, levando mercadorias e ideias. Eram homens de diferentes graus de cultura, tanto comerciantes como bacharéis em Coimbra ou simples artífices. Apesar das perseguições inquisitoriais, alguns encontraram possibilidades de enriquecer e ascender socialmente, constituindo parcela da alta burguesia no Brasil.

A partir do século XVII, a crise dos impérios espanhol e português se precipitou. A interferência dos confiscos inquisitoriais na economia dos países ibéricos entrou cada vez mais a atividade mercantil, enquanto no norte da Europa se abriam para os homens sem linhagem e sem fortunas amplas oportunidades. Durante o reinado dos Habsburgo na península, a perseguição aos cristãos-novos em Portugal se intensificou, o preconceito e os mitos de pureza martelavam a mente da população, as rivalidades entre cristãos-velhos e cristãos-novos se agravou, levando à intensificação da emigração. Regiões inteiras se despovoaram ante a falta de visão da classe dirigente, enquanto o Brasil se tornou, paradoxalmente, um lugar de refúgio e degredo.

O surto econômico causado pelo sucesso da lavoura canavieira e a euforia proveniente da descoberta do ouro atraíram grande número de refugiados. A Inquisição interferiu durante dois séculos sobre o comportamento e as atividades desses colonos, levando, durante certos períodos, muitos homens e mulheres para as prisões do Santo Ofício. Essas perseguições, apesar de ainda pouco estudadas, deixaram marcas, fazendo com que muitos abandonassem terras e família em busca de novo exílio. Braudel chama atenção para a correlação entre perseguições, massacres, expulsões e conversões forçadas dos judeus e movimentos de conjuntura de certos países. Acentua ainda outro fato importante: a validade da correlação entre essas conjunturas e vicissitudes não somente para os grandes acontecimentos e fases de longa duração, mas para as crises menores, no correr dos anos, no dia a dia. Seria interessante investigar as perseguições efetuadas pela Inquisição no Brasil em determinados períodos e as consequentes crises locais.

*Anita Waingort Novinsky*

# INTRODUÇÃO

Em 1654, após 24 anos de grande prosperidade econômica, desenvolvimento cultural e amplas possibilidades vividas pelos judeus na colônia holandesa do Brasil, os sefarditas foram obrigados a partir em busca de um novo começo.

Como em todo verão, os dias nem sempre foram ensolarados. Houve tempestades, enchentes e obstáculos a superar.

A relação pacífica entre católicos, calvinistas e judeus é um dos mitos construídos pela historiografia, tanto holandesa como portuguesa e brasileira. Houve, por parte dos dirigentes da Companhia das Índias Ocidentais, um interesse em favorecer a coexistência religiosa, mas a rivalidade e a competição profissional nem sempre permitiram que católicos, protestantes e judeus convivessem em plena harmonia. Entretanto, os judeus eram considerados importantes aliados políticos dos holandeses, e seu papel como auxiliares nas dificuldades na nova colônia não pode ser negligenciado. Foram particularmente importantes na criação de novos empreendimentos comerciais, sobretudo por dominarem o português e o holandês, idiomas que os favoreciam nas relações de negócios.

Mas, após os portugueses terem recuperado o território dos holandeses, a Inquisição, que nunca deixou de estar presente no restante do Brasil, retomou sua força em Pernambuco. Os holandeses retornaram à Holanda, e os judeus foram obrigados a deixar o Nordeste brasileiro e seguir a procura de outra terra onde pudessem reconstruir suas vidas.

Iniciou-se uma nova peregrinação, que foi árdua. Um novo exílio, após um breve interlúdio de liberdade. Segundo os documentos, consta que partiram do Brasil holandês cerca de 600 judeus, abandonando bens e negócios inacabados. O embarque em dezesseis navios foi atribulado, pois não dispunham de capacidade para acomodar todos os exilados.

Após tortuosa viagem, um grupo dos brasileiros conseguiu chegar à Holanda, outros ficaram nas Guianas, Barbados e Martinica e um pequeno grupo, de 23 pessoas, chegou a Nova Amsterdã, atual Nova York.

Chegaram a Manhattan no outono de 1654, dias antes do Ano-Novo judaico. A nova terra, muito mais fria que a predecessora, invocou maiores desafios. A gélida recepção dos governantes locais, o preconceito, a discriminação e a tentativa de impedir sua inserção econômica já apontavam para o rigor do próximo inverno. Para o governador de Nova Amsterdã, Peter Stuyvesant, os judeus eram “odiosos inimigos e blasfemadores do nome de Cristo”. Rugas e desavenças entre judeus e autoridades locais se davam constantemente, e a diferença religiosa serviu de excelente pretexto para a discriminação social.

No Brasil, judeus e calvinistas tinham interesses em comum, o que no início não se deu em Nova Amsterdã. A região apresentava uma sociedade com grandes disputas pela sobrevivência econômica, a exemplo das guildas medievais, e Nova Amsterdã oferecia um medievalismo que já havia morrido na Europa.

As dificuldades, porém, não impediram que o pequeno grupo de judeus do Brasil e seus descendentes colaborassem para o desenvolvimento da pequena colônia de Nova Amsterdã, que viria a se tornar “a capital do mundo”, Nova York.

Na primavera, as primeiras conquistas foram para a própria construção comunitária, como a organização de um cemitério, um local para comemorar as tradições religiosas e o início da construção de uma rede de auxílio aos mais necessitados. Com o passar dos anos, progressivamente, os judeus se engajaram em diversas atividades, trabalharam como açougueiros, padeiros, e até se tornaram proeminentes homens de negócio.

Passados os primeiros anos de adaptação, colaboraram com o desenvolvimento, então incipiente, do comércio, com a organização inicial do mercado financeiro, a construção de modernos hospitais, a luta pela emancipação política, a formação de renomadas universidades e centros culturais.

A população da colônia gradativamente foi ocupando um lugar na estratificação social, que se revelava no refinado mobiliário e nos utensílios domésticos que adquiriam dos mercadores e comissários. Pequenos luxos europeus foram chegando a Manhattan, como tecidos adamascados, açafão, papel de qualidade, sassafrás, salsaparrilha, remédios e equipamentos de medição.

Os judeus do Brasil trouxeram em sua bagagem uma enorme criatividade, tanto no campo da medicina como da literatura, linguística, ciências humanas e naturais. Essa mentalidade foi reconhecida pelos cristãos. Em uma ocasião, um grupo de rebeldes colonos que lutava contra as imposições da metrópole inglesa

procurou o líder judeu Asser Levy, um dos 23 refugiados do Brasil, para aconselhar-se sobre a posição que tomariam contra a política colonial inglesa.

As mulheres judias também deram sua contribuição ao comércio local, tinham longa tradição na participação nesse setor, e em Nova Amsterdã essa tradição foi retomada. Como pequenas lojistas ou grandes negociantes, viúvas administravam os negócios dos falecidos maridos, ou mesmo casadas e solteiras cuidavam de pequenas lojas. O exemplo de uma grande negociante foi Rachel Levy, irmã de Asser Levy, que dirigia o comércio de importação de rum de Boston e Rode Island e por vezes trazia chocolate de Curaçao.

E quando finalmente o novo verão chegou, a luta em defesa dos ideais democráticos ganhou força com a proclamação da independência norte-americana, e os judeus do Brasil e seus descendentes conquistaram a igualdade de direitos e a plena cidadania, o que abriu a possibilidade de concretizar seus sonhos.

Uma frase de Benjamin Franklin resume muito bem o espírito e a personalidade desses pioneiros: “Aqueles que desistem da liberdade essencial em troca da segurança não merecem a liberdade, tampouco a segurança”.

# 1

## Amsterdã: o retorno dos cristãos-novos ao judaísmo

No fim do século XVI e início do XVII, cristãos-novos portugueses, temendo a perseguição inquisitorial, fugiram para Amsterdã, Roterdã, Hamburgo, Bordeaux – e também se deslocaram para a Itália, o norte da África e o Levante (atual Turquia) –, onde puderam retomar as tradições de seus antepassados e se organizar em comunidades. Os diferentes ramos da diáspora mantinham dinâmicas relações econômicas, sociais e culturais e estavam marcados por constante mobilidade geográfica.

Após 1609, houve a chamada “Trégua Dos Doze Anos” entre Espanha e Holanda, terminando com o embargo espanhol ao transporte marítimo e ao comércio holandês com Portugal. Abriram-se novas oportunidades financeiras na Holanda para os cristãos-novos portugueses. Portugal era, então, governado pela coroa espanhola, fato que levava à animosidade entre espanhóis e portugueses, e vice-versa.

Com o domínio espanhol em Portugal, a intolerância religiosa se intensificou, e a Holanda tornou-se um refúgio político e econômico para muitos portugueses de ascendência judaica. Desde 1592, já viviam nos Países Baixos alguns cristãos-novos, os portugueses Rafael Cardozo Nemias, Manuel Rodrigues Veiga (que chegou da Antuérpia em 1595) e Garcia Pimentel, que nasceu em Portugal, mas viveu na Itália até 1595, quando partiu para Amsterdã.

[1]

Após 1597, começou a chegar a Amsterdã um maior número de marranos de Portugal. A chegada do primeiro grupo de conversos se confunde com a tragédia de uma família. Quando Gaspar Lopes Homem e Mor Rodrigues foram levados aos cárceres inquisitoriais de Lisboa, em 1594, sob a acusação de judaísmo, a mãe, desesperada com o destino de seus filhos, pediu ao cunhado, Miguel Lopes, que fugisse de Portugal com os sobrinhos Manuel Lopes e Maria

Nunes, então com 18 anos.<sup>[2]</sup>

Toda a família, alarmada com a prisão de Mor Rodrigues e Gaspar Lopes Homem, planejou a fuga. A Inquisição trabalhava com base na delação da rede familiar e, quando alguém era preso, sabia-se que todos seriam, como em um castelo de cartas.

Miguel Lopes conseguiu negociar com dois capitães de navios que concordaram em levá-los a Amsterdã. Mas a viagem não seria tranquila para a família Lopes Homem. O navio em que estava Maria Nunes, seu irmão Manuel Lopes e seu tio Miguel Lopes foi interceptado por uma esquadra inglesa, em meio à guerra travada entre Inglaterra e Espanha pela hegemonia marítima, e escoltado até o porto de Londres.<sup>[3]</sup> O comandante do navio, um duque inglês, encantou-se pela beleza da jovem Maria Nunes, chegando a lhe propor casamento, mas a moça recusou, afirmando que já estava comprometida com um primo que havia deixado o Brasil rumo a Amsterdã, onde deveriam realizar as núpcias – o futuro marido tinha o mesmo nome de seu irmão, Manuel Lopes Homem.

A rejeição de uma jovem portuguesa a um nobre inglês foi informada à rainha Elizabeth I da Inglaterra, que se interessou pelo caso e ordenou que Maria Nunes fosse levada a sua presença. Para discutir o assunto, Elizabeth I convidou a moça para um passeio pelas ruas de Londres em sua carruagem, onde, segundo o poeta Daniel de Barrios, a rainha “exibiu a formosura de Maria Nunes ao povo inglês”.<sup>[4]</sup> A conversa parece ter surtido efeito positivo para os conversos portugueses, e Elizabeth I concedeu autorização para que seu navio fosse liberado e escoltado até Amsterdã em segurança.<sup>[5]</sup>

Maria Nunes, seu irmão e o tio aportaram em Amsterdã em 1597. No ano seguinte, uma outra parte de sua família também alcançou Amsterdã – seus tios Pedro Homem e Branca Nunes, Duarte Fernandes e Izabel Nunes, e seus primos. O noivo da jovem Maria Nunes Homem chegou no mesmo ano, vindo de Pernambuco, Brasil. O casamento foi celebrado em 28 de novembro de 1598.<sup>[6]</sup> Enquanto isso, seus pais estavam sob tortura nos cárceres do Santo Ofício. Gaspar Lopes foi condenado ao trabalho nas Galés como remador, e sua mãe, Mor Rodrigues, ao degredo na África. Por estarem muito doentes, a mãe pôde permanecer no bairro penitencial em Lisboa de Santa Marinha, e o pai, após dois meses de trabalhos nas Galés, conseguiu comutação da pena para degredo no Brasil. Em 1605, a mãe Mor Rodrigues e alguns de seus filhos fugiram para a Antuérpia, e, após o perdão geral de 1605, Gaspar Homem embarcou do Brasil para Amsterdã, onde se reuniu com parte da família. Seu filho Antonio Lopes Pereira, que estava com a mãe em Antuérpia, chegou a Amsterdã em 1610 e

adotou o sobrenome Abendana, mesmo sobrenome que passou a usar o marido de sua irmã, Francisco, porque era de família de destaque na comunidade judaica-holandesa do Recife.<sup>[7]</sup>

Outros cristãos-novos chegavam de Portugal e do Brasil a Amsterdã, entre eles o homem de negócios Duarte Saraiva, futuro benemérito da comunidade judaica do Brasil holandês. Duarte Saraiva tinha então 26 anos e vivia com sua família desde 1590, em Olinda, onde tinha propriedades.<sup>[8]</sup> Saraiva foi o protagonista do segundo casamento celebrado em Amsterdã – a noiva era uma sobrinha de Gaspar Lopes Homem, Maria Nunes de Sá, 19 anos, filha de Pedro Nunes.<sup>[9]</sup>

A comunidade judaica de Amsterdã foi então formada pelos descendentes dos convertidos que haviam fugido da península Ibérica e havia várias gerações estavam afastados do mundo judaico. Os cristãos-novos pioneiros em Amsterdã tiveram que enfrentar uma nova classe de problemas existenciais. O primeiro deles foi a redefinição de sua própria identidade judaica e as delimitações dos contornos de sua identidade. Ao mesmo tempo que haviam desenvolvido uma profunda crítica ao cristianismo, já haviam adotado alguns dos símbolos cristãos.<sup>[10]</sup>

Há uma grande semelhança entre a sociedade judaica ibérica de Amsterdã e outras comunidades sefarditas. Todas consideravam a conservação da Halachá, o conjunto de leis da religião judaica, como um ideal que conferia legitimidade à existência e ao funcionamento de suas instituições. Todas preservavam a certeza de um vínculo judaico universal de destino comum. Uma leitura atenta dos registros das atas das comunidades revela um alto grau de similaridade em suas regras e seus estatutos. A estrutura organizacional da comunidade de Amsterdã se caracterizou principalmente pelo apego às tradições judaicas.<sup>[11]</sup>

Com a chegada dos homens de negócios conversos a Amsterdã, a comunidade judaica foi se organizando. Uma parte retornou ao judaísmo, embora com bastante dificuldade prática, porque, depois de viver décadas em um mundo clandestino, onde os costumes e as tradições judaicas herdados dos antepassados se misturavam às tradições cristãs, havia uma grande lacuna de conhecimentos que só seria preenchida com a vinda de rabinos do Leste Europeu, cuja missão era ensinar a religião aos recém-chegados. Muitos cristãos-novos assinavam em documentos oficiais seus nomes cristãos junto com o nome judaico, demonstrando a simbiose cultural que existia naquela época.

A nova comunidade judaica construiu um cemitério em 1614, criou uma imprensa própria e montou instituições de assistência a viúvas, doentes e órfãos vítimas da Inquisição, chamada Santa Companhia de Dotar Órfãos e Donzelas

pobres, conhecida como Dotar. Por vezes, o número de refugiados inquisitoriais em busca de auxílio era tão grande que sobrecarregava as organizações assistenciais. Quando isso acontecia, o contingente era enviado às comunidades da Itália, da Turquia ou das Américas.

Uma grande sinagoga começou a ser construída em 1672, quando a comunidade contava com 7.500 judeus entre os 200 mil habitantes, representando pouco mais de 3,5% da população. Na inauguração, em 1675, os judeus puderam desfrutar de eloquentes sermões proferidos pelo rabino Isaac Aboab da Fonseca, que havia liderado a sinagoga de Recife.<sup>[12]</sup> Também presenciaram a grandiosidade do prédio, e a beleza da arca sagrada, entalhada em madeira de jacarandá de Pernambuco, onde se guardavam os pergaminhos da Torá. O móvel foi doado pelo cristão-novo Jerônimo Nunes da Costa, grande importador de madeira brasileira. Decorado com colunas e obeliscos, tem uma parte central mais alta, onde estão gravados, com letras douradas, os dez mandamentos. O púlpito central, também em jacarandá, é ricamente entalhado.

A fênix foi escolhida como símbolo da sinagoga, cuja representação significava o renascimento dos cristãos-novos portugueses no judaísmo, a exemplo do mito da fênix que renasce das cinzas.

Os estatutos da sinagoga norteavam a administração comunal e se baseavam nas regras adotadas pela comunidade judaica de Veneza. O conselho de oficiais, ou Mahamad, tinha autoridade para resolver todas as questões, e aquele que não cumprisse suas decisões poderia ser penalizado ou, em alguns casos, até banido. Estava sob sua responsabilidade também os investimentos em bem-estar social e educação.

A política nos Países Baixos era centralizada em um governo provincial. Havia autonomia das províncias, que eram soberanas dentro da federação. Os Estados-Gerais, uma espécie de parlamento, eram autorizados a sancionar apenas o que as assembleias locais das províncias aprovassem. Cada província possuía seu próprio *stadhouder*, um procurador do rei que acumulava as funções de governante e chefe militar. O *stadhouder* não precisava ser príncipe da casa de Orange ou mesmo pertencer à linha dinástica. As cidades tinham ainda um conselho eclesiástico, mas com poder limitado pelo governo laico, algo que favoreceu a política de tolerância religiosa.<sup>[13]</sup> Para os judeus assegurarem seu *status*, eles deveriam se reportar aos magistrados de Amsterdã, representantes da classe mercadora holandesa, que se autointitulavam regentes.

Os regentes aplicavam uma política de tolerância aos judeus. Havia tensão entre calvinistas, anabatistas e luteranos, ou ortodoxos calvinistas e liberais. A oposição aos católicos era mais forte do que a discriminação em relação aos

judeus. Quando havia um alagamento na cidade ou algum outro desastre natural, as acusações se dirigiam aos católicos e não aos judeus. Os católicos eram associados a um papado demonizado. Os judeus eram lembrados como hebraístas.<sup>[14]</sup> Mas havia aqueles que ofereciam resistência aos chamados “estrangeiros”, e o antissemitismo medieval era preservado por meio das tradições cristãs. A religião foi utilizada como pretexto contra o receio da concorrência econômica promovida por judeus e cristãos-novos.

A estrutura social da comunidade judaica de Amsterdã era composta por rabinos eruditos, tais como Joseph Pardo, Isaac Uziel e Saul Levi Mortera, que produziam tratados, sermões, poesia, literatura; uma classe média formada por médicos, advogados e engenheiros; uma classe humilde, que cresceu principalmente após a chegada de asquenazitas analfabetos que fugiam da Guerra dos Trinta Anos e que devastou os estados alemães e a elite mercadora.<sup>[15]</sup>

A economia holandesa era altamente urbana e se baseava sobretudo no comércio de cereais, vinho, bacalhau, materiais para construção naval e transporte marítimo desses gêneros, além dos produtos para abastecer o mercado interno.<sup>[16]</sup> A economia ficava a cargo dos chamados mercadores, que eram de fato grandes empreendedores da atividade comercial. Atuavam nos negócios internacionais, no transporte marítimo e terrestre de mercadorias, na fabricação de produtos e na corretagem ou, muitas vezes, na combinação dessas atividades. Os principais produtos comercializados eram o açúcar, o tabaco, as especiarias e os diamantes, vendidos quase exclusivamente para Lisboa, Porto e Madeira, apesar de ainda estarem à margem do comércio de produtos essenciais, como cereais do Báltico, peles da Moscóvia, ferro e cobre da Suécia.

Os mercadores participavam ativamente da multicultural Bolsa de Valores de Amsterdã. Criada em 1602 por acionistas da Companhia das Índias Ocidentais, teve entre seus primeiros corretores e acionistas alguns sefarditas, mas foi somente a partir de 1640 que a atuação judaica foi intensificada, chegando a dobrar o número de mercadores judeus que ali negociavam. Dois desses destacados homens de negócios, que atuavam na Bolsa na década de 1680, eram os negociantes de joias Jacob Athias, parente de Isaac Athias, do Recife holandês, e seu sócio Manuel Levy Duarte, que tinham como corretor Rodrigo Dias Henriques. A atividade de corretagem se tornou tão intensa nas ruas do bairro judaico e até na sinagoga que o Mahamad interveio e proibiu negócios no pátio da sinagoga.<sup>[17]</sup>

As guildas, estruturas de artes e ofícios de Amsterdã até o fim do século XVII, tentaram impedir a participação judaica, limitando o número de judeus em

cada setor. A guilda dos cirurgiões e dos corretores, por exemplo, admitia poucos deles, já a dos livreiros e dos peixeiros não impunha restrições. Tais obstáculos não impediram que na economia judaica houvesse grande diversidade de negócios. No início do século XVIII, já se encontravam judeus no comércio de tecidos e porcelanas, em tabernas e estalagens, na ourivesaria e na fabricação de queijos.<sup>[18]</sup>

Após 1609, com a Trégua dos Doze Anos entre Espanha e Holanda, que colocou fim ao embargo espanhol no transporte marítimo e no comércio holandês com Portugal, as possibilidades de desenvolvimento se abriram para os cristãos-novos portugueses na Holanda.

Em Amsterdã, parte dos cristãos-novos e dos judeus se dedicava ao comércio de açúcar, sendo favorecida nessa área graças a sua rede internacional de comércio. Os judeus dessas comunidades, por meio do contato com parentes espalhados pelo mundo, tinham fácil acesso às áreas produtoras das colônias transatlânticas portuguesas.

Um exemplo dessa rede era a família Milão. O patriarca era um cristão-novo português que se encontrava baseado em Portugal, enquanto dois de seus filhos estavam em Pernambuco, e seu cunhado, em Amsterdã. Os filhos mandavam o açúcar para o pai em Portugal, que encaminhava o produto para o cunhado em Amsterdã, e este refinava e distribuía para o restante da Europa.

Economicamente, os judeus representavam uma parcela importante da sociedade, já que 13% dos depositantes do banco de Amsterdã pertenciam à comunidade. Os negócios eram regidos pelas leis governamentais da Holanda, e a comunidade judaica não tinha em seu código de regras nenhum item referente a questões econômicas.

Nas sinagogas eram proibidos assuntos relacionados a negócios; impunha-se um ambiente reservado a questões morais. Era ali que a sociedade sefardita se preocupava com a manutenção da tradição judaica frente às tendências que se manifestavam em diferentes esferas da vida social de seus membros.<sup>[19]</sup>

As famílias de homens de negócios judeus-portugueses funcionavam como clãs. O casamento era usualmente endogâmico. Seu modo de viver foi retratado por pintores holandeses, como Romeyn de Hooghe, que pintou Isaac Nunes, Jerônimo Nunes da Costa e a família Pinto.

Para o sefardita de Amsterdã, a adesão pública ao judaísmo e a permanência na comunidade judaica significavam a possibilidade de preservar o capital familiar, apesar da distância que muitas vezes impelia à separação de membros da mesma família. A religião judaica servia como elemento unificador entre os ramos distantes da mesma família. A adesão ao judaísmo facilitava o

controle da fortuna familiar e tinha como função impedir sua dissipação.<sup>[20]</sup>

Embora os sefarditas na Holanda tivessem um papel importante na economia, foram editadas leis, entre 1614 e 1615, que regulamentavam a permanência dos judeus no país. Essas leis se baseavam em três cláusulas:

- Os judeus não podiam de maneira nenhuma caluniar nem maldizer a religião cristã e seu salvador.
- Os judeus estavam proibidos de fazer qualquer tipo de proselitismo. Essa medida não teve muito efeito, pois os próprios rabinos relutavam em aceitar apóstatas voluntários.
- Os judeus eram proibidos de ter qualquer ligação sexual ou conjugal com uma cristã. O infrator poderia sofrer violentas penas.

Em 1651, o rabino Menasseh ben Israel, chefe da comunidade judaica, recebeu autorização do Conselho Eclesiástico de Amsterdã para publicar textos em outras línguas que não o holandês. Apesar da tolerância demonstrada, a Igreja calvinista não poupou esforços para converter os judeus. A Universidade de Leiden tinha um professor cuja especialidade era travar discussões teológicas com os judeus, a fim de convencê-los da superioridade da fé cristã.

A exceção eram os estudiosos humanistas que se empenhavam em reviver o hebraico como uma das três línguas clássicas indispensáveis e conseguiram atenuar as divisões entre as duas religiões, tendo em vista os interesses da comunidade erudita.<sup>[21]</sup>

Os judeus de Amsterdã estavam empenhados em não se deixar absorver pela sociedade que os havia recebido, conservavam sua fluência em espanhol e português, mas aceitavam como membros tanto judeus como cristãos-novos, por reconhecerem que todos pertenciam à mesma identidade étnica e social. Porém deveriam cumprir os preceitos da lei judaica e manifestar uma identificação interior com a Torá.

Segundo Yosef Kaplan, ao longo do tempo ocorreu uma profunda transformação na mentalidade, na consciência e na identidade judaica em Amsterdã. Os cristãos-novos se converteram em “judeus novos”, e a comunidade que fundaram refletia o paradoxal processo de secularização que atravessavam, dando início ao processo de modernização do judaísmo europeu.<sup>[22]</sup>

## A invasão do Brasil e o mito da colaboração dos cristãos-novos

A Holanda sempre teve boa relação econômica com Portugal, de quem comprava mercadorias orientais para revender em outros países europeus. Em troca, recebia dos portugueses sal, açúcar e pau-brasil.<sup>[1]</sup>

Entre 1580 e 1640, ou seja, um período de sessenta anos, o reino português sofreu uma considerável transformação. Portugal passou por uma fase conhecida na história por União Ibérica. Quando o rei de Portugal, dom Sebastião, desapareceu na batalha de Alcácer-Quibir, desencadeou-se uma crise dinástica na coroa portuguesa, pois o rei não tinha herdeiros.<sup>[2]</sup> Até a resolução do impasse, seu tio-avô, o cardeal dom Henrique, assumiu o trono. A disputa ficou entre dona Catarina de Médici, rainha da França, que se dizia descendente do antigo rei dom João III; dona Catarina, duquesa de Bragança e sobrinha do cardeal dom Henrique (a que reunia maiores direitos); Manuel Felisberto, duque de Saboia, e dom António, prior do Crato, ambos sobrinhos do cardeal-rei; Alberto de Parma e Filipe II, rei de Espanha, bisnetos de dom Manuel I, O Venturoso.

Os cristãos-novos portugueses formaram um partido forte e influente a favor de dom António, prior do Crato, filho natural de uma cristã-nova, Violante Gomes, com o infante dom Luís, segundo filho de dom Manuel I, O Venturoso. O casamento teria sido realizado em segredo, por isso dom António era considerado ilegítimo. Conseguiu provar o matrimônio de seus pais, mas seu tio, o cardeal, anulou a decisão judicial que reconhecia o casamento. Apesar da forte oposição do tio, ele circulava livremente entre a nobreza portuguesa.

Prior do Crato buscou o apoio das cortes portuguesas, lembrando que o primeiro rei de Portugal, dom João, mestre de Avis, também era filho ilegítimo de dom Pedro I, mas não obteve o apoio almejado. Dom António era o candidato

preferido dos bandeirantes paulistas, que torciam por sua ascensão ao trono.

Dom António chegou a ser aclamado rei de Portugal pelo povo, no castelo de Santarém, em Lisboa, em Setúbal e nas ilhas dos Açores e da Madeira. No entanto, um mês mais tarde, em 25 de agosto, suas forças foram derrotadas na batalha de Alcântara pelas do duque de Alba. Ele então se refugiou na Ilha Terceira, nos Açores, ativo núcleo de criptojudéus, que haviam tomado o seu partido, e de onde continuou a governar até 1581, chegando a cunhar uma moeda com seu rosto. Foi reconhecido apenas localmente e foi derrotado por tropas espanholas em 1581, quando pediu exílio aos franceses.<sup>[3]</sup> Em Portugal Continental e na Madeira, o poder passou a ser exercido por Filipe II de Espanha, que invadiu o reino com um forte exército para assegurar a sua coroação.

O rei espanhol reuniu as cortes em Tomar, em abril de 1581, onde foi solenemente jurado e aclamado rei de Portugal e intitulado de Filipe I. Com o reino debilitado e imerso em confusão, perdeu seus legítimos herdeiros ao trono e caiu sob domínio espanhol.

O que tanto temiam os cristãos-novos portugueses aconteceu, e Filipe I adotou a mesma política repressora da Espanha aos conversos portugueses, suspendeu a emigração e ordenou, por meio da lei de 6 de setembro de 1583, que todos os cristãos-novos passassem a usar um chapéu amarelo. Quem fosse encontrado usando um chapéu de outra cor seria chicoteado publicamente e deveria pagar uma multa de 100 cruzados.

No âmbito político, a subordinação de Portugal à Espanha transferia todos os conflitos enfrentados pela coroa espanhola para a coroa portuguesa. A animosidade entre a Espanha e a Holanda terminou por prejudicar a liberdade de comércio entre holandeses e portugueses. Felipe II, da Espanha, ordenou o confisco de todos os navios holandeses que estivessem nos portos de seus domínios na Europa, na África, na Ásia e na América.

Nesse momento, Portugal dependia do financiamento e do auxílio técnico da Holanda para o refinamento e a comercialização do açúcar brasileiro. A ocupação holandesa do Nordeste brasileiro estava inserida no contexto da guerra de independência dos Países Baixos contra a Espanha. A expansão colonial holandesa foi um instrumento vital, à medida que atingia as bases da riqueza e do poderio ibérico.

O comércio, a refinação e a distribuição do açúcar durante o século XVII era de grande importância para a economia holandesa, apesar de, segundo Evaldo Cabral de Mello, não ser um comércio típico, mas uma atividade largamente realizada pela comunidade sefardita portuguesa estabelecida na Holanda. Estima-se que em Amsterdã havia 29 refinarias em funcionamento no período. Os judeus estiveram desde o início envolvidos no financiamento e na operação

dos engenhos, além da comercialização do produto.<sup>[4]</sup>

No período de relativa trégua entre a Espanha e os Países Baixos (1609-1621), havia cerca de 1 milhão de arrobas de açúcar de entrada nas refinarias holandesas. Como resultado, os holandeses esquadriharam minuciosamente o litoral brasileiro e obtiveram importantes informações dos portos e das condições econômicas e sociais da América, fatores cruciais para a execução dos ataques à Bahia e a Pernambuco.<sup>[5]</sup>

Em 1621 foi criada a Companhia das Índias Ocidentais, mesmo ano em que se reiniciava o estado de guerra entre os Países Baixos e a Espanha. Essa companhia era formada principalmente por comerciantes calvinistas vindos dos Países Baixos Espanhóis e visava a manter o monopólio do comércio com as Américas e parte da África, mas especialmente o controle do comércio com o Brasil.<sup>[6]</sup>

Após a União Ibérica, a invasão do Nordeste brasileiro se tornou inevitável, visto que a Holanda vinha sofrendo sucessivos embargos aos seus navios em portos ibéricos. Por isso, a conquista do Nordeste brasileiro foi uma ação planejada de acordo com os interesses dos Países Baixos.<sup>[7]</sup>

A escolha do Brasil como primeira região a ser invadida se explica por diversos fatores. O país era o ponto fraco do império espanhol, pois a Espanha estava mais preocupada com suas próprias colônias do que com as possessões portuguesas. Havia uma facilidade de penetração nos núcleos urbanos por estarem próximos ao litoral, e o Brasil serviria como base de operações contra as frotas espanholas do Prata e as navegações portuguesas para as Índias. Enxergava-se, ainda, a possibilidade de grandes lucros com o açúcar e o pau-brasil.<sup>[8]</sup>

Desde 1600, os holandeses marcavam presença no território colonial do Brasil, com duas fortificações de madeira na margem oriental do rio Xingu, os fortes Orange e Nassau, fundados por mercadores de Amsterdã. Chegaram a fundar uma colônia com 150 holandeses (1601-1622) nas margens do rio Jenipapo, cuja atividade era o comércio com os nativos.<sup>[9]</sup>

A primeira grande investida de ocupação do Nordeste brasileiro ocorreu em 8 de maio de 1624, quando chegou à Bahia uma expedição da Companhia das Índias Ocidentais composta por 26 navios e 3.300 homens, sob o comando do almirante holandês Jacob Willekens, o vice-almirante Pieter Heyn e o comandante Jan van Dorth. O combate durou somente algumas horas, e os holandeses conquistaram os dois principais fortes, fato que causou pânico nas tropas portuguesas na Bahia, que desertou.

A população assustada fugiu para a floresta que cercava a região, inclusive

o bispo dom Marcos Teixeira, responsável pelas atividades inquisitoriais da capitania.<sup>[10]</sup>

O governo holandês na Bahia durou pouco, aproximadamente um ano, e a milícia que tinha fugido da cidade em 9 de maio começou a se organizar sob a liderança do bispo dom Marcos Teixeira. A cidade foi cercada por todos os lados, dando início a uma luta de guerrilha.

No dia 29 de março de 1625 uma expedição portuguesa, que contava com 52 navios e 16.566 homens, juntou-se à milícia local, e, em 1º de maio de 1625, os holandeses se renderam.<sup>[11]</sup>

A primeira expedição holandesa terminou depois de um ano, em completa derrota e desastre econômico. Paraíba, Rio Grande do Norte e cabo de Santo Agostinho também experimentaram o fracasso.<sup>[12]</sup>

O objetivo dos holandeses, porém, não havia chegado ao final, e a Bahia serviu de aprendizado para que a próxima incursão, em 1630, tivesse êxito.

## O MITO DA COLABORAÇÃO DOS CRISTÃOS-NOVOS

Logo após o estabelecimento do governo holandês na Bahia, uma de suas primeiras resoluções foi a declaração de uma política de tolerância religiosa, para oferecer proteção a todos aqueles que quisessem permanecer sob seu governo. Essa prática encorajou quase 200 refugiados a retornar à capital. O fato levou a historiografia a construir um mito sobre a colaboração dos cristãos-novos na invasão holandesa do Nordeste brasileiro.

A ideia do “judeu estrangeiro” como traidor de sua pátria já existia na mentalidade ibérica, resultado de um preconceito secular, revivido em períodos de crise e transmitido aos descendentes dos conversos. Apesar da grande coexistência entre judeus, cristãos e muçulmanos na península Ibérica medieval, os judeus nunca deixaram de ser “hóspedes”. Após a conversão forçada em Portugal, os cristãos-novos não eram considerados iguais e foram estigmatizados pelo “sangue infecto”.<sup>[13]</sup>

As pesquisas de Anita Novinsky demonstram que, durante a invasão holandesa no Brasil, muitos cristãos-novos lutaram até a morte para defender o território lusitano dos protestantes reformados.<sup>[14]</sup> Integrados à elite econômica e à sociedade baiana, homens de negócios como Mateus Lopes Franco, Diogo Ulhoa e Domingos Alvarez de Serpa auxiliaram financeiramente no socorro à capitania, ajudaram na construção de trincheiras e fortificações e participaram da

comissão responsável pelas estratégias de defesa.<sup>[15]</sup> Esse mesmo grupo, atendendo a pedidos do governador da Bahia, construiu com recursos próprios barcos para defender os engenhos do Recôncavo Baiano e transportar mantimentos e escravos para a cidade. Em 1638, um grande empréstimo foi levantado entre a população a fim de armar os soldados luso-brasileiros para a resistência às tropas holandesas – no registro que fizeram dos colaboradores dessa soma em dinheiro, verificou-se que 50% eram cristãos-novos.<sup>[16]</sup>

Os cristãos-novos portugueses que viviam na colônia se identificavam com a cultura lusitana, a língua, a terra dos antepassados, os costumes e, principalmente, a maneira peculiar de exteriorizar a religiosidade. Fatores culturais comuns deram força aos portugueses, cristãos-velhos ou cristãos-novos, para fazer resistência aos holandeses. Além dos fatores econômicos que agiam sobre os interesses desses homens, também é preciso considerar os fatores culturais que os ligavam às suas raízes ibéricas.

Entretanto, a atitude da população do Nordeste brasileiro não foi em nada homogênea. A opção política se deu de acordo com os interesses individuais. Os portugueses cultivavam um longo e profundo antagonismo pelos espanhóis e, quando aderiam ao invasor holandês no Brasil, lutavam, na verdade, contra o tradicional inimigo, a Espanha.

Esse fato explica por que árdios inimigos dos holandeses no final da invasão foram seus colaboradores logo no início, como o cronista frei Manoel Calado e o homem de negócios João Fernandes Vieira. Charles R. Boxer chamou atenção para a relevante participação de João Fernandes na rebelião de 1645 contra os holandeses, apesar de ter sido um ativo colaborador dos holandeses no início da invasão, chegando a exercer a função de conselheiro municipal na Cidade Maurícia.<sup>[17]</sup>

A ênfase dada pela historiografia na cooperação dos cristãos-novos com os holandeses é, portanto, parte de um processo discriminatório e resultado do preconceito fortemente enraizado contra os judeus, que foi repassado aos seus descendentes. Pessoas como o padre Antônio Vieira, por exemplo, testemunha ocular daquela época, nunca fez menção a esse fato em seus escritos.<sup>[18]</sup>

Documentos da época, como os inquéritos realizados pela Igreja Católica para verificar os nomes de quem havia desertado para o inimigo durante a ocupação da Paraíba, registram que das 80 pessoas denunciadas no documento 8 eram membros do clero católico, 48 eram cristãos-velhos e somente 24 eram cristãos-novos.

Durante a primeira invasão holandesa na Bahia, em 1624, quando os portugueses conseguiram retomar o controle e expulsar os holandeses, foi

decretada ordem de prisão pelo poder civil a todos os rebeldes que tivessem colaborado com o inimigo. Entre os quase 2 mil inquiridos na investigação, havia alguns cristãos-novos, como Diogo Lopes de Abrantes, Manuel Rodrigues de Azevedo, Luis Martins, Francisco de Morin e Antônio de Matos, além de Diniz Bravo, Pascoal Bravo, Manuel Rodrigues Sanches e Duarte Alvarez Ribeiro.

Os réus confessaram sob tortura e tiveram as seguintes sentenças: Diogo Lopes de Abrantes, Manuel Rodriguez de Azevedo, Luis Martins, Francisco de Morin e Antônio de Matos foram sentenciados à morte por enforcamento. Diniz Bravo, Pascoal Bravo e seus parceiros foram considerados inocentes. As propriedades dos condenados foram confiscadas.

Em 1635, uma grande devassa realizada pelo bispo dom Pedro da Silva avaliou com mais rigor a colaboração que a população local teve junto aos holandeses. A maior parte dos denunciados era integrante do clero católico. Testemunhas afirmaram que entre os religiosos estavam o frade agostiniano Antônio Caldeira, que ameaçava com excomunhão as pessoas que não apoiassem os holandeses, e o padre Manuel de Moraes, que largou a batina para viver na Holanda e se casar. Até 1635, o frei combateu os invasores holandeses, chefiando um grupo de indígenas (ele falava fluentemente tupi), mas depois se tornou amigo político dos holandeses, converteu-se ao calvinismo e passou a convencer a população a seguir a religião reformada.

Outro clérigo, frei Manoel de Beguíno, auxiliou os flamengos a tomar Porto Calvo. Ele costumava dizer que a população deveria guardar suas armas, pois não havia outro remédio. Praticou toda sorte de ações condenadas pela Igreja, lia livros proibidos, comunicava-se com os hereges e dizia abertamente que não se deviam adorar os santos e Nossa Senhora.

O licenciado João Gomes de Aguiar foi acusado de incentivar a população a colaborar com o inimigo e não opor resistência, pois os “holandeses eram bons cristãos”.<sup>[19]</sup>

O frei Antônio Caldeira, citado anteriormente, foi denunciado pelo general de guerra da capitania de Pernambuco, Manuel Dias de Andrade, como causador de grande confusão e de organizar um plano para matar o governador da Bahia, Matias de Albuquerque. Como os demais religiosos denunciados, “convocou e persuadiu muitos homens dos honrados portugueses que se fossem acastelar às mãos dos inimigos, e assim o fizeram alguns”.<sup>[20]</sup> Antes de viver em Pernambuco, frei Antônio Caldeira andou pela Bahia, onde teve diferenças com o governador Diogo Luiz de Oliveira. Foi assistente em Pernambuco até a chegada dos holandeses, quando seguiu Matias de Albuquerque, retornando

depois para o lado inimigo. Ameaçou membros da elite baiana de excomunhão se não dessem apoio aos holandeses.<sup>[21]</sup>

Havia interesses econômicos que pesaram na colaboração do clero com os inimigos dos portugueses, como o perdão às dívidas, mas as razões que levaram as pessoas comuns a ajudar os invasores foram diversas e refletem uma situação de crise entre a população.<sup>[22]</sup>

A grande devassa imposta pelo bispo apurou ainda a colaboração de muitos cristãos-velhos que decidiram abraçar o calvinismo e alguns cristãos-novos que viram na ocupação holandesa uma oportunidade de retornar à religião dos antepassados.

A devassa revelou o caso de Bento Gozzo, que batizou o filho recém-nascido com a ajuda de um pastor holandês, segundo a cerimônia reformista. Depois, Gozzo procurou os padres da Companhia de Jesus, vizinhos na vila de Igarassu, e voltou a batizar o filho em cerimônia na Igreja Católica.<sup>[23]</sup> Muitos colonos não sabiam ao certo a que religião estavam aderindo.

Nas denúncias feitas durante a devassa talvez existissem razões econômicas para levar membros do clero católico a apoiar os invasores, e essa atitude deve ter influenciado as decisões dos moradores, que, segundo a denúncia de João Correia de Almeida, repetiam: “Quando os religiosos ficam com os inimigos, que fazemos nós...?”.<sup>[24]</sup>

Cristãos-novos e judeus tinham, basicamente, diferenças em relação à religião adotada. Os judeus que chegaram ao Brasil acompanhando os holandeses, e já educados no judaísmo em Amsterdã, foram os responsáveis pela organização da comunidade judaica de Pernambuco; já os cristãos-novos nascidos no Brasil, ou recém-chegados de Portugal, estavam afastados da religião judaica havia mais de 100 anos. Mas o comportamento desses cristãos-novos foi inconsistente e contraditório e não pode ser generalizado, como se todos eles constituíssem um grupo uniforme. Havia aqueles que não possuíam ideais religiosos ou políticos muito bem definidos, embora houvesse também integrantes mais rebeldes, inquietos e vulneráveis à introdução de ideias novas.

Historiadores, por inclinação tendenciosa ou por falta de pesquisa robusta, têm exagerado sobre a participação de cristãos-novos na ocupação holandesa no Nordeste brasileiro, mas a consulta a documentos manuscritos e pesquisas mais recentes demonstram que essa questão não pode ser compreendida isoladamente, despreendida da estrutura social, religiosa e econômica europeia do século XVII.

### 3

## O novo polo de atração: holandeses no Brasil

O Exército holandês chegou a Recife em 14 de fevereiro de 1630. A expedição contava com 56 navios e 7.180 soldados e marinheiros e era comandada pelo almirante Hendrick Corneliszoon Lonck. A tomada de Olinda, Recife e da ilha de Antônio Vaz foi rápida, em menos de um mês, e no dia 3 de março a conquista foi sacramentada.

A guerra perduraria por mais cinco anos de conquistas no território nordestino, chegando ao Ceará e ao Rio Grande do Norte.

As batalhas atrapalharam o fornecimento de alimentos para a região, tornando a situação difícil tanto para uns como para outros combatentes. A fome era tanta que as guarnições holandesas chegaram a comer ratos e gatos, e os portugueses tinham como refeição diária apenas uma espiga de milho.<sup>[1]</sup>

O governo tentou levantar fundos para ajudar as tropas portuguesas em Pernambuco e arrecadou capital que contaria com divisas espanholas e portuguesas. A solução encontrada para reunir a quantia necessária para o socorro foi o aumento de impostos sobre o açúcar, a carne e o vinho, e essa atitude afetou diretamente a classe mercantil cristã-nova portuguesa. Também foi decretado um empréstimo compulsório aos homens de negócios, em sua maioria cristãos-novos portugueses. Uma lista de 1632 aponta que homens ditos “gente da nação” foram os maiores contribuintes do fundo formado pelo empréstimo compulsório.<sup>[2]</sup> Para solucionar o problema, outras tentativas foram feitas, e a Espanha tentou negociar uma trégua com as Províncias Unidas, mas os esforços não tiveram resultado, pois ambos os lados não conseguiram chegar a um acordo.

Os holandeses receberam reforços substanciais dos banqueiros de Amsterdã. Contaram ainda com a ajuda de desertores da guerrilha luso-brasileira, entre eles um mulato que ficou famoso na historiografia por sua atuação estratégica na conquista holandesa, Domingos Fernandes Calabar.

Calabar se tornou o principal guia dos holandeses, pois, como nativo da região, exímio conhecedor de todos os caminhos e trilhas, desenvolveu uma rota estratégica que os colocou em posição vantajosa.

Para a conquista do Ceará e do Rio Grande do Norte, os holandeses estabeleceram alianças com os índios tapuias. Foi um judeu de Amsterdã, Samuel Cohen, conselheiro do oficial que comandava a expedição ao Rio Grande do Norte em 1631, que conseguiu o apoio dos tapuias na conquista da região.<sup>[3]</sup> Rivais dos tapuias, os tupis apoiavam os portugueses. Os conflitos regionais ganharam uma amplitude estratégica na disputa pelo Nordeste brasileiro.

Portugal estava em plena desvantagem, com problemas internos, como a grande seca e a fome que assolavam o país entre os anos de 1630-1633, e problemas externos, como a perda do maior carregamento de prata no México, em consequência de um furacão.

Em 1633 e 1634, os holandeses intensificaram as investidas e consolidaram a conquista de grande parte do litoral nordestino, de cabo de Santo Agostinho, passando por Sergipe, Paraíba, Ceará e Rio Grande do Norte.<sup>[4]</sup>

Entre as tropas holandesas havia soldados de diversas nacionalidades, como alemães, noruegueses, escoceses e judeus, que eram contratados por um período de três anos. Como os soldados de outras nacionalidades, os judeus de Amsterdã foram atraídos pelo plano de ocupação holandesa. Esse plano constava na entrega de passagens gratuitas ao Brasil, terras (a partir do terceiro ano que estivessem em solo nordestino, desde que pagassem 10% sobre a produção), perspectivas de progresso econômico e cargos públicos, além de tolerância religiosa e liberdade de crenças, necessárias para garantir a pluralidade religiosa das tropas.<sup>[5]</sup>

Alguns judeus da comunidade de Amsterdã já haviam vivido na região, por isso serviram de guias nas novas terras e de intérpretes entre os holandeses e o povo de Pernambuco. Tinham conexões econômicas e de parentesco em Recife. Prova disso foi o judeu Antonio Dias Paparobalos, que tinha sido negociante em Pernambuco e, ao desembarcar com as tropas holandesas, serviu de guia na entrada da província. Outros, como Moyses Navarro, Antônio Manuel e David Testa, estavam entre os soldados judeus da expedição. Eles foram os primeiros soldados judeus de que se tem registro na América.

Após o fim do contrato, vários soldados pediram permissão para continuar no Brasil como cidadãos livres e independentes da Companhia das Índias Ocidentais. Entre eles, Moyses Navarro se destacou porque obteve licença para comerciar açúcar e se tornou senhor de engenho e um dos mais ricos e

importantes homens de negócios do Brasil holandês. Navarro adquiriu um engenho em leilão, depois da invasão dos holandeses. No começo da ocupação foram realizados vários leilões que ofereciam engenhos que haviam sido abandonados por seus donos, que fugiram com medo do que ainda poderia acontecer.<sup>[6]</sup>

Para aplacar o temor da população local, o governo holandês publicou um manifesto “aos proprietários das plantações e aos moradores de Pernambuco”, em que prometia respeito à propriedade, redução de impostos e liberdade de consciência.<sup>[7]</sup> Para aqueles que juravam fidelidade ao novo governo, foi dada a liberdade de culto e a expressão da fé.

A liberdade religiosa só não foi estendida aos jesuítas. Desde a chegada dos holandeses, os padres da Companhia de Jesus encorajavam os índios que viviam sob sua proteção a combater as tropas invasoras.<sup>[8]</sup> A situação entre jesuítas e holandeses se agravou quando o governo holandês interceptou uma carta da direção do colégio jesuíta de Pernambuco endereçada ao governo português na Bahia. O conteúdo dessa carta afirmava que os jesuítas fariam tudo o que fosse possível para combater a heresia em Pernambuco. Ameaçado, o recém-instaurado governo holandês, entre as primeiras atitudes tomadas, expulsou os jesuítas e também decretou o fechamento dos conventos.<sup>[9]</sup> O próprio provincial da Companhia de Jesus enviou uma ordem em 1635, para que todos os jesuítas que ainda estivessem em território ocupado deixassem a região.<sup>[10]</sup>

Para os judeus, a liberdade de consciência e o culto foram garantidos desde o início da ocupação. E isso representou uma ampla oportunidade de negócios, pois, como os holandeses ainda não falavam português e os portugueses não falavam holandês, os sefarditas, além de tradutores, tornaram-se intermediários nos negócios, recebendo uma porcentagem do valor da transação comercial.

Passados alguns anos do desembarque holandês, a participação judaica na atividade açucareira em Pernambuco foi crescendo. Os judeus se destacaram como senhores de engenho e financiadores da indústria do açúcar, ampliaram a atividade de corretagem entre produtores e exportadores e passaram, eles próprios, a exportar açúcar para a Europa, além de atuarem na construção de imóveis.

Indubitavelmente, o comércio foi a atividade mais importante dos judeus. Segundo um documento do Conselho Diretor da Comunidade Judaica, além do açúcar, outros produtos, como tabaco, conservas, peles, escravos, títulos de crédito, aparelhagem de navios de corso, e todo o gênero de fazendas secas e molhadas e empréstimos a juros tinham destaque nos negócios. Os produtos eram vendidos a retalho, incluindo a venda de porta em porta.<sup>[11]</sup>

A figura do mascate judeu no Nordeste holandês foi difundida entre a população, com grande atuação no interior, chegando até a ribeira do rio São Francisco. Como exemplo da atuação judaica nesse setor está João Nunes Velho (Samuel Velho), que perambulava pelas estradas do sertão vendendo mercadorias em sítios e fazendas. Ele negociava de óculos e peças de tecidos a escravos. João Nunes Velho foi preso pelas tropas portuguesas no rio São Francisco durante a guerra pela retomada do território e enviado com outros companheiros à Inquisição portuguesa. Em seu processo inquisitorial, nota-se a extensão de seus negócios, realizados principalmente entre pequenos sítiantes da região do São Francisco.<sup>[12]</sup>

A arrecadação de impostos foi uma função bastante exercida pelos judeus, e 63% dos negócios estavam nas mãos de integrantes da comunidade. Essa atividade acabou gerando certa hostilidade entre os diferentes grupos sociorreligiosos.<sup>[13]</sup>

Os judeus e os cristãos-novos marcaram presença em profissões liberais. Na área médica havia o dr. Abraão de Mercado, que era dono de uma clínica particular e vendia seus próprios medicamentos, o dr. Manuel Nunes, o dr. Musaphia e outro cirurgião judeu português que cuidara de alguns tripulantes que haviam viajado no mesmo navio que ele. E ainda Jacob Moreno, que vivia em Amsterdã e solicitou uma licença para abrir uma tenda de cirurgião na Paraíba em 1635.<sup>[14]</sup> A comunidade judaica cresceu a tal ponto que sua grande prosperidade pôde ser comprovada por intermédio das doações enviadas às instituições de caridade de Amsterdã.

Como já era tradição na Holanda, os judeus no Brasil se destacaram na confecção de joias e na lapidação de pedras preciosas – dois ourives de renome viveram no Recife holandês, Jacob Henriques e Isaac Navarro.<sup>[15]</sup>

As únicas notícias de atividade manufatureira exercida na comunidade judaica foram, além da ourivesaria, a instalação de uma fábrica de um tipo de alvejante mineral chamado potassa,<sup>[16]</sup> na ilha de Itamaracá, cujos proprietários eram Isaac Navarro e Jacob Henriques. Houve, ainda, alguns judeus que se dedicaram à confecção de uniformes para as tropas holandesas.

Os judeus também participaram expressivamente das atividades judiciárias. Jacob Dorta, procurador na Paraíba, trabalhou junto ao Conselho de Justiça, Manuel Abendana, doutor em leis, atuou com intuito de dar apoio à comunidade, e Miguel Cardozo se dedicou à advocacia.<sup>[17]</sup>

Os judeus ainda se envolveram com todo o tipo de mercancia, desde a venda de açúcar até produtos de uso cotidiano, passando pelo comércio de escravos. Não é possível imaginar o desenvolvimento da economia atlântica sem

escravos e o tráfico deles. Sobre a participação de judeus nesse tipo de transação, é preciso esclarecer alguns pontos.

Antissemitas nos Estados Unidos divulgaram a ideia de que teriam sido os judeus os responsáveis pela introdução da escravidão na América, pelo financiamento e pela organização do comércio Atlântico de escravos e do sistema escravista.<sup>[18]</sup> No Brasil, as mesmas premissas foram sustentadas por José Gonçalves Salvador, no livro *Os magnatas do tráfico negreiro*.<sup>[19]</sup>

Ao tratar desse fenômeno, é preciso considerar o contexto da península Ibérica na época. Todo o sistema econômico estava apoiado na escravidão. O tráfico de escravos era um monopólio de agências governamentais em que cristãos-novos eram barrados – havia uma briga pelo monopólio do tráfico entre governos europeus.

Durante três séculos os conversos foram proibidos pelo governo espanhol de participar do tráfico de escravos, função que era muito lucrativa. Nesse período, a Espanha detinha o monopólio da entrega de escravos em suas colônias e nas colônias portuguesas, decorrente do contrato entre os dois territórios.<sup>[20]</sup>

Os cristãos-novos, às vezes, trabalhavam às margens das agências oficiais ou atuavam como intermediários. Esse fato fez com que a Espanha se recusasse a renovar o *asiento*, contrato de monopólio da entrega de escravos com os portugueses.<sup>[21]</sup>

Na colônia holandesa no Brasil havia necessidade de um grande número de escravos para o trabalho na lavoura e nos engenhos de açúcar. A participação judaica ficou restrita à negociação dos escravos que chegavam à colônia. Os lotes de escravos eram arrebatados em leilões e depois revendidos aos fazendeiros.

Os cristãos-novos donos de engenhos eram proprietários de escravos, mas corria um boato na colônia de que os escravos preferiam senhores judeus a portugueses ou holandeses, já que os judeus lhes davam dois dias de descanso por semana, enquanto os portugueses, um só dia, e os holandeses (com sua doutrina calvinista de valorização do trabalho), nenhum dia de descanso.<sup>[22]</sup>

Nos inventários que constam dos processos inquisitoriais dos cristãos-novos brasileiros, processados pela Inquisição e levantados por Anita Novinsky em Portugal, nos arquivos da Torre do Tombo, somente um cristão-novo era dono de navio e participava do tráfico entre 129 inventários consultados.<sup>[23]</sup>

Na segunda metade do século XVII, com o monopólio do tráfico detido pela Companhia das Índias Ocidentais, os judeus obtiveram um pouco do lucro do tráfico. Mesmo assim, ainda era uma pequena parte, pois participavam passivamente (os judeus detinham uma pequena parte do passivo, 1,3%, do

capital da Companhia das Índias Ocidentais).<sup>[24]</sup>

## A EXPERIÊNCIA NOS TRÓPICOS

No início da colonização holandesa, os judeus costumavam se reunir nas casas de amigos para as cerimônias religiosas. Muitas dessas reuniões ocorriam na casa de Duarte Saraiva, influente judeu português que havia comprado terras onde foi aberta uma rua dos judeus. O serviço religioso oficiado em casas particulares era uma prática comum entre os judeus de Amsterdã e foi reproduzido no Brasil.<sup>[25]</sup>

A rua dos Judeus tornou-se a principal via de um importante bairro comercial. Os mais prósperos viviam em sobrados de dois andares, sendo que no andar térreo ficava o comércio, com porta aberta para a rua, e no segundo era a residência.<sup>[26]</sup> Quase toda a região no entorno da rua dos Judeus foi construída pelos sefarditas. Segundo um inventário realizado em 1654, havia 32 sobrados com 26 lojas na parte de baixo, cujos proprietários eram judeus. Outros 36 imóveis da região não tinham a identificação do proprietário, apenas a indicação de que pertenciam a judeus.<sup>[27]</sup> O investimento no ramo imobiliário teve importância entre os homens de negócios, e diversas propriedades foram construídas como investimento, outras foram utilizadas como moradia, fato que demonstra que os judeus tinham a intenção de permanecer por um longo tempo ou de se fixar permanentemente na região.<sup>[28]</sup> Eram proprietários de imóveis na rua dos Judeus Jacob Valverde, Moses Neto, Jacob Zacuto, João Lafará, Gil Correa, Gabriel Castanha, Gaspar Francisco da Costa, Avraham de Azevedo, Fernão Martins, David Atias e Benjamin de Pina. A família Pina, aliás, tinha um grande prestígio na sociedade local, e hoje um dos mais nobres bairros de Recife recebe o seu sobrenome.

Foi na rua dos Judeus, posteriormente renomeada rua do Bom Jesus, que a primeira sinagoga da Américas foi construída. No primeiro semestre de 1636, a sinagoga Kahal Zur Israel teve sua construção finalizada. Por volta de 1642, foi enviado de Amsterdã Isaac Aboab da Fonseca, um dos quatro rabinos da congregação Talmud Torah, para chefiá-la. Aboab da Fonseca nasceu em Portugal, em 1605, era filho de ilustres homens versados na lei judaica, bisneto do último Gaon (máxima autoridade no ensino e na interpretação da lei judaica) de Castela.<sup>[29]</sup> Completou seus estudos em Amsterdã, onde, aos 14 anos, devido a sua erudição, foi eleito oficiante litúrgico da Congregação Neveh Shalom. Aos

21 anos, tornou-se rabino da congregação Beth Israel, em Amsterdã. Além de rabino, era um pensador, escritor e poeta. Deixou o primeiro poema escrito em hebraico da América, referente à expulsão dos judeus do Recife. Fixou-se no Brasil, e sua filha se casou com o jovem sábio Daniel Bellilos (que se tornou rabino oficial em Amsterdã), filho do engenheiro Baltazar da Fonseca.

Em 1637, foi organizada a segunda sinagoga, Kahal Kadosh Maguen Abraham, na ilha de Antônio Vaz (funcionava na casa de um particular). Essa sinagoga tinha como líder espiritual o rabino Mosseh Rephael d'Aguilar, reconhecido professor, profundo estudioso do Talmude, poeta, exímio conhecedor da língua hebraica e autor de 22 livros.<sup>[30]</sup> Rephael d'Águilar nasceu entre 1615-1620, recebeu educação judaica e secular em Amsterdã e veio ao Brasil ainda jovem, no grupo liderado por Aboab da Fonseca. Por intermédio de seus manuscritos, é possível ver que dedicou parte de seu tempo a convencer os cristãos-novos a retornar ao judaísmo. Correspondia-se com marranos de outras regiões da Europa, que lhe indagavam a respeito da fé judaica. Acusava a Inquisição de ser uma instituição aparentemente direcionada ao combate do judaísmo, mas interessada de fato nos bens dos cristãos-novos.<sup>[31]</sup>

Anos antes do estabelecimento das sinagogas, em junho de 1633, foi adquirida em Amsterdã por Isaac Franco e enviada a Duarte Rodrigues Mendes, no Recife, uma Torá (pergamínio religioso contendo o Antigo Testamento). Essa informação comprova que existia uma assembleia em forma de sinagoga no Recife antes do estabelecimento oficial da casa de culto. Quando precisavam esclarecer alguma dúvida sobre a liturgia nos trópicos, enviavam cartas aos rabinos de Amsterdã.

Concentravam-se em Recife eminentes sábios e estudiosos do Talmude, que se tornaram responsáveis pela educação das crianças. Duas escolas religiosas, a Talmud Torá e a Etz Hayim, funcionavam no prédio da sinagoga Zur Israel.<sup>[32]</sup> Aconselhadas pelo Mahamad, o conselho rabínico de Amsterdã, as duas sinagogas acabaram sendo unificadas nos últimos anos do governo holandês, em 1648, e serviram cerca de 600 judeus da região.

No momento em que os judeus se constituíram como uma comunidade, as tradições humanísticas do judaísmo foram lembradas. Havia uma preocupação muito grande com a população judaica carente, e mensalmente os associados da sinagoga contribuíam com um donativo destinado a ajudar órfãos, viúvas, idosos e doentes. Planejavam também a construção de um hospital, que funcionou por um breve período e teve sua existência documentada nos Estatutos da Comunidade, de 1648.<sup>[33]</sup>

A observância das leis dietéticas era cumprida, inclusive, com a presença de

um abatedor de animais, Benjamin Levy, que recebia um salário mensal da sinagoga para exercer sua função, fiscalizando e abatendo aves de acordo com as regras alimentares judaicas.<sup>[34]</sup>

Na rua dos Judeus, ficava a praça dos judeus<sup>[35]</sup> e, próxima a ela, a praia dos judeus.<sup>[36]</sup> Afastado da cidade, nas margens do rio Capibaribe, em um descampado chamado “sítio dos coelhos”, havia o cemitério judaico.<sup>[37]</sup> Para chegar ao cemitério, não havia caminho por terra, o acesso era feito por barcos pelo do rio.<sup>[38]</sup> Segundo Ronaldo Vainfas, o primeiro documento que menciona a localização desse cemitério é um mapa holandês de 1639 com a indicação De Joodse Bergraafplaats (que quer dizer “lugar do cemitério judaico”).

Em 1645, o contingente da população judaica no Recife teve seu auge. A partir do censo realizado pelo governo holandês, pôde-se estimar que 1.450 judeus viviam no nordeste holandês – isso representava cerca de metade da população branca civil, que consistia de 2.899 pessoas. O livro das atas da congregação Zur Israel de Recife mostra que essa população entrou em declínio, e, em 1648, há 180 assinaturas de chefes de família pertencentes à congregação (contando três pessoas por família, havia 720 pessoas aproximadamente).<sup>[39]</sup>

Recentemente foi descoberto um novo sítio arqueológico, próximo à Casa de Guarda Judaica, também conhecido como Forte João de Albuquerque e denominado no livro de Gaspar Barléus como Excubiae Iudaeorum, ou Guarda Judaica, hoje chamado Marin d’Olinda de Pernambuco. Ao lado do forte foi encontrado um cemitério, que, segundo indícios, suspeita-se, seja judaico. As evidências levam a uma questão: por que houve necessidade de levantar um segundo cemitério? Após 1645, o conflito entre as milícias portuguesas e as tropas holandesas se intensificou até o ponto em que a população de Recife e Maurícia ficou confinada em sua área. Para chegar ao primeiro cemitério era necessário atravessar o rio a barco, que naquele momento havia sido bloqueado pelas milícias portuguesas. Durante o conflito, a Casa de Guarda dos judeus pode ter sido transformada em hospital, para atender aos feridos e cuidar da população isolada. Nada mais óbvio então que ao lado fosse instalado um cemitério para sepultar os mortos. No local foram encontrados esqueletos enterrados diretamente na terra, sem uso de caixão, e não foi encontrado nenhum vestígio de botões nas vestes, somente restos de linho. Todos os mortos estavam com os braços ao lado do corpo e voltados para o Oriente. Essas características seguem as tradições de um funeral judaico – pela lei religiosa, a Halacha, os judeus devem ser enterrados diretamente na terra, ter seus corpos lavados, não portar nenhum adereço e vestir uma mortalha, um tipo de camisolão de linho branco, costurado sem nós e sem botões. Os judeus também devem ser

enterrados em direção a Jerusalém e não podem estar com as mãos cruzadas em cima do corpo, mas com os braços soltos ao lado dele.<sup>[40]</sup> No mesmo local foi encontrado um candelabro decorado com uma estrela de David. A menorá, ou candelabro de sete braços, é o símbolo judaico mais antigo.

O laboratório de genética humana da Universidade Federal de Pernambuco tem realizado exames de DNA mitocondrial, e a Fundação Museu do Homem Americano e a Fundação Seridó farão as análises biomoleculares para a comprovação da origem dos mortos encontrados. As únicas informações até agora comprovadas são de que se trata de homens europeus que viveram no século XVII. A professora Tânia Kaufman, de Pernambuco, tem investigado o novo achado para a comprovação final de que esses homens pertenciam a uma tropa de soldados judeus. Essa é mais uma peça do quebra-cabeça da história do Brasil colonial.

## A IDENTIDADE CRISTÃ-NOVA NO RECIFE

A opinião dos cristãos-novos que já moravam no Recife antes da chegada dos holandeses sobre a comunidade judaica que se formava ali não teve unanimidade. Segundo Anita Novinsky, uma análise mais profunda da relação entre cristãos-novos e judeus revela que os conversos, em sua formação, cultura e psicologia, eram portugueses ligados emocionalmente a Portugal. A discriminação legal os identificava entre si, mas não eliminava a condição de homens de mesma origem, mesmo idioma, mesmos costumes. Esse fato propiciou aos cristãos-novos um comportamento oscilante: ficavam divididos entre a fé de seus conterrâneos portugueses que seguiam a religião católica e a ascendência judaica. Após várias gerações vividas no catolicismo, pendiam ora para uma religião, ora para outra.<sup>[41]</sup>

Diversos são os exemplos dessa situação, como o caso de Manuel da Costa (na Paraíba) que, quando falava com judeus, dizia-se judeu e, quando conversava com católicos, dizia-se católico. No momento em que se encontrava com holandeses, dizia-se calvinista. Esse comportamento era comum entre as famílias de cristãos-novos: diziam-se católicos na península Ibérica, judeus onde podiam, calvinistas onde precisavam. Havia um sentimento de orgulho em muitos conversos, que costumavam repetir que preferiam ser uma mosca ou ir para o inferno a ser cristãos-velhos, ou ainda se vangloriavam de ser cristãos-novos, “pela graça de Deus”.<sup>[42]</sup>

O longo convívio com o catolicismo condicionou os cristãos-novos a um

comportamento sincrético, como a ideia da salvação individual que não existe no judaísmo, apenas a salvação coletiva. A ideia da salvação era repetida entre os cristãos-novos, com a diferença de que seria pela Lei de Moisés, não pela Lei de Cristo.<sup>[43]</sup>

Havia também aqueles que pouco se importavam com a salvação da alma ou a redenção divina, preocupavam-se somente com o tempo presente. Viviam uma situação paradoxal e, apesar de conviverem em uma comunidade organizada, mantinham o costume da prática secreta do judaísmo na intimidade familiar. Numerosos cristãos-novos, após uma longa trajetória no catolicismo, não conseguiram se adaptar a religião alguma.<sup>[44]</sup> Miguel Abensour, que denominou esse estado de espírito do marrano de *fluctuatio animi*, lembra que Spinoza se referiu a esse sentimento afirmando que para os marranos era muito difícil se adaptar ao judaísmo rabínico, ao mesmo tempo que não se encontravam nos dogmas cristãos, que lhes pareciam superstições. Essa divisão produziu na alma marrana uma angústia e uma busca por “pertinência”, por um “lugar no mundo”.<sup>[45]</sup> A perturbação mental do marrano o fazia oscilar entre uma religião e outra, produzindo inquietude.

A busca por uma definição fez com que alguns conversos, apesar da difícil adaptação, retornassem ao judaísmo e se adaptassem à prática sinagoga, encontrando sua verdadeira identidade na religião judaica.<sup>[46]</sup> Alguns chegaram a se circuncidar pelas mãos do rabino Isaac Aboab da Fonseca, que também tinha o ofício de Mohel (circuncidador), como os homens da família de Gaspar Francisco da Costa, Baltazar da Fonseca e seu filho, Vasco Fernandes Brandão e filhos, Miguel Rodrigues Mendes, Simão do Vale Fonseca e Simão Drago.<sup>[47]</sup>

No século XVII, cada indivíduo estava enquadrado em uma categoria definida: ou era cristão ou luterano ou calvinista. E aqueles que não se definiam em uma dessas categorias viviam à margem da sociedade, como párias.<sup>[48]</sup> O governo holandês deu permissão ao judaísmo, mas não se pode dizer que houve um retorno da maioria dos habitantes de origem judaica à religião. A mentalidade do marrano continuou dividida; segundo o conceito desenvolvido por Anita Novinsky, seu universo mental se transformou, e as respostas oferecidas por sábios judeus ortodoxos, ou por padres e pastores cristãos, não lhes era satisfatória.

## A organização judaica e os estatutos da congregação Tzur Israel

Desde a Idade Média, os judeus tinham na península Ibérica comunidades autogovernadas inseridas e subordinadas ao governo regional. A autorregulamentação permitia aos judeus organizar e cuidar de suas sinagogas e de seus cemitérios, mediar litígios entre seus membros pelas cortes rabínicas, tributar, multar e castigar os membros de sua congregação e cobrar impostos para o Estado.

Com o tempo, muitas semelhanças na estrutura e nas formas comunitárias se desenvolveram entre as congregações da diáspora sefardita. Toda nova congregação continha seu regulamento, sua diretoria, seu conselho e seus líderes eleitos entre os mais eruditos. Faziam parte também da congregação oficiais remunerados, como o rabino, o juiz, o cantor e o professor.

O primeiro passo, ao organizar a comunidade judaica na colônia holandesa do Recife, foi redigir os estatutos que regulamentariam o funcionamento das sinagogas e que serviriam de parâmetro moral a essa população.

Em 1648, o conselho judaico, formado pelo dr. Abraão de Mercado, Jacob Drago, Abraão de Azevedo, Jacob Navarro e David Dias, reuniu-se a fim de eleger outros quatro membros da congregação para formar uma equipe responsável com a intenção de elaborar um regimento para as duas sinagogas em funcionamento. Os eleitos foram Isaac Atias, Abraão Israel Dias, Jacob Valverde e Benjamim de Pina.

O regimento, ou manuscritos dos estatutos, continha 28 páginas, foi escrito em português do século XVII e ladino (língua usada nas orações dos judeus espanhóis, uma mistura de espanhol e hebraico). Estava centrado em quatro pontos principais: a administração, a justiça, as finanças e as rendas da comunidade.

Sobre a administração foi decidido que a direção caberia a um conselho, ou

Mahamad, composto por quatro conselheiros e um tesoureiro. O conselho seria eleito pelo Mahamad anterior e receberia um mandato de um ano, com um sistema rotativo que permitia que dois ou três membros fossem demitidos a cada seis meses e substituídos por novos eleitos. Os membros não poderiam ser reeleitos consecutivamente, somente depois de um ano do mandato. Os que se interessassem em concorrer à posição deveriam residir na colônia, ser praticantes do judaísmo e estar circuncidados há mais de um ano. Os encarregados da leitura do Pentateuco e os demais tesoueiros também deveriam ser eleitos pelo conselho.<sup>[1]</sup>

Cabia ao Mahamad zelar pelas necessidades e pela segurança da comunidade. Para que alguém fosse aceito como novo membro, o conselho deveria dar permissão para a circuncisão ou o banho ritual, no caso das mulheres. Os criptojudeus que retornavam ao judaísmo, aqueles que, por receio de ser perseguidos professavam seus costumes em segredo e em público seguiam o cristianismo, teriam que esperar um ano antes de se candidatar à diretoria, diferentemente do que ocorria na Holanda, país em que o prazo era de três anos. Com relação aos escravos, somente os alforriados poderiam ser aceitos como novos integrantes.

Era função da diretoria da congregação (Mahamad) nomear o corpo diretivo da instituição que administra o cemitério judaico (Chevra kadisha) e os diretores das escolas judaicas (Talmud Torá e Etz Hayim). As escolas eram comandadas por diretores e um tesoureiro eleitos. A instrução ficava a cargo do rabino Isaac Aboab da Fonseca no ensino religioso e dos professores Samuel Frasão, Isaac Nahmias e Abraham Azuby no ensino laico.

O assento nas sinagogas também era distribuído pelo Mahamad e não poderia ser alterado. Além das atividades relacionadas ao funcionamento das sinagogas, o conselho tinha uma função jurídica dentro da comunidade, ou seja, deveria evitar disputas entre os judeus e resolver pendências entre os correligionários. Tinha o poder de aplicar multas a quem usasse de más palavras para agredir outra pessoa, a quem praticasse agressões físicas, desrespeitasse a sinagoga, apresentasse comportamentos morais inaceitáveis ou promovesse escândalo público.

Se houvesse alguma questão de dinheiro ou crime, os envolvidos deveriam se apresentar perante o conselho, que julgaria os casos e aplicaria a multa cabível. As multas aplicadas eram destinadas à caridade. Se houvesse desconfiança de favorecimento a alguma das partes, em relação a algum membro do conselho judaico, este poderia ser substituído por uma audiência especial com os “homens bons” da Câmara Municipal ou pedir uma licença especial para que

o caso fosse direcionado diretamente à justiça holandesa.<sup>[2]</sup>

A construção de outra sinagoga ficava proibida, e a sinagoga de Maurícia era subordinada à do Recife. Toda espécie de disputa com outras religiões também era proibida.<sup>[3]</sup>

Quanto à renda da congregação, eram cobrados impostos duas vezes ao ano, que serviam para cobrir os custos com a manutenção da sinagoga, das escolas e do cemitério. Diferentes taxas compunham o conjunto de impostos: o chamado “imposto da nação”, uma porcentagem sobre as transações comerciais e os serviços prestados; o tributo de emigração, cada pessoa que emigrasse para outra parte pagaria um valor determinado ao conselho; a contribuição de caridade e beneficência, além das multas aos causadores de problemas. É citado no artigo 28 que parte do dinheiro das multas cobradas era destinada aos pobres, e outra parte, à manutenção do hospital judaico. Havia um fundo geral de solidariedade, que pagava desde enxovais para noivas órfãs e pobres até viagens emergenciais para a Holanda. Esse fundo também era destinado para que os mais necessitados tivessem uma ajuda mensal ou semanal para seu sustento.<sup>[4]</sup>

Todos os judeus moradores do Brasil holandês estavam sujeitos a esse regimento e deveriam inscrever seus nomes no livro das atas. A assinatura no livro facilitava o controle do pagamento de impostos.

As controvérsias sobre religião com cristãos eram proibidas, de acordo com o artigo 27 dos estatutos. Havia o receio de que polêmicas dessa natureza fossem prejudiciais à comunidade judaica, levando a confusões e problemas com a população e as autoridades locais.<sup>[5]</sup> Apesar da tolerância religiosa, a divergência sobre os dogmas cristãos era considerada blasfêmia e punida severamente com detenção; em casos extremos com a morte, pelos holandeses.

O livro dos Estatutos e Atas da Sinagoga Zur Israel do Recife tornou possível uma melhor compreensão da organização e do funcionamento da comunidade judaica no Brasil holandês. O primeiro a mencionar sua existência foi J. Mendes dos Remédios, em 1911. Depois, o historiador judeu holandês Jacob da Silva Rosa fez uma análise do documento em 1925, associando o nome dado para a sinagoga Rochedo de Israel (Zur Israel) à formação dos arrecifes em Recife. O documento foi integralmente transcrito e analisado por Arnold Wiznitzer em 1954 na língua inglesa e, em 2003, o rabino David Weitman transcreveu para o português e publicou o manuscrito em sua obra *Bandeirantes espirituais*.<sup>[6]</sup>

## A vanguarda do pensamento judaico no Novo Mundo

O único momento de luz em trezentos anos de obscurantismo religioso e político no Brasil, durante o qual foi possível que os judeus vivessem em relativa liberdade e pudessem praticar o culto religioso, foram os 24 anos de domínio holandês do Nordeste brasileiro.

As consequências da política de tolerância que a Holanda estendeu ao Brasil foram ricas no campo econômico e cultural, permitindo que, na colônia brasileira, pela primeira vez se desenvolvessem a pesquisa científica, a produção literária e a criação artística. Os judeus desenvolveram no Brasil holandês uma intensa atividade intelectual, até sua saída definitiva, em 1654.

Na última década do século XVI, com o intenso desenvolvimento da burguesia no norte da Europa e o aumento da repressão em Portugal, a Holanda possibilitou a seus cidadãos uma relativa liberdade religiosa, o que levou indivíduos portugueses de origem judaica para Amsterdã.

Apesar da relativa liberdade que a Holanda concedeu aos cristãos-novos já reconvertidos ao judaísmo, a vida era difícil para os refugiados portugueses, que, atraídos pelas oportunidades econômicas do Novo Mundo, afluíram gradativamente para a colônia holandesa no Brasil, após 1630.

O Nordeste holandês se desenvolveu econômica e financeiramente por intermédio do comércio internacional de açúcar e também porque houve uma verdadeira efervescência cultural.

Judeus, católicos e calvinistas puderam coexistir nesse clima de tolerância por longos anos e aprofundar relações comerciais.

Em Pernambuco, os judeus criaram uma comunidade inspirada nos moldes judaicos de Amsterdã. Demonstraram ter enorme criatividade tanto no campo da medicina como na literatura, na linguística, nas ciências, na gramática e na arquitetura.

Um século antes do desenvolvimento do pensamento ilustrado na Europa, judeus da colônia holandesa do Brasil (1640-1654) já propunham uma política democrática, com base na justiça e na liberdade, a exemplo dos direitos humanos modernos. Esses princípios nortearam toda a organização da comunidade judaica no Recife.

Nos estatutos da Congregação Rochedo de Israel, a primeira sinagoga das Américas, destacamos a defesa de ideais democráticos por meio de representatividade, eleições e alternância de seus integrantes.<sup>[1]</sup>

Numa época em que a discriminação na Europa diferenciava sefarditas e asquenazitas, nas *ascamot* – conjunto de resoluções e disposições emanado do *Mahamat* – não existia nenhuma diferenciação entre esses dois grupos, algo que era uma inovação significativa para a época. No século XVIII, na França, por exemplo, judeus sefarditas desfrutavam de alguns privilégios, uma vez que pertenciam a uma classe remediada e eram mais assimilados que os asquenazitas, fechados em suas tradições.

Na comunidade judaica do Recife, todos os membros recebiam o mesmo tratamento. Os homens chamados para ler a Torá na sinagoga (prática que confere ao eleito honra e prestígio) eram escolhidos por sorteio e não por distinção social. Entretanto, tinham certa prioridade os recém-convertidos ao judaísmo ou os recém-chegados da Holanda, como forma de boas-vindas.<sup>[2]</sup>

O conselho judaico, o órgão diretivo, exercia rigoroso controle sobre os aspectos legais da comunidade. Qualquer litígio entre seus membros era primeiro analisado pelo conselho, e só após seu consentimento era levado aos tribunais oficiais. Nenhum judeu no Brasil holandês poderia, sem essa permissão, testemunhar contra outro judeu. Havia a preocupação de manter a comunidade unida para reforçar sua defesa contra católicos e calvinistas.<sup>[3]</sup>

No Recife holandês havia duas posturas religiosas: a primeira, dos judeus vindos da Holanda, voltados para a prática rígida da religião, e a segunda, dos cristãos-novos brasileiros, que já viviam no Brasil havia várias gerações e pouco conheciam sobre a religião judaica. Com a chegada dos judeus de Amsterdã, muitos cristãos-novos se reconverteram ao judaísmo, o que provocou conflitos emocionais.<sup>[4]</sup>

Uma das maiores contribuições dos cristãos-novos brasileiros ao pensamento ilustrado do século XVIII foi a crítica religiosa, expressa na defesa do livre pensamento e na liberdade de crença. Esse fato se explica em grande parte pela repressão ao judaísmo, praticado secretamente durante séculos.<sup>[5]</sup>

Desde a Antiguidade, os judeus se distinguiram dos outros povos por defenderem que todos os homens são livres, iguais e com direito de criticar o

poder.<sup>[6]</sup> Esses preceitos eram inadmissíveis no Império Romano, como o foram na modernidade, quando a teoria do direito divino apregoava que o poder era absoluto e indiscutível, sendo os homens classificados de acordo com sua origem e classe social. Entretanto, sob o governo holandês no Brasil, os judeus tiveram a possibilidade de desenvolver seus ideais democráticos.

A liberdade propiciada pelo governo holandês do conde Maurício de Nassau em Pernambuco possibilitou aos judeus se desenvolverem nos mais diversos campos. O renomado calígrafo Yehuda Machabeu e o rabino Mosseh Rephael d’Aguilar, deixaram em seus escritos a defesa da igualdade entre os homens e a liberdade da alma na concepção aristotélica.

Durante esse período, estiveram no Brasil diversos estudiosos, entre eles o prosélito do judaísmo Isaac de Castro, cuja trágica história foi escrita por Elias Lipner.<sup>[7]</sup> Isaac de Castro era versado em literatura grega e latina – o auge da erudição na época –, falava hebraico, francês, português, holandês e espanhol. Foi preso por agentes inquisitoriais na Bahia e enviado para a Inquisição de Lisboa. No cárcere, discutia com os clérigos sobre a veracidade de passagens do Novo Testamento. Ao debater com um diplomata, representante do ministro francês Mazzarino, foi pressionado a aceitar a fé cristã. Isaac respondeu que poderia fazer qualquer coisa com base em motivos humanos, mas nada que ferisse os princípios de sua consciência.<sup>[8]</sup>

Um poeta de origem portuguesa que vivia na Holanda, Daniel Levy, também conhecido como dom Miguel de Barrios, escreveu sua obra com base na vida dos judeus na colônia brasileira. Dedicou um poema a um importante homem de negócios do Recife holandês, Abraham Cohen. Nessa obra, ressaltou o poderoso intelecto e a generosidade de Cohen, para além de seu senso de solidariedade e responsabilidade social, já que ele prestava auxílio a cristãos e judeus igualmente. As atitudes e os escritos de Cohen em defesa dos ideais de fraternidade só passaram a ser discutidos nos meios intelectuais um século depois.

Os judeus também se destacaram como engenheiros e arquitetos. Um grande projeto urbanístico executado durante o governo de Maurício de Nassau no Recife foi responsável pela transformação de um entreposto açucareiro em uma cidade moderna, possibilitando o crescimento econômico por meio da construção de pontes e obras sanitárias. Um dos principais responsáveis por essas obras foi o judeu Baltazar da Fonseca. Fonseca fazia parte da equipe de Pieter Post na construção da ponte entre Recife e a ilha de Antônio Vaz, facilitando a travessia entre o centro de Recife e a periferia – a ponte hoje é conhecida por Maurício de Nassau. A obra possibilitou a expansão da cidade,

que na época já era considerada densamente povoada, em direção à periferia, além de conectar a Velha e a Nova Maurícia, importantes centros comerciais.<sup>[9]</sup> Essa ligação refletia as novas ideias das urbes burguesas, que se contrapunham às antigas ideias da vila como base para o meio rural, a serviço de grandes fazendas e engenhos.

Botânicos estudaram a flora e a fauna brasileiras. Filósofos debatiam questões teóricas no campo das ciências naturais, entre elas a origem e a natureza da fauna, da flora e dos habitantes da América. Os estudiosos entram em contato, em seus estudos de campo, com uma multidão cada vez maior de seres vivos, antes desconhecidos pelos europeus. As novas descobertas despertaram conjecturas acerca da pluralidade da criação. Nessa área, destacou-se um judeu de Amsterdã, José da Costa, que vivia em Recife no período e era acionista da Companhia da Índias Ocidentais. Nas horas vagas, Da Costa desenvolvia estudos filosóficos motivado pelas descobertas das novas espécies animais e vegetais no Nordeste brasileiro. E foi a partir de seus estudos que passou a duvidar da história da Arca de Noé. Indagava-se se seria possível construir uma arca suficientemente grande para abrigar todos os seres vivos, se todos os animais teriam sido salvos em um mesmo refúgio e por que existiam animais em determinadas regiões do planeta e em outras não. No passado existiria algum centro originário dessa diversidade? O proeminente homem de negócios foi o mais brilhante articulador dessas questões.<sup>[10]</sup>

No campo das leis, o destaque foi Miguel/Michael Cardozo, o primeiro advogado e procurador de justiça no Brasil, português descendente de judeus convertidos. Em agosto de 1646, recebeu autorização para exercer sua função na cidade. Cardozo pode ser considerado o patriarca da reconhecida família de juristas norte-americanos. Seu descendente, Benjamin Cardozo, foi um importante comerciante em Nova York no fim do século XVII e início do século XVIII, e seu suposto antepassado, também Benjamim Cardozo, tornou-se nos anos 1930 chefe de justiça da Suprema Corte de Nova York. Sobre o parentesco entre Miguel e Benjamin Cardozo, não há provas reais, somente indícios.

Um ilustre e reconhecido personagem que viveu no Brasil holandês foi Isaac Aboab da Fonseca, rabino responsável pela sinagoga Rochedo de Israel (Zur Israel). Personalidade das mais representativas do mundo judaico no século XVII, tinha profundo conhecimento da gramática hebraica e era um popular pregador, além de poeta. O que é relevante em sua obra, e deve ser considerado como documento histórico, é o poema “Zekher asit leniflaot El”, em que descreve os acontecimentos durante a guerra entre holandeses e portugueses pela recuperação de Pernambuco. Ele também escreveu o prefácio da tradução de

*Casa de Dios y puerta del cielo*, em que narra as vicissitudes e o sofrimento dos judeus nos anos de guerra entre 1645-1654 e sua saída do território.<sup>[11]</sup> Grande teólogo, Aboab da Fonseca defendia a tese de que o pecador judeu, por mais graves que fossem seus pecados, jamais seria penalizado com a extinção eterna. Essa crença se adequava perfeitamente aos marranos, que haviam fugido de Portugal e retornado ao judaísmo na Holanda, e aos cristãos-novos acomodados em sua nova fé.

As ideias de Aboab foram admiradas e reconhecidas por intelectuais não judeus, como o padre Antônio Vieira, que costumava dizer que “Aboab sabia o que dizia”.<sup>[12]</sup>

Outro destaque foi Mosseh Rephael d’Aguilar, o rabino da sinagoga de Maurícia, que estabeleceu um sistema pioneiro de estudos nas artes liberais medievais (gramática, retórica e lógica). Escreveu um tratado sobre a lógica aristotélica e a retórica greco-romana. Os manuscritos visavam a fornecer aos alunos e professores da escola judaica recifense um manual de conhecimento profundo de retórica. Envolvia-se pessoalmente nos primeiros estágios de oratória dos alunos, orientando-os em sua formação de debatedor (comum na sociedade literária holandesa).<sup>[13]</sup>

Pode-se dizer que judeus luso-brasileiros e seus descendentes se destacaram pela conquista de uma vida estabilizada aonde quer que fossem e, fundamentalmente, pelas ideias que deixaram marcadas na tradição democrática, um século antes de Voltaire e Rousseau proclamarem a defesa da liberdade religiosa e de pensamento.

## 6

# As hostilidades: a difícil convivência entre católicos, protestantes e judeus

O fato de os judeus serem necessários como intérpretes fez com que os diretores da Companhia das Índias Ocidentais os protegessem. Mas, apesar da relativa liberdade e da possibilidade de progresso econômico e cultural, o antissemitismo sempre esteve presente, tanto do lado dos calvinistas como da parte dos cristãos-velhos – documentos pesquisados demonstram que essa atitude era real.

As acusações eram as mais variadas. Os calvinistas se queixavam da “arrogância” dos judeus, dizendo que usurpavam o comércio, além de se casarem com mulheres cristãs – ou, pior, de viverem em concubinato com elas.  
[\[1\]](#)

Relatórios anuais eram enviados à Companhia das Índias Ocidentais sobre os negócios na colônia, e o de 1641 acusava os judeus de dominarem todo o comércio açucareiro e professarem sua fé ostensivamente em locais públicos. Esses relatórios pediam a proibição da participação de judeus de leilões, de serem funcionários públicos e de arrecadarem impostos.  
[\[2\]](#)

As reclamações eram recorrentes. Dizia-se que em outros países os judeus eram obrigados a usar um distintivo de identificação, um chapéu vermelho ou insígnias amarelas no peito, para que todos soubessem sua procedência e não se deixassem enganar ou roubar,

pois todos sabiam dos meios usados pelos filhos de Judas que mentem, enganam, usam medidas falsas, o que dificulta a concorrência dos cristãos que não se utilizavam de trapaças. Por causa de sua usura com os lavradores, são uma verdadeira peste nas terras do Brasil. O Brasil pertence aos cristãos e não aos malditos filhos de Israel que profanam o nome de Jesus. Os israelitas não são necessários aqui, os cristãos podem fazer tudo o que eles fazem!  
[\[3\]](#)

Mas a Companhia das Índias Ocidentais tinha nos judeus importantes aliados políticos, o que não acontecia com os cristãos portugueses. E, por maior

que fosse a pressão, havia interesse em consolidar o comércio de importação e exportação de mercadorias. Por isso, a companhia não poderia tomar nenhuma atitude drástica contra os judeus, a exemplo da solicitação de exclusão do comércio varejista – havia influência de acionistas judeus na companhia. Após a volta de Maurício de Nassau à Holanda, as únicas medidas tomadas contra os judeus foram a proibição da construção de uma nova sinagoga e a determinação de que, dali em diante,  $\frac{2}{3}$  dos corretores deveriam ser cristãos.

Maurício de Nassau chamou atenção para o crescente ódio dos negociantes cristãos contra os judeus. Ele defendia a tolerância religiosa, pois acreditava que ela traria fidelidade dos colonos ao governo holandês, e o endurecimento contra judeus ou católicos só alimentaria os riscos de insurreição. Acreditava ainda que os judeus eram mais fiéis que os católicos, mas temia que o governo de Portugal lhes concedesse liberdade religiosa e, assim, eles passassem para o lado do inimigo. Às vezes, pressionado pelos ministros calvinistas, Maurício de Nassau era obrigado, com o intuito de apaziguar os ânimos, a dar alguma declaração ou tomar alguma atitude contra os judeus.<sup>[4]</sup>

O seu espírito humanista, porém, foi reconhecido pela comunidade judaica, quando, em 1642, líderes judaicos, ao tomar conhecimento das pretensões do conde em retornar a Amsterdã, lhe ofereceram uma quantia anual, enquanto durasse seu mandato, para que ele permanecesse como governador.

A preocupação dos líderes judaicos de Amsterdã se justificava pelo fato de que, desde 1642, funcionava no Recife um sínodo calvinista, espécie de Inquisição da Igreja Reformada. O sínodo tinha poder deliberativo e executivo sobre matérias referentes à organização interna e ao comportamento moral da população que vivia no Brasil holandês, recomendando às autoridades governamentais medidas coercitivas ou punitivas para aqueles casos que eram julgados escandalosos e merecedores de censura ou punição. O julgamento e as punições eram regulados por um tribunal civil acionado por solicitação das autoridades civis ou religiosas e não eclesiásticas, como no caso da Inquisição católica.<sup>[5]</sup>

A preocupação do sínodo referente aos comportamentos morais se concentrava em cinco pontos: a situação marital de casais que viviam em concubinato; a prostituição; as práticas católicas, como as benzeduras, blasfêmias, heresias e apostasias; a violação do domingo por judeus e negros; a liberdade religiosa de judeus e católicos.

Apesar de o sínodo ter sido oficialmente instalado no Brasil somente em 1641, desde 1637 as assembleias da classe, nome dado às reuniões entre governo holandês colonial e representantes da Igreja Reformada, dedicavam-se a discutir

problemas que envolviam os judeus, principalmente as reclamações referentes aos relatórios descritos no início do texto, como a excessiva liberdade de culto judaico, as práticas judaicas “escandalosas”, a concorrência desleal nos negócios. O único caso julgado pelo sínodo que se referia a um judeu foi o de uma mulher (judia) na Paraíba, acusada de sacrilégio contra o nome “do nosso Salvador Jesus Cristo e o Santo Batismo”. O sínodo concluiu que a mulher dava esperanças de conversão e vinha frequentando assiduamente a igreja, e, por isso, deveriam ser dispensados bons cuidados pastorais para com ela.<sup>[6]</sup>

No ano da organização do sínodo em Pernambuco, teve início uma regulamentação restritiva das atividades sociais e religiosas dos judeus. Impedia-se que os judeus se casassem com cristãos, e foi decretado que os filhos de casamentos mistos, no caso de a genitora ser judia, deveriam ser tutelados por parentes cristãos.

Em uma ocasião, o mercador de açúcar judeu Moisés Abendana tinha contraído dívidas com credores holandeses, que somavam 12 florins. Foi encontrado enforcado, e as autoridades deduziram que ele havia cometido suicídio. A Câmara dos Escabinos de Maurícia, dirigida pelo escolteto – espécie de promotor público – Paulo António Daems, proibiu o sepultamento e determinou que seu corpo fosse exibido em uma forca como exemplo, como era prática na Holanda. Os líderes da comunidade judaica de Recife procuraram Maurício de Nassau dizendo que assumiriam a dívida de Abendana e pagariam um bônus pelos inconvenientes, para evitar o escândalo. Como Nassau não aceitou, os líderes procuraram os credores, que aceitaram o pagamento da dívida e permitiram o enterro.<sup>[7]</sup>

Partiu de um pastor protestante, Vicente Joaquim Soler, que prestava serviço à Companhia das Índias Ocidentais no Recife, uma das mais ferozes acusações contra os judeus. Ele escreveu diversas cartas insultando os judeus, acusando-os de “sugar o sangue do povo”, “de roubar a companhia” e de usufruir de “privilégios que prejudicavam os mercadores cristãos”.<sup>[8]</sup> Nessas cartas, nota-se uma grande preocupação dos calvinistas em relação ao aumento da população judaica. A ininterrupta chegada de judeus da Holanda e o crescimento da natalidade eram motivo de apreensão para os calvinistas, pois os judeus poderiam se tornar maioria na região.

Em 1641, o escolteto Daems pediu a expulsão e o confisco de bens de um rico cristão-novo, Gaspar Francisco da Costa, porque ele havia retornado ao judaísmo e se submetido à circuncisão.<sup>[9]</sup>

Outro exemplo do antissemitismo da época se deu quando um judeu acusado de blasfêmia foi torturado e morto por uma multidão insuflada por

discursos de padres e pastores. A comunidade judaica de Amsterdã reagiu indignada e acusou o governo holandês do Recife de favorecer as perseguições aos judeus. Reclamou ainda que os escabinos de Maurícia deveriam entregar o caso ao conselho de justiça para julgamento, como era costume na Holanda em casos de blasfêmia, e que os escabinos não tinham competência para julgar essa matéria.<sup>[10]</sup>

O mais enfático antissemita da época foi um padre, frei Manuel Calado, que deixou uma obra contendo as mais violentas acusações contra judeus. Calado descreve Recife como um paraíso e diz que, com a chegada dos judeus, a “usura, os ganhos ilícitos, a corrupção, os estupros e toda a espécie de crime foram disseminados pelo território”. Em seus sermões, frei Calado, aproveitando-se das reclamações que corriam de boca em boca, liderou um movimento antijudaico.<sup>[11]</sup>

Diversas tentativas foram feitas para impedir que os judeus exercessem a religião livremente. Em uma destas, o conselho eclesiástico dos calvinistas decidiu que as duas sinagogas deveriam ser fechadas. A comunidade judaica do Recife reagiu, entrou em contato com o conselho de líderes judaicos de Amsterdã que, em 1645, elaborou uma petição com a intenção de assegurar que não houvesse nenhuma distinção entre judeus e cristãos nas colônias holandesas. A resposta a essa petição foi um documento chamado “Patente Honrosa”, dirigido ao Conselho Supremo do Brasil e ao governador. Por intermédio desse documento, conseguiram desafiar os inimigos e mantiveram as sinagogas funcionando.<sup>[12]</sup>

Grande parte das hostilidades se dava em razão da concorrência nos negócios. Mas, mesmo com o crescimento das animosidades, o Pernambuco holandês era um dos poucos lugares no mundo, no século XVII, em que os judeus puderam trabalhar e viver sua fé, não publicamente, mas protegidos do grande mal da época, a Inquisição.

## O Santo Ofício e sua penetração no território holandês

A Inquisição não podia ocorrer na região brasileira pertencente à Holanda. Entretanto, não deixou de infligir angústias e pavor em alguns portugueses que viviam na região e em suas proximidades.

Foi durante a guerra travada pelos portugueses contra os holandeses pela reconquista do território ocupado que se fez aumentar a “judeufobia”, já difundida anteriormente. Os insurretos, em 18 de setembro de 1645, apoderaram-se do forte Maurício, próximo à foz do rio São Francisco, que havia sido construído em homenagem a Maurício de Nassau. Foram feitas prisoneiras cerca de 200 pessoas, sendo soldados, holandeses e portugueses. Protestantes e católicos constituíam a maior parte dos prisioneiros, mas dez judeus foram aprisionados e enviados à Bahia, de onde seguiriam para os cárceres do Santo Ofício da Inquisição, em Portugal. Esses dez judeus ficaram conhecidos na história como os “prisioneiros do rio São Francisco”.<sup>[1]</sup>

Desses prisioneiros, quatro conseguiram se livrar da Inquisição, pois eram originários da Alemanha e da Polônia e não sabiam falar português. Eram eles Jacob Polaco, David Michel, Isaac Johannis e Salomão Jacob.

Os outros seis ficaram confinados nos cárceres da Inquisição em Lisboa, enquanto os inquisidores mandavam fazer investigações sobre sua origem e fidelidade à fé católica. O Tribunal do Santo Ofício da Inquisição só considerava como pertencentes a sua alçada portugueses que fossem batizados. Aos judeus não era oficialmente permitido viver em território pertencente ao Império Lusitano, e, se algum prisioneiro eventualmente provasse que não havia recebido o sacramento do batismo, ele não era punido pelo tribunal.

A origem de Samuel Israel, Samuel Velho, David Shalom, Abraão Bueno, Isaac de Carvalho e Abraão Mendes, por falarem bem a língua portuguesa,

despertou suspeitas, e os inquisidores decidiram pesquisar sobre suas vidas e crenças.<sup>[2]</sup>

Diversas testemunhas foram chamadas para prestar depoimento sobre os prisioneiros do Brasil, entre elas um secretário da Inquisição, encarregado de avaliar o conhecimento dos acusados sobre a língua portuguesa. Apoiando-se no critério linguístico, os inquisidores buscavam saber quem havia nascido em Portugal. Os cristãos-novos que levantaram maiores suspeitas foram Samuel Velho e David Shalom, por falarem muito mal o holandês e perfeitamente o português, e Abraão Bueno, que provinha da França.

Soldados holandeses, companheiros dos portugueses cristãos-novos no forte Maurício, também foram convocados a prestar depoimento. Um militar, Martim Crama, judeu holandês de origem asquenazita, informou que Samuel Velho e Abraão Mendes eram originários da cidade do Porto e que Abraão Bueno vinha de uma vila próxima a Coimbra. O Santo Ofício mandou investigar o lugar de nascimento dos réus e conseguiu as certidões de batismo de Gabriel Mendes e João Nunes Velho.<sup>[3]</sup>

Os cristãos-novos adotavam frequentemente, por motivo de segurança, dois nomes, às vezes três. Samuel Velho (ou João Nunes Velho), Abraão Bueno (ou Diogo Henriques) e Abraão Mendes (ou Gabriel Mendes) foram os penitenciados. Os inquisidores ficaram sabendo que eram portugueses batizados e que fugiram de Portugal na infância; na França e na Holanda se tornaram judeus. Os três confessaram perante os inquisidores que eram “judeus de fé judaica” e “públicos”, isto é, que em Pernambuco professavam abertamente a religião. Gabriel Mendes havia chegado a Hamburgo aos 11 anos, fora educado na fé judaica e submetido à circuncisão. João Nunes Velho foi circuncidado na casa de seu tio Jerônimo de Souza, ou Samuel Barbanel, em cerimônia religiosa. Diogo Henriques ou Abraão, como era chamado pelos judeus, ou ainda Jacques pelos franceses, foi circuncidado ainda bebê, na casa de seus pais, aos 10 meses.<sup>[4]</sup>

A história desses três prisioneiros é semelhante à de muitos marranos que precisaram contar com a ajuda de amigos ou parentes para fugir de Portugal. No século XVII havia na Europa uma forte rede internacional para auxiliar a fuga de cristãos-novos, ligando o eixo Pernambuco-Portugal-Holanda. Essa rede, sem precedentes na história mundial, foi construída com a ajuda de ricos mercadores judeus, semelhante às redes que haviam funcionado no século XVI, com o apoio de dona Gracia Mendes, uma das mulheres mais notáveis e influentes de sua época. Dona Gracia viveu na Itália e na Turquia, onde foi amiga do sultão Solimão, o Magnífico, e aproveitou sua fortuna e seu prestígio econômico para

criar uma rede internacional de comunicação que serviu de rota para fuga dos marranos perseguidos pela Inquisição.<sup>[5]</sup>

Assim que os portugueses foram presos no rio São Francisco e enviados à Inquisição em Portugal, a comunidade judaica de Amsterdã e os Estados-Gerais intercederam junto ao rei português, exigindo a libertação. Recordavam o artigo 25 do tratado de 12 de junho de 1641, pelo qual todas as pessoas das Províncias Unidas e residentes nas colônias holandesas, de qualquer confissão religiosa, não seriam objeto de perseguição inquisitorial.<sup>[6]</sup>

Ao subir ao trono de Portugal, em 1640, dom João IV tinha como seu conselheiro um jesuíta, o padre Antônio Vieira, entusiástico defensor dos judeus e cristãos-novos. Aconselhado pelo seu confessor e interessado em se aliar politicamente à Holanda, o rei português interveio junto à Inquisição em favor dos prisioneiros.<sup>[7]</sup>

Foram libertados por falta de provas três judeus: Samuel Israel, o mais velho de todos, que atuou como rabino na esnoga do São Francisco, David Shalom, que falava pior o holandês, e Isaac Carvalho.

Nesse período, as tensões entre a Inquisição e a monarquia portuguesa estavam no auge. A Inquisição era poderosa e limitava a influência real em assuntos religiosos.

Pressões inquisitoriais fizeram os prisioneiros confessarem culpas relacionadas ao judaísmo. Ao inventarem e procurarem enredar os inquisidores, fingiram estar arrependidos e desejosos de se reconciliar com a Igreja. Gabriel Mendes, João Nunes Velho e Diogo Henriques ouviram suas sentenças em auto de fé no dia 15 de dezembro de 1647. A maioria dos cristãos-novos teve como sentença o cárcere, o confisco e o uso de uma capa infamante sobre suas vestes, com insígnias de fogo, durante toda a vida. O hábito penitencial foi retirado anos mais tarde por “mercê” da Inquisição.<sup>[8]</sup>

Os três cristãos-novos mencionados não foram os últimos “brasileiros” penitenciados pela Inquisição de Lisboa durante o período de combate entre holandeses e portugueses. Vários foram presos em outras regiões do Brasil, e um dos que tiveram seu mais trágico destino foi o jovem Isaac de Castro, preso e queimado vivo no mesmo auto de fé em que foram penitenciados os “prisioneiros do São Francisco”.

Isaac de Castro chegou ao Brasil em 1641, aos 19 anos. Sobre o motivo de sua viagem ao país, alguns historiadores afirmam que ele fugia de um pequeno delito que havia cometido em Leiden, onde estudava ciências, ocasião em que teria ferido um jovem em um duelo em nome da honra<sup>[9]</sup>. Outros historiadores afirmam que o jovem veio ao Brasil com o objetivo de divulgar a fé judaica

entre os cristãos-novos. Com essa intenção em mente, seguiu para o Recife acompanhando seu tio, Mosseh Rephael d’Aguilar, o erudito rabino, responsável pela fundação da segunda sinagoga do Recife.

Isaac de Castro foi um mestre do judaísmo, viajou à Paraíba, ao Rio de Janeiro e à Bahia procurando contatar cristãos-novos também dispersos no distante sertão e levar-lhes uma mensagem de judaísmo. Era um pequeno comerciante, aproveitava essas viagens para realizar negócios. Após vinte meses em Pernambuco, as autoridades policiais souberam de sua condição de foragido, e Isaac de Castro teve que fugir para Salvador.

Na Bahia, ciente do perigo inquisitorial, apresentou-se ao bispo da cidade como judeu e pediu conversão. O seu jogo não deu certo, e ele então foi preso na Bahia e levado aos cárceres da Inquisição em Portugal. Acusado de proselitismo, os inquisidores encontraram entre seus pertences o livro *Thesouro dos Dinim*, de autoria do famoso rabino de Amsterdã, Menasseh ben Israel, que servia de guia religioso para os marranos.

Apesar de jovem, Isaac de Castro tinha uma grande cultura judaica. Perante os inquisidores, não renegou sua fé e tentou convencê-los de que a única lei era a lei de Moisés. Foi condenado e queimado vivo. Está escrito que no dia de sua morte os ventos sopravam com tanta força que o martírio do réu durou horas, antes que fosse reduzido a cinzas. Os seus gritos ecoavam pela praça, e, enquanto morria, ele recitava a mais famosa declaração do judaísmo, o Shemá Israel.<sup>[10]</sup> Conta-se que os inquisidores ficaram tão impressionados com o sofrimento do jovem que decidiram não mais declarar pena de morte – o que nunca se cumpriu.

A primeira obra no Brasil foi escrita por Elias Lipner, que reforça em seu livro a ideia de que Isaac de Castro foi um mártir do judaísmo. Recentemente, Ronaldo Vainfas fez uma nova leitura desse personagem, destacando, entre suas diversas facetas, a personalidade violenta que resolvia desavenças pessoais com um facão preso à cintura. Vainfas explicou as viagens de Isaac por diversas regiões do Brasil meramente por causa do ofício de mascate.<sup>[11]</sup>

As dificuldades econômicas e o temperamento explosivo descrito por Vainfas não anulam o interesse de Isaac de Castro pelo judaísmo e seu ensino. A convivência com o tio rabino, Rephael d’Aguilar, e as crenças milenaristas defendidas por Aguilar, que afirmava que o advento da era messiânica só seria possível após a dispersão dos judeus em todas as partes do mundo, podem ter influenciado sua personalidade, o que só vem a demonstrar a complexidade do ser humano.<sup>[12]</sup>

O fato é que Isaac de Castro viajava a negócios, como descreve Vainfas,

mas sempre levava com ele o livro *Thesouro dos Dinim*. Se não tivesse a preocupação em divulgar a fé judaica, por que arriscaria carregar um manual de judaísmo em território colonial português? Também é fato que o jovem preso nos cárceres do Santo Ofício discutia filosofia e teologia, tentando convencer os padres e os inquisidores da superioridade da fé judaica. A dramática morte de Isaac de Castro proporcionou momentos de reflexão sobre a “misericórdia da Igreja”.

Outros judeus e cristãos-novos foram aprisionados no Recife por tropas luso-brasileiras. Em 28 de janeiro de 1649, dois jovens, Samuel Nehemias e Arão Moreno, cujos pais viviam havia mais de cinquenta anos em Amsterdã, foram presos e enviados à Inquisição de Lisboa. Os judeus recorreram aos Estados-Gerais, que intercederam junto ao rei de Portugal, mas este respondeu que nada podia fazer. A conclusão do processo não foi encontrada, pois o nome em hebraico dos acusados dificultou que se achasse a pasta na Torre do Tombo, em Portugal. [\[13\]](#)

Em 26 de janeiro de 1649, outro cristão-novo, Pedro de Almeida, estava nos cárceres dos Estaus. Foi preso na Paraíba, onde trabalhava como mercador, tinha 31 anos e afirmou viver havia dezesseis na Paraíba. Fora denunciado por Samuel Velho, um dos “prisoneiros do São Francisco”, seu primo, que dizia ser Pedro de Almeida, morador de Amsterdã e judeu professo. O réu tentou se defender dizendo que, após a invasão holandesa, enquanto fugia em uma caravela portuguesa, foi aprisionado por holandeses e enviado ao Recife, onde foi convencido pelo judeu Simão de Leão a retornar ao judaísmo. Pedro de Almeida foi reconciliado com o Santo Ofício no auto de fé em 10 de julho de 1650, quando recebeu a sentença de cárcere e hábito penitencial com confisco de bens. [\[14\]](#)

Como Pedro de Almeida, muitos que haviam sido denunciados pelos “prisoneiros do São Francisco” foram presos em trânsito, enquanto viajavam a negócios ou durante as batalhas. A prisão desses dez homens significou grande colaboração para a Inquisição portuguesa, que, apesar de afastada do território pernambucano por motivos políticos, mantinha seus olhos na população local.

Um caso intrigante, por diferir dos demais, foi o de uma proeminente figura da sociedade pernambucana, Miguel Francês, preso em 1645, em Pernambuco, por ordem do ouvidor-geral da capitania, membro do governo português que, provavelmente, encontrava-se refugiado na Bahia ou na Paraíba. Esse fato foi inédito, pois a região estava sob governo holandês, e a Inquisição não tinha jurisdição no território. [\[15\]](#)

Miguel Francês foi levado a Lisboa por uma caravela que passava em um

porto de Pernambuco. O capitão do navio entregou Miguel Francês, acompanhado de uma carta de conteúdo desconhecido (a visibilidade e a clareza das letras tornam impossível sua leitura no processo), a um familiar do Santo Ofício de Lisboa, que o conduziu ao tribunal da Inquisição.

Segundo o depoimento do próprio acusado, Miguel Francês era judeu declarado. Havia sido batizado na cidade de Abrantes, Portugal, onde nasceu, mas aos 12 anos foi viver em Flandres com sua família, onde teve educação judaica. Em seu processo consta um grande número de denúncias, a maioria referente a pessoas de sua convivência em Pernambuco, embora ele também tenha denunciado todos os parentes e amigos que viviam em países da Europa, distante da alçada da Inquisição portuguesa, no sudoeste da França. Quando se compara o nome dos denunciados com a lista dos integrantes da congregação judaica do Recife, averigua-se o fato.

Miguel Francês fez descrições detalhadas das cerimônias judaicas que praticava e dos rituais litúrgicos de que tinha conhecimento. Sabia a reza em que os judeus enaltecem a unicidade de Deus e a do pão, que se faz antes do jantar da sexta-feira à noite, quando tem início o dia sagrado dos judeus, o shabat, além de demonstrar profundo conhecimento do Velho Testamento. As orações foram descritas em ladino, uma mistura de espanhol e hebraico, língua utilizada nas preces religiosas dos sefarditas.<sup>[16]</sup>

O réu saiu em auto de fé no dia 4 de maio de 1645. Devido a sua grande colaboração, teve como pena o hábito penitencial, o qual foi retirado durante o auto de fé. Já em 1647, pediu licença para retornar ao Brasil, prometendo viver entre católicos. Os seus bens nunca foram confiscados, pois estavam em território holandês, e em 1648 Miguel Francês já se encontrava no Recife, onde era considerado o judeu mais afortunado da região.<sup>[17]</sup>

## O início de um novo exílio para os judeus: a guerra

Os portugueses tentavam desde 1640 recuperar os territórios conquistados pelos holandeses, mas sem êxito. Em 1639, o governador-geral dom Fernando de Mascarenhas, conde da Torre, ordenou ao governador do Rio de Janeiro, Salvador Correia de Sá e Benevides, que arregimentasse nas capitânicas do Sul uma companhia que auxiliasse no socorro ao Nordeste. Como incentivo, o governador-geral decretou que aqueles que se alistassem na missão seriam perdoados do crime de apresamento de índios, em alusão clara aos sertanistas e bandeirantes paulistas.

Ao mesmo tempo, a Câmara Municipal de Salvador enviou uma carta ao capitão-mor Raposo Tavares pedindo que substituísse dom Francisco Rendon no alistamento dos paulistas para o terço de socorro na luta contra os holandeses.<sup>[1]</sup> Para comandar a empreitada, Raposo Tavares recebeu o título de governador de recruta e desembarcou na Bahia com 150 homens que se juntariam às tropas do conde da Torre na divisão de infantaria.<sup>[2]</sup> Em novembro daquele ano teve início uma longa batalha naval na costa brasileira entre as tropas de conde da Torre e os holandeses para recuperar o domínio de Pernambuco. Foram quatro combates em menos de dois meses, e os luso-brasileiros foram derrotados em todas as frentes. Somente um navio, liderado pelo mestre de campo de Pernambuco Luís Barbalho Bezerra, em que se encontravam também Raposo Tavares e sua guarnição, conseguiu escapar e seguir para o Rio Grande do Norte. Desembarcaram no porto do Touro, onde enfrentaram novamente tropas holandesas e fugiram em direção à Bahia. Relatos da época contam que os soldados foram reduzidos à condição de miséria. A escassez de armamentos, munição, roupas e comida levou os combatentes na luta pela sobrevivência a abater seus próprios cavalos para não morrer de fome.<sup>[3]</sup>

Paralela à organização bélica, a diplomacia portuguesa, na figura do padre Antônio Vieira, negociava com a Holanda vantagens financeiras e uma soma em dinheiro para a entrega do Nordeste.<sup>[4]</sup>

Passados três anos, o descontentamento dos colonos em relação à administração holandesa foi crescendo. Em 13 de outubro de 1644, um grupo de judeus que vivia no interior de Pernambuco informou ao alto conselho da Companhia das Índias Ocidentais a existência de indícios de um plano português para a retomada do território nordestino.<sup>[5]</sup>

Alguns portugueses armados e elementos militares circulavam em Pernambuco. Os conspiradores, com o apoio informal do rei dom João IV, começaram a buscar adeptos para o movimento, prometendo-lhes perdão das dívidas que haviam contraído com holandeses e judeus.<sup>[6]</sup>

Sebastião de Carvalho e Antônio de Oliveira, convidados a fazer parte da revolta, foram aconselhados pelo judeu Fernão do Vale, senhor do engenho Guararapes, a delatar os rebeldes. A denúncia chegou ao alto conselho holandês pelo médico judeu Abraão de Mercado. No dia 14 de outubro de 1644, Moisés da Cunha revelou que o cristão-novo João Fernandes Vieira havia enviado à Bahia joias e artefatos de prata e, em conjunto com os portugueses da Várzea, projetava um golpe surpresa contra o governador durante um leilão de escravos no Recife.<sup>[7]</sup>

Quando as primeiras notícias da insurreição foram divulgadas, tanto holandeses como judeus passaram a cobrar as dívidas de moradores de pequenas posses e senhores de engenho. Parte do pagamento era feito em açúcar, que era remetido diretamente à Europa.

Diversos judeus moradores do interior pernambucano se refugiaram em Recife, pois corria a notícia de que a campanha militar havia sido iniciada. No mês de junho de 1645, em Ipojuca, portugueses haviam atacado judeus que carregavam barcos holandeses com farinha e açúcar, e dessa luta resultou a morte de dois judeus. Em dezembro do mesmo ano, uma guarnição de quarenta soldados recebeu a missão de enfrentar os inimigos portugueses que se aproximavam da ilha de Itamaracá, auxiliada por um grupo de índios que residiam ali, quando uma grande armada portuguesa atacou a ilha, incendiou três navios holandeses e fez três judeus prisioneiros no porto de Pau Amarelo.<sup>[8]</sup> Os prisioneiros judeus foram examinados pelo clero católico local sobre a sua origem genealógica. O encarregado foi frei Manuel Calado, responsável por liderar um movimento antijudaico no período. Calado afirmou que dois dos prisioneiros eram cristãos-novos, naturais de Lisboa e retornados ao judaísmo. Os batizados, Moses Mendes e Isaac Rusten, não foram enviados à Inquisição de

Lisboa por motivos desconhecidos, mas foram julgados pelo ouvidor da Bahia, doutrinados pelo frei e condenados à força. O terceiro prisioneiro conseguiu fugir e alcançar o Recife. Esse fato teve uma repercussão extremamente negativa perante o governo holandês, que passou a se organizar para se defender.<sup>[9]</sup> A comunidade judaica de Amsterdã também expressou seu descontentamento, lembrando às autoridades holandesas a lealdade judaica naquele momento de crise.

Quando o movimento eclodiu, em 13 de junho de 1645, muitos da nação judaica foram pegos de surpresa e aprisionados no interior da capitania. Temendo pela segurança dos judeus, os correligionários Arão Navarro, David de Torres e Fernão Martins da Silva solicitaram ao alto conselho, em 1º de julho de 1646, permissão para que os judeus residentes na Paraíba fossem transferidos para o Recife.

A necessidade de defesa do Recife fez os judeus da guarda cívica perderem o privilégio de descansar aos sábados, principalmente quando, em 12 de setembro de 1645, a chamada Guarda dos Judeus, milícia judaica que guardava o forte e protegia a entrada norte de Recife, foi atacada por tiros de canhões.<sup>[10]</sup>

Com a rendição do forte, os luso-brasileiros fizeram mais de 200 prisioneiros, sendo que 180 soldados eram holandeses, franceses, alemães, poloneses, escoceses e ingleses. Entre eles estavam os judeus conhecidos como os “dez cativos do rio São Francisco”, ou “prisioneiros do São Francisco”.

Em 13 de novembro de 1645, uma tropa judaica com quarenta homens foi encarregada de uma missão especial: navegar em direção à frota portuguesa e verificar quantos navios se dirigiam ao ataque. No dia 21, ao completar sua missão, desembarcaram no Recife com a notícia de que os navios portugueses eram muitos e já haviam alcançado a ilha de Itamaracá.<sup>[11]</sup>

Em 28 de novembro, a situação era muito difícil no Recife, tanto que os holandeses já pensavam em capitulação. Mas se isso acontecesse de fato, os líderes judaicos teriam que negociar a segurança dos judeus. Foi enviado um documento pedindo que a questão judaica fosse tratada com a delicadeza que requeria o momento, na medida em que os judeus não tinham espaço no império português.<sup>[12]</sup>

Os judeus tiveram como resposta um documento honroso em favor da nação judaica, em que eram reconhecidos pela autoridade máxima holandesa, os Estados-Gerais, sendo vistos com os mesmos direitos que os outros súditos holandeses.<sup>[13]</sup>

Com o andamento da insurreição, porém, uma onda de fervor religioso dominou o governo holandês, que renovou o edital proibindo a profanação dos

domingos e as blasfêmias. Os judeus foram acusados de não respeitar a guarda do domingo, abrindo suas escolas e trabalhando, o que foi visto com grande horror pelos cristãos.

O ano de 1646 foi muito difícil. Holandeses e judeus foram assediados no Recife. Os luso-brasileiros obtiveram várias vitórias, nas Tabocas, na Casa Forte e no cabo de Santo Agostinho, o que isolava a cidade do Recife da zona rural, impedindo o acesso à região agrícola.

O abastecimento de alimentos tornou-se escasso. Além do isolamento da cidade, os navios holandeses que traziam produtos tinham dificuldade de chegar ao porto. Cerca de 8 mil pessoas passaram meses com racionamento de gêneros alimentícios e tiveram que dividir seus víveres com as guarnições de Itamaracá, onde a escassez era ainda maior. Desse período, há relatos de grande número de mortos por inanição.<sup>[14]</sup> A fome era tão grande que os animais domésticos passaram a ser fonte de alimento. Entre os escravos, que normalmente só ficavam com as sobras, a miséria era ainda mais sentida. Nos estatutos da sinagoga, percebe-se, com a crise, uma considerável diminuição nos salários pagos aos funcionários.

O rabino Isaac Aboab da Fonseca deixou em forma de poema um relato desses dias de penúria. O poema hebraico “Mi Kamocho”, ou “Quem é como tu”, faz referências à aliança entre o rei de Portugal, dom João IV, e João Fernandes Vieira, que auxiliou Portugal na retomada do território brasileiro. Descreve João Fernandes Vieira como um homem arrogante, perverso e escarnekedor e narra a grande fome e os traidores abrigados no Recife holandês que se comunicavam com os sitiadores portugueses.<sup>[15]</sup>

Eis a versão usada por Gonsalves de Mello sobre o fatídico momento:

[...] Pretendiam os pérfidos portugueses exterminar aqueles que estavam no Brasil, chefiados por um malvado que ascendera da lama, filho de pai ignorado e de uma negra; a notícia da conspiração foi ridicularizada pelos chefes holandeses, mas quando se evidenciou a verdade, ele fugiu para o abrigo das matas, onde aguarda a chegada dos regimentos enviados pelo rei. Pretendia ele saquear o povo de Israel e exterminá-lo, mas não conseguiu. Entretanto, as dificuldades enfraqueceram este povo, pois fora a espada semeava a morte e dentro reinava o terror, pois a conspiração era interna e externa [...] Começou então a fome, mas aos necessitados foram distribuídas rações. O corpo ficou reduzido quase aos ossos, e o povo passou a substituir o pão por peixe. E o estômago se ressentiu. Era este o momento desejado pelo inimigo para tornar-se o dono da casa e dos bens do povo de Israel. Deus permitiu, porém, que sua gente fosse salva por intermédio de dois navios vindos da Holanda. Lembrai e guardai isto, meus irmãos: aquele dia foi um milagre de Deus.<sup>[16]</sup>

Em 1647, doenças, fome e operações militares levavam os cidadãos à morte. Os judeus tinham ainda mais um motivo para se preocupar: temiam ser capturados pelos portugueses, pois, desde o início da insurreição, os que haviam

sido aprisionados foram condenados e enforcados como traidores. Foi o que aconteceu em 1645, quando 13 judeus foram capturados pelos rebeldes luso-brasileiros e executados.<sup>[17]</sup>

A partir de 1649, algumas possibilidades de sobrevivência se abriram para os judeus do Recife. Foram estabelecidos contratos para o fornecimento de vestuário para as tropas holandesas, e alguns como Arão de Pina e Abraham Cohen passaram a se dedicar à confecção de uniformes, o que lhes auxiliou na complementação da renda.<sup>[18]</sup>

Nem todos os judeus permaneceram no Recife depois da insurreição. Muitos dos que não tinham bens e interesses na região regressaram para a Holanda a partir de 1646, levando cargas de açúcar e pau-brasil.

Os holandeses experimentaram o início da derrota quando, em 1648, seu território já havia sido reduzido ao litoral – Recife, Maurícia, Paraíba, Itamaracá e Rio Grande, Maranhão, Ceará, interior de Pernambuco, Alagoas e Sergipe já haviam sido retomados. Uma grande batalha foi travada nas proximidades do Recife, em Guararapes, e aos holandeses foi infligida uma derrota, indicando que o fim estava próximo.

Em 1653, foi avistada uma grande esquadra portuguesa no Recife, com sessenta velas, que ancorou em frente à cidade, completando o ataque pelo mar e por terra.

No início de 1654, a cidade tornou-se um caos, os soldados desistiram da batalha e muitos dirigiram seus esforços para saques e pilhagens. Gonsalves de Mello descreve que o interesse em saquear casas era maior, principalmente a residência do comerciante judeu José Francês, o mais rico da cidade. O comentário foi ouvido por Abraham Cohen, que tratou de se reunir com o conselho de anciãos judaicos, na época formado por Jacob de Lemos, Benjamin de Pina e Fernão Martins. O conselho entrou em contato com o governo holandês, que já se encontrava reunido com autoridades civis e militares, para concluir que deveria ser feito um acordo com os portugueses.<sup>[19]</sup>

Os holandeses não conseguiram mais resistir, principalmente pelo fato de seus esforços estarem concentrados na Europa, decorrentes da guerra que a Holanda travava com a Inglaterra paralelamente (1652-1654).<sup>[20]</sup> A batalha estava perdida.

Uma comissão foi enviada para negociar a capitulação em 23 de dezembro de 1653, quando começaram os entendimentos. No dia 25, os termos de capitulação já tinham sido redigidos. O acordo foi assinado em 26 de janeiro de 1654, e no dia 27 as tropas portuguesas ocuparam os fortes de Recife.<sup>[21]</sup>

## A EXPULSÃO, UMA NOVA LEITURA

Uma revisão histórica merece ser feita quando se analisam os últimos momentos da permanência dos judeus no Brasil. O documento firmado entre portugueses e holandeses fazia referência específica aos judeus, mas a cláusula dá margem a diversas interpretações.<sup>[22]</sup> Para uma análise mais profunda, eis os principais termos do acordo:<sup>[23]</sup>

Artigo 2 – Serão compreendidas neste acordo todas as nações de qualquer qualidade ou religião que sejam; que a todos perdoa, posto que hajam sido rebeldes à coroa de Portugal, e o mesmo concede, no que pode, a todos os judeus que estão no Arrecife e na cidade Maurícia.

Artigo 3 – Concede a todos os vassalos e pessoas que estão debaixo da obediência dos senhores Estados-Gerais tudo que for de bens móveis, que atualmente estiverem possuindo.

Artigo 8 – Que os vassalos dos senhores Estados-Gerais, moradores no Arrecife e na cidade Maurícia, poderão ficar nas ditas praças, no tempo de três meses; e lhes concede que possam comprar nas ditas praças todos os mantimentos que lhes forem necessários para seu sustento e viagem.

Artigo 10 – [...] mas fará que os vassalos dos senhores Estados-Gerais de nenhuma pessoa portuguesa sejam molestados nem avexados, antes serão tratados com muito respeito e cortesia; e lhes concede que, no dito três meses que hão de estar na terra, possam decidir os pleitos e as questões que tiverem, uns com os outros, diante do ministro de Justiça.

Artigo 12 – Que poderão deixar os ditos bens móveis, que tiveram para vender, ao tempo de sua embarcação, aos procuradores que nomearem de qualquer nação que sejam, que fiquem debaixo da obediência das armas portuguesas.

Artigo 13 – E lhes concede todos os mantimentos, assim secos como molhados, que tiverem nos armazéns do Arrecife e fortalezas, para se servirem deles e fazerem sua viagem; largando aos soldados os de que eles necessitarem para seu sustento e viagem; mas não lhes outorga o massame para os navios, porque promete dar-lhos aparelhados, para quando partirem para a Holanda.

O general Barreto ainda inclui:

[...] Os estrangeiros que permanecerem no território após o término do prazo, decorrente do atraso dos navios, receberão o mesmo tratamento honroso que havia sendo dispensado até aquele momento. Com exceção dos judeus que originalmente haviam sido batizados na fé católica, estes serão considerados heréticos e entregues à Inquisição portuguesa.<sup>[24]</sup>

Quando se analisam os termos do acordo de capitulação, algumas questões merecem ser levantadas: foi dada aos judeus integrantes da congregação opção para sair ou ficar? Se os judeus pudessem permanecer no Brasil, por que iriam querer sair? Os judeus foram ou não expulsos?

A historiografia clássica utiliza a palavra “expulsão” para descrever a saída dos holandeses e dos judeus do Brasil. Wiznitzer afirmou “[...] Portugal tinha declarado uma guerra de libertação contra invasores de diferentes religiões, isto é, calvinistas e judeus [...]. A saída dos holandeses do Recife marcou o começo de um sentimento nacional”. Todavia, completou: “[...] qualquer judeu que não

tivesse sido batizado católico poderia permanecer no Brasil sem correr o risco de ser molestado ou perseguido”. Gonsalves de Mello escreveu que “a ideia da expulsão dos holandeses do Nordeste nunca foi afastada das cogitações de estadistas e militares portugueses da metrópole e da colônia”. Mais recentemente, o rabino David Weitman foi mais claro e afirmou que, em “[...] 1654, os judeus são expulsos do Nordeste e retornam para a Holanda ou se dirigem para o Caribe e a América do Norte”.<sup>[25]</sup>

Ao observar com atenção as palavras desses autores, vê-se que há uma suposta expulsão. Entretanto, deve-se compreender qual tipo de política internacional era aplicado pela Holanda no período. Segundo Evaldo Cabral de Mello, as duas derrotas em Guararapes e os problemas internos enfrentados pelos Estados-Gerais, decorrentes de um golpe de Estado do *stadhouder* Guilherme II, levou a Holanda a abandonar a ideia de lutar pela manutenção do território do Nordeste brasileiro, adotando uma atitude diplomática com Portugal.<sup>[26]</sup> Ao fim da insurreição pernambucana, portanto, não houve expulsão, mas sim um acordo entre as partes, em que o Exército holandês deveria deixar o Brasil no prazo de três meses. Mas, segundo os termos do acordo, quem quisesse permanecer no território definitivamente receberia permissão. No caso dos judeus, havia um agravante: a maioria tinha origem cristã-nova e sua permanência nas possessões portuguesas poderia ser interpretada como sentença de morte.<sup>[27]</sup> O general Barreto, militar português responsável pela retomada do território, afirmou que, se “[...]o vigário-geral decidisse perseguir os judeus outrora cristãos, ele não podia impedi-lo”.<sup>[28]</sup> Apesar de não terem sido expulsos do Brasil, os sefarditas em sua maioria não tiveram alternativa, a não ser deixar a região.

A capitulação em 1654 não significou o fim do impasse entre Portugal e Holanda; o conflito se estendeu a uma guerra marítima de 1657 a 1661, próximo a Portugal e também nas Índias. Em 1661, foi feito um acordo em que a Holanda reconheceu a soberania portuguesa no Nordeste brasileiro e, em troca, Portugal pagou uma soma de 4 milhões de cruzados, além de vantagens comerciais.<sup>[29]</sup>

Devemos destacar a relativa tolerância do governo português no tratamento dispensado à comunidade judaica. Diferentemente de outros momentos da história, em que os judeus foram obrigados a abandonar suas casas e reduzidos à miséria, em 1654 tiveram respeito à dignidade judaica. Foi-lhes dada permissão para encerrar seus negócios, reunir bens e objetos pessoais, e navios foram disponibilizados para a travessia a outras regiões, abastecidos com mantimentos e remédios. Aqueles que não conseguiram liquidar seus negócios entraram com uma petição nos Estados-Gerais após seu retorno a Amsterdã e pediram uma

indenização pelos imóveis perdidos. A corte julgou procedente essa solicitação e incluiu no Acordo de Paz de 1661 uma cláusula que determinava que Portugal deveria pagar indenização pelos imóveis. Essa decisão dos Estados-Gerais foi ratificada em 1663 e, posteriormente, em 1669, em um acordo comercial entre Portugal e Holanda.<sup>[30]</sup>

Charles R. Boxer já havia chamado atenção para a retidão do general Francisco Barreto ao lidar com a comunidade judaica do Recife.<sup>[31]</sup> Anita Novinsky lembra que desde 1497 Portugal não permitia a presença de judeus em seus territórios e limitava as ações do general Barreto, fato que revelava a submissão do poder estatal à Igreja. A posição benevolente do general Barreto, portanto, desafiou o poder eclesiástico ao permitir um tratamento igualitário aos judeus no acordo firmado ao fim da guerra lusoholandesa.<sup>[32]</sup>

Em uma ocasião, o general demonstrou íntimas relações com os judeus, quando concedeu permissão ao sefardita José Francês para embarcar um carregamento de pau-brasil para a Holanda. Ainda que estivesse incluída, no termo de capitulação, a garantia de que poderiam levar bens móveis, o envio de carregamentos de grande volume não era usual. Barreto justificou a atitude dizendo que era justo conceder esse privilégio ao “estrangeiro”, porque ele havia lhe prestado “alguns favores” durante o tempo em que esteve preso no Recife em 1647.<sup>[33]</sup>

Um relato histórico de 1662, deixado por Yehuda Machabeu e reproduzido pelo cronista Saul Levi Morteira, reconhece a atitude positiva do governo português no tocante aos judeus após a guerra lusoholandesa e ainda ressalta a atitude do general Barreto de proteger os homens da nação, dando uma ordem, inédita na política portuguesa do século XVII, para que não fossem incomodados, sob pena de severa punição. Eis o relato de Machabeu:<sup>[34]</sup>

Primeiro, tocante à alma, é notório a todos o que sucedeu quando foi tomado o Brasil pelos portugueses, inimicíssimos por natureza do nome judaico, e em particular dos que forçaram a ser cristãos, acostumados aos cruelíssimos autos de fé de onde com tanta ostentação e regozijo, com quem faz sacrifícios, os fazem de vítimas humanas deste perseguido povo, acrescentando-se ao ser portugueses, da inclinação dita, ser um exército de soldados, compostos de negros, mulatos, pobres, famintos e descalços, desejosos de melhorar fortuna e com a sustanza [sic] de nação tão odiada deles. E com todo poderoso Deus, com seu infinito poder, evitou e salvou seu povo de todos os eminentes perigos, infundindo no ânimo do governador Barreto pretestos tais que mandou deitar pregão com graves penas que ninguém tocasse ou molestasse nenhuma pessoa da nação hebraica. E não somente isso, mas lhes consentiu vender suas mercadorias e lhe deu embarcações para a Holanda para mais de 600 pessoas que dos nossos havia, de onde, faltando embarcações holandesas, lhes deu portuguesas, de modo que se embarcaram em 16 navios, muitos deles velhíssimos, e todos por graça e providência divina chegaram a salvamento. E com ser que pelo caminho correrão grandes riscos, de todos os escapou o Senhor, e tanto isso assim que tomado um navio destes dos espanhóis e levando os judeus

à Inquisição, antes de poder pôr em efeito seu malvado intento e os levou a salvamento a Flórida ou Niu Nederland, de onde vieram em paz a Holanda. Larga e dilatada história requeria para relatar com particularidade o que contam cada qual do que sucedeu na passagem deste mar. Basta dizer que todos chegaram bem e escapou o Senhor suas almas e suas consciências de mão dos que com tantas trazas e crueldades as combatem de ordinário.<sup>[35]</sup>

Ao fim dos três meses, judeus e holandeses se preparavam para deixar o Recife. Nesse momento, o general Barreto solicitou uma relação com os nomes de todos os judeus moradores do distrito.<sup>[36]</sup> Wiznitzer informa que o documento original desapareceu, mas é citado em outro documento, de 21 de fevereiro de 1654.<sup>[37]</sup> Esse fato dificulta a comprovação de quantos foram os judeus que deixaram o Brasil ao final da guerra e quem eram, pois muitos sucumbiram durante a insurreição.

Não existem documentos que possam fornecer o número exato de judeus que morreram em ação, na luta pela defesa do Recife. Sabe-se que a milícia contava com, aproximadamente, 350 judeus em 1645, o que correspondia a cerca de metade dos homens da armada. Um documento assinado por Abrão de Azevedo, um dos mais importantes judeus da cidade em 1653, afirma que os judeus estiveram em guarda nos fortes da região dia e noite e que muitos tombaram em serviço atingidos por balas portuguesas.<sup>[38]</sup>

A maior parte dos judeus que viveu no Brasil holandês voltou para a Holanda e algum tempo depois se dirigiu a outras regiões, como as Antilhas, onde desenvolveu uma zona produtora de açúcar. Isso foi possível por causa do conhecimento adquirido nos engenhos pernambucanos. Outra parte dos judeus se fixou nas Guianas, em Barbados, na Martinica, em Nova Amsterdã, na América do Norte e depois em Curaçao.

Mesmo sendo portugueses, e apesar de muitos deles terem lutado ao lado de seus compatriotas, os judeus tiveram de deixar os territórios que eram uma extensão da pátria lusitana. Novamente não tiveram opção e partiram em busca da tão ansiada liberdade. Vinte e três judeus, depois de enormes perigos e vicissitudes, conseguiram chegar a Nova Amsterdã, hoje Nova York, “salvos por Deus”.<sup>[39]</sup>



## 9

### Um vagar sem porto

A guerra da reconquista portuguesa em 1654 marcou o fim da ocupação holandesa no Brasil. Os judeus moradores no Recife foram obrigados a sair da região deixando tudo para trás – propriedades, negócios, familiares e amigos.

O general português Francisco Barreto de Menezes colocou à disposição dos judeus expulsos 16 navios. Segundo alguns autores, embarcaram cerca de 600 pessoas; outros dizem que 150 famílias viajaram com destino a Amsterdã e às colônias holandesas no Caribe.<sup>[1]</sup> O acordo estipulado permitia que levassem consigo todos os bens móveis, objetos pessoais e mercadorias, como pau-brasil e caixas de açúcar.<sup>[2]</sup>

No século XVII, as condições de higiene e conforto durante a viagem eram precárias. Relatos da época contam que durante a noite eram ouvidos os gritos de pavor das crianças atacadas com “febre do navio”, sarampo e epidemia de piolhos.<sup>[3]</sup>

Em 26 de abril de 1654, três grupos de judeus deixaram o Recife. A primeira embarcação retornou à Holanda, a segunda se dirigiu ao Caribe e um terceiro grupo, sobre o qual se concentra este livro, seguiu no navio holandês *Valk*, comandado pelo capitão Jan Craeck, cujos proprietários eram os holandeses Paulus e Jacob de Sweert.<sup>[4]</sup>

Diversos documentos, que muitas vezes não coincidem em seus relatos, tratam das vicissitudes enfrentadas pelos judeus portugueses que estavam no navio *Valk*.

Um dos primeiros historiadores a reconstruir o percurso dos judeus após a saída do Brasil foi Samuel Oppenheim, no início do século XX. Oppenheim se baseou em um artigo de David Franco Mendes chamado “Toledot Gedolei Yisrael”, publicado um século após a chegada dos brasileiros a Nova Amsterdã.<sup>[5]</sup> Franco Mendes, em seu escrito, repetia dados de um manuscrito não publicado, de autoria do famoso Saul Levi Morteira, “Providencia de Dios com Israel”. A obra de Morteira foi escrita entre 1655 e 1662 e tem prefácio de

Yehuda Machabeu, que descreve os percalços da viagem no texto intitulado “Relatório dos julgamentos e redenção do Brasil em 1654”. Tanto Machabeu quanto Morteira estiveram no Brasil nos anos da ocupação holandesa. Morteira deixou o país em companhia do rabino do Recife Isaac Aboab da Fonseca, em 1654, e seu manuscrito foi encontrado por Oppenheim no catálogo da biblioteca de J. W. Six de Vromade. Inicialmente, não teve acesso ao documento, mas depois utilizou cópias da biblioteca Bodleian, em Oxford, da Biblioteca Real, em Haia, e de outra em Hamburgo. O texto possui 237 páginas.<sup>[6]</sup>

Oppenheim relata que uma tempestade com fortes ventos desviou o navio *Valk*, que ia em direção à Holanda para a Martinica. Ao reiniciar a viagem, os judeus foram atacados por piratas espanhóis que os saquearam, tomando o navio. O capitão de uma fragata francesa lutou com os piratas e os resgatou. Ao aportarem na Jamaica – que pertencia então à Espanha – para abastecer com suprimentos e negociar com o capitão o restante da viagem que os salvou, foram todos detidos pela Inquisição espanhola, que suspeitava de os passageiros serem judeus; na verdade, cristãos-novos.<sup>[7]</sup>

Os prisioneiros foram divididos em dois grupos, e os que despertaram maiores suspeitas de ser cristãos-novos foram obrigados a permanecer na Jamaica até novembro de 1654. Só foram libertados após intervenção do governo holandês, que se baseou no acordo de capitulação feito com os portugueses no Brasil, cuja garantia era liberdade e segurança aos partidários holandeses de qualquer nação e crença religiosa. Portugal já estava separado da Espanha desde 1640, mas descumprir um acordo firmado entre os governos português e holandês geraria um conflito internacional.

Os outros prisioneiros foram libertados após interrogatório. Eram judeus sefarditas da Holanda e da Itália, alguns asquenazitas e outros calvinistas holandeses. No grupo havia um pastor protestante da ilha de Itamaracá, próxima à Bahia, que pertencia ao Brasil holandês, Dominus Johannes Polhemius.<sup>[8]</sup> Polhemius desembarcou em Nova Amsterdã, na América do Norte, juntamente com os 23 judeus refugiados do Brasil e se tornou responsável pela congregação protestante de Midwout, Long Island.

Os judeus que desembarcaram na ilha de Manhattan eram ao todo 6 famílias, 6 homens casados e 2 solteiros. Havia também 2 mulheres viúvas e 13 crianças de diversas idades.<sup>[9]</sup>

Leon Hühner discorda da descrição de Oppenheim no que se refere ao local do ataque dos piratas: diz ele ter sido próximo a Cuba. Afirma que o navio havia sido saqueado por piratas que roubaram grande parte dos pertences dos passageiros e conclui que foram resgatados por uma fragata francesa, perto de

cabo de Santo Antônio, em Cuba, parando na Jamaica antes de seguir viagem a Nova Amsterdã. Diz ainda ter sido esse o momento em que alguns passageiros foram detidos pelos agentes da Inquisição.<sup>[10]</sup>

Arnold Wiznitzer descreve as peripécias dos sefarditas com outra versão: três grupos de judeus, ao deixar o Recife, enfrentaram problemas. O primeiro grupo, que seria o mencionado por Saul Levi Morteira e retomado por Oppenheim, naufragou na Martinica. O segundo e o terceiro grupos eram passageiros do navio *Valk*, alguns nascidos na Holanda, e outros, em Portugal.<sup>[11]</sup> Quando foram atacados por piratas espanhóis e levados à Jamaica, os nascidos na Holanda foram liberados pela Inquisição, enquanto os judeus nascidos em Portugal, portanto batizados, foram considerados hereges e permaneceram nos cárceres do Santo Ofício na Jamaica, até a intervenção do governo holandês.<sup>[12]</sup>

Os três historiadores concordam que os judeus, ao chegar a cabo de Santo Antônio, negociaram com o comandante do navio *Saint Catherine*, Jacques de La Motte, que cobrou um preço exorbitante para a época, 2.500 guilders pelo frete, pela comida e pelos móveis que levavam no barco.

Há uma divergência sobre o nome da fragata: *Saint Charles* ou *Saint Catherine*. No documento em que está escrito o nome há uma mancha de tinta, por isso Samuel Oppenheim afirma ser *Saint Catherine*. Oficialmente, a historiografia inglesa considera a afirmação de Oppenheim, mas a historiografia holandesa defende a tese de ser *Saint Charles*. Contudo, há uma prova de que realmente o nome do navio seja *Saint Charles*: uma nota da venda, em que o proprietário Symon Felle, em 7 de novembro de 1654, transfere a posse da fragata ao capitão James Mill's.<sup>[13]</sup>

Assim, conclui-se, depois de exaustivas pesquisas, que o navio *Valk*, ao enfrentar uma tempestade, teve seu curso desviado entre as ilhas do Caribe, quando estava próximo à Jamaica. Antes de atracar no porto, o navio foi atacado por piratas que tomaram os pertences dos judeus, os mantiveram prisioneiros e os negociaram com espanhóis em troca de ouro e prata. Os mercadores espanhóis entregaram os prisioneiros às autoridades eclesiásticas da ilha da Jamaica, onde foram retidos até que uma parte do grupo foi liberada e depois transportada até o porto de cabo de Santo Antônio, próximo a Cuba. Lá encontraram o capitão da fragata *Saint Charles*, que já os conhecia do Recife e com quem negociaram a viagem até Nova Amsterdã.<sup>[14]</sup>

A viagem, incluindo a prisão na Jamaica, durou mais de seis meses. Documentos contam que os judeus saíram na época do Pessach e chegaram a Nova Amsterdã alguns dias antes de Rosh Hashana.<sup>[15]</sup>

Segundo Wiznitzer, entre os 23 judeus que saíram do Brasil estavam

Abraham Israel, David Israel, Assar Leeven, Moses Ambrosius, Judicq de Mereda, Ricke Nunes. Esses nomes foram identificados no livro de registro da sinagoga Zur Israel do Recife como Abraham Ysrael, David Israel, Asher Levy, Mose Lumbroso, Judith Mercado (viúva de Rafael ou Moseh de Mercado), Ricke Nunes (viúva de Moseh Nunes).<sup>[16]</sup> Abraham Israel viajava com a esposa e dois filhos; David Israel, irmão de Abraham, com a esposa e três crianças; Mose Lumbroso também tinha em sua companhia a esposa e duas crianças.<sup>[17]</sup>

Egon Wolff e Frieda Wolff questionam, porém, a pesquisa de Wiznitzer, que identificou os nomes citados. Os Wolff alegam que na assinatura do livro das atas da congregação Zur Israel do Recife, os nomes escritos constam de forma diferente e que o argumento utilizado pelo autor tem por base deduções, não provas concretas.<sup>[18]</sup>

Wiznitzer conclui que Moses Ambrosius é uma corruptela de Moses Lumbroso, e Judite de Mereda também seria uma corruptela de Mercado. Asser Levy poderia ser filho de Benjamin Levy e teria chegado ao Brasil muito jovem; David Israel Faro foi identificado como David Israel; Abraham Israel poderia ser Abraham Israel Dias ou Abraham Israel Pisa; Ricke Nunes seria a viúva de Moshe ou Mose Nunes.<sup>[19]</sup>

Os Wolff alertam que Abraham Israel Dias foi fintado na Holanda dois dias antes da chegada dos 23 judeus a Nova Amsterdã.<sup>[20]</sup> Assim, Abraham Israel Dias não é a mesma pessoa que Abraham Israel – haveria um engano em relacioná-los. Abraham Israel tem seu nome assinado em petições de Nova Amsterdã de 1654 em diante. É bom lembrar que, quando se trata de cristãos-novos ou judeus nos tempos inquisitoriais, homônimos e heterônimos são frequentes.

Egon e Frieda criticam a teoria apresentada por Oppenheim e parcialmente endossada por outros historiadores, que identificava a localidade Gamoniké como sendo Jamaica. Segundo Wiznitzer, Gamoniké significava em documentação antiga Jamaica.

Wolff afirma que Gamoniké poderia ser Tamariké ou Itamaracá na Bahia, e cabo de Santo Antônio deveria ser também na Bahia, não em Cuba, de onde os judeus de Recife teriam saído, uma vez que Itamaracá pertencia aos holandeses antes da capitulação.

A história da saída dos judeus do Recife ainda está envolta em lendas e hipóteses até hoje não totalmente comprovadas. O que se sabe com certeza é que um grupo de judeus saiu do Recife no navio *Valk*, naufragou na Martinica, foi preso por espanhóis na Jamaica, foi levado à Inquisição e poucos chegaram a Nova Amsterdã. Em 1655, mais dois navios aportaram na colônia holandesa da

América do Norte levando judeus que viviam no Recife. Foram eles José da Costa, Jacob Henriques Cohen, Abraham de Lucena, Salvador d'Andrada, Benjamin Bueno de Mesquita, Isaac Israel (Isaque Izrael), David de Ferera e Benjamin Cardozo.<sup>[21]</sup> Seus nomes constam do livro de atas da sinagoga Zur Israel no Recife e um ano depois já podiam ser encontrados fazendo negócios em Nova Amsterdã.

Os judeus recém-chegados do Brasil enfrentaram situações bastante complicadas. Em maio de 1655, Willian Tomassem, comandante do navio *Great Christopher*, processou David Ferera, Abraham de Lucena e Salvador d'Andrada por falta de pagamento pelo frete de mercadorias embarcadas de Amsterdã para Nova Amsterdã.<sup>[22]</sup>

O homem de negócios José da Costa, que viveu no Recife holandês, irmão do notável filósofo Uriel da Costa, excomungado pela comunidade judaica de Amsterdã por negar a imortalidade da alma, foi um dos judeus que chegaram do Brasil a Nova Amsterdã em 1655, via Holanda.

José da Costa deixou o Brasil em janeiro de 1654 em direção à Holanda, onde participou da formação de uma companhia de comércio que seria responsável pelas transações entre Amsterdã e Nova Amsterdã.<sup>[23]</sup> A companhia tinha como acionista o holandês Gillis Verbrugge, com uma participação de 25% das ações, entre outros acionistas cristãos. Gillis já conhecia muito bem esse comércio, pois participava dele desde 1640. Os outros acionistas eram judeus, Mordechay Abendana com ¼% das ações e David Cardozo Davillar com 1/6%. Gillis e Abendana escolheram José da Costa, que na época era acionista da Companhia das Índias Ocidentais, como seu agente em Nova Amsterdã. Para isso, Da Costa receberia 95% do lucro do comércio durante quatro anos.

Esse contrato foi assinado em abril de 1655, e José da Costa partiu imediatamente para Nova Amsterdã. Em dezembro daquele ano, alugou uma casa, localizada na 27th Pearl Street, onde fixou moradia. David Ferera era agente comercial de Moses Silva, que anos depois foi a Nova Amsterdã em companhia de seu irmão, Elias Silva, conferir de perto seus negócios e acabou permanecendo na colônia.

Outros judeus chegaram à nova colônia holandesa de Nova Amsterdã entre 1656 a 1670.<sup>[24]</sup> Eram eles **Moses de Lucena**, Isaac Mesa, Manoel Roiz Lucena, Joseph Francis, **Mevrow Abraham de Lucena**, David Machero, Rabba Couty, **Jacob Lumbroso**, **Joseph Bueno de Mesquita**, David e Simon Valentine Vanderwilde, **Jacob Israel**, **David Abendana**, Joshua Servateyn.<sup>[25]</sup> (Os nomes em destaque viveram no Brasil durante o governo holandês.)

Muitos deles tinham parentes vivendo em Nova Amsterdã. Jacob Lumbroso

era parente de Moses Lumbroso; Joseph Bueno de Mesquita era irmão de Benjamim Bueno de Mesquita; Jacob Israel era irmão de Isaac Israel; Simon Valentine Wanderwilde era cunhado de Asser Levy e tinha esposa e filhos; a família Lucena era liderada pelo rabino Abraham de Lucena – todos haviam vivido no Brasil.<sup>[26]</sup>

Moses de Lucena tornou-se sócio de Asser Levy em um abatedouro de animais. Trabalhava também em parceria com José da Costa na tradução de documentos para o espanhol, devido à dificuldade de alguns da comunidade judaica com a língua holandesa. Veio acompanhado de outro parente, Jacob de Lucena, que permaneceu na região mesmo após a conquista inglesa do território.<sup>[27]</sup>

Havia membros das famílias da Costa, Lucena e Cardozo vivendo no Rio de Janeiro no século XVII. Se essas famílias chegaram junto com os holandeses a Pernambuco e depois foram para o Rio de Janeiro, e se realmente eram aparentadas, isso não se sabe, porque não há pesquisas genealógicas com bases suficientes para comprovar tal fato. Segundo Lina Gorenstein, as famílias da Costa e Lucena eram endogâmicas, e essa situação também ocorria em Nova Amsterdã.<sup>[28]</sup>

A história dos 23 judeus e alguns protestantes oriundos do Brasil que chegaram a Nova Amsterdã na primeira semana de setembro de 1654 havia apenas começado.

## O árduo recomeço

O outono de 1654 representou um marco na história da colonização judaica na América do Norte. Dias antes da celebração do Ano-Novo judaico, os 23 refugiados judeus do Brasil alcançaram a colônia holandesa na América do Norte. Os primeiros judeus a desembarcar em solo norte-americano foram dois homens. Um engenheiro judeu de nome Joaquim Gaunsen, que em 1585 trabalhou como metalúrgico e engenheiro de minas na colônia inglesa de Roanoke Island. Gaunsen fez experimentos com solo na Carolina do Norte e retornou à Inglaterra um ano depois. E Solomon Franco, agente de mercadores judeus holandeses que esteve em Boston, a negócios, em 1649.<sup>[1]</sup>

Os judeus refugiados do Brasil chegaram sem subsistência e sem um solo firme para viver. Buscavam uma nova vida, onde pudessem construir um lar e criar seus filhos e netos. Esses brasileiros são considerados pioneiros na construção de Nova York (Jewish Pilgrim Fathers). Anualmente, é realizada uma cerimônia para comemorar essa chegada.

Segundo Jonathan Sarna, diferentemente dos English Pilgrims que chegaram voluntariamente a Massachusetts em 1620 à procura de um local onde pudessem viver de acordo com os princípios de sua fé religiosa, os judeus foram obrigados a deixar o Recife, que havia sido retomado pelos portugueses.

Quando os passageiros da fragata *Saint Charles* desembarcaram na ilha de Manhattan, avistaram uma pequena vila. O centro era formado por cinco lojas, construídas com pedras, e algumas dezenas de casas de madeira. Havia um cais para barcos, um galpão onde eram fabricadas velas para embarcações, uma padaria, um quartel militar, uma igreja, em cujos fundos ficava a casa do pastor, e um celeiro, localizado na Pearl Street. Nas ruas que saíam da via comercial, porcos e galinhas vagavam soltos entre os habitantes. Um jesuíta francês, Isaac Jogues, calculou que a população estava em torno de 500 a 600 habitantes.<sup>[2]</sup> No mesmo relato, o jesuíta afirmou que podiam ser ouvidos na colônia 18 idiomas

diferentes, decorrentes da diversidade do número de imigrantes, entre eles ingleses, escoceses, franceses huguenotes, gauleses, alemães, além de outras minorias e de escravos africanos.

A administração da cidade era constituída pelo diretor-geral, dois prefeitos-adjuntos e uma comissão de juizes, que, reunidos, formavam um corpo legislativo, chamado magistrados, semelhante ao de Amsterdã e com base no direito romano-holandês. A diferença entre a colônia e a metrópole é que o governador da colônia, Peter Stuyvesant, cerceou o poder do governo municipal, impedindo a realização de eleições, e os dirigentes eram escolhidos por sua indicação.<sup>[3]</sup> O sistema de burgos, amplamente utilizado na Holanda, foi transposto para a colônia da América do Norte. Por esse sistema havia o grande burguês e o pequeno-burguês. O chamado grande burguês era um negociante proeminente, que contribuía para melhorias da cidade e em contrapartida recebia o direito de comercializar e participar ativamente da administração política da colônia. O pequeno-burguês era uma espécie de acionista minoritário e tinha direito de atuar politicamente no conselho municipal. Todos os pequenos artesãos se candidatavam à posição: sapateiros, moleiros, pedreiros, alfaiates, chapeleiros.<sup>[4]</sup> Esse sistema pode ser comparado ao modelo político do Brasil colonial, que dava participação política nas câmaras municipais aos “homens bons”.

A sociedade de Nova Amsterdã era aristocrática, a elite era composta de grandes patronos, com direito a privilégios feudais e extensas propriedades territoriais. Em seguida, vinha o burguês mercador, proprietário de navios que faziam o comércio com a África e a Europa: levava peles e rum, trazia marfim e escravos. Em terceiro lugar, os pequenos mercadores; por último, a grande massa da população, composta por trabalhadores, pequenos lojistas, artesãos e agentes comerciais.<sup>[5]</sup>

Essa foi a situação encontrada pelos refugiados do Recife. À sua espera, no porto, quando a fragata atracou em Manhattan, encontraram outros dois judeus holandeses, Jacob Barsimson e Solomon Pietersen.<sup>[6]</sup>

É interessante notar que esses dois judeus deveriam ter conhecimento da chegada dos “brasileiros”, já que os aguardavam no porto. O reverendo de Nova Amsterdã, John Megapolensis, enviou uma carta à direção da Igreja Reformada de Amsterdã,<sup>[7]</sup> afirmando que os dois judeus teriam sido enviados pelos líderes judaicos dessa cidade. Um deles, Jacob Barsimson (ou Jacob Bar Simson), havia vivido no Brasil durante o governo holandês (sua presença pode ser comprovada em um documento do Recife de 31 de março de 1647).<sup>[8]</sup> Provavelmente, Barsimson estava em Manhattan para averiguar a possibilidade de estabelecer

uma colônia judaica em nova Amsterdã,<sup>[9]</sup> incrementar os negócios entre a colônia e a Holanda e auxiliar o governo holandês a fortalecer seu domínio na América do Norte.<sup>[10]</sup>

Nesse período, os holandeses estavam expandindo seus domínios na América. Enquanto Curaçao e Guiana Holandesa eram territórios pequenos, a região de Nova Amsterdã parecia aberta a novas possibilidades de vida e tinha necessidade de mais colonizadores.<sup>[11]</sup> Para isso, o governo holandês não mediou esforços e, em junho de 1654, a companhia colocou em dois navios, o *Pereboom* e o *Gelderse Bloom*, 50 crianças órfãs para ajudar no crescimento da população da ilha de Manhattan. O navio aportou em agosto, no verão de 1654, e os judeus Barsimson e Pietersen acompanhavam as crianças – depois de um mês, eles prestaram grande auxílio aos judeus do Brasil.<sup>[12]</sup>

Assim que os “brasileiros” chegaram, tiveram início sucessivas discórdias entre o capitão da fragata Jacques de La Motte e os refugiados, por questão de dinheiro. Entre os judeus incapazes de saldar suas dívidas estavam a viúva Judite de Mereda (Mercado) e o mercador Abraham Israel, que tiveram de presenciar o leilão de seus bens. O leilão não foi suficiente para cobrir todos os custos, e o capitão apelou novamente à assembleia, que determinou que outros judeus do grupo, David Israel e Moses Ambrosius (Lumbroso), fossem presos. Petersen serviu de advogado dos prisioneiros, e no fim de outubro o capitão e os marinheiros concordaram em esperar o dinheiro que chegaria de Amsterdã.<sup>[13]</sup>

O impasse terminou, mas o estado lastimável em que se encontravam os refugiados fez o governador de Nova Amsterdã, Stuyvesant, e seus conselheiros, Megapolensis e Drisius, começarem uma campanha contra a permanência do grupo do Brasil.

O governador, calvinista autoritário e antissemita, mantinha o controle de sua pequena colônia, afastada das vistas da Companhia das Índias Ocidentais. Os habitantes da colônia se encontravam isolados no Novo Mundo, rodeados por ingleses.<sup>[14]</sup> O assentamento holandês mais próximo ficava ao norte do rio Hudson. Suas ações eram mais direcionadas pela motivação religiosa calvinista que pelos interesses da companhia. Acreditava que a tolerância pela diversidade ameaçaria seu governo, que já havia recebido críticas da população local, mesmo antes da chegada dos judeus. Nessa ocasião, uma delegação de Nova Amsterdã e Long Island liderou um protesto contra a arbitrariedade do governo. A chegada dos judeus deu novo impulso à resistência contra os desmandos das autoridades locais e constituiu um desafio renovado à política restritiva de Peter Stuyvesant.

O cargo oficial de Stuyvesant era o de diretor-geral, com poder para elaborar leis e executá-las. Contava com um conselho composto por nove

homens de sua confiança para auxiliá-lo. Esse conselho, conhecido como os “Nove Homens”, constantemente entrava em conflito com Stuyvesant ao defender direitos da população e enviava ao governo central da Holanda relatórios que descreviam as discussões no governo colonial.

Quando as desavenças chegavam ao patamar de oposição política, Peter Stuyvesant tratava os adversários e oponentes com rigidez, enviando-os para a cadeia, sem direito a julgamento. O governador impôs na colônia holandesa da América do Norte um governo despótico e costumava chamar a população de súditos.<sup>[15]</sup>

No início de sua carreira, Stuyvesant serviu à Companhia das Índias Ocidentais na ilha de Fernando de Noronha, a 320 quilômetros do litoral de Pernambuco. Após um tempo, foi transferido para Curaçao, com o cargo de encarregado de suprimentos, quando supervisionava fornecedores, corsários e comerciantes na rota Manhattan-Curaçao. Era um homem elegante, vestia-se de acordo com a moda da aristocracia mercantil. Foi educado nos rígidos princípios calvinistas por seu pai, ministro da Igreja Reformada. Perdera uma perna em batalha na ilha de San Martin, no Caribe, fato que o levou a utilizar uma prótese feita de pau presa ao quadril por fios de prata. Chegou a Nova Amsterdã logo após sua fundação, em 1647, com a missão de moralizar a colônia. Combateu o alcoolismo, os jogos de azar, as brigas de rua e as apostas em lutas.

Para Stuyvesant, a chegada dos judeus ameaçaria a ordem vigente, pois eles eram “odiosos inimigos, blasfemadores do nome de Cristo”, e, por não serem cidadãos confiáveis, poderiam “infectar” a colônia.<sup>[16]</sup>

Essas ideias eram compartilhadas pelo reverendo Johannes Megapolensis, representante dos ministros calvinistas, e por Cornelis van Tienhoven, o *schout*, título holandês que somava as funções de xerife e promotor. Van Tienhoven era um homem conhecido por sua falta de escrúpulos no modo como galgou a carreira profissional. Dizia abertamente que não gostava de judeus e que, se insistissem em permanecer em “seu território”, os perseguiria implacavelmente. Na visão do *schout*, a perseguição aos judeus daria notoriedade para alavancar sua carreira.<sup>[17]</sup> Corria o boato de que ele era capaz de negociar com líderes das tribos de nativos americanos ao mesmo tempo que enviava seus homens para promover massacres nessa tribo. O seu trágico destino está envolto em mistério, já que ele desapareceu em 1656, após ser pivô de um escândalo na colônia, contrariando os costumes e a moral imposta por Stuyvesant. Van Tienhoven apareceu publicamente acompanhado de sua amante no momento em que era acusado de adulterar os livros contábeis da Companhia das Índias Ocidentais. Dias após o ocorrido, foram encontrados boiando perto da praia seu chapéu e sua

bengala.

Stuyvesant declarou morte por afogamento e encerrou o caso. O irmão de Van Tienhoven, envolvido no caso da fraude contábil, desapareceu no mesmo ano e reapareceu um ano depois em Barbados.

Tienhoven, Stuyvesant e Megapolensis não foram os primeiros a fazer discriminação nessa pequena colônia. O antecessor de Stuyvesant, o diretor-geral Van Dincklagen, já se expressava contra todos os estrangeiros. Limitou os direitos no forte Amsterdã em setembro de 1648, chamando-os de “destruidores do comércio”. A intolerância era o esteio daquela sociedade.<sup>[18]</sup>

O governador Stuyvesant escreveu para a direção da Companhia das Índias Ocidentais pedindo a extradição dos judeus. Para justificar o preconceito, alegou que os recém-chegados dependeriam da caridade da igreja local para suportar o próximo inverno. E caso ele usasse de condescendência com os refugiados do Brasil, teria que dar essa concessão a outros grupos.

A Companhia das Índias Ocidentais esteve sempre, desde Recife, a favor da tolerância aos judeus. Afinal, eram seus colaboradores no país e agora também na América do Norte. A companhia, então, contestou as ideias do governador sobre a necessidade de a Igreja calvinista se preocupar com o sustento dos judeus. Lembrou, ainda, os danos causados à comunidade judaica na guerra dos holandeses pelo território brasileiro. A permissão para o desembarque e a permanência em Nova Amsterdã foi outorgada, e Stuyvesant foi obrigado a aceitar os judeus.<sup>[19]</sup>

Desde a chegada dos refugiados do Brasil houve rugas e desavenças entre judeus e autoridades locais. A discriminação se estendia da área religiosa para o setor social, e durante os dez anos em que os judeus estiveram sob o governo holandês em Nova Amsterdã, atitudes antijudaicas foram frequentes.

Como o governador Stuyvesant não conseguiu impedir que os judeus permanecessem naquelas terras, sua estratégia foi dificultar a sobrevivência deles, tanto negando os requerimentos da comunidade como impondo obstáculos aos negócios. As atitudes do governador eram pensadas para tornar a vida dos judeus na cidade mais penosa, mesmo tendo consciência que às vezes, após apelação destes à direção da companhia, teria que rever suas decisões.<sup>[20]</sup>

Após ser concedida a permissão para o assentamento judaico, o grupo concentrou seus esforços para que fossem aceitos como cidadãos.

A compra de propriedades foi outro obstáculo enfrentado pelos judeus. Salvador de Andrade, um dos líderes daquela comunidade, tentou por um ano comprar um terreno para construir uma casa, mas sempre havia algum impedimento. Em dezembro de 1655, adquiriu um imóvel no lado oeste da ilha

(Broad Street), que já alugava havia algum tempo do proclamador da cidade, Teunis Cray. A compra foi impugnada pelo governador e pelo Conselho Administrativo Colonial. Cray viu seu lucro se esvaír, porque com a impugnação do negócio teria que colocar novamente a casa à venda por um preço menor ao negociado anteriormente. Depois das tentativas de compra de moradia, Salvador de Andrade reuniu argumentos contra Stuyvesant para encaminhar uma reclamação formal à Câmara de Amsterdã. Acreditava que, com a pressão da Câmara, o governador teria de voltar atrás. Esse caso teve grande repercussão, pois as reclamações que antes provinham somente dos judeus se estenderam para outros habitantes da ilha de Manhattan.<sup>[21]</sup>

Os judeus, revoltados com a dificuldade de adquirir um teto, lançaram mão dos mais diversos argumentos, lembrando às autoridades locais que pagavam impostos sobre a terra, além de taxas que serviam para a construção de benfeitorias públicas, como o forte que protegia a cidade contra os índios. Sendo assim, deveriam ter o direito a adquirir imóveis.

A resposta do Conselho Colonial era que os impostos pagos revertiam para o bem de todos e, portanto, o pedido seria negado. O caso foi, então, levado às autoridades de Amsterdã pelos judeus do grupo “brasileiro”, Abraham de Lucena e Salvador d’Andrada, que conheciam seus direitos de acordo com as leis holandesas. A comunidade judaica de Amsterdã pressionou, por meio da ação política, e ganhou a causa.<sup>[22]</sup> Os superiores de Stuyvesant lembraram o preceito legal de que “toda pessoa gozará de liberdade religiosa” e ressaltaram o investimento de judeus na Companhia das Índias Ocidentais. Foi dada ordem para que fosse permitido aos judeus praticar o comércio e comprar imóveis.<sup>[23]</sup>

Para a companhia, algumas restrições eram aceitáveis, como a proibição de abrir lojas, formar organizações cívicas e fabricar manufaturas, restrições também impostas na Holanda. Os judeus deveriam dirigir seus negócios pacificamente e praticar sua religião no silêncio de suas casas, sem chamar atenção, como ocorria na comunidade-mãe.

Para resolver o problema, o governo sugeriu a construção de um bairro judaico, onde pudessem cultivar sua própria subsistência, como em um gueto medieval, ficando isolados da sociedade calvinista.<sup>[24]</sup> O bairro ficaria ao redor da White Hall Street, bem ao sul da ilha de Manhattan, onde hoje é a zona financeira.

Depois do primeiro censo em Nova Amsterdã, em 10 de julho de 1660, realizado pelo xerife Nicasius de Sille, verificou-se que essa determinação não foi cumprida, uma vez que o mercador judeu Abraham de Lucena alugava a casa de Rutger Jacobsen, próxima ao do secretário-geral Domine Megapolensis na

Slyck Street (Muddy Lane) e vizinha à do holandês Jan Reyndersen. A última casa da Mill Street era a taverna do gaulês Adrien Vicent. Não havia nenhum outro judeu nessa rua, o que demonstra que os sefarditas viviam entre a população local, não em um bairro separado. Havia, entretanto, um quarteirão judaico, onde o “brasileiro” David Ferera tinha financiado um imóvel pertencente à esposa de Claus Jansen Ruyter, localizado na Pearl Street, entre a Marketfield Street e a North River. Vizinha a David Ferera havia a casa de José da Costa, do lado oeste da Stone Street, entre a Pearl e a Beaver Street. Salvador de Andrade morava na esquina da Broad com a Stone Street.<sup>[25]</sup> A Mill Street, próxima às ruas citadas, ficou conhecida por “*jews alley*”, ou seja, “beco dos judeus”, devido à intensa presença de moradores ali. Em 1660, os judeus de Nova Amsterdã não estavam confinados em um gueto no estilo europeu.<sup>[26]</sup>



Principais ruas de presença judaica em Manhattan

Era uma comunidade em que os preceitos religiosos protestantes calvinistas eram soberanos tanto na maneira de pensar como no comportamento moral, econômico e social das pessoas, a discriminação chegava ao extremo, e até mesmo os cristãos que discordavam em algum aspecto do governo ou da Igreja acabavam expostos a grande violência e colocados à margem da comunidade.

O início da vida judaica na América do Norte não foi pacífico. A acirrada perseguição de Stuyvesant levou alguns judeus a procurar outras terras, onde não houvesse a mesma aridez e discriminação, e alguns seguiram em direção ao Caribe, à Holanda e à Inglaterra.

Outro obstáculo que os judeus tiveram que superar foi a cobrança de taxas e impostos direcionados exclusivamente à comunidade judaica. O primeiro imposto era referente à proibição ao exército da colônia; como não lutariam em defesa das terras holandesas, os judeus deveriam pagar uma taxa de 65 stivers.<sup>[27]</sup> Um ano depois, em 1656, Asser Levy entrou com uma ação no tribunal contra uma medida que impedia os judeus de participar da milícia local, e, em troca do serviço militar, deveriam pagar um imposto especial.<sup>[28]</sup>

Desde a Idade Média, os judeus na Europa foram obrigados a pagar impostos especiais somente por sua condição. Levy e Barsimson decidiram que não deixariam que essa discriminação se perpetuasse na América e se recusaram a pagar a taxa, mas se dispunham a prestar o serviço militar, que consistia em montar guarda no forte da cidade.<sup>[29]</sup> Participar da milícia significava ser aceito como cidadão, exercendo os mesmos direitos e deveres.<sup>[30]</sup>

O governador justificou seu veto, dizendo que os homens da milícia sentiriam aversão e desagrado diante da possibilidade de servir ao lado de homens da nação judaica.

Os ataques indígenas eram frequentes em Manhattan, por isso havia necessidade de milícias e construção de novos fortes de defesa. Um dos mais famosos ataques dos índios, em meio às disputas de terras, aconteceu em setembro de 1655, na chamada Guerra do Pessegueiro. O conflito teve como estopim a morte de uma jovem nativa americana, que resolveu colher um pêsego na propriedade do xerife Van Dyck. Indignado pela “insolência da moça” em invadir suas terras, o xerife disparou o rifle justamente no momento em que a jovem estava em cima do pessegueiro. Em retaliação, 500 indígenas enfurecidos atacaram, por três dias, a região de Hoboken e Staten Island. Como resultado, mais de 100 holandeses foram mortos, e as casas, destruídas.

Em outubro de 1655, uma taxa foi imposta aos habitantes de Nova Amsterdã em prol da construção de um novo forte.<sup>[31]</sup> Duzentas e trinta pessoas

colaboraram, entre elas Asser Levy, que reuniu 8 judeus para fazer a contribuição. Dos 6.305 guilders coletados, 12% foram pagos por judeus – 5 dos 8 judeus eram mercadores e pagaram 100 guilders cada um. Somente 5 não judeus pagaram acima desse valor, Stuyvesant e 4 capitães de navio. Outros 10 cristãos pagaram a mesma quantia de 100 guilders.<sup>[32]</sup> Além da taxa, por razões de segurança, o conselho municipal ordenou que ninguém teria permissão para se afastar do litoral sem um passe, e mesmo quando isso acontecesse as pessoas não deveriam viajar sozinhas. Resolução que dificultava ainda mais o desenvolvimento do comércio interno, setor disputado por judeus.

O que aquela terra oferecia era uma vida colonial simples, em uma cidade remota, com cidadãos intolerantes. Desde o primeiro momento de sua chegada a Nova Amsterdã, todos os judeus lutaram para alcançar igualdade econômica e tolerância religiosa.

A luta judaica por igualdade continuou por dez anos durante o governo holandês na América do Norte. Em 1664, os ingleses tomaram a cidade, que contava então com 1.500 habitantes, entre eles em torno de 60 judeus. Pelo acordo de rendição ficou estabelecido que os habitantes gozariam de liberdade religiosa. A aristocracia composta por holandeses, huguenotes e ingleses não sofreu alteração. Os ingleses tiveram grande influência no governo holandês de Stuyvesant, na medida em que  $\frac{1}{3}$  da população de Nova Amsterdã era de origem inglesa. Após a rendição e o governo inglês estar estabelecido, os mercadores holandeses continuaram participando do conselho administrativo.<sup>[33]</sup> Apesar da troca do poder governamental, as lideranças se mantiveram, e a aristocracia composta de empresários e mercadores recebeu apoio do novo governo. A nomenclatura dos cargos foi alterada, mas as funções foram preservadas. Novos segmentos societários chegaram à colônia, e presbiterianos da Escócia, puritanos e irlandeses, ferrenhos opositores episcopais, juntaram-se aos judeus na liderança do partido popular de oposição ao governo.

Nova Amsterdã tornou-se então Nova York, cidade em que, apesar de ter um governo influenciado por ideias progressistas, a luta pela construção democrática e pela inserção judaica prosseguiu.

A política restritiva aplicada aos judeus sob o governo holandês, e no começo do período da administração inglesa, era comparável à política vivenciada anteriormente por várias comunidades judaicas em diferentes partes da Europa.

Durante esse período, os judeus na América do Norte permaneceram essencialmente um grupo de imigrantes estrangeiros. Somente após 1740, com a proclamação da Lei de Naturalização Imperial, esse *status* pôde ser aos poucos

alterado, quando se abriram para os judeus oportunidades econômicas ilimitadas nas províncias americanas e no império inglês.<sup>[34]</sup>

Igualdade civil, porém, não é igualdade política. Eles não tinham direito de participar do Parlamento ou do conselho da província, tampouco podiam ocupar cargos públicos civis ou militares.<sup>[35]</sup> Para que tivesse direito à naturalização, a pessoa deveria fazer um juramento, que incluía a frase “através da verdadeira fé cristã”. Isso excluía dos judeus o direito de se tornarem cidadãos. Em 1753, a comunidade judaica de Londres pressionou o Parlamento para que fosse promulgada uma lei que desobrigasse os judeus a incluir essa frase na cerimônia de naturalização. Essa lei ficou conhecida como “Jew Bill”, mas permaneceu em vigor somente por um ano, devido à extensa reclamação por parte dos protestantes. A saída para os judeus foi a *denization patent*, que conferia ao portador direitos limitados, como o de compra e transferência de terras. Na área econômica, os judeus tiveram grandes avanços, mas na política as restrições se mantiveram. Somente após a guerra pela independência norte-americana, os judeus puderam alcançar a plena cidadania. A constituição dos Estados Unidos passou a garantir os princípios de igualdade e liberdade a todos, independentemente de seu credo religioso.<sup>[36]</sup>

Quando o presidente George Washington decretou o dia 26 de novembro como o Dia de Ação de Graças, em 1789, houve desfiles comemorativos em todo o país, e entre as diversas mesas de alimentos expostas havia uma com alimentos kosher. Os judeus não eram mais uma minoria tolerada, mas cidadãos norte-americanos. Essa foi a primeira vez na história em que os judeus da diáspora foram considerados iguais aos seus companheiros não judeus. Iniciou-se, assim, uma nova era para os descendentes dos judeus do Brasil na América do Norte.<sup>[37]</sup>

## Extratos de uma vida: o pioneiro Asser Levy

Asser Levy estava entre os 23 pioneiros que desembarcaram do navio *Saint Charles* no porto de Manhattan saídos do Brasil, no outono de 1654. Em Recife, Pernambuco, serviu na milícia holandesa que lutava contra os portugueses para manter o território. Por vezes utilizou Van Swellen acrescido ao seu sobrenome, por ter supostamente nascido em Vestfália, na cidade de Schwelm, na futura Alemanha. Também usou algumas vezes o nome Wilde, que alguns historiadores consideram ser Wilna, para marcar sua procedência de Vilna.<sup>[1]</sup>

Chegou a Nova Amsterdã muito jovem e sem recursos, e sua história representa a de muitos imigrantes americanos, que, depois de algum tempo de muito trabalho, alcançaram uma posição social confortável. O seu sucesso foi obtido após uma intensa luta contra a discriminação. Tornou-se um dos maiores líderes da comunidade judaica de Nova Amsterdã.<sup>[2]</sup>

Logo na primeira semana após seu desembarque, em 14 de setembro de 1654, Asser Levy se envolveu em um processo judicial com a viúva Ricke Nunes, referente a um empréstimo que ele lhe teria feito na Jamaica, durante o percurso para Nova Amsterdã. Ao mesmo tempo, foi processado pelos marinheiros do navio *Saint Charles* pela dívida referente à passagem. Chegou a ficar preso por alguns dias, mas entrou em acordo com o capitão do navio, que decidiu retirar a queixa.

Ao se estabelecer em Nova Amsterdã, Asser Levy se tornou um especialista em preparar a carne de acordo com as leis dietéticas judaicas – possivelmente herdou a habilidade do “suposto pai”, Benjamim Levy, *shohet* da colônia holandesa do Recife.<sup>[3]</sup> Não há provas de que Asser Levy fosse realmente filho de Benjamim Levy, do Recife holandês, apenas de que ele viveu durante alguns anos na colônia do Recife prestando serviço militar à Companhia das Índias Ocidentais.<sup>[4]</sup> Pode-se afirmar que a profissão de *shohet*<sup>[5]</sup> era passada de pai para filho, ou de tio para sobrinho, e que há uma probabilidade de que tenha

acontecido isso na família Levy, na medida em que seu sobrinho, anos mais tarde, herdou a profissão do tio.

Asser Levy obteve uma rara licença de açougueiro, em 1660. Abriu um abatedouro e inaugurou um açougue, onde hoje fica o extremo leste de Wall Street, fora do muro da cidade, obedecendo a uma lei de 1677 que determinava que todos os matadouros de animais deveriam ser localizados além dos limites urbanos.<sup>[6]</sup> O ofício de açougueiro era a única atividade artesanal permitida aos judeus.<sup>[7]</sup>

Levy diversificou seus negócios, conseguiu participar do disputado comércio de peles no vale do rio Hudson. Tornou-se agente comercial, estabelecendo relações de exportação e importação com as colônias holandesas no Caribe e, mais tarde, com as colônias britânicas no Caribe.

Em 1661, logo após os judeus receberem o direito à propriedade, Levy adquiriu, para fins de especulação imobiliária, um imóvel em Albany e, em 1662, comprou terras na South Willian Street. Nessa mesma rua foi construída a primeira sinagoga – historiadores que trabalham com o período suspeitam que ela tenha sido erigida exatamente no terreno de Levy.

As disputas por direitos civis foram encabeçadas muitas vezes por esse personagem. Nenhum outro judeu parece ter se envolvido em tantos processos, sempre como reclamante. Ele assinou os litígios pelo direito de montar guarda no forte da cidade e deixar de contribuir com uma taxa específica aos judeus que não serviam como sentinelas na defesa da vila, pelo direito ao *status* de burguês e pelo direito de comercializar em Forte Orange. Processou Nicholas Bayard, parente de Stuyvesant e importante político, e denunciou Johannes La Montaigne, escriturário da colônia. Já sob domínio inglês, protestou contra a administração colonial que impunha uma taxa de 2 florins por semana para amparar os soldados ingleses. Quando se examinam os processos em que esteve envolvido, conclui-se que era um homem de natureza inconformada e com alto senso de justiça.

Na década de 1660, Asser Levy era considerado um dos mais ricos habitantes da região, emprestando fundos à cidade para que fosse feita a reconstrução de muros e *palisades*. Teve reconhecida sua grande contribuição à comunidade de Nova Amsterdã, sendo o primeiro judeu da América do Norte a receber o título de grande burguês.<sup>[8]</sup> Ter esse título representou para Asser Levy a integração à sociedade local, além de vantagens econômicas devido ao fim das restrições mercantis.

Em 1665, Nova Amsterdã mudou de nome, passando a se chamar Nova York, após a tomada do território pelos ingleses. A comunidade judaica tinha

sido reduzida a poucas pessoas, em torno de 55, mas a influência social e a importância econômica de Asser Levy cresciam entre judeus e cristãos. Anos antes da famosa rebelião de Leisler, seus desafortunados líderes – Joannes de Peyster e Jacob Leyler – procuraram Levy para discutir sobre a política colonial inglesa, as consequências dos Atos de Navegação ao comércio colonial e a prepotência da assembleia eletiva anglo-holandesa.<sup>[9]</sup>

Sob a coroa britânica, Levy expandiu seus negócios para a região de Westchester, condado no estado de Nova York. Em 1678, suas propriedades chegaram a valer em torno de 2.500 florins. Entre seus diversos negócios, ele tinha uma taverna localizada na Pearl Street, onde era sócio do holandês Garret Jansen Rose, importante figura da sociedade protestante. A taverna havia pertencido ao holandês Daniel Litscho, sargento da Companhia das Índias Ocidentais que serviu no Brasil em 1646.<sup>[10]</sup>

As relações de Levy com os vizinhos cristãos se tornaram cada vez mais estreitas, e em 1670 ele foi apontado como protetor dos filhos do holandês Wessel Evestsen, que nos anos anteriores lhe havia vendido uma propriedade na 59 Stone Street. Dessa transação resultou uma profunda amizade. Havia boatos de que Wessel passava por uma crise financeira e necessitava de um guardião para seus filhos.

Em 1671, Asser Levy emprestou uma considerável quantia em dinheiro aos luteranos para que construíssem sua primeira casa de orações. Sua honestidade e integridade permitiram que tivesse uma excelente relação com os protestantes. Tinha muitos amigos entre cidadãos não judeus, e seu nome aparece como executor de diversos inventários de cristãos. No mesmo ano, foi convidado a ser membro do júri de um processo, honra usualmente restrita à elite protestante, e no ano seguinte, em 1672, Levy recebeu honra ainda maior, quando foi nomeado pelo governador de Nova York, Jan Copal, a ser Curador do Estado.

Levy, mesmo sem ser diplomado, oficiou como advogado em causas jurídicas, principalmente em questões relacionadas à atividade mercantil, trabalhou na defesa de outros judeus, como quando Jacob de Lucena, que chegou a Nova Amsterdã em 1655, foi preso por não abrir seu estabelecimento comercial aos sábados. Levy interveio junto às autoridades, e Lucena foi liberado dessa obrigação.<sup>[11]</sup> Abraham Cohen Henriques e José da Costa também se utilizaram das habilidades jurídicas de Asser Levy. Além de advogado, Levy serviu nos tribunais como homem de confiança da corte local, em uma disputa por mercadorias entre dois cristãos, Thomas Willians e Edward Smith. Foi o escolhido para guardar os objetos de discórdia até o juiz chegar a uma sentença.

Tornou-se um nome respeitado em outras colônias holandesas e inglesas.

Mas o fato de manter boas relações com os protestantes não o impediu de continuar seu trabalho na comunidade judaica.

Asser Levy se casou com Miriam Israel e teve um filho. O casal morava em uma casa na Mill Lane Street com a Stone Street. Eram admirados por sua elegância – ele sempre andava com uma casaca de veludo preto e um cinturão de espada em prata. Apesar de ser proibido a todos os cidadãos de carregar armas na cintura, homens de prestígio social tinham essa liberdade, até porque a milícia fazia vista grossa. A esposa de Levy usava joias em ouro e andava sempre acompanhada de um menino escravo africano, para seus serviços.<sup>[12]</sup> A família contava também com o trabalho de uma governanta, filha de Aucke Jansen.<sup>[13]</sup> A casa onde viviam tinha quatro andares: o porão, onde estava instalada a cozinha; o térreo, onde havia um grande cômodo que funcionava como escritório ou loja e um quarto ao fundo; o segundo andar, formado por quartos; e um sótão, aonde se chegava por uma pequena escada.

A irmã de Levy, Raquel, era casada com o judeu holandês Valentine Vanderwilde e teve dois filhos. Simon Valentine trabalhou com o tio para aprender o ofício de *shohet*, abatedor de animais, e em 1701 se tornou um respeitado mercador em Charleston, Carolina do Sul. A filha, Rebecca, casou-se com o judeu holandês Asher Michaels e teve quatro filhos, duas meninas e dois meninos. Suas duas filhas, Raquel e Richea, casaram-se com dois irmãos, Samuel Levy e Moses Levy, prestigiados mercadores judeus, recém-chegados da Inglaterra e, depois, fundadores da comunidade judaica na Filadélfia. Mantinham ligações comerciais com seus parentes em Londres e organizaram uma agência de negócios. A filha de Richea e Moses Levy, Abigail, casou-se com Jacob Franks, judeu proveniente da comunidade londrina, e juntos formaram o clã Levy-Franks. A partir de seus descendentes pôde-se perpetuar a linhagem de Asser Levy até os dias atuais.<sup>[14]</sup> Jacob Franks foi enviado a Nova York para comandar os negócios da família e estreitar as relações entre os parentes da América do Norte. Essa família mantinha, por meio de endogamia, uma complexa rede de negócios e pôde construir uma grande fortuna. Abigail Franks deixou uma excelente contribuição para os historiadores que trabalham o período, por meio de suas correspondências com os filhos, que estudavam na Inglaterra.<sup>[15]</sup>

Levy permaneceu em Nova Amsterdã até sua morte, em 1682. Como não se sabe com exatidão a data de seu nascimento, indícios levam a crer que morreu cedo, aos 43 anos, aproximadamente, e acredita-se que seu funeral tenha sido realizado no primeiro cemitério judaico, cuja localização ainda é desconhecida. Deixou grande fortuna para os filhos e a esposa, que ficou responsável pela

administração dos bens. Em seu inventário, entre finas relíquias, encontravam-se lamparinas, taças de vinho de Shabat e livros litúrgicos em hebraico, objetos que demonstravam ter sido um homem religioso e que cultivava as raízes judaicas. <sup>[16]</sup> Há uma extensa descrição de sua cozinha, com objetos típicos do período colonial, grande número de louça e utensílios em prata e ouro. Objetos de quarto, como camas, travesseiros, cobertores e peles, foram citados em seu inventário. Dele constava também uma longa lista de devedores e credores, em torno de 440 pessoas de Nova York e adjacências, vale do Hudson, Long Island e Albany, que deviam dinheiro a Asser Levy. Ao todo, seus bens foram estimados em 550 libras – somente sete pessoas na época eram proprietários de bens que somavam esse valor ou mais. <sup>[17]</sup>

Após sua morte, a viúva Miriam mudou-se para a Holanda, onde se casou com um homem de 29 anos que possuía o mesmo nome do primeiro marido, Asher Levy, o qual, segundo o historiador Leo Hershkowitz poderia ser sobrinho ou primo de Asser Levy de Nova York. <sup>[18]</sup>

No dia 23 de dezembro de 1684, seu filho Samuel casou-se com uma moça chamada Margarete. O neto de Asser Levy, filho de Samuel, herdou o nome do avô, e durante a Guerra de Independência dos Estados Unidos constava da lista de soldados que defenderam Nova Jersey. <sup>[19]</sup> Seu sobrinho bisneto, David Franks, participou da batalha pelo estado da Pensilvânia. <sup>[20]</sup>

Em 1955, o jovem Asser Levy, que deixou o Recife e buscou refúgio e oportunidades em Nova Amsterdã, teve seu pioneirismo reconhecido pelas autoridades políticas de Nova York. Foi homenageado na ilha de Manhattan, onde dois quarteirões da avenida Amsterdã foram renomeados como Asser Levy Place. Um centro comunitário esportivo também recebeu seu nome. <sup>[21]</sup> Entre 1820 e 1870, uma epidemia de cólera e febre tifoide assolou Nova York. Para combater a epidemia, o judeu dr. Simon Baruch, um estudioso do poder de cura da água (pai de Bernard Baruch, conselheiro de finanças do governo americano durante as duas guerras mundiais), propôs ao município a construção de banhos públicos. Trinta anos depois, foram inaugurados a piscina pública e o centro comunitário Asser Levy. Ao lado do centro esportivo, foi construído o primeiro parquinho para crianças com necessidades especiais de Nova York, e inaugurado em 1993, também nomeado Asser Levy. Esse foi um pequeno reconhecimento da cidade de Nova York à grande contribuição dessa personalidade e da comunidade judaica para a construção da cidade.

## O antissemitismo nos primórdios dos Estados Unidos da América

Durante o século XVII, Nova Amsterdã era uma colônia constituída por imigrantes que tinham um profundo sentimento contra os judeus, herdado do antijudaísmo medieval.

A partir dos séculos II e III, os judeus já eram discriminados, e com a afirmação do poder da Igreja, a mentalidade cristã foi condicionada a reconhecer como única verdade o cristianismo. O judeu foi demonizado e visto como símbolo do mal.

Os governantes de Nova Amsterdã, influenciados por essa mentalidade, consideravam os judeus seres inferiores e cidadãos de segunda classe.

No século XVII, nem mesmo a Holanda, que concedia liberdade religiosa a seus cidadãos, cogitava permitir total igualdade aos judeus. Mesmo em países relativamente liberais, os judeus eram excluídos, e em algumas cidades eram obrigados a contribuir com o pagamento de taxas extras.

A tolerância foi imposta pelos diretores da Companhia das Índias Ocidentais ou pelos representantes dos Estados-Gerais. O preconceito e a discriminação partiam do governo colonial, principalmente devido às rivalidades econômicas. A religião ocupava um lugar de destaque na sociedade elitista colonial e servia de excelente pretexto.

O termo “judeu” era usado no sentido ofensivo, e diversos processos judiciais confirmam essa tese. Em um desses processos, o cristão Gisbert von Imbrough acusou outro cristão, Altjen Sybrants, de tê-lo chamado de judeu. A defesa de Sybrants alegou que foi somente uma resposta, pois Von Imbrough o havia chamado de “monte de esterco”.<sup>[1]</sup>

Em outro caso, Joannes Vervelen, durante um processo judicial, voltou-se para José da Costa, que estava presente, e disselhe que “pessoas do seu tipo são

todas trapaceiras”. Quando Vervelen foi cobrado pelo insulto a José da Costa, negou.<sup>[2]</sup>

No Brasil, o preconceito partia principalmente dos predicantes calvinistas. A população não compartilhava desse sentimento, comum em Nova Amsterdã, onde povo e dirigentes eram hostis a todos os judeus e costumavam agredi-los chamando-os de otários.

David Ferera foi vítima dessas acusações quando foi processado por tirar um baú da casa de um oficial sem o seu consentimento. O processo adquiriu uma feição grave, pois o réu, que não sabia falar bem o holandês, usou palavras “inapropriadas”. O xerife arbitrou a prisão de Ferera, sem direito a fiança, em multa, açoite público e expulsão da colônia. A primeira sentença ordenou o pagamento de uma multa de 800 guilders. O réu entrou com recurso e pediu um intérprete, tarefa cumprida por José da Costa. A decisão final foi levada a júri, que o multou em 120 guilders, mais 50 guilders para cobrir os custos do processo. No final, afirmou que os judeus não eram bem-vindos e que podiam partir quando quisessem. Na rigorosa sentença do xerife, pesou o fato de Ferrera ser judeu.<sup>[3]</sup>

Havia na colônia um conjunto de leis chamadas Estatuto do Senhor, relacionadas ao comportamento religioso. A Lei do Domingo proibia trabalho, viagens e atividades recreativas aos domingos. A Lei da Blasfêmia afirmava ser ilegal a negação da Santíssima Trindade e a não aceitação de Jesus como messias. As penalidades para quem violasse as leis eram rigorosas – prisão, açoite e até morte. Se um judeu, ao explicar sua fé a um cristão, negasse o Novo Testamento, poderia ser preso.<sup>[4]</sup>

A exclusão econômica revestida de restrição religiosa podia ser observada em um outro conjunto de leis que vigoraram na península Ibérica desde o século XV e que restringiam aos descendentes de judeus o acesso às ordens militares, à Igreja, aos cargos públicos. O sangue ou a origem dividiam a sociedade em “puros” e “impuros”, classificação que carregava em si a ideia de que a “postura maligna” dos judeus era transmitida pelo sangue às gerações futuras. Estereótipos que vinham se repetindo havia séculos também discriminavam e excluíaam os judeus de atividades econômicas.<sup>[5]</sup>

O caso do “brasileiro” Abraham de Lucena serve de exemplo: ele foi processado por vender mercadorias durante o sermão do domingo. Van Tienhoven foi o promotor que pediu à corte a exigência de aplicar uma multa de 600 guilders, muito maior que a multa estipulada para esse crime, e ainda que a licença comercial de Abraham de Lucena fosse cassada. Como ele era recém-chegado e não conhecia as regras do país, acabou sendo liberado com uma

advertência.<sup>[6]</sup>

Uma exceção ocorreu com o “brasileiro” Jacob Lucena ou Lumbroso, indiciado por blasfêmia e absolvido misteriosamente. Teria Lucena cedido ao batismo? Seu nome, adaptado ao inglês, aparece em outros documentos em que recebeu privilégios somente concedidos a cristãos. Em setembro de 1663, mesma época do processo de Jacob Lumbroso, um homem de nome John Lumbroso foi indenizado em um processo judicial – aparentemente era o mesmo processo – com o nome anglicizado. No ano seguinte, Lumbroso serviu de júri em outro processo judicial, privilégio concedido apenas a cristãos.<sup>[7]</sup>

Conflitos entre cristãos e judeus decorrentes da guarda do sábado foram frequentes, mas, após três anos, os burgomestres reconheceram o significado desse dia sagrado para os judeus. Quando Jacob Barsinsom não apareceu na corte para responder a dois processos, não houve represália, pois a convocação caiu justamente no sábado.

Elias Silva foi processado e preso por ter tido relações íntimas com uma escrava que pertencia a outro homem, mas as acusações foram retiradas, e ele foi então libertado.<sup>[8]</sup>

Em uma colônia extremamente fechada em seus princípios religiosos, todos aqueles que não oficiassem as mesmas crenças eram vistos com desconfiança. A população se queixava cotidianamente contra os judeus, sobre a sua participação no comércio, que antes era executada exclusivamente por cristãos, comentavam que as lojas judaicas não abriam aos sábados e que os judeus, após conquistarem seus direitos, serviam de guardas no forte da cidade, junto com os outros cidadãos.

A população temia a chegada crescente de judeus, potenciais concorrentes no comércio local. Estes tinham mais oportunidades no comércio internacional que os cristãos, pois conheciam vários idiomas e tinham parentes em diferentes partes do mundo, o que facilitava a formação de uma rede internacional de negócios.

A participação política era uma área fechada aos judeus, e para poder ingressar nessa carreira tinham que se converter ao cristianismo, ou nunca alcançariam o posto desejado.

Em 1655, o número de judeus em Nova Amsterdã aumentou, e proporcionalmente aumentou a animosidade contra essa população. Megapolensis escreveu várias cartas para a “Classis”, prevenindo sobre o perigo de os judeus construírem uma sinagoga. Em uma das cartas, diz textualmente: “Nós gostaríamos de pedir sua intervenção junto aos diretores da companhia para que ‘esses sem Deus’, que não trazem nenhum benefício ao país, e olham

para seu lucro próprio, sejam mandados para longe daqui”.<sup>[9]</sup>

Naquele mesmo mês, Stuyvesant já havia escrito várias cartas afirmando que tinha recusado diversas petições dos judeus sobre a prática “abominável” de sua religião.

No governo inglês, o sentimento antijudaico não sofreu grandes alterações. Houve em Nova York, na Virgínia, em Charleston e na Filadélfia manifestações explícitas por parte da população, em 1752, após a exibição da peça *O mercador de Veneza*, de Shakespeare. Outras obras teatrais que transmitiam aspectos da vida judaica, explorando o tema do “judeu vilão”, foram montadas. *The Fashionable Lover*, de Richard Cumberland, retoma a figura do “judeu agiota, desumano”; *The Belle’s Stratagem*, de Hannah Cowley, reavivou o estereótipo do judeu demoníaco; *The Young Quaker*, cujo personagem judeu Shadrach Boaz foi descrito como o mais repugnante dos palcos, explorava a inocência de uma jovem em um difícil momento da vida.<sup>[10]</sup>

O teatro e a literatura contribuíram para a difusão da imagem antijudaica. Um exemplo dessa representação pode ser verificado em um verso contido em carta escrita por John Malcolm, em 1790, e endereçada ao general Horatio Gates. O verso dizia:

Taxas nas jovens taxas Belcour chorou  
Mais impostos, e um novo exercício  
A dívida pública  
A oração pública  
A qual dizem que é um crime reduzir  
Cada dia um relatório fresco ele aborda  
Então espíões e judeus podem andar em coches  
Soldados e fazendeiros não perdem as esperanças  
Sem taxas ainda são terra e ar.<sup>[11]</sup>

Nos anos que antecederam as apresentações teatrais, ressurgiu o estereótipo do “judeu demoníaco”. Em 1668, um mercador judeu processou o holandês Balthazar d’Haert por estelionato. D’Haert se defendeu frente ao júri dizendo que o mercador era um judeu demoníaco, e o júri considerou o holandês inocente.<sup>[12]</sup>

Até mesmo a sinagoga de Newport foi chamada muitas vezes de “sinagoga satânica”. Em 1743, durante um cortejo fúnebre que saía da sinagoga Shearith Israel de Nova York, um grupo de pessoas atacou o cortejo e a sinagoga com pedras e pedaços de madeira. Na Filadélfia, o cemitério foi invadido em 1746, e os túmulos foram destruídos. Nesse mesmo ano, o cemitério judaico de Manhattan, Chatham Square, foi atacado, e seus muros e suas tumbas,

danificados. O mercador e líder comunitário Jacob Franks ofereceu uma recompensa para quem fornecesse informações sobre os responsáveis pelo ataque. Em 1751, o vandalismo se repetiu, e Nathan Levy, cunhado de Jacob Franks, colocou um anúncio no jornal *Pennsylvania Gazette*, da Filadélfia, pedindo que esportistas não usassem os muros do cemitério judaico da Spruce Street para a prática de tiro ao alvo e ameaçando levar o caso às autoridades.<sup>[13]</sup>

Um caso curioso aconteceu envolvendo pessoas da aristocracia colonial. Oliver de Lancey, irmão do chefe de Justiça, James de Lancey, tinha sido amante da judia Phila Franks, com quem teve um filho. Sete anos após o término do romance, Oliver de Lancey foi acusado de invadir a casa de um imigrante judeu holandês, quebrar todos os móveis e janelas e agredir verbalmente os proprietários. Para isso, contou com a ajuda de amigos, todos encapuzados e embriagados. Mais tarde explicou que teria feito isso para seduzir a dona da casa, uma judia holandesa, já que ela era parecida com a esposa de seu inimigo, o governador George Clinton, em uma clara provocação ao desafeto.<sup>[14]</sup>

Em meados do século XVIII, manifestações de antissemitismo tornaram-se corriqueiras, e, em 1773, na véspera do Ano-Novo judaico, a sinagoga de Newport teve suas janelas quebradas por um ataque com paus e pedras.

Os conflitos entre os mercadores judeus e não judeus eram frequentes. Em uma dessas ocasiões, em 1752, dois navios espanhóis, o *Saint Joseph* e o *Saint Helena*, carregados de ouro e prata, ancoraram no porto de Connecticut por razões técnicas. O capitão do navio pediu auxílio, primeiro ao inglês Andrew McKenzie, mas, desconfiando de suas intenções, recorreu ao judeu Benjamin Cardozo, que serviu de intérprete. Furioso, McKenzie escreveu a dom Joseph Miguel de St. Juan, responsável pelo navio e seu carregamento, “que ele tinha se deixado levar pelo nariz e pela falta de fé dos judeus, que venderam Deus por dinheiro e ainda o crucificaram. Como pode pensar que ele, um judeu português-espanhol, pode ser verdadeiro com você, qual é o lugar onde nenhum deles é tolerado?”<sup>[15]</sup>

Outras minorias, como luteranos, quakers e católicos, também eram vistas com desconfiança, pois o governo holandês era adepto da Igreja Reformada. Desde o período holandês, o governador Stuyvesant já se preocupava com os luteranos tanto quanto com os judeus, chegando a deportar para a Holanda um pastor justamente por ser luterano. Editou uma lei que proibia reuniões religiosas públicas ou privadas, mas, após a intervenção direta do governo central da Holanda, essa lei não foi colocada em prática. Quando os primeiros quakers chegaram à colônia, eles foram presos e interrogados. Na administração colonial inglesa, os presbiterianos, por um certo tempo, perderam o direito de pregar

sermões. O mesmo aconteceu com os batistas, que até 1715 não tinham permissão para construir um local de encontros. No fim do século XVII e início do XVIII ainda havia poucos católicos na cidade, e em 1700 foi aprovada uma lei que baniu jesuítas e católicos romanos. Se insistissem em sua permanência ali, estariam sujeitos à prisão e até mesmo à pena de morte. A presença dos judeus naquelas terras reforçou a luta pela conquista de direitos civis, políticos e religiosos para esses grupos.

Durante os anos da Guerra de Independência dos Estados Unidos (1775-1783), os judeus tiveram um aliado na Assembleia Geral de New Hampshire, o cristão Samuel Langdon, que nas eleições na assembleia proferiu o discurso “A República dos Israelitas”,<sup>[16]</sup> um exemplo para os estados americanos. O discurso clamava os americanos a aprender com a experiência da república judaica de Israel na era pré-monárquica. A argumentação se baseava na importância das orações para o fortalecimento de um povo – e na hipótese de os americanos serem abençoados por Deus – que havia protegido as colônias da vingança inglesa e provido Washington como servidor do povo americano. Langdon completava dizendo que as 12 tribos de Israel poderiam ser comparadas às 13 colônias norte-americanas. As orações do povo deveriam confirmar a Nova Constituição, pois somente assim poderiam afirmar a capacidade de o povo ser governado por um republicano. O sermão de Langdon teve o efeito esperado, e New Hampshire se tornou o nono estado a ratificar a Constituição, colocando o novo governo pronto para atuar.

Apesar do entusiasmo pela história judaica após a Guerra de Independência, foi preciso que se passassem vários anos para que os judeus conquistassem igualdade legal. Durante a guerra, Nova York garantiu aos judeus o direito ao voto e aos serviços públicos, mas a Constituição adotada em 10 outros estados garantia direitos plenos apenas aos cristãos. As restrições aos direitos civis não foram eliminadas em Connecticut até 1818, em Massachusetts até 1821, em Maryland até 1826, em Rhode Island até 1843, na Carolina do Norte até 1868 e em New Hampshire até 1877.

O sentimento antissemita nos Estados Unidos se manteve por décadas. Exemplo disso foi quando o Grand Union Hotel, pertencente ao capitão Hilton, em Saratoga, passou a não mais admitir hóspedes judeus, recusando membros de uma proeminente família judaica. O escândalo tomou enormes proporções, chegou à imprensa e provocou reações contrárias até por parte das comunidades não judaicas. O dono se justificou dizendo que só não admitia judeus extravagantes e barulhentos. A comunidade judaica organizou um boicote às lojas que pertenciam ao mesmo proprietário do hotel. Clubes frequentados pela

elite financeira também não aceitavam sócios judeus.<sup>[17]</sup>

O processo de luta contra o antissemitismo foi longo. Foi preciso um forte engajamento da comunidade judaica para ultrapassar os estereótipos antissemitas. Aos poucos, os judeus foram rompendo as barreiras às universidades, aos clubes, aos hotéis e, principalmente, ao mundo dos negócios.

Dois séculos antes de a Estátua da Liberdade ser entregue pelos franceses aos Estados Unidos, em Manhattan, em 1886, os judeus já abriam caminho para uma América livre.<sup>[18]</sup>

## O início da maior comunidade da diáspora

A primeira festa comemorada na recém-criada comunidade judaica de Nova Amsterdã foi o Ano-Novo, ou Rosh Hashaná, de 1654. Foi organizado um serviço religioso formal, que contava com os dois judeus que já se encontravam na ilha, podendo assim formar um *minyan* (número mínimo de homens com mais de 13 anos, necessário para as rezas judaicas). Para a concretização da cerimônia não poderia faltar a Torá que haviam conseguido salvar do naufrágio sofrido durante a viagem.<sup>[1]</sup>

No ano seguinte havia mais homens que o necessário para o *minyan*. Os novos membros provenientes da Holanda trouxeram outro rolo de Torá e uma arca para guardá-la, presentes da comunidade hispano-portuguesa de Amsterdã. O serviço religioso foi, a partir de então, conduzido regularmente no Shabat e nos feriados religiosos e acontecia em casas particulares.

Com o passar dos meses, os líderes da comunidade começaram a pensar na construção de uma sinagoga. Sonhavam em ter um local de encontros e discussões, onde os que chegassem pudessem ser recebidos. A sinagoga passaria a ser o foco da vida comunitária – haveria professores para iniciar os jovens no estudo da Torá e organizações responsáveis por cuidar dos carentes, uma preocupação e uma obrigação, *mitzvá*, não abandonadas pelos judeus.<sup>[2]</sup>

Stuyvesant percebeu o movimento dos sefarditas e escreveu aos diretores da Companhia das Índias Ocidentais, alertando-os sobre o perigo de permitirem serviços religiosos (não protestantes) públicos. Caso permitissem os judeus de professarem publicamente a religião, não poderiam impedir os dissidentes cristãos, como batistas, luteranos e católicos. A causa judaica era também a causa de todo cristão não calvinista.<sup>[3]</sup>

Depois de muita discussão, o exercício da religião “no silêncio do lar” havia sido permitido. Aparentemente, os judeus não se importavam muito com as determinações do governo colonial, tanto que, em 1658, as reuniões eram

realizadas na casa de Mordecai Campanall, onde celebravam o Shabat e as festas judaicas e faziam reuniões da maçonaria.<sup>[4]</sup> O serviço seguia os rituais sefarditas, e os oficiantes eram sempre voluntários – não havia a presença de um rabino, mas de um *chazan*, que comandava a liturgia.<sup>[5]</sup>

No final do século XVII, a sinagoga Shearith Israel foi oficialmente estabelecida. Um mapa da cidade de 1695, feito por John Miller, indicava uma casa alugada que funcionava como sinagoga na Beaver Street, onde, por cinco anos, foram mantidas as atividades religiosas. Em 1700, um documento imobiliário comprovou a mudança de endereço, e uma residência localizada na Mill Street, atual South William Street, era utilizada como a sinagoga dos judeus. Essa casa pertencia ao sapateiro John Harpendick. A rua ficou popularmente conhecida como “viela dos judeus”. Anexo à casa alugada, foi construída, posteriormente, a sinagoga Shearith Israel, que permaneceu nesse endereço por muitos anos e depois se mudou para a Central Park West, onde está nos dias atuais. O nome oficial da congregação é Kahal Kadosh Shearith Israel, ou Santa Congregação dos Remanescentes de Israel.<sup>[6]</sup> O primeiro orador da sinagoga foi Saul Pardo Brown e o primeiro cantor, Moses Lopes da Fonseca, filho do rabino da sinagoga de Curaçao.<sup>[7]</sup>

O rabino responsável pela sinagoga da Mill Street era Abraham de Lucena, que chegou da Holanda a Nova Amsterdã em 1655, trazendo um pergaminho da Torá envolvido em veludo verde e um manto adamascado da Índia, emprestado da sinagoga de Amsterdã.<sup>[8]</sup> Acompanhando Lucena, vieram mais seis famílias judias da Holanda.

A cargo da sinagoga ficavam todos os aspectos da vida religiosa judaica, os serviços religiosos, o controle das leis relacionadas à dieta alimentar – incluindo a fabricação do pão ázimo na época da Páscoa –, o ciclo da vida judaico (nascimento, maioridade religiosa, casamento e morte), a educação, a filantropia, o contato com os judeus de outras partes do mundo, o cuidado com o cemitério e os banhos rituais.

A língua oficial da sinagoga era o português, tanto que os relatórios e os documentos oficiais eram escritos nesse idioma, representando uma tradição por ser o idioma dos fundadores, e os diretores da congregação faziam questão de mantê-lo. As preces eram escritas e recitadas em português, especialmente a parte dirigida ao governo.<sup>[9]</sup> A comunidade também se comunicava em português, às vezes em espanhol. Mais tarde, com a chegada de judeus do Leste Europeu, passou-se a falar também o alemão e o ídiche, além do inglês que, com o passar do tempo, tornou-se a língua mais frequente. O hebraico e o ladino eram usados somente em algumas rezas.

Os casamentos no período colonial eram realizados normalmente às quartas-feiras, com exceção dos casamentos de viúvas, celebrados em outros dias da semana. Nem sempre era um rabino ou um *chazan* que dirigia o casamento, já que a Torá não o determina – às vezes era feito por um parente mais velho, do sexo masculino. O dote da noiva era previamente combinado entre os pais dos noivos durante o noivado e registrado no contrato de casamento, *ketubá*, que ainda estabelecia multa se o matrimônio não fosse realizado. Esses dados são comprovados por um modelo de *ketubá* de 1738, onde estão descritas todas as etapas que devem ser cumpridas no preenchimento do contrato. Caso fosse um rabino que realizasse o casamento, essas instruções seriam desnecessárias, mas o documento prova que a maioria dos homens daquela comunidade conhecia bem o hebraico e o aramaico, uma vez que no documento são utilizadas palavras nessas línguas, para além do português.<sup>[10]</sup> A maioria das cerimônias de casamento era realizada na residência de um dos noivos, pois convidar as pessoas para a casa era sinônimo de hospitalidade e elegância, enquanto realizar o casamento no prédio da congregação significava impessoalidade.

O casamento entre judeus e cristãos era proibido, e a conversão religiosa, inaceitável, sob pena de excomunhão para o judeu ou a judia que tentasse converter o(a) parceiro(a). A mulher judia que se casasse fora da comunidade era considerada perdida para o judaísmo, mas o homem muitas vezes continuava frequentando a sinagoga. Os filhos desses dois tipos de união eram quase sempre criados como cristãos. Esse regulamento foi imposto após 1663, com a influência dos judeus que chegavam da Inglaterra e propunham que as regras adotadas pela comunidade judaica de Londres fossem também adotadas em Nova Amsterdã. Com relação aos casamentos entre judeus e cristãos-novos que queriam retornar ao judaísmo, não havia nenhum impedimento ou restrição.

A cerimônia de circuncisão seguia o padrão dos casamentos. No fim do século XVII, Nova York contava com um especialista nesse ofício, o *mohel*, Abraham I. Abraham, que viajava para todos os lugares da colônia onde era chamado. Os eventos do ciclo da vida judaica eram sempre motivo para a comunidade socializar. Mesmo os funerais proporcionavam momentos de reunião, quando era cumprido o ritual de rezas pela manhã, durante uma semana, ocasião em que familiares e amigos eram recebidos com refeições na casa da família que havia perdido um parente.

As leis dietéticas judaicas passaram a ser cumpridas com maior rigidez após Asser Levy obter licença de açougueiro. A carne consumida começou a ser preparada de acordo com os rituais ensinados pela Bíblia judaica.

O sábado era fielmente respeitado. Mesmo o governo holandês de Nova

Amsterdã e a câmara local reconheciam esse direito.<sup>[11]</sup>

Como em todos os lugares em que os judeus se organizaram em comunidade, em Nova Amsterdã também mantiveram a preocupação com as pessoas carentes. Após o inverno de 1654-1655, não houve mais reclamações dos decanos protestantes sobre a manutenção dos judeus pobres, na medida em que todo trabalho assistencial era controlado pela Igreja Reformada e financiado pela elite mercadora de Amsterdã.

Ao contrário do que ocorria no Recife, em Nova Amsterdã não houve indícios de órgãos de caridade judaicos autônomos no início do período colonial. Após a organização da sinagoga, esse trabalho ficava sob sua responsabilidade. A sinagoga recebia doações de judeus mais afortunados da própria comunidade e das instituições judaicas de Amsterdã. Era sua função fornecer alimentos, roupas, educação para crianças humildes, pensão para órfãos e viúvas, abrigo para viajantes e até dotes para garotas desprovidas financeiramente. No início do século XVIII, era possível encontrar, entre os artigos constitucionais da sinagoga, uma regra que garantia a todo viajante ou imigrante pobre que necessitasse do auxílio da sinagoga uma quantia de 8 xilins por semana, por até doze semanas.

Em 1785 foi fundada a sociedade Hebra Gemilut Hasadim, ou Sociedade Mantenedora de Caridade, que tinha o intuito de ajudar financeiramente e prover assistência médica aos necessitados. O trabalho incluía visitas domiciliares e auxílio a doentes, fundos para funeral e assistência social.<sup>[12]</sup>

Uma epidemia de febre amarela acometeu a população da cidade em 1798, causando muitas mortes. O reverendo Gershon Mendes Seixas angariou fundos entre os congregantes da sinagoga de Nova York para assistência aos doentes e para a ajuda funerária à família dos mortos.<sup>[13]</sup>

Nos primórdios da colonização, em julho de 1655, foi feito um pedido de licença para a compra de um terreno destinado à construção de um cemitério. E por quê? Porque para a comunidade judaica a construção de um cemitério significava sinal de permanente estabelecimento. Esse pedido foi negado, e a alegação era de que não havia ocorrido ainda nenhuma morte na comunidade judaica. Os líderes comunitários argumentaram que em Recife e na Holanda os judeus eram enterrados em locais diferentes dos cristãos, segundo leis religiosas tão marcantes na morte como na vida. Após a morte de um judeu, em 1677, as autoridades concederam à comunidade um pequeno terreno afastado dos muros da cidade para a construção de um cemitério. Supostamente foi nele que sepultaram o líder comunitário Asser Levy.<sup>[14]</sup>

Em 1682, já durante o governo inglês, o cristão-novo Joseph Bueno de Mesquita, que havia vivido no Brasil holandês e que chegou a Nova York vindo

de Londres por volta de 1680, comprou de Willian Merret um terreno de aproximadamente 52 pés × 52 pés (15,85 metros × 15,85 metros), destinado à construção de um cemitério judaico. O terreno ficava a leste da Park Row Highway, abaixo da Chatham Square com a Saint James Place, e próximo a um riacho, onde hoje está Chinatown. O cemitério ainda existe, mas o acesso para visitantes é difícil.

O primeiro judeu a ser enterrado em Nova York foi um membro da família Bueno de Mesquita, Benjamim Bueno de Mesquita, falecido em 1683. Benjamim viveu no Brasil durante a ocupação holandesa e tem seu nome no livro das atas da sinagoga Zur Israel, de Recife. Benjamim Bueno de Mesquita e seu irmão Joseph, ao deixarem o Recife, tentaram viver em Portugal como cristãos-novos e somente anos depois deixaram a península Ibérica e foram terminar seus dias em Nova Amsterdã.<sup>[15]</sup>

Os túmulos do cemitério judaico ainda hoje estão intactos. É possível identificar as lápides de Joseph Tores Nunes (1704), Samuel Levy (1719), Moses Levy (1728), Abraham Burgos (1723), Sarah Bueno de Mesquita (1708), Sarah Rodrigues de Rivera (1727). Esse cemitério é, atualmente, o segundo mais antigo de Nova York e se mantém conservado até agora – o mais antigo da cidade pertence aos protestantes.<sup>[16]</sup>

Sarah Bueno de Mesquita foi esposa de Benjamim Bueno de Mesquita; Moses Levy e Samuel Levy eram irmãos, proeminentes mercadores. Chegaram de Londres no fim do século XVII. Quanto aos outros judeus identificados nesse cemitério, não há muitas informações.

O cemitério de Chatam Square foi comprado em nome de pessoa física. A comunidade judaica, como pessoa jurídica, ainda não tinha direito de adquirir imóveis, da mesma forma que as igrejas episcopais e luteranas, por isso havia necessidade de o contrato ser assinado dessa forma.

Nos primeiros anos do estabelecimento dos portugueses vindos de Pernambuco, não havia uma escola judaica, diferentemente do que aconteceu no Recife, onde a comunidade tinha um sistema educacional completo. Em Nova York, a primeira escola judaica só foi construída em 1730. As crianças recebiam o estudo secular em escolas mantidas pelas igrejas protestantes, e para isso era preciso pagar uma taxa. Havia tutores judeus responsáveis pela educação religiosa das crianças, especialmente até a preparação do *bar-mitzvá*, a maioridade religiosa. A leitura em hebraico era ensinada por intermédio do estudo do Pentateuco e de orações. As crianças que não podiam pagar a taxa escolar ou o tutor tinham os custos cobertos pelos líderes comunitários. Os tutores geralmente eram homens de baixo poder aquisitivo ou que estavam

iniciando seus negócios e necessitavam de uma renda extra. Eram chamados de *rabbi* ou *ribbi*. Um dos primeiros *rabbis* da região viveu no século XVII, Jerachmeel (Valentijn) Falk, mais conhecido como Valentine Vanderwilde, cunhado do importante líder de Nova Amsterdã, Asser Levy. No início do século XVIII, em 1716, Judah Monis, mercador recém-chegado da Holanda via Jamaica, ensinava judaísmo para as crianças da comunidade e ministrava cursos de hebraico para cristãos. Em 1728, o sefardita Benjamim Elias, também era professor de hebraico, e recebia salário da sinagoga Shearith Israel pelas duas funções.<sup>[17]</sup>

Em 1731, a escola judaica de Nova York abriu definitivamente suas portas. O colégio foi construído por um proeminente sefardita de Londres, Mendes da Costa. Na primeira metade do século, o ensino era feito em português e espanhol; após 1750, em inglês. As crianças permaneciam na escola por meio dia, ou na parte da manhã ou na parte da tarde. Os estudos eram religiosos, com ênfase no hebraico e na Torá. Em 1755, houve uma mudança curricular, e os estudos seculares foram introduzidos.<sup>[18]</sup>

O acesso às bibliotecas e aos livros era limitado no período colonial. Os poucos livros existentes em Nova Amsterdã eram de propriedade particular. Mesmo os judeus mais afortunados tinham um número pequeno de livros, normalmente da liturgia hebraica. Em Boston, Samuel Frazao, que havia sido professor da escola judaica no Recife, contava com uma pequena biblioteca, com livros de filosofia judaica e uma Bíblia em espanhol.<sup>[19]</sup> Na Pensilvânia, um dos primeiros colonizadores judeus de origem portuguesa, Isaac Miranda, tinha uma cópia da obra cabalista *Hayyim Vital's Sefer Há-gilgulim*, de 1683, e manuscritos em espanhol e português sobre polêmicas entre judaísmo e cristianismo. Tinha, também, um manuscrito em prosa e poesia de autoria de Isaac de Castro, mártir da Inquisição de Lisboa. A maior biblioteca judaica no período colonial, com obras em hebraico e livros de filosofia, pertencia a Nathan Levy, um dos fundadores da comunidade da Filadélfia, filho de Moses Levy. Os professores Benjamim Elias e Judah Samuel, de Nova York, eram homens de grande conhecimento e donos de diversas obras religiosas e laicas, entre elas um manuscrito do tratado talmúdico *Makkot*.

Judah Monis foi o primeiro judeu nas colônias inglesas a receber um diploma acadêmico. Ingressou na universidade de Harvard em 1720, após passar alguns anos em Nova York, e se tornou o primeiro especialista em hebraico, nomeado na universidade Harvard, além de autor do primeiro livro de gramática em hebraico publicado na América do Norte.

A primeira mulher judia a entrar em uma universidade foi Richea Gratz,

que estudou no Franklin College. Richea pertencia a uma família de mercadores da Filadélfia no final do século XVIII.<sup>[20]</sup>

Nos primeiros anos da colonização, não havia hospitais judaicos, mas algumas viúvas recebiam um salário da sinagoga para cuidar de pessoas doentes. Os enfermos eram hospedados nas casas dessas senhoras e atendidos como se estivessem em uma clínica médica. As viúvas faziam o papel de enfermeiras e, quando ocorria uma morte, elas eram responsáveis por tomar todas as providências para o funeral.<sup>[21]</sup>

Um dos grandes problemas enfrentados pela comunidade de Nova York foi o isolamento da região, que dificultava o relacionamento entre judeus. Dispersos, alguns homens se casaram com mulheres cristãs, e seus filhos foram criados como cristãos. Muitos trocaram os nomes portugueses ou espanhóis por nomes ingleses (durante o domínio inglês), o que tornou difícil a identificação de seus descendentes. A elite judaica ficou abalada quando os filhos de Abigail Levy Franks e Jacob Franks, David e Phila, casaram-se com cristãos – David se casou com Margaret Evans, da Filadélfia, e Phila, com Oliver de Lancey, integrantes de distintas famílias da sociedade cristã colonial. A filha de Naphtali Franks deixou, ao morrer, sua herança à causa da conversão de judeus ao cristianismo. Devido ao grande número de casamentos mistos, não são mais encontrados judeus entre os descendentes dos Franks.<sup>[22]</sup>

Há especulações sobre a conversão de alguns judeus ao cristianismo no século XVII. Isaac Israel, um dos sefarditas pioneiros do Brasil, estabeleceu-se em South River, Delaware, em 1655. Oito anos depois, um homem, também de nome Israel, tornou-se membro do conselho holandês e assumiu a vaga de vice-diretor do South River Country – ele era comerciante já havia algum tempo em Passyunk, hoje parte da Filadélfia. Esse Israel era Isaac, ou um dos outros Israel de Nova Amsterdã, e teria se convertido ao cristianismo ou nunca teria alcançado tal posição política, pois nesse período nenhum judeu tinha acesso a cargos políticos nas colônias holandesas.

A maioria dos judeus lutou para manter a religião e as tradições. Em 1657, depois da revogação do Édito de Nantes, na França, famílias de marranos franceses chegaram a Nova York. Entre elas estava a família Robles, os Gomez e os Lopez. A devoção dessas famílias ao judaísmo está documentada em lemas familiares:

Ilimitadas como os peixes do mar  
são a honra e a integridade da família Gomez;  
apoiados pela força do leão, eles mantêm sua fé,  
não a trocariam nem por uma coroa de ouro.<sup>[23]</sup>

Essas famílias tiveram grande participação na Congregação Shearith Israel, de Nova York.

O cristão-novo Aaron Lopez chegou diretamente de Portugal a Newport, em 1752, e trouxe a esposa Abigail, a filha Sarah e o irmão David. Tinha aproximadamente 21 anos na época. A esposa tinha parentes em Nova York; a família Gomez deu suporte a todos nos tempos iniciais da nova cidade.<sup>[24]</sup> Os Lopez eram fugitivos da Inquisição portuguesa, por isso trocaram rapidamente seus nomes cristãos e adotaram nomes judaicos. Os cristãos-novos que fugiam da Inquisição portuguesa eram bem recebidos pelos membros da comunidade judaica de Nova York. Alguns chegavam a se submeter à circuncisão, como o próprio Aaron Lopez em 1750, que havia sido recebido pelo primo Daniel Gomez. Daniel permaneceu ao lado de Aaron no momento da cerimônia de circuncisão e o saudou dizendo que essa era a manifestação da lei sagrada.<sup>[25]</sup>

Tanto os Lopez como os Gomez eram grandes mercadores e contribuíram para o crescimento econômico e espiritual da comunidade, mantendo suas tradições e colaborando para a manutenção da sinagoga.

Parte dos judeus que viveram no Recife holandês, ao deixar o Brasil, seguiu para a Inglaterra. Membros das famílias Nunes e Machado, parentes entre si, sofreram a trágica experiência dos cárceres inquisitoriais em Portugal e, em 1733 buscaram refúgio na região de Savannah. O patriarca da família Nunes, Moses, viveu no Brasil holandês e, em 1654, partiu para a Inglaterra. Anos depois, seu filho, dr. Samuel Nunes, já com 50 anos, acompanhado do neto, Moses, nome que herdou do avô, chegou a Savannah. Tornaram-se os judeus pioneiros da região, fazendo parte de um grupo de aproximadamente 15 pessoas.<sup>[26]</sup>

Em meados do século XVIII, a comunidade judaica de Nova York começou a sentir necessidade de traduzir as rezas em hebraico para o inglês. Em 1766, Isaac Pinto, *chazan* da sinagoga sefardita, publicou um livro de rezas em inglês para Shabat, Rosh Hashaná e Yom Kipur – as orações seguiam o ritual português e espanhol.<sup>[27]</sup>

O primeiro sermão judaico publicado na América do Norte foi escrito em 1773 pelo rabino Haim Isaac Carigal, um judeu palestino que passou cinco meses viajando pela Filadélfia, por Nova York e Newport. Durante sua visita a Rhode Island, fez amizade com o ministro da congregação cristã local, Ezra Stiles, que mais tarde se tornou presidente da Universidade de Yale. Stiles ajudou Carigal a publicar seu sermão proferido em espanhol, entremeado de palavras em hebraico, na sinagoga de Rhode Island, Newport, em 28 de maio de 1773, em comemoração à festa judaica de Shavuot.<sup>[28]</sup> Tornaram-se grandes amigos e, após a partida de Carigal, ele e Stiles passaram a trocar

correspondências, especialmente devido ao interesse de Stiles pelo hebraico. O discurso “The Salvation of Israel” foi traduzido para o inglês pelo sefardita Abraham Lopes, de Newport, tornando-se o primeiro sermão judaico a ser publicado na América do Norte. [\[29\]](#)

Durante o período da Guerra de Independência dos Estados Unidos, a sinagoga Shearith Israel representou o principal centro de apoio aos revolucionários. O *chazan* da sinagoga da ilha de Manhattan era Gershon Mendes Seixas, que havia nascido e estudado em Nova York. Em agosto de 1776, quando George Washington perdeu a batalha de Brooklyn Heights, Seixas fugiu da cidade com o rolo de Torá escondido entre seus pertences e se juntou a outros patriotas em Newport, Rhode Island e Connecticut.

Às vésperas da independência, existiam na América do Norte 11 comunidades judaicas, todas predominantemente de origem portuguesa e espanhola. Em Charleston, encontrava-se a maior concentração de judeus, contando com aproximadamente 400 pessoas. As outras eram comunidades menores, mas que assumiram importância fundamental no crescimento do judaísmo no que seriam os Estados Unidos da América.

## Homens de negócios

Judeus portugueses, homens de negócios da Holanda, buscavam aproveitar as novas oportunidades econômicas que se abriam na colônia holandesa da América do Norte. Entre seus interesses, havia também um projeto de abrir para os andantes sefarditas uma região segura para viver. Muitos vieram com suas famílias ou se casaram com mulheres protestantes ou judias de Amsterdã logo que aportaram na terra nova – as “noivas” entraram na colônia com seus parentes depois de 1655.

No século XVII, Nova Amsterdã era um entreposto comercial da Companhia das Índias Ocidentais. O xerife Nicassius de Sille a descreve como

Uma vila dependente do comércio de peles entre colonos e índios, onde todos os habitantes são mercadores – a riqueza consiste em cavalos de puxar arado, vacas, ovelhas e cabras. Os rios têm peixes em abundância, e dos arbustos são colhidos morangos e amoras.<sup>[1]</sup>

Com o passar dos anos, o comércio se desenvolveu, e a pequena vila se transformou pouco a pouco em cidade. As rústicas casas de madeira foram substituídas por construções de alvenaria, as ruas foram pavimentadas, os jardins, podados e simetricamente dispostos, os animais, retirados das ruas, e o pequeno córrego, que passava pelo centro da cidade, foi ampliado formando um canal, com as margens reforçadas por estacas. As parcas tabernas foram reformadas em atraentes cafés, onde os moradores se reuniam para trocar ideias, planejar negócios e comentar o passado e o futuro.<sup>[2]</sup>

A alimentação da futura Nova York tinha como base o queijo e a manteiga, e muitas vezes esses alimentos eram utilizados como produtos de troca, o que conferia às vacas leiteiras grande valor econômico. O sistema de troca, aliás, era largamente utilizado. Produtos agropecuários, como trigo, aveia, cevada, milho, carne de porco e de vaca, passaram a ser considerados bens e usados como pagamento de impostos. Serviam de moeda corrente, também, peles de castor,

uma espécie de cinto de contas e conchas, chamado *wampum*, além de florins holandeses. A utilização do *wampum* entrou em declínio na metade da década de 1650, quando a participação dos produtos agrícolas nos negócios se intensificou. A desvantagem do uso de cereais como forma de pagamento estava atrelada à qualidade da colheita, e muitas vezes nos contratos o valor da negociação era assegurado em guilders, que seriam convertidos em trigo ou outro produto. A terra era muito fértil e, por isso, permitia a produção de diversos gêneros alimentícios.<sup>[3]</sup>

A agricultura, porém, tornou-se uma atividade econômica menor, enquanto o comércio de peles com os índios se mostrou bem mais vantajoso.

A sociedade na Nova Holanda enfrentou graves problemas de sobrevivência, disputas e animosidades. As negociações ainda tinham as marcas das estruturas medievais.<sup>[4]</sup>

Trabalhadores diaristas passaram a ser remunerados somente após a chegada dos primeiros judeus, em 1654. Recebiam dois guilders por dia em milho, castor ou *wampum*.<sup>[5]</sup>

A liberdade econômica concedida aos judeus, que eram discriminados, limitava-se ao pequeno comércio dirigido ao próprio grupo de refugiados do Brasil. Entretanto, apesar de algumas restrições, que também vigoravam em Amsterdã, os holandeses não tinham interesse em perder os judeus imigrantes no momento em que a Inglaterra era a principal rival da Holanda e ampliava seu domínio no Caribe.

A liderança econômica entre a pequena comunidade judaica de Nova Amsterdã foi, de início, centrada em cinco mercadores de origem portuguesa, que teriam chegado de Amsterdã depois dos refugiados do Brasil, em 1655: Abraham de Lucena, Salvador d'Andrada, Jacob Cohen Henriques, Joseph d'Acosta e David Ferera. Esses homens assinavam as importantes petições na colônia e tinham poder suficiente na metrópole europeia de fazer que seus associados judeus interviessem junto aos diretores da Companhia das Índias Ocidentais e os burgomestres de Amsterdã.<sup>[6]</sup>

Judeus, como no Brasil holandês, serviam de intérpretes, insubstituíveis, aliás, nas transações comerciais ou em casos de litígio com as colônias espanholas e do Caribe. Eram homens engajados em diversas atividades, de açougueiros e padeiros a grandes negociantes. A classe mercante em Nova Amsterdã desafiava qualquer categorização – mesmo os homens de grande prestígio econômico e social desenvolviam atividades simples, como a fabricação de pão, o abate de animais ou a fabricação de cerveja.<sup>[7]</sup> Jacob Henriques Cohen, um dos 23 refugiados do Brasil, serve de exemplo: tentou

obter licença para fabricar e vender pão, mas teve seu pedido recusado. Cohen não era um humilde padeiro, era um homem de negócios que queria diversificar suas atividades e quebrar o monopólio dos padeiros locais, além de fazer o pão segundo as regras dietéticas judaicas. No Brasil holandês, foi um comerciante próspero, membro da diretoria da comunidade judaica de Recife, e seu filho Abraham Cohen Henriques, ou Francisco Vaz de Leon, era acionista da Companhia das Índias Ocidentais, tendo vivido nas colônias holandesas do Recife e de Nova Amsterdã e estabelecido negócios em ambas. Certa vez, em 1659, processou um holandês, de nome Cornelis Janss Plavier, pelo não pagamento de um empréstimo de 1.625 guilders, que deveria ter sido feito pela venda de um carregamento de peles de castor naquele outono em Amsterdã. Asser Levy atuou como advogado do processo que executava a dívida. A corte decidiu que o réu hipotecasse sua residência em Manhattan, localizada na Heere Straat (hoje, Broadway Street) e honrasse a dívida.<sup>[8]</sup>

Judeus se dedicaram também às vendas no atacado e no varejo, mas em uma escala modesta. Alguns importavam produtos diretamente da Holanda para revendê-los na colônia, outros se envolveram em negócios maiores, chegando a estabelecer sociedades com holandeses e ingleses.

O dinâmico emigrante do Brasil Asser Levy comprou, em certa ocasião, um carregamento de manufaturas holandesas e deu ao dono 75% do valor como adiantamento e como garantia ao fornecedor a hipoteca de sua casa em Nova Amsterdã.

A população judaica da colônia foi ocupando gradativamente um lugar na estratificação social, que se revelava no refinado mobiliário e em utensílios domésticos que adquiriam de mercadores e comissários. Pequenos luxos europeus foram chegando a Manhattan, como tecidos adamascados, açafraão, papel de qualidade, sassafraés, salsaparrilha, remédios e equipamentos de medição.<sup>[9]</sup>

No jornal local, os produtos importados da Europa eram anunciados, e no número de 3 de março de 1729 da *New York Gazette*, o judeu Luis Gomes publicou um lote de finas taças que exibiam um brasão de armas.

Diversos judeus expandiram suas atividades para outras regiões, especialmente para o Caribe. Curaçao e Suriname concentravam, na época, os maiores núcleos judaicos do Caribe e, como eram grandes zonas produtoras de açúcar, viram intensificar esse negócio.<sup>[10]</sup> Essa conexão foi documentada pela família Pisa, que consta como responsável nos inventários pela rede comercial entre Nova York, Suriname e Barbados.

Os laços econômicos entre os sefarditas de Curaçao e Nova York eram

fortalecidos pelos casamentos entre os jovens de famílias burguesas das diferentes regiões. Esther Levy, de Nova York, por exemplo, casou-se com Daniel Gomes, de Curaçao, um ativo mercador que enviava produtos da América espanhola para Nova York.<sup>[11]</sup> Nessa rota também negociava Isaac de Mesa, de South River – seu nome aparece ainda em contratos comerciais em Suriname e Barbados.

Era habitual que mercadores holandeses do Caribe e de Nova Amsterdã, entre eles os judeus, estabelecessem negócios em ambas as colônias, sob a mesma bandeira e o mesmo governo.



uma oportunidade de emprego.<sup>[12]</sup> Em 1660, já era o segundo maior vilarejo da colônia, contando com mil habitantes.

Os judeus foram proibidos de atuar no comércio ao sul com os índios de Delaware e do rio Hudson.<sup>[13]</sup> Os líderes, Abraham de Lucena, Salvador d'Andrada e Jacob Cohen Henriques, apelaram para o governador e seu conselho, argumentando que a Companhia das Índias Ocidentais tinha concedido permissão para que qualquer membro daquela comunidade pudesse negociar com qualquer região sob a jurisdição do governo holandês. A apelação foi negada, mas eles conseguiram permissão para que dois homens viajassem ao sul para estudar possibilidades futuras, apesar de só poderem atuar com total liberdade depois de os holandeses ocuparem as colônias suecas de Delaware, em setembro de 1655.<sup>[14]</sup>

Com as fronteiras ao norte de Nova Amsterdã, acima do rio Hudson, o destino foi diferente: os judeus puderam atuar desde o início. Era uma região de difícil acesso, selvagem, e aqueles que se aventuravam tinham que conseguir uma aliança com os nativos, geralmente hostis. O governo não oferecia nenhum suporte militar. Os primeiros a investir nessa empreitada foram Abraham de Lucena, Salvador d'Andrada e Jacob Henriques Cohen, além de dois jovens recém-chegados do Brasil via Holanda, Benjamin Cardozo e Isaac Israel.<sup>[15]</sup>

Na primavera de 1656, os negócios dos judeus em South River já se encontravam licenciados. Trocavam com os índios mercadorias e bebidas por peles e tabaco, que eram revendidos em Manhattan. O judeu José da Costa, imigrante do Brasil, foi quem adquiriu certa relevância na época.<sup>[16]</sup> Como acionista da Companhia da Índias Ocidentais, ele podia ser confundido com o sobrinho homônimo, que também embarcava mercadorias por aquele porto.

Os judeus da colônia negociavam peles, trigo, gado, manteiga, queijos, roupas, carneiros e ferramentas. Como os outros habitantes, também realizavam suas transações em forma de barganha, trocando sapatos por trigo ou cerveja por tabaco.

As três *commodities* mais usadas eram licor, tabaco e peles. Segundo os relatórios de Peter Stuyvesant, o licor em particular fazia parte da economia de Nova Amsterdã, tanto que uma em cada quatro casas na cidade vendia licor. Comerciantes judeus negociavam o licor forte, a cerveja e o vinho, mas essas bebidas eram geralmente importadas do Caribe, apesar de uma pequena parte ser produzida na colônia por artesãos locais.<sup>[17]</sup>

O tabaco era um dos principais produtos comercializados, plantado em grandes quantidades e trazido de Maryland e da Virgínia – era comumente trocado por produtos europeus. Jacob Lumbroso, um dos 23 refugiados do

Brasil, cultivava o tabaco em Maryland e o vendia aos judeus mercadores. No fim de 1650, o cultivo do tabaco foi utilizado como moeda, e, nessas transações, judeus como Jacob Cohen Henriques, Abraham de Lucena e David Ferera tinham participação ativa. David Ferera comprava e vendia tabaco e outras mercadorias de Maryland, entre 1656 e 1660, para além de fazer o transporte dos produtos em seu próprio navio, conforme registros oficiais.<sup>[18]</sup> Abraham de Lucena estabeleceu parceria com Luiz Gomez, marrano recém-chegado de Portugal, e se dedicou à exportação de grande quantidade de trigo de Lisboa e importação de vinho português.<sup>[19]</sup>

Apesar dos indícios de um dinamismo comercial, a circulação monetária era escassa. Por causa disso, os comerciantes judeus reproduziam um costume de outros negociantes, o de pagar o aluguel de suas instalações comerciais com peles de castor, *brandy* ou qualquer outra mercadoria acertada pelas duas partes. Somente nos anos 1680 foi introduzida a utilização de moedas de prata como forma de pagamento.<sup>[20]</sup>

A economia em Nova Amsterdã ganhou impulso quando redes familiares de judeus da Inglaterra migraram para Nova York no fim do século XVII e início do XVIII. Entre as famílias estavam Levy, Frank, Simson, Nunes, Pacheco, Machado, Seixas – todas eram aparentadas de algum modo. Essas famílias trouxeram novas conexões que ampliaram o comércio, além de aumentar a entrada de divisas em forma de empréstimos ou financiamentos.

No fim do século XVII os judeus ainda encontravam muitas restrições para seus negócios. Até 1690, não podiam ser donos de lojas varejistas. Na tentativa de superar essa restrição, improvisavam pequenas lojas na frente ou no fundo de suas casas. Alguns puderam contar com empréstimos iniciais de parentes de Londres ou da Holanda e iniciaram suas atividades capitalizados. Esse foi o caso de David Ferera, em Maryland, que, entre outras atividades de mercancia, tinha uma loja de utensílios domésticos. Moses Levy e Jacob Frank, dois dos mais proeminentes homens de negócios de Nova York e da Filadélfia no século XVIII, iniciaram seus trabalhos como lojistas e contaram com o apoio financeiro de seus irmãos de Londres, por intermédio de sociedade. Havia uma parceria entre os empresários e os lojistas. Os mercadores forneciam produtos em consignação ou créditos em mercadorias e prazos para pagamento, ficavam responsáveis pela importação dos produtos e faziam o embarque de Londres ou de outros portos no Caribe, e a dívida contraída seria paga somente após a venda ao consumidor final.

Os grandes lojistas ofereciam ao cliente uma variedade maior de bens de consumo. Em 1745, o estoque do lojista Isaac Levy, de Nova York, incluía chá,

cera de abelha, tinta para caneta e caneta, vestuário feminino e infantil e até instrumentos musicais, como 24 diferentes tipos de harpa.

Assim como no Leste Europeu e na Europa central as mulheres judias deram sua contribuição ao comércio local, já que tinham longa tradição nesse setor, elas retomaram a rotina em Nova Amsterdã. Como pequenas lojistas ou como grandes negociantes, viúvas administravam os negócios dos falecidos maridos – casadas e solteiras também cuidavam de pequenas lojas. Exemplo de grande negociante foi Rachel Levy, irmã de Asser Levy, que dirigia o comércio de importação de rum de Boston e Rhode Island e, por vezes, trazia chocolate de Curaçao.<sup>[21]</sup>

Na maioria das vezes, o comércio varejista era uma atividade modesta, direcionada para pequenos utensílios domésticos, remédios e jornais locais. Frequentemente, a maior parte das vendas era realizada de porta em porta, diretamente ao consumidor, sendo que a loja servia somente de estoque para a mercadoria. Às vezes essa atividade se confundia com o ofício de mascate, em que judeus não tinham expressividade. Foram encontrados raros registros de judeus atuando na área, alguns em Connecticut ou em Nova York, embora isso tenha ocorrido após um século de colonização judaica na América do Norte. É importante destacar a diferença entre o vendedor ambulante ou prestamista e o mascate. O ambulante se concentra nos limites da cidade, sobretudo nos subúrbios. As vendas são realizadas predominantemente à prestação, e sua mercadoria lhe confere um retorno financeiro em médio ou longo prazo. Ele tem como prática a continuidade da dívida do freguês: assim que o cliente salda o que estava devendo, já tem início uma nova conta com a compra de mais mercadorias. O mascate, não: ele trabalha principalmente na zona rural, em vilas ou pequenos povoados, viaja por extensas regiões e visita lugares ermos. O mascate carrega uma mercadoria de retorno rápido, mais barata, porque vende, na maioria das vezes, à vista.<sup>[22]</sup>

Segundo Werner Sombart, havia uma categoria de judeus negociantes que prestava serviço a pessoas menos afortunadas. Esses negociantes vendiam à prestação roupas e artigos de uso pessoal, tendo como público-alvo essas pessoas humildes.<sup>[23]</sup> Nesse caso, os judeus que atuavam no setor poderiam ser classificados como prestamistas, não como mascates.

Na América do Norte, a atividade de mascate ou prestamista enfrentou diversos obstáculos, pois era raro encontrar boas rotas comerciais, centros organizados na zona rural e estradas tranquilas. Na tentativa de combater a concorrência, grandes mercadores e lojistas faziam forte oposição aos mascates, chegando a divulgar uma série de calúnias contra eles. Rótulos difamatórios

associavam os mascates a trapaceiros, receptadores de mercadorias roubadas e, ainda, agentes transmissores de doenças.

Os governos das províncias, influenciados pela classe dos mercadores, aprovou leis que limitavam a atividade dos mascates impondo-lhes pesadas taxas para a obtenção da licença, válidas somente por um curto período. O preconceito contra a atividade dos mascates foi provocado em decorrência das finanças pessoais e, claro, não se referia apenas aos judeus, mas também a indivíduos de outras crenças religiosas. Há registros, em 1660, de mascates judeus que trabalhavam na região de Connecticut, negociando gado, cavalos e produtos locais com as fazendas da região. Em 1680, Isaac Gabai Faro, de Nova York, foi mencionado como mascate, atuando em parceria com Joseph Brown Pardo, parente do *chazan* de Nova York, Saul Pardo Brown.<sup>[24]</sup>

Era difícil para os judeus na América colonial iniciar um trabalho ou ingressar numa carreira profissional. Uma oportunidade era oferecida, às vezes, a um jovem, que viria a ser treinado por um experiente comerciante. Como ajudante e aprendiz, a exemplo das corporações de ofício medievais, o jovem judeu servia o comerciante por cinco anos, e em troca recebia lições de contabilidade e artesanato de manufaturas, além de alojamento, roupas, comida e escola noturna no inverno. Após algum tempo, o comerciante era obrigado a fornecer, em consignação, dez toneladas de provisão, para que o aprendiz iniciasse seu negócio.

Um dos judeus de Nova Amsterdã, Solomon Morache, fundador da sinagoga Mikveh Israel, da Filadélfia, e parente distante de Asser Levy, iniciou a carreira dessa forma. Sua mãe o encaminhou a um judeu holandês de Nova York, Isaac Hays, importante homem de negócios, quando ainda tinha por volta de 14 anos. Morache aprendeu o ofício com Hays, mas não concluiu o prazo de cinco anos, pois o instrutor retornou à Holanda. Morache se tornou lojista e mercador e, em 1760, fez sociedade com Hayman Levy, homem de negócios da família Levy, de Londres.<sup>[25]</sup>

O preconceito e a discriminação contra os judeus se estenderam até as proibições manufatureiras. Em 14 de junho de 1656, Peter Stuyvesant recebeu uma carta da Companhia das Índias Ocidentais para que proibisse os judeus, ou portugueses cristãos-novos, de se estabelecerem como mecânicos, de acordo com o regulamento holandês. Entretanto, judeus tinham habilidades manuais, muitas vezes herdada dos pais. À medida que judeus europeus foram excluídos das guildas, formaram suas próprias, com uma área dedicada a produção industrial. Em Amsterdã, alguns setores não excluía os judeus, em particular o do tabaco, o do chocolate e o da lapidação de diamantes.<sup>[26]</sup> Os ofícios eram transmitidos

de pai para filho. Em Nova York, alguns se destacaram em atividades manufatureiras e no artesanato. Nos registros da cidade de Nova York há uma lista dos homens livres, em que constam como fabricantes de sabão, relojoeiros, joalheiros, sapateiros, alfaiates e padeiros, entre outras funções.

O mais famoso artesão judeu do século XVIII foi Myers Myers, nascido em Nova York e parente distante de Asser Levy, que produzia artigos em prata e ouro. Foi eleito presidente da Sociedade de Joalheiros em Ouro e Prata de Nova York, organização que fazia parte da Sociedade Geral de Mecânica e Negócios. [27] Fabricava desde artigos finos para residências e joias até ornamentos para os rolos da Bíblia hebraica da sinagoga de Nova York, da qual foi presidente nos anos 1780. Seu irmão confeccionava sinos que foram exibidos no topo da penitenciária e na Bolsa de Valores de Nova York. Outro joalheiro de destaque foi Levy Simons, que fazia propaganda de sua oficina no jornal da cidade, o *New York City Journal*. Algumas décadas antes, Isaac Navarro destacou-se na arte da ourivesaria no Recife e em Nova Amsterdã, sendo responsável pela pintura da sinagoga de Nova York. Depois se mudou para Annapolis, em Maryland, onde passou a fabricar chocolate.

Samuel de Lucena, descendente de Jacob de Lucena, obteve o monopólio na construção de uma fábrica de potassa, abarcando uma área de 32 quilômetros em Norwalk, Connecticut. A potassa já havia sido fabricada por judeus na ilha de Itamaracá, no Brasil. Era um produto de grande valor comercial na Inglaterra, muito utilizado no clareamento de tecidos. Outros judeus conseguiram o monopólio para a fabricação do alvejante, como Moses Lopez, em Newport e Boston; Barrack Hays, em Albany; e Joseph Simon e o dr. Samuel Boude, na Pensilvânia. Para os judeus, era uma oportunidade que se abria, já que o alto consumo abria a possibilidade de o produto ser utilizado como pagamento na importação de mercadorias inglesas. [28]

Em 1760, James Lucena obteve monopólio por dez anos para fabricar sabão em Rhode Island. Mordecai Gomes industrializava tabaco e tinha como parceiros de negócios e fornecedores Michael Asher e Isaac Solomon, que eram donos de uma plantação de tabaco.

O comércio e a fabricação de sabão parece ter sido uma atividade comum na comunidade judaica. Nos anos 1720, Moses Levy importava sabão de Barbados e Antígua para a Filadélfia e o Suriname. Anos depois, em sociedade com Michael Moses e David Franks, passou a fabricar sabão e velas no sul da Filadélfia.

Judeus se destacaram também como profissionais liberais. Em Maryland, Jacob Lumbroso, que chegou do Brasil no navio *Saint Charles*, atuava como

advogado e exercia outras atividades, como médico, agricultor e comerciante. Havia uma demanda de profissionais ligados à advocacia devido aos litígios comerciais, e Jacob Lumbroso atuou em muitos desses casos.

Apesar de não ter licença de magistrado, Lumbroso foi muito requisitado, sobretudo em pendências comerciais com as colônias caribenhas. Asser Levy também se destacou nesse ofício, representando legalmente muitos de seus amigos. Em uma ocasião, auxiliou José da Costa em uma pendência que havia deixado no Recife com um holandês. O processo já havia sido julgado no Brasil, e a dívida só não foi saldada devido à guerra de restauração dos portugueses. Serviu também a Abraham Cohen, de Amsterdã, e recebeu como pagamento 1.620 guilders.

No século XVII e início do XVIII, era comum judeus advogarem, ainda que sem ter diploma acadêmico, junto aos mercadores, intervindo em disputas comerciais com o Caribe.

Nos anos 1760, o filho de um importante mercador, David Franks, foi o primeiro judeu a ter o direito de estudar na Universidade da Pensilvânia. Moses Franks, após completar seus estudos, foi aceito em Londres. Exerceu oficialmente a profissão de advogado e mudou-se para as Bahamas, onde se tornou chefe de justiça.<sup>[29]</sup>

A atividade da medicina sempre foi uma tradição na vida judaica. No inventário dos bens do dr. Jacob Lumbroso, que, para além de advogado, era médico e cirurgião, há pagamentos referentes ao atendimento de pacientes em Maryland, nos anos 1760.<sup>[30]</sup>

Em 1738, o dr. Isaac Abrahams, filho do *mohel*, que era também professor e mercador, Abraham Israel, foi o primeiro judeu a se graduar em medicina no King's College, na cidade de Nova York.<sup>[31]</sup>

O judeu alemão Jacob Isaac colocou um anúncio, em 1752, no jornal *New York Gazette*, em que fazia propaganda de seu consultório, descrito como especialista em doenças venéreas. Em Nova York também tinham consultório Nathan Levy e Andrew Judah, ambos parentes e descendentes das primeiras famílias judaicas da cidade. Relevante na biografia médica da América colonial, o médico judeu português dr. Siccary, provavelmente Siqueira, desenvolveu uma teoria sobre os benefícios do tomate para a saúde. O estudo influenciou positivamente Thomas Jefferson e foi descrito na obra *American Medical Biography*, por James Thacher, em 1826.<sup>[32]</sup>

Como forma de diversificar seus negócios, os judeus atuaram discretamente no setor imobiliário. A compra de bens de raiz como meio de investimento não era usual entre a comunidade judaica da Nova Holanda. Mesmo após

conquistarem o direito à propriedade, o aluguel de imóveis prevalecia. Não há documentação que demonstre a compra de grandes imóveis comerciais durante os cinco primeiros anos, fato que difere do Brasil, onde judeus chegaram a ser proprietários de grandes fazendas e engenhos de cana de açúcar.

Em Nova Amsterdã, a primeira propriedade foi adquirida por Asser Levy, em 1661. O imóvel era em Beverwyck, hoje em dia Albany, e foi vendido um ano depois. Levy nunca chegou a morar nessa propriedade, que foi arrendada.<sup>[33]</sup>

O sistema de burgos, adotado em Nova Amsterdã, incentivava os habitantes a prestarem apoio mútuo. Quando as importações aumentaram no porto, todos se beneficiaram. Mas a instalação desse sistema não conseguiu combater a fiscalização portuária. Riscos comerciais eram comuns nessas comunidades pioneiras, e Nova Amsterdã não foi exceção. Quando, em 1656, Isaac Israel embarcou uma carga de produtos para South River, e um acidente destruiu seu barco, uma parte dos produtos foi salva, mas durante o resgate 10 galões de *brandy* e 15 fardos de queijo foram roubados. Israel moveu processo judicial contra a administração colonial por perdas e danos. Essa era uma época em que trapanças e contrabando eram corriqueiros. O mercador Salvador d'Andrada, por exemplo, foi acusado de comprar uma taça de prata que havia sido roubada. Por vezes, algumas mercadorias que chegavam à colônia eram extraviadas e passavam às mãos de alguma autoridade. Quando Moses da Silva, mercador judeu holandês, enviou uma carga de *brandy* a Nova Amsterdã, a encomenda foi entregue por engano ao xerife Cornelis van Tienhoven, que se apropriou da mercadoria.<sup>[34]</sup>

Os direitos alcançados pelos judeus em Nova Amsterdã não foram concedidos voluntariamente pelos colonos holandeses, mas impostos por ordem de autoridades da metrópole. O suporte político recebido da Holanda não pode ser superestimado. Apesar de os judeus da Holanda terem certa influência capaz de pressionar o governo holandês em favor de seus companheiros nas colônias, outros interesses estavam em jogo. Havia, por exemplo, necessidade de encontrar novas regiões para onde enviar os judeus humildes da Holanda, já que os centros urbanos não comportavam mais a população pobre, especialmente a judaica, por ter atuação restrita na produção manufatureira. A solução encontrada foi o direcionamento dessa população para colônias que tinham como base a agricultura, como foi o caso da Nova Zelândia e do Caribe, onde os judeus operariam na abertura de novos mercados e na produção agrícola.<sup>[35]</sup> Por saber lidar com diversos interesses, os sefarditas da Nova Holanda conseguiram se destacar economicamente na colônia norte-americana.

## A construção de uma nação

O judeu Rodrigo Pacheco foi um dos cinco líderes do protesto contra o Molasses Act, em março de 1733, imposto pelas autoridades britânicas. Todo o melaço de cana que fosse transportado por navios não ingleses deveria ser taxado, tornando o produto mais caro que aquele comercializado pelos próprios ingleses. Os judeus, que já tinham experiência no comércio de açúcar, foram duramente atingidos por essa imposição. Os mercadores cristãos buscaram apoio nos judeus e fizeram um grande protesto, que culminou com o não cumprimento do imposto. Outros judeus que aderiram foram Mordecai e David Gomes, Bernard Hart e Solomon Simson.<sup>[1]</sup> Esse ato britânico foi resultado de uma série de outros impostos e taxas que levou a população das treze colônias a se rebelar contra a metrópole inglesa, exigindo independência.

Nos primeiros anos do século XVIII, diversos sefarditas, membros da sinagoga Shearith Israel, de Nova York, foram eleitos agentes policiais da cidade, honra até então só permitida aos protestantes. Entre os eleitos estavam Nathan Simson e Samuel Levy, em 1718; Moses Levy, em 1719; Jacob Franks, em 1720; e Jacob Hays, em 1726.<sup>[2]</sup>

Na Guerra de Independência dos Estados Unidos, muitos descendentes dos primeiros sefarditas lutaram lado a lado pela liberdade da nação. O neto de Asser Levy esteve com as tropas revolucionárias para batalhar por Nova Jersey. Outros judeus colaboraram no conflito, tanto na linha de frente como em ocupações civis. O superintendente das finanças das tropas coloniais, Robert Morris, teve três judeus como auxiliares, Haym Solomon, da Filadélfia, Jacob Hart, de Baltimore, e Isaac Levy, de Nova York, que chegou ao posto de tenente-coronel.

A família Levy teve seus descendentes intimamente envolvidos na causa revolucionária. A filha de Moses Levy, Billah Abigail, casou-se com Jacob Franks, importante judeu mercador da Filadélfia. Jacob Franks era secretário do coronel Isaac Franks, oficial do exército continental, que lutou na batalha de

Long Island. Franks também era parente do tenente-coronel David Salisbury Franks, oficial do grupo da tropa do coronel Washington. David Franks foi condecorado marechal no dia em que George Washington tornou-se presidente. A outra neta de Moses Levy, Phila, casou-se com o general Oliver de Lancey, oficial da guerra, que mais tarde foi Chaplain in Ordinary do rei George III. O cunhado de Phila, James de Lancey, era governador da província de Nova York. [3]

Joseph Simon, Bernard Gratz e Aaron Levy, mercadores judeus da Filadélfia, recebiam suprimentos de judeus das colônias no Caribe, principalmente da ilha de Santo Eustáquio, e abasteciam as tropas e os navios da Pensilvânia com armas, alimentos e roupas. [4] Isaac Levy e Myers Michaels financiaram a causa da Virgínia. Manuel Josephson, de Nova York, equipou o exército continental com armamentos. [5] Como prova de gratidão ao apoio recibo dos judeus durante as campanhas militares, em 1790, o presidente Washington enviou cartas aos líderes da comunidade judaica assegurando aos judeus igualdade como cidadãos.

O artesão e ourives Myers Myers, judeu descendente da comunidade de Amsterdã, também lutou na milícia norte-americana durante o período da revolução. Myers foi mantenedor da sinagoga portuguesa de Nova York entre 1759 e 1770. Em 1784, foi membro do comitê que negociou terras para a expansão do cemitério judaico da cidade. Teve seu trabalho reconhecido em 2001, quando a galeria de arte da Universidade Yale organizou uma exposição com o seu trabalho.

Em 1768, o judeu português Isaac Moses foi um dos fundadores da Câmara de Comércio de Nova York e mantenedor da sinagoga portuguesa na cidade. Sob sua responsabilidade também ficou o esboço da constituição dessa Câmara.

Em 1792, 24 corretores de valores se reuniram para criar a Bolsa de Valores de Nova York e assinar o Acordo de Buttonwood, que estabelecia as regras e o compromisso entre os investidores e a instituição recém-formada. Entre eles estavam três judeus, o sefardita de Nova York Benjamim Nathan Mendes Seixas, filho de Isaac Mendes Seixas e neto de Gershom Mendes Seixas, grande líder religioso da sinagoga portuguesa Shearith Israel, e os asquenazitas Ephraim Hart e Alexander Zuntz. [6] Benjamim Mendes Seixas uniu duas famílias sefarditas de prestígio ao se casar com Zipporah Levy, filha do empresário Hayman Levy e neta do mercador e benfeitor da comunidade judaica de Nova York, Moses Levy. [7]

Gershom Mendes Seixas destacou-se por ter sido o único judeu a pertencer ao grupo de incorporadores da Universidade Columbia. Seixas integrou o quadro

da diretoria da universidade entre 1787 e 1815. Seu sobrinho-neto, Benjamin Nathan Cardozo, pertenceu a mesma diretoria anos depois, de 1928 a 1932.<sup>[8]</sup>

Benjamin Nathan Cardozo foi um sefardita de destaque na sociedade nova-iorquina. Formou-se em grego e economia política pela Universidade Columbia. Era um jurista de grande popularidade e foi designado para servir como juiz na suprema corte de apelações do estado de Nova York. Anos mais tarde, em 1932, uma comoção popular fez com que o presidente dos Estados Unidos, Herbert Hoover, apontasse Cardozo como chefe da suprema corte de Justiça do país. No dia em que assumiu o cargo, o jornal *The New York Times* deu a notícia: “A determinação final do presidente Hoover mostrou que o jurista de Nova York era o melhor homem para a política. Isso deu ao país o melhor tipo de juiz”.<sup>[9]</sup>

No século XIX, membros da sinagoga portuguesa Shearith Israel fundaram o primeiro hospital judaico de Nova York, que ficava na 28th Street. Sampson Simson, Benjamin Nathan, Henry Hendricks, Theodore Seixas fundaram o hospital, que se tornaria um centro de referência médico-hospitalar e seria renomeado, em 1866, como Hospital Monte Sinai.

Anos depois, em 1884, preocupados em atender a um maior número de pessoas carentes, outros membros da sinagoga portuguesa, liderados pelo dr. Henry Pereira, montaram mais um hospital, o Montefiore. O dr. Pereira, apreensivo com a inclusão na sociedade de crianças com necessidades especiais, fundou, no fim do século XIX, uma escola para crianças com deficiência auditiva.<sup>[10]</sup>

Entre os fundadores do Hospital Monte Sinai estava Henry Hendricks, empresário responsável pelo início da indústria de cobre e pela modernização da indústria naval norte-americana. Hendricks esteve envolvido com o financiamento de entidades assistenciais judaicas, como a Hebrew Benevolent Society, que ajudou a criar, em 1833, em sociedade com seu cunhado Benjamin Nathan. Outros integrantes dessa família tiveram destaque, como Annie Nathan Myers, fundadora do Barnard College. A décima geração da família Hendricks ainda vive em Nova York. Ruth Hendricks Schulson, aos 84 anos, colaborou com este livro relatando o orgulho de ser descendente dos primeiros sefarditas da ilha de Manhattan. Seu antepassado Louis Moses Gomez foi o primeiro parnas da sinagoga portuguesa Shearith Israel.

Ao fim do século XIX, Nova York recebeu uma massa de imigrantes asquenazitas fugitivos dos pogroms da Europa oriental. Os recém-chegados viviam em situação de grande miséria e diferença cultural, mas encontraram uma voz em sua defesa, Emma Lazarus, sefardita de uma família bem estabelecida na cidade. Emma era filha de Esther, irmã de Benjamin Nathan Mendes Seixas e

filha de Gershom Mendes Seixas. Esther se casou com Moses Lazarus, com o qual teve duas filhas, Emma e Josephine. Essa família se destacou por sua veia artística. O irmão de Moses Lazarus, Jacob Lazarus, foi um famoso pintor do século XIX. O Metropolitan Museum of Art, em Nova York, tem uma coleção em sua homenagem, a Lazarus Collection.<sup>[11]</sup>

Emma Lazarus foi uma grande defensora dos novos imigrantes e expressou sua empatia por eles em diversos poemas. Sempre envolvida em grandes causas, vendeu parte de seus escritos para arrecadar fundos para a construção do pedestal onde ficaria a Estátua da Liberdade. Seu poema “Colossus” foi afixado na base da estátua em 1903 e pode, ainda hoje, ser visitado.

*Give me your tired, your poor  
Your Huddled masses yearning to breathe free,  
The Wretched refuse of your teeming shore  
Send these, the homeless, tempest-tost to me,  
I lift my lamp beside the golden door!*<sup>[12]</sup>

Entre os escritos dessa poeta, há a preocupação com o lugar dos judeus no mundo. No artigo intitulado “O problema judaico”, Lazarus questiona que talvez a América não comporte os judeus e sua necessidade de segurança, decência e oportunidade. O contato com os judeus asquenazitas da Rússia levou a Emma Lazarus o despertar para a questão do antissemitismo e sua aproximação com o ideal sionista.<sup>[13]</sup>

Essa é somente uma parte da contribuição de um pequeno grupo de judeus e seus descendentes para a construção da América.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A invasão holandesa no Nordeste brasileiro foi movida por causa do interesse que a Companhia das Índias Ocidentais tinha no controle do comércio do açúcar brasileiro. Ao vislumbrar possibilidades de projeção econômica, judeus da comunidade de Amsterdã seguiram junto com os holandeses nessa empreitada.

Os judeus, nas colônias holandesas da América, usufruíram de uma relativa tolerância. Puderam manter suas tradições e seus costumes, além da prática religiosa a portas fechadas. Como administradora das novas colônias, a Companhia das Índias Ocidentais garantia o exercício da tolerância em favor de maiores lucros, apesar de o antissemitismo ter se pronunciado em diversos momentos, principalmente por parte dos clérigos da Igreja Reformada.

No Brasil, os judeus procuraram se organizar e criar uma comunidade segundo o modelo holandês. Receberam apoio religioso e financeiro da Congregação Judaica de Amsterdã, que estabeleceu filiais de suas organizações assistenciais, como a “companhia de dotar órfãos e donzelas pobres” que funcionou em Pernambuco, cujo representante e procurador era Moisés Navarro (1639-1641).<sup>[1]</sup>

Os judeus alcançaram um bom nível de participação na sociedade recifense, muito além do considerado em outras regiões da Europa. Incentivados pelo governador Maurício de Nassau, destacaram-se na engenharia, na botânica, na ourivesaria, na medicina e na poesia. Com a chegada dos rabinos de Amsterdã, a filosofia e a literatura sofreram grande impulso.

Foi possível aos judeus que viviam no Nordeste brasileiro participar da agricultura, função que lhes era negada na Europa, bem como do comércio, da mercancia e das finanças. Estiveram presentes no meio urbano e rural. Serviram de conexão entre judeus e cristãos, agindo como intermediários nas relações comerciais entre o Oeste europeu e a América ibérica.

Criaram redes internacionais de negócios e desempenharam um papel primordial no Nordeste brasileiro, introduzindo artigos de luxos até então desconhecidos pela população local. Recife transformou-se em polo de

desenvolvimento no Brasil do século XVII.

Apesar da tolerância religiosa garantida pela Companhia das Índias Ocidentais, católicos e calvinistas, liderados principalmente por padres e pastores ressentidos com o destaque social e econômico dos sefarditas na comunidade pernambucana, foram agentes de discriminação e violência contra os judeus. Muitas foram as queixas e as reclamações endereçadas aos diretores da Companhia das Índias Ocidentais, na tentativa de excluir os judeus dos negócios e da sociedade local.

Durante a guerra de reconquista do Nordeste brasileiro, a Inquisição conseguiu retomar suas atividades na região e se aproveitou da conturbada atmosfera para remeter à Lisboa cristãos-novos presos nas vilas retomadas pelos portugueses. Foi durante as batalhas que a Inquisição prendeu o maior número de soldados de origem cristã-nova.

A guerra no Nordeste brasileiro terminou em um acordo, em que os holandeses teriam um prazo estabelecido para deixar a região. Em um momento singular na história moderna, os judeus foram tratados com respeito e dignidade pelo governo português, que aceitou a inclusão de um termo no acordo firmado com os holandeses, para que os judeus fossem tratados igualmente ao fim da guerra. A posição do governo português se deveu sobretudo à postura do general lusitano Francisco Barreto, responsável pelas negociações de retirada das tropas holandesas do Recife.

Segundo Evaldo Cabral de Mello, a saída de holandeses e judeus do Nordeste do Brasil fez parte de negociações entre Portugal e Holanda, que se estenderam até 1661, tiveram repercussão diplomática mundial e terminaram com vantagens comerciais para a Holanda.<sup>[2]</sup>

Os cristãos-novos foram, então, obrigados a um novo êxodo, espalhando-se entre as colônias holandesas do Caribe e da América do Norte (Nova Holanda). A “tolerância” defendida pela Companhia das Índias Ocidentais foi perdendo força. Após 1654, houve uma transferência do eixo econômico Brasil-Holanda-Portugal para o comércio entre Caribe, Amsterdã e Espanha, ao mesmo tempo que a Inglaterra suplantava Portugal no comércio marítimo colonial. A Companhia das Índias Ocidentais, na década de 1650, teve sua liderança nos negócios ameaçada pela nova força marítima que a política econômica inglesa de Oliver Cromwell impunha. No contexto da disputa mercante, judeus e cristãos-novos vistos até então como fortes aliados econômicos passaram a ser encarados como concorrentes pela companhia.

A partir desses acontecimentos, houve relutância por parte da República holandesa em estender os benefícios dados aos judeus no Recife a outras colônias holandesas na América. Mesmo na colônia do Nordeste brasileiro já

havia, por parte de alguns investidores protestantes da Companhia das Índias Ocidentais, uma frequente oposição à participação comercial judaica. Essa oposição foi intensificada depois da derrota holandesa no Brasil e seu conseqüente prejuízo.<sup>[3]</sup> A companhia passou, então, a incentivar os assentamentos judaicos nas colônias onde as habilidades agrícolas e os conhecimentos da produção da cana-de-açúcar dos cristãos-novos fossem necessários.<sup>[4]</sup>

Na colônia de Nova Amsterdã essa política foi amplamente difundida na figura do governador da colônia Peter Stuyvesant, que pretendia manter afastados os judeus do comércio local e da colônia. A permanência dos judeus só foi consentida sob rígidas restrições econômicas e religiosas.

Durante toda a duração do governo holandês na região da Nova Holanda, essas restrições foram sendo combatidas pela comunidade judaica que se formava. Distante do desenvolvimento cultural e artístico que os judeus viveram no Recife, a pequena colônia se tornou um marco na luta pela sobrevivência e pelos direitos de cidadania dos judeus. A presença judaica em Nova Amsterdã representou um novo ímpeto ao combate à política xenofóbica de Peter Stuyvesant.

Em meio a todas as vicissitudes encontradas, e algumas superadas, pelos judeus na Nova Holanda, um judeu se destacou pelo seu espírito de liderança e diplomacia: Asser Levy. Circulava entre cristãos e judeus com a mesma desenvoltura e tornou-se um dos homens mais respeitados daquela sociedade, mantendo íntimas relações com a comunidade protestante. Para outras minorias, tais como presbiterianos e luteranos, Levy, por nunca se conformar em viver à margem da sociedade, foi um símbolo da luta por direitos civis.

Ao mesmo tempo que Manhattan ia se modificando e ganhando ares urbanos, os judeus iam adquirindo, com muita dificuldade, o direito de participar dos negócios da região, ter seu próprio abatedouro de animais e construir um cemitério.

Em 1660, a colônia holandesa de Nova Amsterdã foi tomada pela Inglaterra. A administração não sofreu profundas alterações, e muitos que integravam o governo colonial permaneceram em seus cargos como auxiliares dos ingleses. Para os judeus, as restrições, principalmente à participação política, foram mantidas, bem como os direitos que já haviam conquistado.

Profissionalmente, os judeus obtiveram sucesso em diversas atividades, ampliaram seus negócios com o Caribe, que nesse momento ganhava destaque com a produção de cana-de-açúcar. Houve também um aumento do intercâmbio social e econômico entre as comunidades judaicas de Londres e a que se

estabelecia em Nova Amsterdã, devido principalmente às relações de parentesco que unia seus integrantes.<sup>[5]</sup>

A criação de uma sinagoga só foi documentada oficialmente em 1700. Contudo, registros indicam uma sinagoga funcionando em casas de particulares desde 1656. Shearith Israel foi o nome escolhido para essa congregação que, no século XVIII, passou a centralizar todas as atividades comunitárias, como as cerimônias de nascimento, a maioridade judaica, o casamento e a morte, além dos cuidados com a dieta alimentar, a educação e a filantropia. Os líderes espirituais, apoiados pelos integrantes da congregação, participaram ativamente da luta pela liberdade colonial contra a opressão da metrópole inglesa.

Com o passar dos anos, descendentes dos pioneiros sefarditas se casaram com judeus que chegavam de outras regiões, principalmente da Inglaterra e do Caribe, e suas famílias alcançaram posição de destaque na elite colonial. Construíram os mais bem-conceituados hospitais, escolas e bibliotecas, integraram o meio acadêmico, contribuíram ativamente para o progresso econômico e ocuparam altos cargos públicos. A vida judaica floresceu e tornou-se a maior comunidade da diáspora.

# **ANEXOS**

**Carta de Vicente Joaquim Soler, pastor protestante de Recife, para André Rivet, membro dos Estados-Gerais em Haia, em 6 de maio de 1640 (o conteúdo é antissemita)<sup>[1]</sup>**



Companhia. Não obstante, são suportados e favorecidos em prejuízo dos mercadores cristãos; não por Sua Excelência que os odeia de morte, mas por esses senhores”.

# Senhores de engenho judeus e cristãos-novos do Nordeste holandês (1630-1654)<sup>[2]</sup>

**David Senior Coronel** (ou **Duarte Saraiva**): um homem de grande destaque na comunidade judaica do Recife. Tinha um imóvel na rua dos Judeus, onde eram realizadas as cerimônias antes de a sinagoga ser organizada. Nasceu em Portugal, em Amarante, em torno de 1570. Foi denunciado por Izaque de Castro no processo inquisitorial, em 28 de janeiro de 1647. Estava, então, com aproximadamente 80 anos. Era proprietário dos engenhos: Bom Jesus; São João Salgado; engenho Novo, na região do cabo de Santo Agostinho; engenho Velho de Beberibe, em Olinda; engenho Camaçari, em Jaboatão; engenho Madalena; engenho Torre.

**Diogo Dias Brandão**: comprou o engenho Pirapama, no município de Escada, em 23 de junho de 1637. Casou-se com uma católica que se converteu ao judaísmo.

**Duarte Dias Henriques**: proprietário do engenho Nossa Senhora da Apresentação. Frequentava a esnoga do engenho Camaragibe. Aos sábados, dispensava os escravos.

**Duarte Nunes**: adquiriu o engenho Cucaú, em Sirinhaém, em 1641.

**Fernão do Vale**: proprietário do engenho São Bartolomeu, em 1637. Residente em Pernambuco desde 1630, foi um proeminente personagem da sociedade pernambucana. Foi fiador de Baltazar da Fonseca na construção da ponte que ligava Recife à ilha de Antônio Vaz.

*Joseph d'Acosta: dono do engenho Salgado. Chegou ao Brasil em 1644. Era grande comerciante e homem de negócios. Foi tesoureiro da Congregação Tzur Israel do Recife.*

**Moisés Navarro**: importante figura da comunidade judaica do Recife, era representante e procurador da Companhia de Dotar Órfãs e Donzelas Pobres de Amsterdã no Recife. Proprietário dos engenhos Juriçaca e do engenho Guararapes, na freguesia de Muribeca.

**Moses Mendes**: residia no engenho Ubu, em Igarassu, por volta de 1644, onde era lavrador de cana.

**Pedro Lopes de Vera**: dono de cinco engenhos em 1640: Engenho Nossa Senhora do Rosário e São Brás, em Sirinhaém; Engenho do Bom Jesus e São João, ambos no cabo de Santo Agostinho; e engenho Nossa Senhora da Palma. Foi indicado para compor a Câmara dos Escabinos de Olinda, em 1637, mas seu nome foi vetado devido à origem judaica. Lutou ao lado dos holandeses pela manutenção do território.

**Simão do Vale Fonseca**: nasceu em Portugal, em 1602. Foi lavrador de cana no engenho Jaboatão, de Fernão do Vale. Já residia na região quando os holandeses chegaram; na ocasião, retornou ao judaísmo e fez circuncisão. Atuou também como intermediário na venda de escravos e arrematador da cobrança de impostos, em 1643.

**Vicente Rodrigues Vila Real**: adquiriu o engenho Guararapes, de Moisés Navarro, em 1637. Era judaizante e, por isso, destruiu a capela do engenho logo após a compra. Morreu em torno de 1642, decorrente de infecção e hemorragia causadas pela circuncisão.

## **Carta de Peter Stuyvesant, governador de Nova Amsterdã, para a Companhia das Índias Ocidentais, em 22 de setembro de 1654, [\[3\]](#) na tentativa de impedir a permanência dos judeus no Brasil**

Na carta, Stuyvesant pede permissão à companhia para deportar os judeus refugiados do Brasil. Insiste em que as oportunidades comerciais em Nova Amsterdã são limitadas e que os poucos negócios devem ser reservados aos mercadores cristãos. Afirma que “agora tem em seu pescoço judeus que, com certeza, irão infectar e causar problemas à colônia”.



Lista de residências em Nova Amsterdã, de 10 de julho de 1660, que faz parte do censo realizado por Nicasius de Sille.<sup>[4]</sup> A lista comprova que os judeus não viviam em bairros separados

lijste van de opgenomen huysen  
op den 10 Juli 1660: binnen deser stede  
Amsterdam in N. Nederlant.

De Heere Straet daer Burgoemester Paulus leende Grieff woont sijn	51 huysen
De Heere dwars traet is naffens t'latijnske school 0	
Dijfts de Heere poort op den Haarlemmer wech staen	9
De Rincen graft daer des fiscaels <sup>huys</sup> staet sijn	24
De Rincen Straet is de steenwerij vande Rooze leeuw	5
De tuyn Straet daer des fiscaels huys staet	1
De Juder Straet daer Notaris Schelluyne woont	16
Het Stuck Steegje daer Ewert Dreykingh woont	6
De Singel daer Moetman woont sijn	17
De Waeter poort	
Op de wael daer W. Goyent Loquermans woont	
en Carel van Bruggen sijn	23
De Hoogstraet daer de Notaris van Koeck woont	25
De Heere Gracht daer Jacobus Baeker woont	23
De Bevers Gracht der Eckbert Wouterie woont	14
Het Maackelt velt daer Feunis Cleuck woont	10
Het Maackelt velt steegje daer Nevis woont	9
De Brouwers Straet daer Broymester Cortlant woont	14
De Winckel Straet daer de Fiscaal woont sijn	9
De Nieuwe Bruch by Hendrick Janssen vander Vlin	
De Brouwers Bruch by Jacob van Conwenhoven	
De Bruch Straet daer Schepen Hendrick Key woont	11
Op't waeter daer Steyverant, en Burgoemester Antonides woont	18
De Paerle Straet daer Schepen P. Conwenhoux woont	20
De Schryper huick daer Michiel Jansz woont	2
Steyverants huick daer Jan Lvester Bont woont sijn	5
De Voorlaest Alies de Sants Vally heft	24
Op de Kooij teynde vande Voorlaest sijn	2
Op Belle Videre daer d. Dijkhuys staet sijn	4
	<u>342</u>

cliek

Het Casteel Amsterdam staet op Steyweisants Hoogh  
 De Wint Molen vs. gelijcken  
 De Compagnies tuyn op de Uure Straet  
 De Kerck int Casteel  
 De Kerckhoff op de Uure Straet  
 Het Stadhuijs staet op de Waal  
 De Hall inde Hoogh Straet achter het Stadhuijs.  
 De Nismarckt op de Waal voor Hendrick Jansen vande Vin  
 De Waech op het Waeter snaffens de Wijnbruch die  
 op het Waeter mede vast is.  
 Het Gasthuijs is inde Bruch Straet achter de Fis-  
 caels huys.  
 De 5 huysen vande Compagnie staen inde Winkelstraet.  
 Het gherecht op het capske

Namen van alle plaatsen in Nieuw Nederlandt  
 onder het Constract van de Westindische Comp.

Het Casteel Amsterdam	Durpen
De Stadt Amsterdam	Breukelen
Het fort Oragne	Midwout
De Stadt Beverwijck	Vlissinghen
De Colonij Rinselaerswijck	Middelburg
Het fort Altana	Neenstedde
De Colonij New Amstel	Acrubans
De Colonij Vande Groede, Tennessee	Vtrecht
	Uaerlem
	Amerfoort
	Rustdorp
	Acopis
	Gravesande
	Oostdorp

Modelo de Ketubá (contrato de casamento judaico), do século XVI, com inscrições em português e hebraico, encontrado em um antiquário de Manhattan





# Membros da Congregação Tzur Israel do Recife no século XVII

Arnold Wiznitzer publicou as assinaturas das Atas da Congregação Tzur Israel em 1953. Posteriormente I. S. Emmanuel corrigiu algumas das interpretações de Wiznitzer, em 1955. Em 1979, Egon Wolff e Frieda Wolff questionaram a forma como os nomes foram lidos e sugeriram novas grafias. Gonçalves de Melo, em 1996, faz nova tentativa de leitura, detalhando página a página do Livro das Atas. Em 2003, o rabino David Weitman publicou a lista de nomes com a imagem das assinaturas em paralelo para que a comparação fosse feita.<sup>[5]</sup> A seguir, uma lista baseada nesses historiadores: **Abraham Bueno Henriques**

Abraham Cohen

Abraham da Gama

Abraham de Azevedo Abraham de Jeosua Aboab Abraham de Marchena Abraham Drago

Abraham Faro

Abraham Mogo

Abraham Querido

Abraham Querido Moro Abraham Valverde Abraham Yisrael Diaz Abraham Ysrael de Piza Abram Azuly

Abram Gabay Vila Real Abran da Fonseca Abrão Aboab Paiz Abrão Decaserez

Abrão Glion

Aharon Serfatti Aram Jonas

Arao Burgos

Arom Levy Frezão Aron de la Faya

Aron Dorta Depaz Aron Guabay

Beniamin Levy

Benjamy Barzilay Benyamin Bueno de Mesquita Binjamin de Solis Binjamy Sarfatty Daniel Alvares de Torres Daniel Belmonte

Daniel de Castro de Hamburgo Daniel Dormido

Davi Castiel

Davi Lopes

David Abendana

David Aboaf

David Alvares

David Alvares de Torres David Atias

David Burgos

David Cardoso

David Cohen Casseres David da Costa

David de Figueroa David Diaz

David Israel Faro David Jesurun Coelho David Judá Leão

David Levi Bomdia David Loeb

David Maestro  
David Mendes  
David Senior Coronel David Zuzarte  
Dr. Abraham de Mercado Eliau Nahmias  
Eliauh Pretto  
Eliauh Veiga  
Francisco de Faria Isaac Aboab  
**Isaac Athyas**  
Isaiah Salom  
Isaque Abendana  
Isaque Baruh  
Isaque Castanho  
Isaque da Serra  
Isaque da Silva  
Isaque Gabai Side Isaque Izrael  
Isaque Levy  
Isaque Montesinos Isaque Pereira  
Isaque Preto  
Isaque R. Dez da Matos Ishac Benhacar e Bomdia Ishac Franco Drago Ishac Franco Drago Ishac Senior  
Coronel Ishac Senior Coronel Israel Abendana  
Israel Levy Mendes Izaia Preto  
Izaque Canchess  
Izaque Defontes  
Izaque Feboff  
Izaque Gabai  
Izaque Isra Quelozo Izaque Rison  
Jaacob Henriques Jaacob Senior  
Jacob Abendana  
Jacob Abendana  
Jacob Cohen Henriques Jacob de Lemos  
Jacob Draco  
Jacob Franco Mendes Jacob Frazão  
Jacob Fundão  
Jacob Fundão  
Jacob Gabai Correa Jacob Gabbay de Morais Jacob Gallas  
Jacob Levy  
Jacob Navarro  
Jacob Zaccuto  
Jahacob da Silva Jahacob Mocata  
Jahacob Valverde Jehosuah Senior Coronel Jehosuah Ys. de Avila Jehudah Machabeu Jeosua Velosino  
Jeuda Bemvenista Joseph da Costa  
Joseph Francez  
Joseph Francez  
Joseph Jesurun Mendes Joseph S. Alvares Joseph Ysrael Belillos Josseph Atias  
Josseph Bueno Henriquez Josseph Frazão  
Josua de Haro  
Jozea (ilegível) Manoel Levy  
Matathathias Moreno Mordechai Senior Mordehay Machorro Mose Lumbroso  
Moseh Abendana  
Moseh Aboab

Moseh Cohen Henriques Moseh de Leão  
Moseh de Mercado Moseh Doliveyra  
Moseh Henriques  
Moseh Levy Rosso Moseh Namiaz de Amburgo Moseh Navarro  
Moseh Netto  
Moseh Nhemias Crastoz Moseh Zacutto  
Moshe Nunes  
Moshe Peres  
Mosse de Castro David Cera Mosseh Cohen  
Mosseh de Azevedo Mosseh Nunez  
Mosseh Rel d'Aguilar Mosses Baruch Alvares Salamão da Sylva Salo Ysrael Mendes Diaz Salomão  
Cardozo  
Salomão Gabay  
Samuel Barzilay  
Samuel da Veiga  
Semuel Frazão  
Semuel Montesinos Simeon Cardoso  
Simson Guzdorff  
Yacob Mochoro  
Yizhak Al Farin  
Yosef Bemvenist  
Yshac Henriquez  
Ysra Lemos Dormido

# Membros da sinagoga portuguesa de Nova York, Shearith Israel, no século XVII

Assinavam a lista da Congregação Shearith Israel no fim do século XVII as seguintes pessoas: **David Machoro (parente de Mordechai e Jacob Machoro, que estiveram no Brasil holandês com a assinatura na lista da Congregação Tzur Israel, no Recife)**

**David (1681) e Raphael Abendana (1694), pertencentes à congregação do Recife**

Mordecai Abendanon (morreu de catapora em 1690) **Moses Aboab, mercador (1684), da Congregação do Recife**

Isaac Asher

Simon Bonam (1687)

David Pardo (1684) e Joseph Pardo (1690) Saul Brown Pardo (1685), rabino da sinagoga Shearith Israel, e sua esposa Esther (1708) Daniel Campanal (1697)

Isaac Coutinho (1676)

Raba Couty (1666-1674), judeu italiano Isaac da Costa (1686)

Benjamim e Esther de Casseres (1689)

Isaac Cohen de Lara (1699)

**Benjamim Bueno de Mesquita, que viveu no Recife holandês e morreu em 1683**

Joseph Bueno de Mesquita, irmão de Benjamim Bueno de Mesquita (1682) e sua esposa Rachel Doval Jacob de Robles, David e Benvenida de Robles, fugitivos de perseguições na França, em 1687

Isaac Fernandes Dias

Jacob do Porto (1697)

Isaac Gabai Faro (1686), sua esposa Esther Bueno de Mesquita e sua filha Billah Benjamin Franks, joalheiro, que chegou em 1696 de Barbados Bianca Henriques Granada, que morreu durante a epidemia de varíola, em 1690

**Isaac Henriques, açougueiro (*shohet*), morador do Brasil holandês**

Elijah Ilhoa, que morreu em 1699

Abraham Isaacs (1699)

Moses Levi (foi admitido como homem livre em 1695) Ansell Samuel Levy, açougueiro (*shohet*) e sua esposa Margarete, viúva do líder Asser Levy

Moses Levy, que construiu a sinagoga da Mill Street e morreu em 1728; sua esposa Grace Mears Levy; seu irmão Samuel Levy e a esposa Rachel (1732) Isaac (1695) e Rebecca Rodrigues Marques (1697) Abraham de Sosa Mendes (1683)

Asher e Rebecca Michaels

Isaac e Sarah Naphtali

Joseph Tores Nunes, jovem mercador que morreu com 30 anos em 1704

David D. Robles (1696)

David Valentine van der Wilde, cunhado de Asser Levy

## Judeus sepultados no Recife holandês

A seguir, estão os nomes de judeus que viveram em Pernambuco durante a ocupação holandesa, cujos óbitos ocorreram entre 1638 e 1654. Eles foram sepultados no cemitério judaico do Recife.<sup>[6]</sup>

<b>Nome</b>	<b>Ano do enterro</b>
Manuel Mendes de Castro	1638
Benedictus Jacob	1641
Moisés Abendana	1642
Benjamin Pereira	1644
Moses Mendes	1645
Isaac Russon (ou Rusten)	1645 ou 1646
Antonio Montesinos	1646 ou 1647
David Henriques	1648
David Barassar	1648
Baltazar da Fonseca	antes de 1649
Jacob Delian	1649
David Senior Coronel	1651
Salomão Musaphia	1651
Simon Bar Mayer	1653 ou 1654
Antonio da Costa Cortizes	–
Esposa do neto de David Senior Coronel	–

# REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

## FONTES PRIMÁRIAS MANUSCRITAS

### **Arquivo Nacional Torre do Tombo – Inquisição de Lisboa**

Primeiro Processo Mor Rodrigues n. 8.827

Processo Diogo Henriques n. 1.770

Processo Gabriel Mendes n. 11.362

Processo Gaspar Lopes Homem n. 8.543

Processo João Nunes Velho n. 11.575

Processo Miguel Frances n. 7.276

Processo Pedro Almeida n. 11.562

Segundo Processo Mor Rodrigues n. 13.142

## FONTES PRIMÁRIAS IMPRESSAS

ABRAHAMISHE Lauberhult, 1921. Apud FARIAS, Victor. *Heidegger e o nazismo: moral e política*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. p. 5-6.

AMERICAN JEWISH ARCHIVES. Jewish Complains During Civil War. New York Historical Records: Early Colonial Settlements. Cartas entre os judeus e a Companhia das Índias Ocidentais.

\_\_\_\_\_. The Mill Street Synagogue Reconsidered in American Jewish Quartely, v. LIII, n. 4, jun. 1964.

\_\_\_\_\_. Dutch Notarial Records Pertaining to Asser Levy, 1659-1692. Parte 3: New Documents for the Study of American Jewish History *American Jewish History*, 1<sup>o</sup> set. 2003.

AMERICA. To Wich Is Prefixed a Succinct History in the United States from the First Settlement of the Country. Boston: Richardson & Lord, 1826. v. 1.

ASSER LEVY. *The New York Genealogical and Biographical Record*. v. 2, n. 3, jul. 1971.

- BRASIL Holandês: Dezesete Cartas de Vicente Joaquim Soler 1636-1643. Rio de Janeiro: Index, 1999.
- CARDOZO'S PAPERS. *Columbia University in the City of New York*. Microfilm. The Jewish National and University Library. Hebrew University of Jerusalem, Israel.
- COLLECTIONS of Connecticut Historical Society XVI, 200 ff.
- CONCEIÇÃO, José Marianno (Frei). *Alographia dos Alkales fixos vegetal ou potassa mineral ou soda e dos seus nitratos segundo as melhores memórias estrangeiras, que se tem escripto a este assumpto. Debaixo dos auspícios e de ordem de sua alteza real o príncipe do Brasil*. Lisboa: Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1798.
- DAG NOTULE, 22 jan. 1654. Algemeen Rijksarchief, Haia, Holanda, Criminele Papieren, n. 22, 1624, Portefeuillevan.
- DAG NOTULE, 21 fev. 1654. Algemeen Rijksarchief, Haia, Holanda, Oude West Indische Compagnie, coleção de MSS (códices e maços), 75.
- DAG NOTULE, 31 mar. 1647. Algemeen Rijksarchief, Haia, Holanda, Oude West Indische Compagnie 71, coleção códices e maços.
- DRUCKER, Erna. *Jewish Settlers in New Amsterdam and Early New York, 1654-1824. A Selected Annotated Guide to Source Materials*. Nova York: City College of New York, 1984.
- FERNOW, Berthold. *Documents Relating to the History of the Early Colonial Settlements*. Albany: Weed, Parsons and Company, 1883.
- \_\_\_\_\_. *Documents Relating to the History of Early Colonial Settlements Principally on Long Island, With a Map of Its Western Parts, Made in 1666*. Albany: Weed, Parsons and Company, 1883.
- \_\_\_\_\_. *The Records of New Amsterdam from 1653 to 1674 Anno Domini*. Baltimore: Genealogical Publishing, 1976.
- GEHRING, Concil. *Minutes, 1652-1654*. Nova York: New York State Public Library (Manuscripts Division).
- HAIM, Isaac Karigal. *A Sermon Preached at the Synagogue, in Newport, Rhode Island, Called "The Salvation of Israel"* (28 maio 1773). Newport, Rhode Island: S. Southwick, 1773 (Rare Book and Special Collections Division).
- HERSHKOWITZ, Leo; MEYER, Isidores S. *The Lee Max Friedman Collection of American Jewish Colonial Correspondence*. Filadélfia: American Jewish Historical Society, 1968.
- HERSHKOWITZ, Leo. Asser Levy and the Inventories of Early New York Jews. *American Jewish History*, v. 80, n. 1, 1990.
- \_\_\_\_\_. Dutch Notarial Records Pertaining to Asser Levy, 1659-1692. (Part Three: New Documents for the Study of American Jewish History). *American*

- Jewish History*, 1<sup>o</sup> set. 2003.
- INVENTÁRIOS das armas e petrechos bélicos que os holandeses deixaram em Pernambuco e dos prédios edificadas ou reparados até 1654. Recife: Imprensa Oficial, 1940.
- JEFFRIES, Leonard. Discurso feito em 20 de julho no Empire State Black Arts and Cultural Festival in Albany. Publicado pelo New York Post, “Account of a vitriolic anti-semitism and racist speech”. Agosto, 1991.
- LAER, Van A. J. F. *New York Historical Manuscripts: Dutch*. Baltimore: Genealogical Publishing, 1974. v. 1. Register of Provincial Secretary, 1638-1642.
- MELO, Francisco Manoel. *Termo de capitulação da guerra lusoholandesa. Restauração de Enáfora triunfante e outros escritos*. Recife: Secretaria do Interior, 1944. p. 55-57.
- NARRATIVES of New Netherland, 1609-1664. Nova York: Scribner, 1909.
- NEW NETHERLANDS COUNCIL. *Minutes, 10-18 jan. 1654*. Nova York: New York Public Library (Rare Books and Manuscripts Division).
- O’CALLAGHAN, Edmund Bailey. History of New Netherland. In: *Documents Relative to the Colonial History of the State of New York*. Albany: Weed, Parsons and Company, 1856. v. 1.
- O’CALLAGHAN, Edmund Bailey. *Documents Relative to the Colonial History of the State of New York*. Albany: Weed, Parsons and Company, 1858. v. 2.
- \_\_\_\_\_. *Documents Relative to the Colonial History of the State of New York*. Albany: Weed, Parsons and Company, 1858. v. 6.
- O’CALLOGAN’S. *Collection: New York Manuscripts*. Nova York: New York Public Library (Manuscripts Division).
- \_\_\_\_\_. *Papers Relating to the City of New York*. Albany: [s.n.], 1849.
- \_\_\_\_\_. *Documents Relative to the Colonial History of Satate of New York: Procured in Holland, England and France by John Romeyn Brodhead*. Albany: Weed, Parsons and Company, 1856. v. 1-3.
- OPPENHEIM, Samuel. A Contemporary Account of How the Jews Came to Arrive in New Netherland. *Publications of the American Jewish Historical Society*, Filadélfia, out. 1926.
- \_\_\_\_\_. The Early History of the Jews in New York, 1654-1664. *American Jewish Historical Quarterly*, Filadélfia, v. 18, p. 1-74, 1909.
- \_\_\_\_\_. Notulen van Brasilie dated April 8, 1654. Copy Furnished by R. Bijlsma in Letter of January 22, 1925. In: Samuel Oppenheim Papers, box 28 – Brasil and Surimam – Notulen van brasilie, 1649-1654. *Publications of the American Jewish Historical Society*, Filadélfia.
- \_\_\_\_\_. Archief Staten General Dated June 25, 1657. N. 7406 – Letter to the

Estates General of Holland from Jewish Community in Amsterdam. In: Samuel Oppenheim Papers, box 29 – Brazil and Suriname – Notulen van Brasilien, 1649-1654. *Publications of the American Jewish Historical Society*, Filadélfia.

\_\_\_\_\_. Minutes of States General Dated November 14, 1654. In: Samuel Oppenheim Papers, box 29 – Brazil and Surinam – Notulen van Brasilien, 1649-1654. *Publications of the American Jewish Historical Society*, Filadélfia.

\_\_\_\_\_. Letter of Peter Stuyvesant to the Dutch West India Company Dated september 22, 1654. In: Samuel Oppenheim Papers, box 32 – Brazil and Surinam – Notulen van Brasilien, 1649-1654. *Publications of the American Jewish Historical Society*, Filadélfia.

\_\_\_\_\_. Letter of Johan Megapolensis to the Classis of Amsterdam Dated March 18, 1655. In: Samuel Oppenheim Papers, box 32 – Brazil e Surinam – Notulen van Brasilien, 1649-1654. *Publications of the American Jewish Historical Society*, Filadélfia.

\_\_\_\_\_. Administrative Minutes. New York, 1661-1662, in Dutch. In: Samuel Oppenheim Papers. *Publications of the American Jewish Historical Society*, Filadélfia.

\_\_\_\_\_. An Early Jewish Colony in Western Guiana. In: Samuel Oppenheim Papers. Unpublished Manuscripts and Variant readings of Published Articles. *Publications of the American Jewish Historical Society*, Filadélfia.

\_\_\_\_\_. Excerpts from the Story of the Jews of Brazil, 1626-1654. A Paper Read at the Meeting of American Jewish Historical Society, February 7-8, 1925. In: Samuel Oppenheim Papers. Unpublished Manuscripts and Variant readings of Published Articles. *Publications of the American Jewish Historical Society*, Filadélfia.

\_\_\_\_\_. Newport Early Jewish History: The First Arrivals, The Cemetary, the Vote for Protection in 1684 and the Early Freemasonry in Rhode Island – Some New Matter on the Subject. In: Samuel Oppenheim Papers. Unpublished Manuscripts and Variant readings of Published Articles. *Publications of the American Jewish Historical Society*, Filadélfia.

\_\_\_\_\_. Letter of Hendrick van Reede van Reenswoode to the States General, dated at Madrid, 1658, c. February 1. In: Samuel Oppenheim Papers. *Publications of the American Jewish Historical Society*, Filadélfia.

\_\_\_\_\_. Letter of Staten General to King of Spain and mutatis mutantis to Baron van Vatterville, Governor of St. Sebastiaen. Rijksarchief, Staten General, n. 3.613, July 23, 1657. In: Samuel Oppenheim Papers. *Publications of the American Jewish Historical Society*, Filadélfia.

- \_\_\_\_\_. Resolúten van Staten Generaal Dated November 14, 1654. In: Samuel Oppenheim Papers. *Publications of the American Jewish Historical Society*, Filadélfia.
- \_\_\_\_\_. Resolúten Staten Generaal, Archive Staten General n. 82 Dated June 25, 1657. In: Samuel Oppenheim Papers. *Publications of the American Jewish Historical Society*, Filadélfia.
- PIETERSE, Wilhelmina C. *Livro de Bet Haim do Kahal Kadosh de Bet Yacoov*. Assen, 1970, 26.
- PRINS, Izak, *De Vestiging der Marranen in Noord-Nederland in de Zestiende Eeuw*. Amsterdã: Menno Hertzberger, 1924. p. 161-177.
- RECORDS of Connecticut (1717-1725). p. 423, 488 e 576-577.
- SALOMON, H. P. Os primeiros portugueses de Amsterdã. Documentos do Arquivo Nacional da Torre do Tombo: 1595-1606. *Caminiana Revista de Cultura Histórica, Literária, Artística, Etnografia e Numismática*, n. 8, jun. 1983.
- SEYMANN, Jerrold. *Colonial Charters, Patents and Grants to the Communities Comprising the City of New York*. Nova York: New York Public Library (Rare Books and Manuscripts Division).
- SILLE, Nicassius de. List of the Houses of New Amsterdam. *New Netherland Papers*, Nova York, New York Public Library (Manuscripts Division), 10 jul. 1660.
- SOUZA COUTINHO, Francisco de. Correspondência diplomática de Francisco de Souza Coutinho durante sua embaixada em Holanda. Publicada por Edgar Prestage e Pedro Azevedo. v. 2, 1647-1648 (maio). Coimbra: Imprensa da Universidade, 1926.
- STRUCKER-RODDA, Harriet (Mott). *Asser Levy in The New York Genealogical and Biographical Record*. Nova York: Genealogical and Biographical Society, 1971. v. 102. n. 3.
- THE JEWS of New York City 1654-1926 – a Record of Cooperation and Service. Nova York: The Jewish Tribune, 1927.
- TUCKERMAN, Bayard. *Peter Stuyvesant, Director-General for the West India Company in New Netherland*. Nova York: Dodd, Mead and Company, 1905.
- WIZNITZER, Arnold. O livro das atas das congregações judaicas Zur Israel no Recife e Magen Abraham em Maurícia, Brasil. 1648-53. *Anais da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, v. 74, 1953.
- \_\_\_\_\_. *Publications of American Jewish Historical Society*, Nova York, v. 2, mar.-jun. 1953.

## CRONISTAS

- BARLEUS, Gaspar. *História dos feitos recentemente praticados durante oito anos no Brasil*. Prefácio e notas de Mário G. Ferri. Belo Horizonte, Itatiaia e São Paulo: Edusp, 1982.
- BARRIOS, Daniel Levi. *Triumpho del gobierno popular en la casa de Jacob*. Amsterdã, 1683. p. 455-456. Exemplar B da Biblioteca Rosenthaliana (9G12), 5, 9. p. 455-456.
- CALADO, Frei Manuel. *O valoroso Lucideno e o triunfo da liberdade*. Belo Horizonte, Itatiaia e São Paulo: Edusp, 1987. v. 1.
- ERICEIRA, Conde. *História de Portugal restaurada*. Porto: Livraria Civilização, 1945-1946. 4 v.
- MENDES, David Franco; J. Mendes dos Remédios. *Os judeos portugueses em Amsterdão*. Lisboa: Edições Távola Redonda, 1990.
- MORTERA, Saul Levi. *Tratado da verdade da lei de Moisés*. Edição fac-similada, leitura do autógrafo (1659), introdução e comentários por H. P. Salomon. Coimbra: Por Ordem da Universidade, 1988.
- \_\_\_\_\_. Providência de Dios com Ysrael. 1662. Tradução de Yehuda Machabeu. Publicado por David Franco Mendes no periódico hebraico *Há-Measeph*, 1784.

## OUTRAS FONTES

- ABENSOUR, Miguel. Au-delà de la fluctuatio animi marrane. Spinosa en quête de l'universel. In: *Tumultes. Le Paria. Une figure de la modernité*. Paris: Kimé, 2003. n. 22-23.
- ANGEL, Marc D. (Rabino). *A Portrait of America's First Jewish Congregation – Shearith Israel*. Nova York: Riverside Company Book, 2004.
- \_\_\_\_\_. (Rabino). *Remnant of Israel a Portrait of America's First Jewish Congregation – Shearith Israel*. Nova York: Riverside Company Book, 2004.
- ARBELL, Mordechai. *Early Relations Between the Jewish Communities in the Caribbean and the Guianas and those of the Near East 17<sup>th</sup> to 19<sup>th</sup> Century*. Disponível em: <<http://www.sefarad.org/publication>>. Acesso em: 24 nov. 2017.
- AZEVEDO, João Lúcio. *História dos cristãos-novos portugueses*. Lisboa: Clássica, 1921.
- BARQUIST, David. *Myer Myers: Jewish Silversmith in Colonial New York*.

- Nova York: Yale University Art Gallery, 2001.
- BEL BRAVO, Maria Antônia. *Diaspora sefardi*. Madri: Mapfre, 1992.
- BERNARDINI, Paolo; FIERING, Norman (Eds.). *The Jews and the Expansion of Europe to the West, 1450 to 1800* (European Expansion and Global Interaction, number 2). Nova York: Berghahn, 2001.
- BODIAN, Miriam. *Hebrews of the Portuguese Nation: Conversos and Community in Early Modern Amsterdam*. Bloomington: Indiana University Press, 1997.
- BOXER, Charles R. *Os holandeses no Brasil: 1624-1654*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1961.
- BRIDENBAUGH, Carl. *Cities in Revolt. Urban Life in America, 1743-1776*. Nova York: Knopf, 1955.
- CANNABRAVA, Alice P. A influência do fabrico do açúcar nas Antilhas Francesa e Inglesa em meados do século XVII. *Anuário da Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas*, São Paulo, 1946.
- CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. *Preconceito racial em Portugal e Brasil Colônia: os cristãos-novos e o mito da pureza de sangue*. São Paulo: Perspectiva, 2005.
- \_\_\_\_\_. O sangue como metáfora. Do antissemitismo tradicional ao antissemitismo moderno. In: *Ensaio sobre a intolerância*. São Paulo: Humanitas, 2005.
- COHEN, Martin A.; PECK, Abraham J. (Eds.) *Sephardim in the Americas: Studies in Culture and History*. Tuscaloosa/Londres: American Jewish Archives/University of Alabama Press, 1993.
- CORTESÃO, Jaime. *Raposo Tavares e a formação territorial do Brasil*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura – Serviço de documentação, Departamento de Imprensa Nacional, 1958.
- CUMBERLANDS, Richard. *The Fashionable Lover: a Comedy*. Londres: W. Griffin at Garrick's Head, 1772.
- DAMASIO, Antonio. *Looking for Spinoza: Joy, Sorrow and the Feeling Brain*. Nova York: Harvest, 2003.
- DAVIS, David Brion. The Slave Trade and the Jews. *The New York Review of Books*, 22 dez. 1994.
- DRESCHER, Seymour. Jews and New Christians in the Atlantic Slave. In: BERNARDINI, Paolo; FIERING, Norman (Eds.). *The Jews and the Expansion of Europe to the West, 1450 to 1800* (European Expansion and Global Interaction, number 2). Nova York: Berghahn Books, 2001.
- \_\_\_\_\_. *From Slavery to Freedom: Comparative Studies in the Rise and Fall of Atlantic Slavery*. Nova York: New York University Press, 1999.

- DRUCKER, Erna. *Jewish Settlers in New Amsterdam and Early New York, 1654-1825: a Selected Annotated Guide to Source Materials*. Nova York: City College of New York, 1984.
- ELLIS, Miriam. A presença de Raposo Tavares na expansão paulista, *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, São Paulo, Universidade de São Paulo, p. 40-41, 1970.
- EMMANUEL, Isaac S. Seventeenth Century Brazilian Jewry: a Critical Review. *American Jewish Archives*, abr. 1962.
- FELDSTEIN, Stanley. *The Land that I Show You: Three Centuries of Jewish Life in America*. Nova York: Anchor Press/Doubleday, 1978.
- GEBHARD, Carl. *Spinoza*. Buenos Aires: Losada, 1940.
- GOLLMAN, Earl A. Dictionary of American Jewish Biography in Seventeenth Century. *American Jewish Archives*, 1950 (Rosenbloom and Samuel Oppenheim Collection).
- GORENSTEIN, Lina. *A Inquisição contra as mulheres: Rio de Janeiro, séculos xvii e xviii*. São Paulo: Humanitas/Fapesp, 2005.
- GRINBERG, Keila (Org.). *Judeus no Brasil: inquisição, imigração e identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p. 161-183. Apud BAUER, Yehuda. Anti-Semitism as European and World Problem. In: *Patterns of Prejudice*. Londres: Institute of Jewish Affairs, 1993. v. 2. p. 15-14.
- HERSHKOWITZ, Leo. New Amsterdam's Twenty-Three Jews – Myth or Reality?. In: *Hebrew and the Bible in America: The First Two Centuries*. Hanover/Londres: Shalom Goldman/University Press of New England, 1993. p. 169-183.
- HUHNER, Leon. Asser Levy: a Noted Jewish Burgher of Amsterdam. *Publications of the American Jewish Historical Society*, v. 8, p 9-23, 1900.
- \_\_\_\_\_. Whence Came the First Jewish Settlers of New York? *Publications of the American Jewish Historical Society*, Filadélfia, v. 9, p 75-85, 1901.
- ISRAEL, Jonathan. *Diasporas Within a Diaspora: Jews, Cripto-jews and the World Maritime Empires (1540-1740)*. Leiden: Brill, 2002.
- JAMESON, J. Franklin. *Narratives of New Netherland, 1609-1664*. Nova York: Charles Scribner's Sons, 1909.
- KAGAN, Richard L.; MORGAN, Philip D. (Eds.). *Atlantic Diasporas: Jews, Conversos and Crypto – Jews in the Age of Mercantilism, 1500-1800*. Baltimore: John Hopkins University Press, 2009.
- KAPLAN, Yosef. *Judios novos en Amsterdam: estudio sobre la historia social e intelectual del judaísmo sefardí en el siglo xvii*. Barcelona: Gedisa, 1996.
- KAUFMAN, Tânia. Um cemitério em arrecife dos navios. *Revista Clio de Arqueologia*, Recife, UFPE, n. 28, 2013.

- KAYSERLING, Meyer. Isaac Aboab, the First Jewish Author in America. *Publications of the American Jewish Historical Society*, Baltimore, v. 5, 1897.
- \_\_\_\_\_. *A história dos judeus em Portugal*. São Paulo: Pioneira, 1971.
- KEREM, Itzchak. Sephardic Settlement in the British Colonies of the America in the 17<sup>th</sup> and 18<sup>th</sup> centuries. In: VIGNE, Randolph; LITTLETON, Charles (Eds.). *From Strangers to Citizens: the Integration of Immigrant Communities in Britain, Ireland And Colonial America, 1550-1750*. Brighton: Sussex Academic Press, 2001.
- KESSLER, Henry; RACHLIS, Eugene. *Peter Stuyvesant and his New York*. New York: Random House, 1959.
- KOHLER, Max. Civil Status of the Jews in Colonial New York. *Publications of the American Jewish Historical Society*, v. 7, p 81-85, 1897.
- LEVY, Asser. *The New York Genealogical and Biographical Record*. v. 2, n. 3, jul. 1971.
- LEWIN, Helena. A economia errante: a inserção dos imigrantes judeus no processo produtivo brasileiro. In: AMANCIO, Moacir (Org.). *Ato de presença: hineni – homenagem a Rifka Berezin*. São Paulo: Humanitas, 2005.
- LIPNER, Elias. *Izaque de Castro, o mancebo que veio preso ao Brasil*. Recife: Massangana/Fundação Joaquim Nabuco, 1992.
- LUTZ, Donald; WARREN, Jack D. *A Convenanted People: the Religious Tradition and the Origins of American Constitutionalism*. Rhode Island: The John Brown Carter Library, 1987.
- MAIKA, Dennis J. Merchants of New Amsterdam. *Gering Council Minutes, 1652-1654*.
- \_\_\_\_\_. *Commerce and Community: Manhattan Merchants in the Seventeenth Century*. 1995. Tese (Doutorado) – New York University, Nova York.
- MARCUS, J. R. *The Colonial American Jew*. Detroit: Wayne State University Press, 1970. v. 1, 2 e 3.
- \_\_\_\_\_. *American Jewish Woman, 1654-1980*. Nova York/Cincinnati: KTVA Publishing House/American Jewish Archives, 1981.
- MELLO, Evaldo Cabral de. O Brasil e os holandeses: 1630-1654. In: HERKENHOFF, Paulo. (Org.). *O Brasil e os holandeses*. Rio de Janeiro: Sextante Artes, 1999.
- \_\_\_\_\_. *O negócio do Brasil-Portugal, os Países Baixos e o Nordeste, 1641-1669*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2003.
- MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Gente da nação*. Recife: Massangana/Fundação Joaquim Nabuco, 1996.
- MELO, Francisco Manoel de. *Restauração de Pernambuco: enáfora triunfante e outros escritos*. Recife: Secretaria do Interior, 1944.

- MENDES, David Franco; REMÉDIOS, J. Mendes dos. *Os judeus portugueses em Amsterdão*. Lisboa: Edições Távola Redonda, 1990.
- MENEZES, José Luís Mota. A cidade de Maurício: observações sobre a história urbana de Recife. In: *A presença holandesa no Brasil: memória e imaginário*. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2004.
- MIDDETLON, S. Artisans and Trade Privileges in New Amsterdam. Norwich: Universidade de East Anglia. Trabalho apresentado durante o Seminário Rensselaerswijck. Nova York, 2001.
- NOVINSKY, Anita. Antissemitismo, os marranos e a *fluctuatio animi*. In: CARNEIRO, Maria Luiza Tucci (Org.). *Antissemitismo nas Américas*. São Paulo: Edusp, 2007.
- . *Cristãos-novos na Bahia: a Inquisição no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 1992.
- . *Historical Bias – the New Christian Collaboration with Dutch Invaders of Brazil*. 5º Congresso de Estudos Judaicos, Jerusalém, ago. 1969.
- . *Inquisição: inventários de bens confiscados a cristãos-novos*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional/Casa da Moeda/Livraria Camões, 1976.
- . Avatar du marranisme au Brésil. In: *Les marranismes: de la religiosité cachée a la société ouverte*. Paris: Demopolis, 2014.
- . Sur le marranisme au Brésil et la *fluctuatio animi*. In: *Miroir de l'anthropologie historique*. Rennes: Press Universitaires de Rennes, 2013.
- . Ser marrano em Minas colonial. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 21, n. 40, 2001.
- . Avatars du marranisme au Brésil. In: *Les marranismes: de la religiosité cachée à la société ouverte*. Paris: Demopolis, 2014.
- . Marranos e a Inquisição: sobre a rota do ouro em Minas Gerais. In: GRINBERG, Keila. (org.) *Judeus no Brasil: Inquisição, imigração e identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p. 161-183.
- . *Uma devassa do bispo dom Pedro da Silva: 1635-1637*. São Paulo: Paulista, 1968. n. XXII.
- NOVINSKY, Anita; KUPERMAN, Diane. *Ibéria judaica: roteiros da memória*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1996.
- OSIER, Jean-Pierre. *De Uriel da Costa a Baruch Spinoza*. Paris: Berg International, 1983.
- PESTANA, Carla Gardina. *Liberty of Conscience and the Growth of Religious Diversity in Early America. 1636-1786*. Rhoad Island: The John Carter Brown Library, 1986.
- PETRAM, L. O. *The World's First Stock Exchange, 1602-1700. How the Amsterdam Market for Dutch East India Company Shares Became a Modern*

- Security Market*. Groninga: Instituut voor Cultuur en Geschiedenis, 2011.
- PORTUGAL – DICIONÁRIO HISTÓRICO, COROGRÁFICO, HERÁLDICO, BIBLIOGRÁFICO, NUMISMÁTICO E ARTÍSTICO. Lisboa: João Romano Torres, 1904-1915. v. 1.
- RAMOS, Frank dos Santos. O paradoxo da América católica: Kahal Zur Israel – a primeira comunidade judaica legal no Novo Mundo. In: ASSIS, Angelo A. Faria de et al. (Org.). *Desvelando o poder – histórias da dominação: Estado, religião, sociedade*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 2007.
- RIBEMBOIM, José Alexandre. *Senhores de engenho: judeus em Pernambuco colonial, 1542-1624*. Recife: 20-20 Comunicação e Editora, 1995.
- RINK, Oliver A. *Holland on the Hudson: an Economic and Social History of Dutch New York*. Nova York: Cornell, 1986.
- ROOSEVELT, Theodore. Stuyvesant and the End of Dutch Rule: 1647-1664. *Publications of the American Jewish Historical Society*, Nova York, v. 45, 1956.
- ROSA, J. S. Silva. *Geschiedenis der Portugeesche joden te Amsterdam 1593-1925*. Amsterdam: M. Hertzberger, 1925.
- ROSENBAUM, Jeanette. *Myers Myers, Goldsmith 1723-1795*. Filadélfia: The Jewish Publication Society of America, 1964.
- ROTH, Cecil. *Dona Gracia of the House of Nasi*. Filadélfia: The Jewish Publication Society of America, 1948.
- SALVADOR, José Gonçalves. *Os magnatas do tráfico negreiro*. São Paulo: Pioneira/Edusp, 1981.
- SANTOS, João Henrique. A Inquisição calvinista: o sínodo do Brasil e os judeus no Brasil holandês. In: ASSIS, Angelo A. Faria de et al. (Org.). *Desvelando o poder – histórias de dominação: Estado, religião e sociedade*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 2007.
- SARNA, Jonathan. *American Judaism: a History*. Connecticut: Yale University Press, 2004.
- SCHAMA, Simon. *O desconforto da riqueza: cultura holandesa na época do ouro*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- SHATTUCK, Martha. *A Civil Society: Court and Community in Beverwijk, New Netherland: 1652-1654*. 1993. Tese (Doutorado) – Boston University, Boston.
- SHORTO, Russel. *A ilha no centro do mundo*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2004.
- SILVA, Leonardo Dantas. Zur Israel, uma comunidade judaica no Brasil. In: HERKENHOFF, Paulo (Org.). *O Brasil e os holandeses*. Rio de Janeiro: Sextante Artes, 1999.
- SNYDER, Holly. English Markets, Jewish Merchants, and Atlantic Endeavors. In: KAGAN, Richard L.; MORGAN, Philip D. (Eds.). *Atlantic Diasporas*:

- Jews, Conversos and Crypto – Jews in the Age of Mercantilism, 1500-1800. Baltimore: John Hopkins University Press, 2009.
- SOLA POOL, David; SOLA POOL, Tamar de. *An Old Faith in the New World. Portrait of Shearith Israel, 1654-1954*. Nova York: Columbia University Press, 1955.
- SOLA POOL, David; PATAI, Raphael; CARDOZO, Abraham Lopes. *The World of Sephardim*. Nova York: Herzl, 1960.
- SOLA POOL, David. *Portraits Etched in Stone: Early Jewish Settlers*. Nova York: Columbia University Press, 1953.
- SOMBART, Werner. *Les juifs et la vie économique*. Paris: Seoul, 1923
- STERN, Malcolm. *First American Jewish Families: 600 Genealogies, 1654-1988*. Baltimore: Ottenheimer Publishers, 1991
- STERN, Malcolm. Portuguese Sephardim in the Americas. In: COHEN, Martin A.; PECK, Abraham J. (eds.) *Sephardim in the Americas: Studies in Culture and History*. Tuscaloosa/Londres: American Jewish Archives/University of Alabama Press, 1993.
- TEIXEIRA, Dante Martins. O mito da natureza intocada: a história natural no Brasil holandês (1624-1654) e sua contribuição para o conhecimento da história recente da fauna no Novo Mundo. In: *A presença holandesa no Brasil: memória e imaginário*. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2004.
- TUCKERMAN, Bayard. *Peter Stuyvesant, Director-General for the West India Company in New Netherland*. Nova York: Cornell University Library, 1893.
- VAINFAS, Ronaldo. *Jerusalém colonial. Judeus portugueses no Brasil holandês*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.
- . Inquisição e judeus novos no contexto das guerras holandesas. *Texto de História*, v. 14, n. 1/2, 2006. Disponível em: <[periodicos.unb.br/index.php/textos/article/download/6056/5014](http://periodicos.unb.br/index.php/textos/article/download/6056/5014)>. Acesso em: 20 nov. 2017.
- VERÍSSIMO, Joaquim Serrão. *O reinado de dom António prior do Crato: 1531-1595*. 1956. Tese (Doutorado em Letras, Ciências Históricas) – Universidade de Coimbra, Lisboa.
- WÄTJEN, Hermann. *O domínio colonial hollandez no Brasil: um capítulo da história colonial do século XVIII*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938.
- WEITMAN, David Y. (Rabino) *Bandeirantes espirituais do Brasil: século XVII*. São Paulo: Maayanot, 2003.
- WESSELS, Johannes Wilhelmus. *History of the Roman-Dutch Law*. Grahamstown, Cape Colony: African Book, 1908.

- WIZNITZER, Arnold. *Os judeus no Brasil Colonial*. São Paulo: Pioneira, 1966.
- . Jewish Soldier in Dutch Brazil (1630-1654). Baltimore: *Publications American Jewish Historical Society*, v. 46, 1956.
- . The Exodus from Brazil and Arrival in New Netherland of the Jewish Pilgrim Fathers, 1654. *Publications of the American Jewish Historical Society*, Filadélfia, v. 44, 1954.
- . The Members of Brazilian Jewish Community (1648-1653). *Publications of the American Jewish Historical Society*, Filadélfia, v. 42, 1953.
- WOLFF, Egon; WOLFF, Frieda. *A odisseia dos judeus de Recife*. São Paulo: Edusp, 1979.
- WOLFF, Egon; WOLFF, Frieda. *Quantos judeus estiveram no Brasil holandês*. Rio de Janeiro: s/e, 1991.



Guga Matos/JC Imagem

Novo cemitério judaico encontrado recentemente no Recife.

O local está sendo estudado pelo laboratório de genética humana da Universidade Federal de Pernambuco que busca a comprovação da origem dos homens encontrados



Museu Nacional de Belas Artes, Rio de Janeiro Batalha de Guararapes



Library of Congress, Washington  
Mapa de Nova Amsterdã do século XVII



Akg-Images/Latinstock - Coleção particular Forte de Nova Amsterdã no século XVII



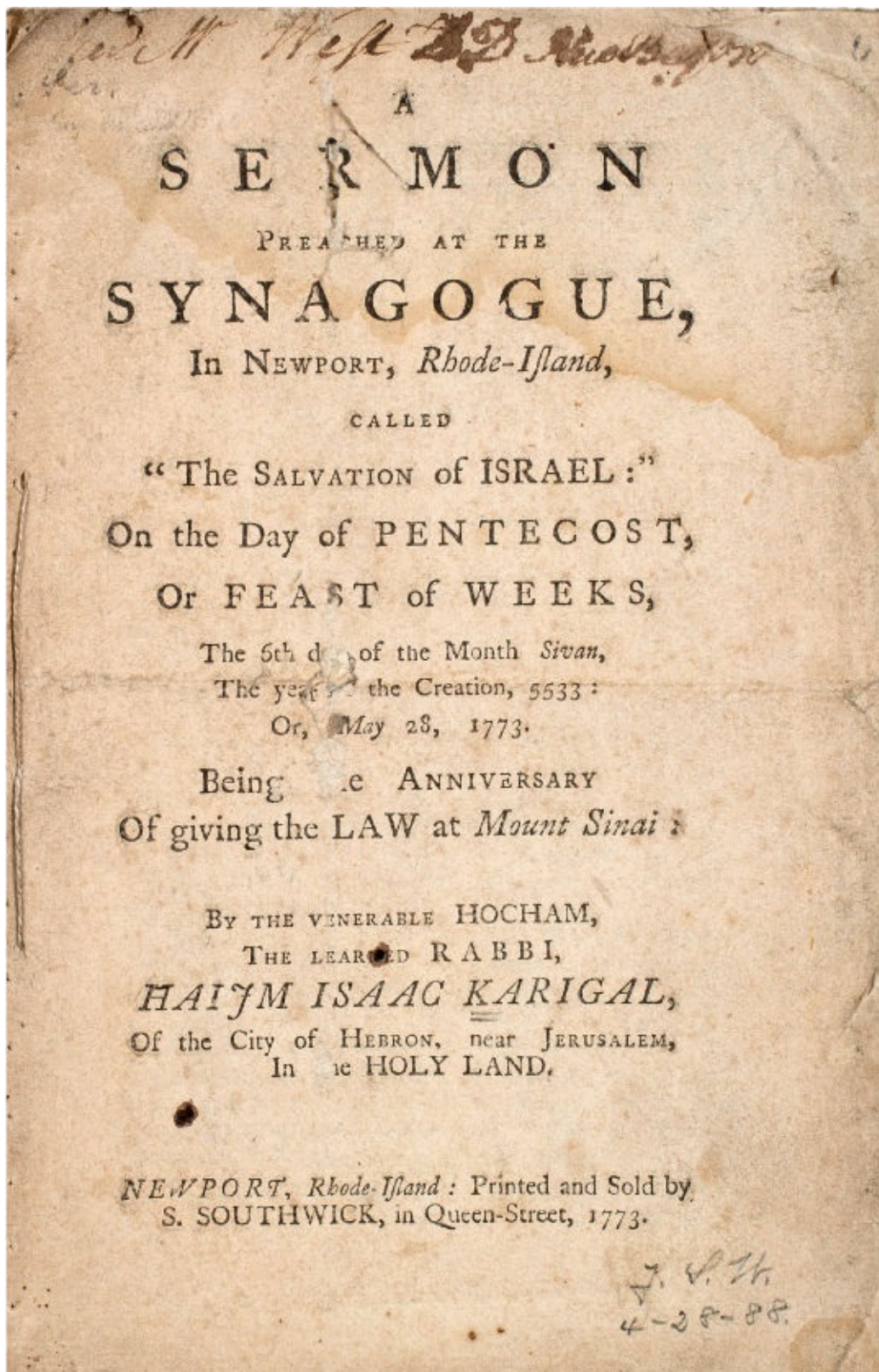
Museum of the City of New York

O 4º governador holandês em Nova Amsterdã – Peter Stuyvesant ao centro



Library of Congress, Washington

A defesa de Nova Amsterdã – ao centro o governador Peter Stuyvesant



American Antiquarian Society, Worcester

O discurso, "The Salvation of Israel", foi traduzido para o inglês pelo sefaradi Abraham Lopes de Newport,

Rhode Island, tornando-se o primeiro sermão judaico a ser publicado na América do Norte



THE FIRST CEMETERY  
OF THE  
SPANISH AND PORTUGUESE SYNAGOGUE  
SHEARITH ISRAEL  
IN THE CITY OF NEW YORK  
1656 - 1833

Arquivo pessoal

1º cemitério judaico português de Nova Amsterdã (Nova York) em 1656



### Arquivo pessoal

Benjamim Bueno de Mesquita, judeu da sinagoga de Recife, foi o responsável pela aquisição do terreno onde foi construído o primeiro cemitério judaico da América do Norte. Inscrição: “Debaixo dessa placa está sepultado Yasse Benjamin Bueno de Mesquita. Falecido, que partiu desse mundo em 4 de Hesvan de 5444. Sua alma bendita, aqui separada de seus entes queridos, espera pelo Deus que ressuscitará os mortos de seu povo para viver na Eternidade”



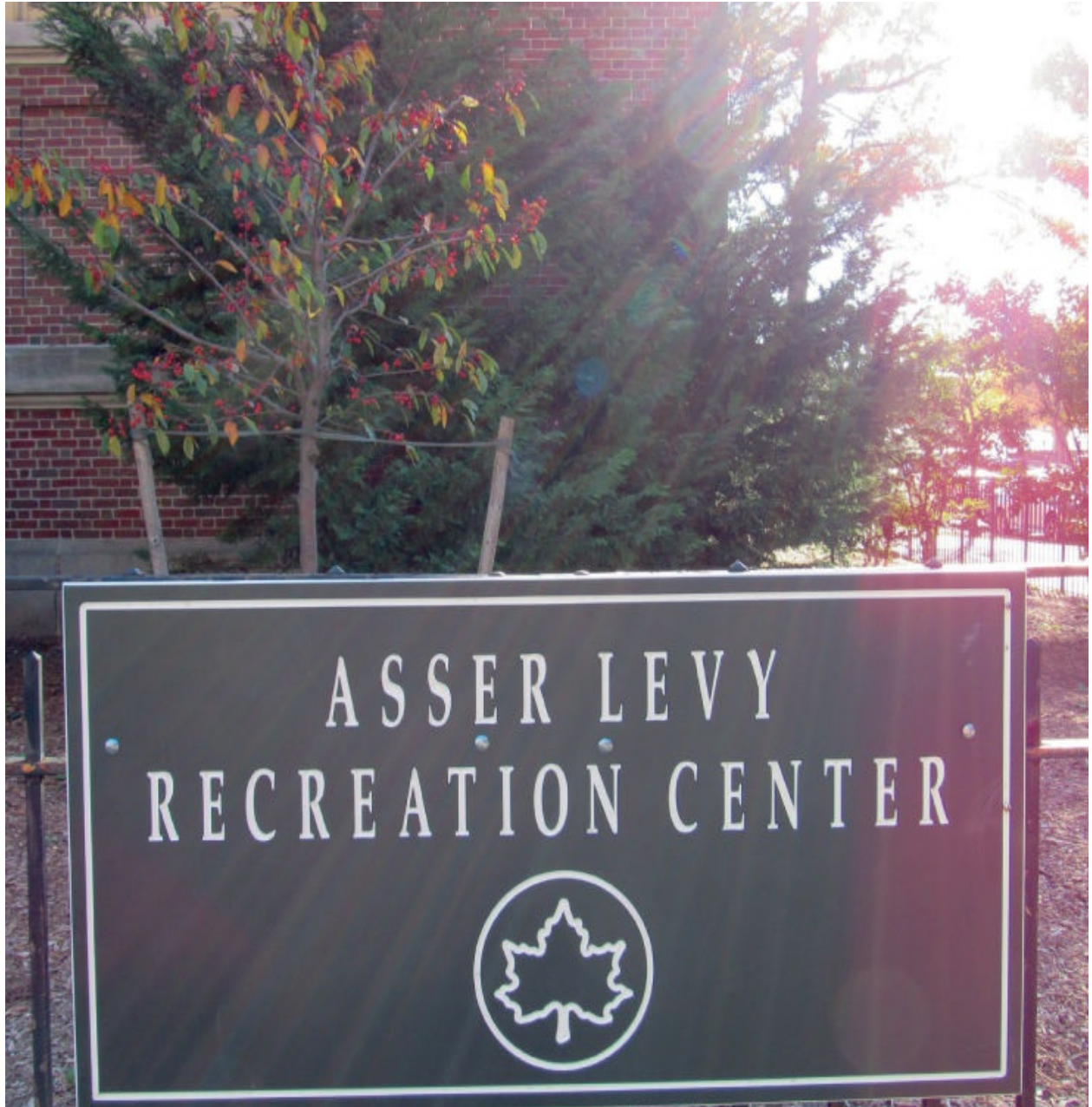
THE SECOND CEMETERY  
OF THE  
SPANISH AND PORTUGUESE SYNAGOGUE  
SHEARITH ISRAEL  
IN THE CITY OF NEW YORK  
1805 - 1829

Arquivo pessoal

Segundo cemitério português de Nova York. Local de sepultamento de diversos descendentes dos judeus pioneiros do Brasil



Arquivo pessoal



### Arquivo pessoal

O centro recreativo foi nomeado em homenagem a Asser Levy, defensor dos direitos civis dos judeus na América do Norte. Nesse centro, foi criado o primeiro playground para crianças com necessidades especiais no ano de 1993. Podemos perceber atrás da placa um pé de café como referência ao Brasil



Arquivo pessoal

Centro público recreativo – complexo aquático – Asser Levy



## Arquivo pessoal

Esta rua recebeu seu nome em 1954 em homenagem aos 300 anos da chegada dos pioneiros judeus ao Brasil e em homenagem a um dos seus principais expoentes, Asser Levy, que se tornou o primeiro cidadão judeu de Nova York

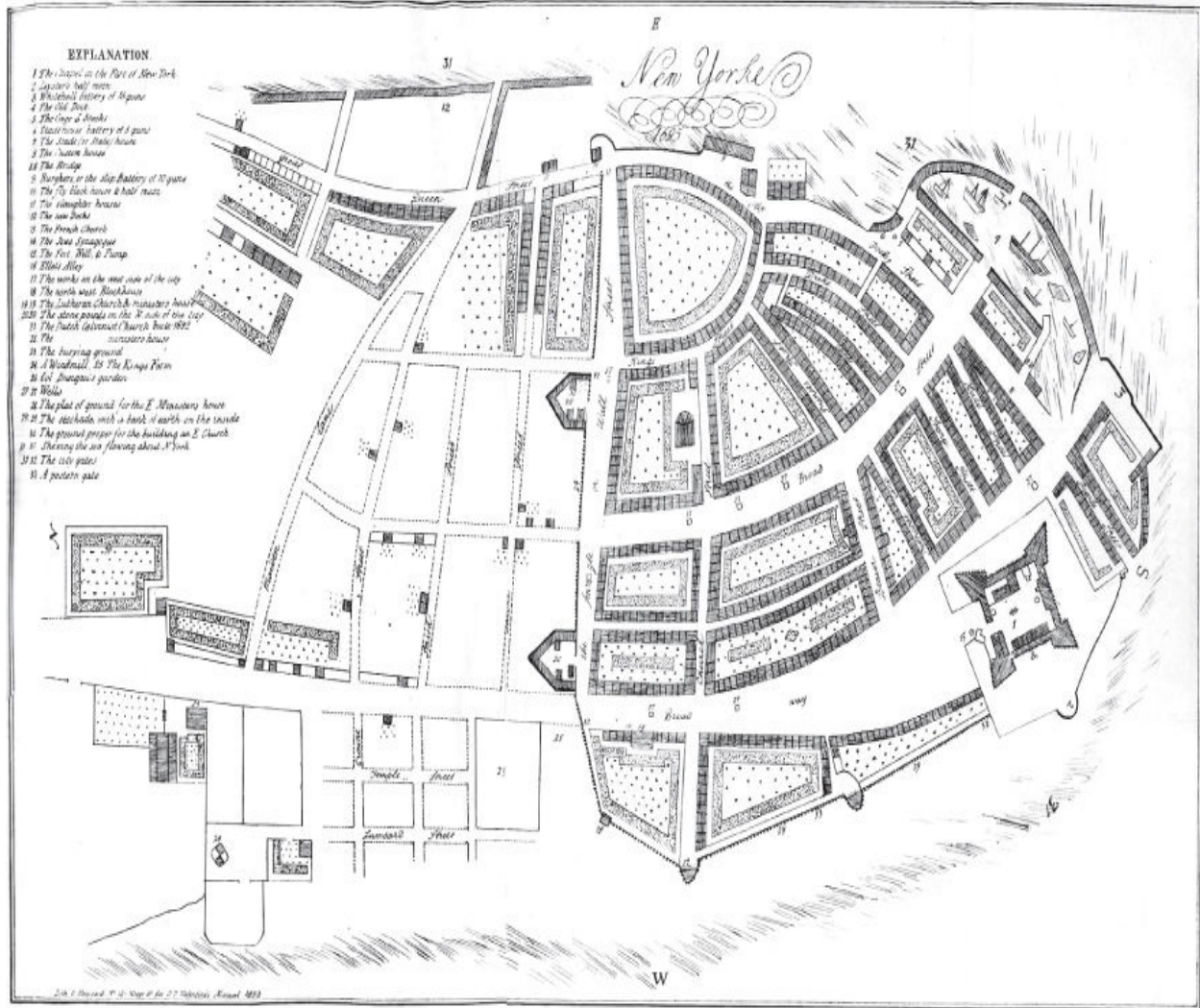


The John Carter Brown Library – Brown University, Providence



Metropolitan Museum of Art, Nova York

O artesão e ourives Myer Myers, judeu descendente da comunidade de Amsterdã, lutou na milícia norte-americana durante o período da revolução. Myers foi mantenedor da sinagoga portuguesa de Nova York nos anos de 1759 a 1770



The University of Texas, Austin  
Nova York, 1695



ERECTED  
BY

THE STATE OF NEW YORK  
TO HONOR THE MEMORY  
OF THE TWENTY THREE  
MEN WOMEN & CHILDREN  
WHO LANDED  
IN SEPTEMBER 1654

&

FOUNDED THE FIRST  
JEWISH COMMUNITY  
IN  
NORTH AMERICA



Arquivo pessoal

Monumento em homenagem aos judeus pioneiros na América do Norte

“No início deste século, a obra de Werner Sombart despertou o interesse dos pesquisadores de história econômica para um fenômeno que permanecia ignorado: o papel fundamental que os judeus portugueses e espanhóis, dispersos pelo mundo, tiveram no desenvolvimento do capitalismo comercial e financeiro europeu.

O livro de Daniela Levy, que aqui tenho a satisfação de apresentar, revela a comovente história da infatigável perambulação dos judeus pelo mundo. Após as atrocidades vividas em Portugal (conversão forçada, massacres, vigilância inquisitorial) e uma breve esperança de liberdade no Brasil – depois de alguns anos, frustrada –, os cristãos-novos se viram novamente em trânsito e, dessa vez, sem destino certo. Chegaram a outra América, chamada Nova Amsterdã, e lá enfrentaram os desmandos de um governador antissemita que lhes dificultou todos os passos da vida.

Autorizados pelos diretores da Holanda, o pequeno grupo de 23 judeus portugueses que chegaram do Recife, endividados e sem recursos, tentou recomeçar a vida, gradativamente. E o papel que os judeus convertidos representaram em Nova Amsterdã foi considerável em todas as áreas em que atuaram: no desenvolvimento do mercantilismo, nas relações comerciais, na cultura, na saúde, nas leis etc.”

ANITA NOVINSKY, professora emérita da Universidade de São Paulo, autora de *Os judeus que construíram o Brasil* (Editora Planeta, 2016)



© Arquivo pessoal

## Daniela Levy

é mestre e doutoranda em História pela Universidade de São Paulo. Autora de diversos artigos sobre Inquisição, cristãos-novos e antissemitismo, publicados no Brasil e no exterior (Estados Unidos e Israel). Historiadora do núcleo de pesquisa Anita Novinsky na Universidade de São Paulo. É professora de História e História Judaica há mais de 20 anos. É uma das autoras do livro *Os judeus que construíram o Brasil*, publicado pela Editora Planeta.

 [PlanetaLivrosBR](https://twitter.com/PlanetaLivrosBR)

 [planetadelivrosbrasil](https://www.instagram.com/planetadelivrosbrasil)

 [PlanetadeLivrosBrasil](https://www.facebook.com/PlanetadeLivrosBrasil)

 [planetadelivros.com.br](https://planetadelivros.com.br)

- [1.](#) Ver KRISTEVA, Julia. *Étrangers à Nous-même*. Paris: Fayard, 1988. p. 95-111.
- [2.](#) ABRAHAMISHE Lauberhult, 1921. Apud FARIAS, Victor. *Heidegger e o nazismo: moral e política*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. p. 5-6.
- [3.](#) COHN, Gabriel (Org). *Theodor W. Adorno*. São Paulo: Ática, 1986. p. 33-35. Ver também de ADORNO, Theodor. *La personalidad autoritaria*. Buenos Aires: Proyección, 1965.
- [4.](#) ADORNO, Theodor. *Educação e Emancipação*. Ed. Paz e Terra. São Paulo, 3ª ed., 2003. p. 43-45.
- [5.](#) Idem.

- [1.](#) PIETERSE, Wilhelmina C. *Livro de Bet Haim do Kahal Kadosh de Bet Yacoov*. Assen, 1970, 26. Banhos de Raphael Cardozo Nemias, de Lisboa, 23 anos, morador de Amsterdã há 15 anos. Março, 1607. Apud SALOMON, H. P. Os primeiros portugueses de Amsterdão. Documentos do Arquivo Nacional da Torre do Tombo: 1595-1606. *Caminiana Revista de Cultura Histórica, Literária, Artística, Etnografia e Numismática*, n. 8, p. 34, jun. 1983. PRINS, Izak, *De Vestiging der Marranen in Noord-Nederland in de Zestiende Eeuw*. Amsterdã: Menno Hertzberger, 1927. p. 161-177. No dia 31 de março de 1597, Manuel Rodrigues Veiga foi o primeiro imigrante português a fazer o juramento de cidadão de Amsterdã. Apud SALOMON, H. P., op. cit., p. 34. Garcia Pimentel era da família de Garcia da Orta. SALOMON, H. P., op. cit., p. 34 (notas).
- [2.](#) Arquivo Nacional Torre do Tombo – Inquirição de Lisboa. Processo Gaspar Lopes Homem n. 8.543.
- [3.](#) Foram diversos os motivos do conflito entre Inglaterra e Espanha, entre eles a disputa pela hegemonia marítima. A Espanha pretendia neutralizar a influência inglesa nos Países Baixos Espanhóis.
- [4.](#) Elizabeth I era filha de Henrique VIII e Ana Bolena. Foi a última governante da dinastia Tudor.
- [5.](#) BARRIOS, Daniel Levi. *Triumpho del gobierno popular en la casa de Jacob*. Amsterdã, 1683. p. 455-456. Exemplar B da Biblioteca Rosenthaliana (9G12), 5, 9. SALOMON, H. P., op. cit., p. 35-36.
- [6.](#) A história de Maria Nunes foi descrita pelo poeta Daniel Levi de Barrios, op. cit., p. 455-456. A história foi comprovada por uma carta escrita pelo embaixador holandês em Londres no dia 24 de abril de 1597, na qual ele relata a história de um navio holandês com passageiros portugueses, que havia sido retido pelos ingleses. Nesse navio havia uma moça afidalgada que seguia para Amsterdã para se casar.
- [7.](#) No Recife holandês viviam cinco homens de sobrenome Abendana: dois David Abendana, Isaac Abendana, Manuel Abendana e Jacob Abendana
- [8.](#) SALOMON, H. P, op. cit., p. 38.
- [9.](#) Idem.
- [10.](#) KAPLAN, Yosef. *Judios novos en Amsterdam: estudio sobre la historia social e intelectual del judaismo sefardí en el siglo XVII*. Barcelona: Gedisa, 1996. p. 45.
- [11.](#) Ibidem, p. 48
- [12.](#) WEITMAN, David Y. (Rabino). *Bandeirantes espirituais do Brasil: século XVII*. São Paulo: Maayanot, 2003. p. 207.
- [13.](#) SCHAMA, Simon. *O desconforto da riqueza: cultura holandesa na época do ouro*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. p. 102.
- [14.](#) BODIAN, Miriam. *Hebrews of the Portuguese Nation: Conversos and Community in Early Modern Amsterdam*. Bloomington: Indiana University Press, 1997. p. 63.
- [15.](#) Idem.
- [16.](#) SCHAMA, Simon, op. cit., p. 580.
- [17.](#) PETRAM, L. O. *The World's First Stock Exchange, 1602-1700. How the Amsterdam Market for Dutch East India Company Shares Became a Modern Security Market*. Groninga: Instituut voor Cultuur en Geschiedenis, 2011. p. 42-46.
- [18.](#) SCHAMA, Simon, op. cit., p. 583.
- [19.](#) KAPLAN, Yosef, op. cit., p. 80.
- [20.](#) Ibidem, p. 89.
- [21.](#) SCHAMA, Simon, op. cit., p. 580-581.
- [22.](#) KAPLAN, Yosef, op. cit., p. 48.

1. SANTOS, João Henrique. “A Inquisição calvinista: o sínodo do Brasil e os judeus no Brasil holandês”. In: ASSIS, Angelo A. Faria de *et al.* (org). *Desvelando o poder – histórias de dominação: Estado, religião e sociedade*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 2007. p. 107-124.
2. O desaparecimento do corpo do rei dom Sebastião levou às pessoas a acreditar que um dia o rei voltaria para resgatar Portugal. A esse movimento se deu o nome de sebastianismo, de caráter messiânico.
3. PORTUGAL – DICIONÁRIO HISTÓRICO, COROGRÁFICO, HERÁLDICO, BIBLIOGRÁFICO, NUMISMÁTICO E ARTÍSTICO. Lisboa: João Romano Torres, 1904-1915. p. 603. v. 1. VERÍSSIMO, Joaquim Serrão. *O reinado de dom António, prior do Crato: 1531-1595*. 1956. Tese (Doutorado em Letras, Ciências Históricas) – Universidade de Coimbra, Lisboa.
4. A Holanda comprava o açúcar em estado bruto de Portugal, refinava e distribuía para o restante da Europa. Os judeus, em contato com parentes cristãos-novos portugueses que residiam em Portugal e no Brasil, trabalhavam como intermediários nas transações comerciais devido à facilidade de sua rede comercial. Ver MELLO, Evaldo Cabral de. *O Brasil e os holandeses: 1630-1654*. In: HERKENHOFF, Paulo (Org.). *O Brasil e os holandeses*. Rio de Janeiro: Sextante Artes, 1999. p. 32-40.
5. O fato se deve principalmente à íntima relação entre cristãos-novos proprietários de engenho no Brasil e homens de negócios judeus na Holanda. Muitos já haviam vivido no Brasil em companhia de parentes e depois regressaram a Amsterdã.
6. MELLO, Evaldo Cabral de, op. cit., p. 24.
7. É costume designar a República das Províncias Unidas dos Países Baixos por Holanda, a mais importante das sete províncias unidas que formavam a confederação. Por isso, neste livro são utilizadas as duas expressões, Países Baixos quando me refiro a toda a confederação e Holanda quando me refiro especificamente à mais importante província.
8. MELLO, Evaldo Cabral de, op. cit., p. 24.
9. SANTOS, João Henrique. *A Inquisição calvinista: o sínodo do Brasil e os judeus no Brasil holandês*. In: ASSIS, Angelo A. Faria de *et al.* (Org.). *Desvelando o poder – histórias de dominação: Estado, religião e sociedade*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 2007. p. 111-113. O autor se baseou nos registros do historiador LAET, Johannes de. *Ierlyck verhael van de verrichtinghen der Geoctroyeerde West-Indische Compagnie*, 2. ed. Haia, 1931-1937.
10. WIZNITZER, Arnold. *Os judeus no Brasil Colonial*. São Paulo: Pioneira, 1966. p. 10-20.
11. *Ibidem*, p. 30-36.
12. *Ibidem*, p. 43-48.
13. NOVINSKY, Anita. Antissemitismo, os marranos e a *fluctuatio animi*. In: CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. (Org.). *Antissemitismo nas Américas*. São Paulo: Edusp, 2007. p. 30-31.
14. *Idem*, *Cristãos-novos na Bahia: a Inquisição no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 1992. p. 126-127.
15. *Ibidem*, p. 126-127.
16. *Ibidem*, p. 128.
17. BOXER, Charles R. *Os holandeses no Brasil: 1624-1654*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1961. p. 391 e 394. Apud NOVINSKY, Anita. *Uma devassa do bispo dom Pedro da Silva: 1635-1637*. São Paulo: Paulista 1968, p. 217-285. n. XXII.
18. NOVINSKY, Anita. *Historical Bias – the New Christian Collaboration with Dutch Invaders of Brazil*. 5º Congresso de Estudos Judaicos, Jerusalém, ago. 1969.
19. NOVINSKY, Anita. *Uma devassa do bispo dom Pedro da Silva: 1635-1637*, op. cit., p. 217-285.
20. Denúnciação de Garcia Lopes Calheiros. Trelado de alguns testemunhos da devassa que tirou o

“ilmo dom Pedro da Sylva, bispo do Brasil na cidade de Salvador, Bahia de todos os Santos em 18 de junho de 635 anos. Manuscrito. IAN/TT/IL, Caderno do Promotor n. 19. Apud NOVINSKY, Anita, op. cit., p. 217-285.

[21.](#) Culpas de padre frei Antônio Caldeira, religioso de Santo Agostinho sacerdote e pregador... Denúnciação de Belchior dos Reis, na Bahia em 18 de junho de 1635, nos cadernos do promotor da Inquisição de Lisboa n. 19 [...] Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Lisboa.

[22.](#) NOVINSKY, Anita. *Uma devassa do bispo dom Pedro da Silva: 1635-1637*, op. cit., p. 226-230.

[23.](#) Denúnciação de Cosme Dias Massiel, cristão-velho. Treslado de alguns testemunhos da devassa que tirou o “ilmo dom Pedro da Silva, bispo do Brasil na cidade de Salvador, Bahia de todos os Santos, em 18 de junho de 635 anos. Manuscrito. IAN/TT/IL, Caderno do Promotor n. 19, op. cit.

[24.](#) Denúnciação de Garcia Lopes Calheiros e de João de Sequeira. Escrivão da alfândega e almoxerife em 5 de novembro de 1636. Apud NOVINSKY, Anita. *Uma devassa do bispo dom Pedro da Silva: 1635-1637*, op. cit., p.226-230.

1. BOXER, Charles R. *Os holandeses no Brasil: 1624-1654*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1961. p. 58.
2. AZEVEDO, João Lúcio. *História dos cristãos-novos portugueses*. Lisboa: Clássica. 1921. p. 211-212.
3. MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Gente da nação*. Recife: Massangana/Fundação Joaquim Nabuco. 1996. p. 211.
4. BOXER, Charles R., op. cit., p. 76-79.
5. WIZNITZER, Arnold. *Os judeus no Brasil colonial*. São Paulo: Pioneira, 1966. p. 49-50.
6. Ibidem, p. 57.
7. LAET-NABER, De. “Iaerlyck Verhael”, III. *English Historical Review*, XV, p. 36. Apud BOXER, Charles R., op. cit., p. 76.
8. BOXER, Charles R., op. cit., p. 81.
9. WÄTJEN, Hermann. *O domínio colonial holandez no Brasil: um capítulo da história colonial do século XVIII*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938. p. 340.
10. Ibidem, p. 346. Segundo o autor, somente padres e freis das ordens jesuíta e franciscana foram expulsos do território ocupado, por conspirarem a favor do retorno do governo português. As outras ordens religiosas tiveram permissão para permanecer na região.
11. Lista de produtos extraída do documento “Imposto da nação”, imposto que o conselho diretivo da comunidade judaica cobrava pelas mercadorias negociadas, com o objetivo de angariar fundos para manter a sinagoga e realizar outras atividades culturais. WIZNITZER, Arnold. O livro das atas das congregações judaicas Zur Israel no Recife e Magen Abraham em Maurícia, Brasil. 1648-53. *Anais da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, v. 74, p. 228-229, 1953.
12. Arquivo Nacional Torre do Tombo – Inquirição de Lisboa. Processo João Nunes Velho n. 11.575. Inventário 6 jun. 1647. Fólio 72-75.
13. WIZNITZER, Arnold. *Os judeus no Brasil Colonial*, op. cit., p. 60.
14. MELLO, José Antônio Gonsalves de. *História dos cristãos-novos portugueses*, op. cit., p. 242.
15. WIZNITZER, Arnold. *Os judeus no Brasil Colonial*, op. cit., p. 157. MELLO, José Antônio Gonsalves de. *História dos cristãos-novos portugueses*, op. cit., p. 226.
16. Potassa é um poderoso alvejante, matéria-prima salina, feito a partir da água das cinzas de vegetais, especialmente troncos e galhos de árvores. Ver: CONCEIÇÃO, José Marianno (Frei). *Alographia dos Alkales fixos vegetal ou potassa mineral ou soda e dos seus nitratos segundo as melhores memórias estrangeiras, que se tem escripto a este assumpto. Debaixo dos auspícios e de ordem de sua alteza real o príncipe do Brasil*. Lisboa: Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1798.
17. MELLO, José Antônio Gonsalves de. *História dos cristãos-novos portugueses*, op. cit., p. 242-243.
18. JEFFRIES, Leonard. Discurso feito em 20 de julho no Empire State Black Arts and Cultural Festival in Albany. Publicado pelo New York Post, “Account of a vitriolic anti-semitism and racist speech”. Agosto, 1991.
19. WIZNITZER, Arnold. *Os judeus no Brasil Colonial*, op. cit., p. 62. SALVADOR, José Gonçalves. *Os magnatas do tráfico negreiro*. São Paulo: Pioneira/Edusp, 1981. p. 4. “Com grande surpresa chegamos à conclusão de que os judeus ibéricos foram os principais detentores do comércio negreiro e, mais, que um clã, ligado por interesses econômicos, quando não também por laços sanguíneos, o explorou largamente.”
20. DAVIS, David Brion. The Slave Trade and the Jews. *The New York Review of Books*, p. 14-16, 22 dez. 1994.

- [21.](#) KAYSERLING, Meyer. *A história dos judeus em Portugal*. São Paulo: Pioneira, 1971. DRESCHER, Seymour. Jews and New Christians in the Atlantic Slave. In: BERNARDINI, Paolo; FIERING, Norman (Eds.). *The Jews and the Expansion of Europe to the West, 1450 to 1800* (European Expansion and Global Interaction, number 2). Nova York: Berghahn Books, 2001. p. 440-470. DRESCHER, Seymour. From Slavery to Freedom: Comparative Studies in the Rise and Fall of Atlantic Slavery. Nova York: New York University Press, 1999. p. 339-354.
- [22.](#) WIZNITZER, Arnold. *Os judeus no Brasil Colonial*, op. cit., p. 62.
- [23.](#) NOVINSKY, Anita. *Inquisição: inventários de bens confiscados a cristãos-novos*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional/Casa da Moeda/Livraria Camões, 1976. p. 154-158. 181 e 246.
- [24.](#) WÄTJEN, Hermann. *O domínio colonial holandês no Brasil*, op. cit., p. 340. Utilizando o livro de subscrição de capitais da Companhia das Índias Ocidentais, demonstra-se que, de 1623 a 1626, 18 judeus participavam como acionistas da companhia e somente um, Bento, tinha ações acima de 6 mil florins, quantia mínima para atuar entre os membros da diretoria. Portanto, os judeus não tinham condições de influir nas decisões da companhia.
- [25.](#) SILVA, Leonardo Dantas. Zur Israel, uma comunidade judaica no Brasil. In: HERKENHOFF, Paulo (Org.). *O Brasil e os holandeses*. Rio de Janeiro: Sextante Artes, 1999. p. 89.
- [26.](#) *Ibidem*, p. 88.
- [27.](#) INVENTÁRIOS das armas e petrechos bélicos que os holandeses deixaram em Pernambuco e dos prédios edificadas ou reparados até 1654. Recife: Imprensa Oficial, 1940. In: WOLFF, Egon; WOLFF, Frieda. *Quantos judeus estiveram no Brasil holandês*. Rio de Janeiro: s/e, 1991.
- [28.](#) Para informações sobre as casas de proprietários judeus na região da rua dos Judeus, ver nota anterior. Nesse inventário são citadas diversas casas que foram construídas por judeus, mas o nome do proprietário é desconhecido.
- [29.](#) RAMOS, Frank dos Santos. O paradoxo da América católica: Kahal Zur Israel – a primeira comunidade judaica legal no Novo Mundo. In: ASSIS, Angelo A. Faria de et al. (Org.). *Desvelando o poder – histórias da dominação: Estado, religião, sociedade*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 2007. p. 96.
- [30.](#) WEITMAN, David Y. (Rabino) *Bandeirantes espirituais do Brasil: século XVII*. São Paulo: Maayanot, 2003. p. 83.
- [31.](#) *Ibidem*, p. 84.
- [32.](#) *Ibidem*, p. 15.
- [33.](#) *Ibidem*, p. XXIII.
- [34.](#) WIZNITZER, Arnold. *Os judeus no Brasil Colonial*, op. cit., p. 121. WEITMAN, David Y. (Rabino). *Bandeirantes espirituais do Brasil*, op. cit., p. XXII.
- [35.](#) MELLO, José Antônio Gonsalves de. *História dos cristãos-novos portugueses*, op. cit., p. 275.
- [36.](#) WOLFF, Egon; WOLFF, Frieda. *A odisséia dos judeus de Recife*. São Paulo: Edusp, 1979. p. 11.
- [37.](#) WEITMAN, David Y. (Rabino). *Bandeirantes espirituais do Brasil*, op. cit., p. XXII. MELLO, José Antônio Gonsalves de. *História dos cristãos-novos portugueses*, op. cit., p. 280.
- [38.](#) VAINFAS, Ronaldo. *Jerusalém colonial. Judeus portugueses no Brasil holandês*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. p. 173.
- [39.](#) WIZNITZER, Arnold. *Os judeus no Brasil Colonial*, op. cit., p. 115.
- [40.](#) KAUFMAN, Tânia. Um cemitério em arrecife dos navios. *Revista Clio de Arqueologia*, Recife, UFPE, n. 28, 2013.
- [41.](#) NOVINSKY, Anita. *Cristãos-novos na Bahia: a Inquisição no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 1992. p. 141.
- [42.](#) Idem. Avatar du marranisme au Brésil. In: *Les marranismes: de la religiosité cachée a la société*

ouverte. Paris: Demopolis, 2014. Idem. Sur le marranisme au Brésil et la *fluctuatio animi*. In: *Miroir de l'anthropologie historique*. Rennes: Press Universitaires de Rennes, 2013.

[43.](#) Idem. Ser marrano em Minas colonial. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 21, n. 40, p. 167, 2001.

[44.](#) DAMASIO, Antonio. *Looking for Spinoza: Joy, Sorrow and the Feeling Brain*. Nova York: Harvest, 2003. p. 246-247.

[45.](#) ABENSOUR, Miguel. Au-delà de la fluctuatio animi marrane. Spinoza en quête de l'universel". In: *Tumultes. Le Paria. Une figure de la modernité*. Paris: Kimé, 2003. n. 22-23. GEBHARD, Carl. *Spinoza*. Buenos Aires: Losada, 1940. p. 18.

[46.](#) NOVINSKY, Anita. *Cristãos-novos na Bahia*, op. cit., p. 141-162.

[47.](#) SILVA, Leonardo Dantas. Zur Israel, uma comunidade judaica no Brasil, op. cit., p. 82.

[48.](#) NOVINSKY, Anita. Avatars du marranisme au Brésil, op. cit., p. 119-134.

1. MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Gente da nação*. Recife: Massangana/Fundação Joaquim Nabuco, 1996. p. 338.
2. “Os homens bons” eram uma espécie de vereadores das câmaras municipais, pessoas de grande influência política, geralmente ricos fazendeiros, que no século XVII tinham status de líderes regionais e precisavam ter “sangue puro”. Sobre a “pureza de sangue”, ver CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. *Preconceito racial em Portugal e Brasil Colônia: os cristãos-novos e o mito da pureza de sangue*. São Paulo: Perspectiva, 2005.
3. MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Gente da nação*, op. cit., p. 339.
4. WEITMAN, David Y. (Rabino) *Bandeirantes espirituais do Brasil: século XVII*. São Paulo: Maayanot, 2003. p. 15.
5. *Ibidem*, p. 14.
6. REMÉDIOS, Mendes. *Os judeus portugueses em Amsterdã*. Coimbra: França Pinto Amado, 1911; ROSA, J. S. Silva. *Geschiedenis der Portugeesche joden te Amsterdam 1593-1925* Amsterdã: M. Hertzberger, 1925. WIZNITZER, Arnold. *The Members of Brazilian Jewish Community (1648-1653)*. *Publications of the American Jewish Historical Society*, Filadélfia, v. 2, março e junho, 1953; *Idem*. *Os judeus no Brasil Colonial*, São Paulo: Pioneira, p. 121-122. WEITMAN, David Y. (Rabino). *Bandeirantes espirituais do Brasil: século XVII*, op. cit., p. 43-51.

1. WEITMAN, David Y. (Rabino). Estatutos da Sinagoga Tzur Israel. In: *Bandeirantes espirituais do Brasil: século XVII*. São Paulo: Maayanot, 2003. p. 25-80.
2. Os convertidos eram cristãos-novos retornados. WEITMAN, David Y. (Rabino). *Bandeirantes espirituais do Brasil*, op. cit., p. XXXII.
3. Ibidem. p. XXXIII.
4. NOVINSKY, Anita. *Cristãos-novos na Bahia: a Inquisição no Brasil*, 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 1992. p. 140-162.
5. Idem. Marranos e a Inquisição: sobre a rota do ouro em Minas Gerais. In: “Padre Antônio Vieira, a Inquisição e os judeus”, *Revista Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, n. 29, mar. 1991. Apud BAUER, Yehuda. Anti-Semitism as European and World Problem. In: *Patterns of Prejudice*. London: The Institute of Jewish Affairs, 1993. v. 2. p. 15-14.
6. NOVINSKY, Anita. “A sobrevivência dos judeus na visão de Baruch Spinoza: o exemplo da Paraíba” (no prelo). Apud BAUER, Yehuda, *Anti-Semitism as European and World Problem*, op. cit., p. 15-24.
7. LIPNER, Elias. *Izaque de Castro, o mancebo que veio preso ao Brasil*. Recife: Massangana/Fundação Joaquim Nabuco, 1992. p. 10-20.
8. Ibidem, p. 26.
9. MENEZES, José Luís Mota. A cidade de Maurício: observações sobre a história urbana de Recife. In: *A presença holandesa no Brasil: memória e imaginário*. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2004. p. 185-194.
10. TEIXEIRA, Dante Martins. O mito da natureza intocada: a história natural no Brasil holandês (1624-1654) e sua contribuição para o conhecimento da história recente da fauna no Novo Mundo. In: *A presença holandesa no Brasil: memória e imaginário*. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2004. p. 279-280.
11. WEITMAN, David Y. (Rabino). *Bandeirantes espirituais do Brasil*, op. cit., p. 171. O poema de Aboab da Fonseca foi transcrito no capítulo referente à insurreição pernambucana e à expulsão dos judeus do Recife.
12. Ibidem, p. 163.
13. Ibidem, p. 83. A cultura grega e romana e os filósofos da Antiguidade eram parte da vida intelectual dos marranos na Espanha e em Portugal.

1. WÄTJEN, Hermann. A igreja no Brasil holandês. In: *O domínio colonial holandês no Brasil: um capítulo da história colonial do século XVIII*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938. p. 349.
2. WIZNITZER, Arnold. *Os judeus no Brasil Colonial*, São Paulo: Pioneira, 1966. p. 64.
3. WÄTJEN, Hermann, op. cit., p. 350-353.
4. WIZNITZER, Arnold. *Judeus no Brasil Colonial*, op. cit., p. 66.
5. SANTOS, João Henrique. A Inquisição calvinista: o sínodo do Brasil e os judeus no Brasil holandês. In: ASSIS, Angelo A. Faria de et al. (Org.). *Desvelando o poder – histórias de dominação: Estado, religião e sociedade*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 2007. p. 107-124.
6. Idem.
7. WIZNITZER, Arnold. *Os judeus no Brasil Colonial*, op. cit., p. 76, SANTOS, João Henrique. A Inquisição calvinista, op. cit., p. 120-122.
8. Brasil holandês. Dezessete cartas de Vicente Joaquim Soler. Rio de Janeiro: Index, 1999.
9. Escolteto é um funcionário público. Daems foi, também, por vários anos seguidos, secretário-geral do governo de Maurício de Nassau e pôde, em diversas ocasiões, demonstrar sua aversão ao povo judeu.
10. MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Gente da nação*. Recife: Massangana/Fundação Joaquim Nabuco, 1996. p. 269.
11. CALADO, Frei Manuel. *O valoroso Lucideno e o triunfo da liberdade*. Belo Horizonte, Itatiaia e São Paulo: Edusp, 1987. v. 1.
12. MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Gente da nação*, op. cit., p. 254.

1. LIPNER, Elias. *Izaque de Castro, o mancebo que veio preso ao Brasil*. Recife: Massangana/Fundação Joaquim Nabuco, 1992. VAINFAS, Ronaldo. Inquisição e judeus novos no contexto das guerras holandesas. Disponível em: <periodicos.unb.br/index.php/textos/article/download/6056/5014>. Acesso em: 20 nov. 2017.
2. VAINFAS, Ronaldo. Inquisição e judeus novos no contexto das guerras holandesas, op. cit.
3. LIPNER, Elias. *Izaque de Castro, o mancebo que veio preso ao Brasil*, op. cit., p. 25.
4. VAINFAS, Ronaldo. Inquisição e judeus novos no contexto das guerras holandesas, op. cit.
5. ROTH, Cecil. *Dona Gracia of the House of Nasi*. Filadélfia: The Jewish Publication Society of America, 1948.
6. MELLO, Evaldo Cabral de. O Brasil e os holandeses: 1630-1654. In: HERKENHOFF, Paulo(Org.). *O Brasil e os holandeses*. Rio de Janeiro: Sextante Artes, 1999. p. 42.
7. NOVINSKY, Anita. Padre Antônio Vieira, A Inquisição e os judeus. *Revista Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, n. 29, p. 172-181, mar. 1991.
8. VAINFAS, Ronaldo. *Jerusalém colonial. Judeus portugueses no Brasil holandês*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. p. 285-294.
9. LIPNER, Elias. *Izaque de Castro, o mancebo que veio preso ao Brasil*, op. cit.
10. Shemá Israel [Ouve Israel]. A oração diz “Shemá Israel! Adonai Elôhenu! Adonai Echad!” [“Ouve, Israel! O eterno é nosso Deus! O eterno é um!”].
11. VAINFAS, Ronaldo. *Jerusalém colonial*, op. cit., p. 293-294.
12. Rephael d’Aguilar chegou a assinar em 1666 um manifesto em favor do pretense messias Shabbetai Tzevi.
13. MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Gente da nação*. Recife: Massangana/Fundação Joaquim Nabuco, 1996. p. 323.
14. Arquivo Nacional Torre do Tombo – Inquisição de Lisboa. Processo Pedro Almeida n. 11.562.
15. MELLO, Evaldo Cabral de. *O negócio do Brasil-Portugal, os Países Baixos e o Nordeste 1641-1669*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2003. p. 20. Segundo Wätjen, todos os membros da governança portuguesa de Pernambuco fugiram para o sertão ou para a Bahia ou retornaram para a corte, com a chegada dos holandeses. Mesmo nos anos da guerrilha de resistência luso-portuguesa, o capitão-mor e o governador se mantiveram escondidos no sertão. Em 1645 irrompeu a insurreição pernambucana, e a coroa portuguesa começou a organizar a estrutura administrativa da capitania de Pernambuco. Paraíba e Maranhão foram reconquistados, tornando-se uma região estratégica para Portugal no processo de retomada do território. Desde 1642 havia em Lisboa um “procurador de Pernambuco”, frei Estevão de Jesus, que negociava um plano alternativo para a insurreição: a compra do Nordeste dos holandeses pela quantia de 2 milhões de cruzados.
16. Arquivo Nacional Torre do Tombo – Inquisição de Lisboa. Processo Miguel Frances n. 7.276.
17. A afirmação de que Miguel Francês era o judeu mais rico da região foi de Gonsalves de Mello.

1. CORTESÃO, Jaime. *Raposo Tavares e a formação territorial do Brasil*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura. – Serviço de documentação, Departamento de Imprensa Nacional, 1958. p. 92.
2. Os cristãos-novos e os judeus sempre estiveram do lado de sua pátria. Se os judeus de Amsterdã lutaram ao lado da Holanda, os cristãos-novos portugueses, como Raposo Tavares (Processo da Inquisição de Lisboa n. de Maria da Costa), estavam ao lado de Portugal.
3. ELLIS, Miriam. A presença de Raposo Tavares na expansão paulista. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, São Paulo, Universidade de São Paulo, p. 40-41, 1970.
4. MELLO, Evaldo Cabral de. *O negócio do Brasil-Portugal, os Países Baixos e o Nordeste 1641-1669*, Rio de Janeiro: Topbooks, 2003. p. 20 e 253.
5. MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Gente da nação*. Recife: Massangana/Fundação Joaquim Nabuco, 1996. p. 297. O grupo de judeus que levou à denúncia ao comando holandês era liderado por Fernão do Vale, Sebastião de Carvalho e o dr. Abraão de Mercado in. *Secrete Notulen*, 13 de outubro de 1644.
6. Idem.
7. Idem.
8. WIZNITZER, Arnold. Jewish Soldier in Dutch Brazil (1630-1654). *Publications of the American Jewish Historical Society*, Baltimore, v. 46, p. 3, 1956.
9. CALADO, Frei Manuel. *O valoroso Lucideno e o triunfo da liberdade*. Belo Horizonte, Itatiaia e São Paulo: Edusp, 1987. v. 1. p. 48. WIZNITZER, Arnold. *Os judeus no Brasil Colonial*. São Paulo: Pioneira, 1966. p. 82-83.
10. Idem. Jewish Soldiers in Dutch Brazil, op. cit., p. 2. MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Gente da nação*, op. cit., p. 300. O forte era uma pequena fortificação que protegia a entrada do istmo norte e era chamado pelos holandeses de Judenwacht ou Steene reduit [guarda dos judeus ou reduto da pedra].
11. WIZNITZER, Arnold. Jewish Soldiers in Dutch Brazil, op. cit., p. 3.
12. MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Gente da nação*, op. cit., p. 302.
13. O documento chamado “Patente honrosa” foi citado no capítulo referente à difícil convivência entre católicos, protestantes e judeus.
14. MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Gente da nação*, op. cit., p. 310.
15. WEITMAN, David Y. (Rabino). *Bandeirantes espirituais do Brasil: século XVII*. São Paulo: Maayanot, 2003. p. 173.
16. KAYSERLING, Meyer. Isaac Aboab, the First Jewish Author in America. *Publications of the American Jewish Historical Society*, Baltimore, v. 5, p. 125-136, 1897.
17. WIZNITZER, Arnold. “Jewish Soldiers in Dutch Brazil”, op. cit., p. 2.
18. Ibidem, p. 96-97.
19. DAG NOTULE, 22 jan. 1654. Algemeen Rijksarchief, Haia, Holanda, Criminele Papieren, n. 22, 1624, Portefeuillevan. ERICEIRA, Conde. *História de Portugal restaurada*. Porto: Livraria Civilização, 1945-1946. 4 v. WIZNITZER, Arnold. *Judeus no Brasil Colonial*, op. cit., p. 111.
20. Em 1651, Oliver Cromwell promulgou o ato de navegação, visando a dar um golpe mortal na navegação holandesa e fortalecer a esquadra inglesa. A Holanda convocou sua frota marítima para manter os navios ingleses afastados de sua costa. O Brasil ficou por muitos meses sem receber visita de nenhuma embarcação holandesa, e, em 1652, navios ingleses passaram a apresiar navios brasileiros.
21. WIZNITZER, Arnold. *Judeus no Brasil Colonial*, op. cit., p. 114.

- [22.](#) A cláusula referente aos judeus já havia sido negociada desde 1645, no início da insurreição pernambucana. Os líderes judaicos do Recife comunicaram a situação de guerra aos judeus de Amsterdã, que endereçaram uma carta aos burgomestres daquela cidade, que enviaram um pedido aos Estados-Gerais. Em 7 de dezembro de 1645, os Estados-Gerais enviaram uma ordem aos governantes holandeses no Brasil. A ordem ressaltava a fidelidade da nação judaica e, em caso de capitulação, os judeus do Brasil deveriam ser incluídos no acordo, a fim de que fossem “protegidos e defendidos em igualdade”. MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Gente da nação*, op. cit., p. 303.
- [23.](#) Termo de capitulação da guerra lusoholandesa. In: MELO, Francisco Manoel de. *Restauração de Pernambuco: enáfora triunfante e outros escritos*. Recife: Secretaria do Interior, 1944. p. 55-57.
- [24.](#) WIZNITZER, Arnold. *Os judeus no Brasil Colonial*, op. cit., p. 124.
- [25.](#) Ibidem, p. 111. MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Gente da nação*, op. cit., p. 295. WEITMAN, David Y. (Rabino). *Bandeirantes espirituais do Brasil*, op. cit., p. 7.
- [26.](#) MELLO, Evaldo Cabral de. “Os holandeses no Brasil”, op. cit., p. 62-68.
- [27.](#) A origem dos integrantes da comunidade judaica do Recife foi dada por WIZNITZER, Arnold. *Os judeus no Brasil Colonial*, op. cit., p. 149-158; e MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Gente da nação*, op. cit., p. 369-522.
- [28.](#) WIZNITZER, Arnold. *Judeus no Brasil Colonial*, op. cit., p. 124.
- [29.](#) MELLO, Evaldo Cabral de. *O negócio do Brasil-Portugal, os Países Baixos e o Nordeste 1641-1669*, op. cit., p. 13 e 253.
- [30.](#) Inventário das pretensões que os moradores das províncias unidas, em nome da geral e outorgada Companhia das Índias Ocidentais e outros particulares, tem sobre bens de raiz e por hipoteca e dívidas pessoais no Brasil sobre os vassallos do rei de Portugal. Feito por ordem dos altos e poderosos Estados-Gerais, na conformidade do artigo 25 do Tratado de Paz. Pedidos de Indenização – Recife, 1663. Apud WOLFF, Egon; WOLFF, Frieda. Quantos judeus estiveram no Brasil holandês. Rio de Janeiro: s/e, 1991. p. 100.
- [31.](#) BOXER, Charles R. *Os holandeses no Brasil: 1624-1654*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1961. p. 340.
- [32.](#) A afirmação da historiadora foi feita em uma entrevista em que ela deixou claro que gosta de assumir posições e que daria permissão para a inclusão dessa postura no trabalho referido.
- [33.](#) Os favores a que se refere Barreto dizem respeito a um empréstimo feito ao general por José Francês. MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Gente da nação*, op. cit., p. 356.
- [34.](#) MORTERA, Saul Levi, *Tratado da verdade da lei de Moisés* (edição fac-similar). Coimbra: Universidade Coimbra, 1988, p. 72-81. O manuscrito de Yehuda Machabeu encontra-se em um livro de Saul Levi Mortera e foi publicado em 1784 por David Franco Mendes no periódico hebraico *Há-Measeph*. O manuscrito está na biblioteca de Oxford. MENDES, David Franco; REMÉDIOS, J. Mendes dos. *Os judeus portugueses em Amsterdão*. Lisboa: Edições Távola Redonda, 1990.
- [35.](#) OPPENHEIM, Samuel. A Contemporary Account of How the Jews Came to Arrive in New Netherland. Publications of the American Jewish Historical Society, Filadélfia, p. 4, out. 1926.
- [36.](#) DAG NOTULE, 21 fev. 1654. Algemeen Rijksarchief, Haia, Holanda, Oude West Indische Compagnie, coleção de MSS (códices e maços), 75.
- [37.](#) Notulen van Brasileien, 21 fev. 1654.
- [38.](#) O número de judeus no Recife em 1645 era em torno de 720, segundo Wiznitzer, restando ao fim da guerra somente 600. In: petição original no Rijksarchief, The Hague, O.W.I.C., n. 3, fol. 1720. Apud WIZNITZER, Arnold. *Jewish Soldier in Dutch Brazil*, op. cit., p. 3.
- [39.](#) MORTERA, Saul Levi. *Tratado da verdade da lei de Moisés*, op. cit., p. 24.

1. WIZNITZER, Arnold. *Os judeus no Brasil Colonial*. São Paulo: Pioneira, 1966, p. 125. OPPENHEIM, Samuel. A Contemporary Account of How the Jews Came to Arrive in New Netherland. Publications of the American Jewish Historical Society, Filadélfia, p. 4, out. 1926.
2. OPPENHEIM, Samuel. *A Contemporary Account of How the Jews Came to Arrive in New Netherland*, op. cit., p. 5. WIZNITZER, Arnold. *Os judeus no Brasil Colonial*, op. cit., p. 123-124. MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Gente da nação*. Recife: Massangana/ Fundação Joaquim Nabuco, 1996. p. 354-355.
3. SOLA POOL, David; SOLA POOL, Tamar de. *An Old Faith in the New World. Portrait of Shearith Israel, 1654-1954*. Nova York: Columbia University Press, 1955. p.4.
4. WIZNITZER, Arnold. *Os judeus no Brasil Colonial*, op. cit., p. 183-184.
5. OPPENHEIM, Samuel. The Early History of the Jews in New York, 1654-1664. *American Jewish Historical Quarterly*, Filadélfia, v. 18, p. 16, 1909.
6. OPPENHEIM, Samuel. The Early History of the Jews in New York, 1654-1664, op. cit., p. 13. A biblioteca de Bodleian está localizada em Oxford, Inglaterra. A biblioteca real de Haia fica na Holanda; Saul Levi Mortera era rabino colaborador de Menasseh ben Israel, chefe do rabinato da comunidade de Amsterdã. Yehuda Machabeu foi um célebre calígrafo e escritor judeu, pertencente à comunidade de Amsterdã, que viveu no Recife durante a ocupação holandesa.
7. OPPENHEIM, Samuel. Samuel. The Early History of the Jews in New York, 1654-1664, op. cit., p. 5. Somente cristãos-novos, batizados no cristianismo, estariam na alçada da Inquisição.
8. WIZNITZER, Arnold. The Exodus from Brazil and Arrival in New Netherland of the Jewish Pilgrim Fathers, 1654. *Publications of the American Jewish Historical Society*, Filadélfia, v. 44, p. 4, 1954. Sefaradita é o judeu proveniente da península Ibérica; asquenazita é originário da Europa oriental.
9. Ibidem, p. 5.
10. HUHNER, Leon. Whence Came the First Jewish Settlers of New York? *Publications of the American Jewish Historical Society*, Filadélfia, v. 9, p 75-85, 1909.
11. WIZNITZER, Arnold. *Judeus no Brasil Colonial*, op. cit., p. 10.
12. Ibidem, p. 11.
13. Neste livro adotarei o nome *Saint Charles*.
14. O capitão do navio *Saint Charles* fazia o comércio entre Recife, Caribe e Holanda, daí a probabilidade de o grupo de náufragos conhecer o capitão previamente.
15. Pessach é a Páscoa judaica; Rosh Hashana, o Ano-Novo judaico.
16. WIZNITZER, Arnold. *The Exodus from Brazil and Arrival in New Netherland of the Jewish Pilgrim Fathers*, 1654, op. cit., p. 15.
17. BEL BRAVO, Maria Antônia. *Diaspora sefardi*. Madri: Mapfre, 1992.
18. WOLFF, Egon; WOLFF, Frieda. *Quantos judeus estiveram no Brasil holandês*. Rio de Janeiro: s/e, 1991. p. 91-107.
19. WIZNITZER, Arnold. *The Members of Brazilian Jewish Community (1648-1653)*. *Publications of the American Jewish Historical Society*, Filadélfia, v. 42, p. 1-5, 1953.
20. A finta era um imposto especialmente destinado aos judeus.
21. HERSHKOWITZ, Leo. New Amsterdam's Twenty-Three Jews – Myth or Reality?. In: *hebrew and the Bible in America: The First Two Centuries*. Hanover/Londres: Shalom Goldman/University Press of New England, 1993. p. 169-183.
22. Ver nota acima.
23. HERSHKOWITZ, Leo. New Amsterdam's Twenty-Three Jews; op. cit., p. 172. José da Costa era

irmão de Uriel da Costa, marrano nascido em Portugal que retornou ao judaísmo ao chegar com sua família a Amsterdã. Foi excomungado pela ortodoxia judaica de Amsterdã, que o considerava um perigo à manutenção do judaísmo. Suas ideias questionavam a imortalidade da alma e a ressurreição, para além de ter posto em dúvida a autoridade da lei oral judaica. Sobre Uriel da Costa, ver RIVKIN, Ellis, In *Iberia Judaica: roteiros da memória*. In: NOVINSKY, Anita; KUPERMAN, Diane. *Ibéria judaica: roteiros da memória*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1996. BODIAN, Miriam. *Hebrews of the Portuguese Nation: Conversos and Community in Early Modern Amsterdam*. Bloomington: Indiana University Press, 1997. OSIER, Jean Pierre. *De Uriel da Costa a Baruch Spinoza*. Paris: Berg International, 1983.

[24.](#) HERSHKOWITZ, Leo. New Amsterdam's Twenty-Three Jews, op. cit., p. 183.

[25.](#) GOLLMAN, Earl A. Dictionary of American Jewish Biography in Seventeenth Century. *American Jewish Archives*, 1950, Rosenbloom and Samuel Oppenheim Collection.

[26.](#) Seu nome aparece nos contratos realizados para a compra do que viria a ser o primeiro cemitério judaico. Ver SOLA POOL, David. *Portraits Etched in Stone: Early Jewish Settlers*. Nova York: Columbia University Press, 1953.

[27.](#) OPPENHEIM, Samuel. Samuel. The Early History of the Jews in New York, 1654-1664, op. cit., p. 24.

[28.](#) GORENSTEIN, Lina. *A Inquisição contra as mulheres*: Rio de Janeiro, séculos XVII e XVIII. São Paulo: Humanitas/Fapesp, 2005. p. 75-84.

1. SARNA, Jonathan. *American Judaism: a History*. Connecticut: Yale University Press, 2004. p. 1. Carolina era uma das 13 colônias inglesas na América do Norte, depois foi dividida em duas regiões, formando os estados da Carolina do Norte e Carolina do Sul.
2. JAMESON, J. Franklin. *Narratives of New Netherland, 1609-1664*. Nova York: Charles Scribner's Sons, 1909.
3. O direito romano chegou à Holanda pelo Sacro Império, remontando aos governos dos césares e ao código de Justiniano. Ver WESSELS, Johannes Wilhelmus. *History of the Roman-Dutch Law*. Grahamstown, Cape Colony: African Book, 1908. SEYMANN, Jerrold. *Colonial Charters, Patents and Grants to the Communities Comprising the City of New York*. Nova York: New York Public Library.
4. MAIKA, Dennis J. *Commerce and Community: Manhattan Merchants*. 1995. Tese (Doutorado) – New York University, Nova York.
5. ROOSEVELT, Theodore. Stuyvesant and the End of Dutch Rule: 1647-1664. *Publications of the American Jewish Historical Society*, Nova York, v. 45, 1956.
6. WIZNITZER, Arnold. The Exodus from Brazil and Arrival in New Netherland of the Jewish Pilgrim Fathers, 1654. *Publications of the American Jewish Historical Society*, Filadélfia, v. 44, 1954.
7. Sobre esse assunto, ver OPPENHEIM, Samuel. A Contemporary Account of How the Jews Came to Arrive in New Netherland. *Publications of the American Jewish Historical Society*, Filadélfia, out. 1926. MARCUS, J. R. *The Colonial American Jew*. Detroit: Wayne State University Press, 1969. v. 1. 215-222. STERN, Malcolm. Portuguese Sephardim in the Americas. In: COHEN, Martin A.; PECK, Abraham J. (Eds.). *Sephardim in the Americas: Studies in Culture and History*. Tuscaloosa/London: American Jewish Archives/University of Alabama Press, 1993. p. 156-159.
8. DAG NOTULE, 31 mar. 1647. Algemeen Rijksarchief, Haia, Holanda, Oude West Indische Compagnie 71, coleção códices e maços.
9. SILVA, Leonardo Dantas. Zur Israel, uma comunidade judaica no Brasil. In: HERKENHOFF, Paulo (Org.). *O Brasil e os holandeses*. Rio de Janeiro: Sextante Artes, 1999, p. 45-48.
10. OPPENHEIM, Samuel. The Early History of the Jews in New York, 1654-1664. *American Jewish Historical Quarterly*, Filadélfia, v. 18, p. 3-4, 1909.
11. SILVA, Leonardo Dantas. Zur Israel, uma comunidade judaica no Brasil, op. cit. p. 45-48.
12. SOLA POOL, David; SOLA POOL, Tamar de. *An Old Faith in the New World. Portrait of Shearith Israel, 1654-1954*. Nova York: Columbia University Press, 1955. p. 12.
13. A Assembleia era uma espécie de conselho político colonial e câmara dos deputados.
14. KESSLER, Henry; RACHLIS, Eugene. *Peter Stuyvesant and his New York*. Nova York: Random House, 1959. p. 176-186.
15. TUCKERMAN, Bayard. *Peter Stuyvesant, Director-General for the West India Company in New Netherland*. Nova York: Cornell University Library, 1893. KESSLER, Henry; RACHLIS, Eugene. *Peter Stuyvesant and his New York*, op. cit., p. 176-186.
16. TUCKERMAN, Bayard. *Peter Stuyvesant, Director-General for the West India Company in New Netherland*, op. cit. “At the deceitful race – such hateful enemies and blasphemers of the name of Christ – be not allowed further to infect and trouble this new colony.” Ver anexo – carta de Stuyvesant contra a permanência dos judeus na colônia.
17. HUHNER, Leon. Asser Levy: a Noted Jewish Burgher of Amsterdam. *Publications of the American Jewish Historical Society*, v. 8, p. 9-23, 1900.
18. Os chamados “estrangeiros” eram escoceses, franceses e ingleses de religião luterana e católica, além dos recém-chegados judeus. Ver MARCUS, J. R. *The Colonial American Jew*. Detroit: Wayne

State University Press, 1970. v. 2. p. 548-549.

[19.](#) OPPENHEIM, Samuel. The Early History of the Jews in New York, 1654-1664, op. cit., p. 1-74.

[20.](#) MARCUS, J. R. *The Colonial American Jew*, op. cit., v. 1, p. 229-230.

[21.](#) Ibidem, p. 224.

[22.](#) Ibidem, p. 223-228.

[23.](#) Ibidem. p. 235

[24.](#) DRUCKER, Erna. *Jewish Settlers in New Amsterdam and Early New York, 1654-1825: a Selected Annotated Guide to Source Materials*. Nova York: City College of New York, Master of Library Science Thesis at Queens College, 1984. p. 1-3, 75-76, 83, 94, 104-108, 117-120, 125-126, 151 e 164-168.

[25.](#) OPPENHEIM, Samuel. The Early History of the Jews in New York, 1654-1664, op. cit., p. 54.

[26.](#) SILLE, Nicassius de. "List of the Houses of New Amsterdam, July, 10, 1660, in *New Netherland Papers*, Nova York. New York Public Library (Manuscripts Division), 10 jul. 1660.

[27.](#) Em julho de 1655, o governador recebeu uma ordem para atacar os suecos que estavam no Delaware, e a dúvida era deixar ou não os judeus se alistarem. Em agosto de 1655, a decisão foi que eles não poderiam se alistar e, por isso, deveriam pagar uma taxa de 65 stivers.

[28.](#) FERNOW, Berthold. *Documents Relating to the History of the Early Colonial Settlements*. Albany: Weed, Parsons and Company, 1883. p. 16-27 e 238-259.

[29.](#) Ver HUHNER, Leon. Asser Levy: a Noted Jewish Burgher of Amsterdam, op. cit., p. 9-23; KOHLER, Max. Civil Status of the Jews in Colonial New York. *Publications of the American Jewish Historical Society*, v. 7, p 81-85, 1897.

[30.](#) Sempre que a cidade era atacada por índios, os judeus doavam 100 guilders a cada um, o que era bastante, já que somente umas quatro pessoas podiam doar essa quantia.

[31.](#) SHORTO, Russel. *A ilha no centro do mundo*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2004. p. 340. Os índios entraram pelo sul da ilha de Manhattan e invadiram as ruas disparando flechas, e em Staten Island chegaram a queimar casas e matar pessoas, devido a uma investida militar de Stuyvesant contra os suecos, parceiros comerciais dos índios minquas havia dezessete anos. O nome se dá a uma tentativa de explicar o ataque, tendo como causa um incidente ocorrido quando um holandês matou uma índia acusada de roubar pêssegos.

[32.](#) O'CALLAGHAN, Edmund Bailey. History of New Netherland. In: *Documents Relative to the Colonial History of the State of New York*. Albany: Weed, Parsons and Company, 1856, p. 576-577. v. 1.

[33.](#) Ver ROOSEVELT, Theodore. New Amsterdam Becomes New York. The Beginning of English Rule. 1664-1674. In: *A Sketch of the City's Social, Political and Commercial Progress from the First Dutch Settlement to Recent Times*. Nova York: Charles Scriber's Sons, 1909.

[34.](#) MARCUS, J. R. *The Colonial American Jew*, op. cit., p. 593. A lei de naturalização imperial de 1740 garantia a todos os estrangeiros protestantes e outros, com exceção dos católicos, o direito à cidadania. Esse direito se estendia à Inglaterra e suas colônias. Para adquirir esse direito, deveria ser paga uma taxa de 2 xilins.

[35.](#) Ver HUHNER, Leon. Asser Levy: a Noted Jewish Burgher of Amsterdam, op. cit., p. 21. KOHLER, Max. Civil Status of the Jews in Colonial New York, op. cit., p. 81-85.

[36.](#) HUHNER, Leon. Asser Levy: a Noted Jewish Burgher of Amsterdam, op. cit., p. 21.

[37.](#) ANGEL, Marc D. (Rabino). *A Portrait of America's First Jewish Congregation – Shearith Israel*. Nova York: Riverside Company Book, 2004. p. 39.

1. Leo Hershkowitz afirma que a única vez em que Asser Levy utilizou o Swellen ao fim do nome foi quando assinou um documento em Amsterdã, já que em seguida viajaria à Alemanha. Hershkowitz acredita que Levy tenha nascido em Vilna. Comprovadamente, o que existe é que a maioria dos documentos assinados por Asser Levy venham com os dois nomes citados. HERSHKOWITZ, Leo. Asser Levy and the Inventories of Early New York Jews. *American Jewish History*, v. 80, n. 1, p. 23-27, 1990.
2. HUHNER, Leon. Asser Levy: a Noted Jewish Burgher of Amsterdam. *Publications of the American Jewish Historical Society*, v. 8, p 9-23, 1900.
3. Sobre a veracidade da informação (teoria defendida por Wiznitzer) de que Benjamim Levy seria o pai de Asser Levy, Leo Hershkowitz questiona dizendo que não há provas desse fato, além de afirmar que o personagem nasceu em Vilna. Neste livro, concordarei com Wiznitzer, pois o ofício de Asser Levy e Benjamin Levy era o mesmo, por tradição transmitido de pai para filho ou de tio para sobrinho. Em Pernambuco só havia um *shohet*, que era Benjamin. Há uma grande probabilidade de Asser Levy ter levado o ofício familiar para Nova Amsterdã. Sobre isso ver LEVY, Asser. *The New York Genealogical and Biographical Record*, v. 2, p. 2, 1971. HERSHKOWITZ, Leo. Asser Levy and the Inventories of Early New York Jews, op. cit., n. 1, p. 26. HERSHKOWITZ, Leo. New Amsterdam's Twenty-Three Jews – Myth or Reality? In: *Hebrew and the Bible in America: The First Two Centuries*. Hanover/ Londres: Shalom Goldman/University Press of New England, 1993. p. 169-183. HUHNER, Leon. *Asser Levy: a Noted Jewish Burgher of Amsterdam*, op. cit., p. 12.
4. STRYKER-RODDA, Harriet (Mott). *Asser Levy in the New York Genealogical and Biographical Record*. Nova York: New York Genealogical and Biographical Society, 1971, v. 102. n. 3. p. 129-135.
5. *Shohet* é um especialista em abater os animais de acordo com as leis dietéticas judaicas.
6. O matadouro ficava na esquina sudoeste da Wall com a Pearl Street, e o açougue, na esquina nordeste da Wall com a Pearl Street. MARCUS, J. R. *The Colonial American Jew*, Michigan: Wayne State University Press, 1969. p. 246.
7. O ofício de açougueiro era a única atividade permitida aos judeus devido à obediência à dieta kosher. Um produto kosher é um alimento que foi preparado de acordo com as leis judaicas.
8. MARCUS, J. R. *The Colonial American Jew*, op. cit., p. 246.
9. A rebelião de Leisler defendia a ideia de que a submissão da colônia não era natural, e a política do rei Jaime II não estava de acordo com os interesses da colônia, especialmente em relação ao Ato de Navegação inglês. Em 1689, os rebeldes tomaram a assembleia eletiva, e o capitão da milícia de Nova York, Jacob Leisler, automeou-se governador. Os líderes tinham o apoio dos artesãos e trabalhadores holandeses. Seu governo durou de 1689 a 1691, quando as tropas inglesas retomaram o poder e condenaram seus líderes à força. O Ato de Navegação foi instituído em 1651 por Oliver Cromwell e decretava que, a partir dessa data, o comércio com a Inglaterra só poderia ser feito por navios ingleses.
10. Hoje 125 Pearl com 65 Wall Street.
11. MARCUS, J. R. *The Colonial American Jew*, op. cit., p. 230.
12. HUHNER, Leon. Asser Levy: a Noted Jewish Burgher of Amsterdam, op. cit., p. 15.
13. FERNOW, Berthold. *The Records of New Amsterdam from 1653 to 1674 Anno Domini*. Baltimore: Genealogical Publishing, 1976. p. 4: 173, 5:176-177, 183, 188 e 2.226. SNYDER, Holly. English Markets, Jewish Merchants, and Atlantic Endeavors. In: KAGAN, Richard L.; MORGAN, Philip D. (Eds.). *Atlantic Diasporas: Jews, Conversos and Crypto – Jews in the Age of Mercantilism, 1500-1800*. Baltimore: John Hopkins University Press, 2009.
14. Ver STERN, Malcolm. *First American Jewish Families: 600 Genealogies, 1654-1988*. Baltimore: Ottenheimer Publishers, 1991.

- [15.](#) Ver MARCUS, J. R. *The Colonial American Jew*, op. cit., p. 279-280. HERSHKOWITZ, Leo. Dutch Notarial Records Pertaining to Asser Levy, 1659-1692. (Part Three: New Documents for the Study of American Jewish History). *American Jewish History*, 1º set. 2003.
- [16.](#) *Shabat*, o sábado, é o dia sagrado para o judeu. Lamparinas ou velas são acesas na sexta-feira antes do pôr do sol, quando é feita uma reza com vinho e pão.
- [17.](#) HERSHKOWITZ, Leo. Asser Levy and the Inventories of early New York Jews, op. cit., p. 21-55.
- [18.](#) HERSHKOWITZ, Leo. Dutch Notarial Records Pertaining to Asser Levy, op. cit.
- [19.](#) Records of Connecticut (1717-1725), p. 423, 488, 576 e 577.
- [20.](#) MARCUS, J. R. *The Colonial American Jew*, op. cit., p. 602.
- [21.](#) ANGEL, Marc D. (Rabino). *Remnant of Israel a Portrait of America's First Jewish Congregation – Shearith Israel*. Nova York: Riverside Company Book, 2004.

- [1.](#) MARCUS, J. R. *The Colonial American Jew*. Detroit: Wayne State University Press, 1969. p. 230.
- [2.](#) Ibidem, p. 230.
- [3.](#) FELDSTEIN, Stanley. *The Land that I Show You: Three Centuries of Jewish Life in America*. Nova York: Anchor Press/Doubleday, 1978. p. 9.
- [4.](#) Ibidem, p. 9.
- [5.](#) CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. O sangue como metáfora. Do antissemitismo tradicional ao antissemitismo moderno. In: *Ensaaios sobre a intolerância*. São Paulo: Humanitas, 2005. p. 344-347.
- [6.](#) MARCUS, J. R. *The Colonial American Jew*, op. cit., p. 230.
- [7.](#) FELDSTEIN, Stanley. *The Land that I Show You*, op. cit., p. 10.
- [8.](#) MARCUS, J. *The American Colonial Jew*, op. cit., p. 1.123-1.148.
- [9.](#) O'CALLAGHAN, Edmund Bailey. *Documents Relative to The Colonial History of the State of New York*. Albany: Weed Parsons and Company, 1858. v. 2. p. 23-47.
- [10.](#) CUMBERLANDS, Richard. *The Fashionable Lover: a Comedy*. Londres: W. Griffin at Garrick's Head, 1772.
- [11.](#) Tax on tax young Belcour cries *More imposts, and a new exercise*, A Public debt's, a public blessing *Which 'tis of course a crime to lessen*. Each day a fresh report he broaches, *That Spies and Jews may ride in coaches*. Soldiers and Farmes don't dispair, / Untax'd as yet are Earth and Air. Ver FELDSTEIN, Stanley. *The Land that I Show You*, op. cit., p. 17.
- [12.](#) MARCUS, J. R. *The Colonial American Jew*. p. 1.127.
- [13.](#) SOLA POOL, David. *Portraits Etched in Stone: Early Jewish Settlers*. Nova York: Columbia University Press, 1953. p. 58.
- [14.](#) O'CALLAGHAN, Edmund Bailey. *Documents Relative to The Colonial History of the State of New York*. Albany: Weed, Parsons and Company, 1858. v. 6. p. 471. BRIDENBAUGH, Carl. *Cities in Revolt, Urban life in America, 1743-1776*. Nova York: Knopf, 1955. p. 117-141. O autor da carta se referia ao fato de a Espanha não permitir a presença de judeus em seu território; MARCUS, J. R. *The Colonial American Jew*, op. cit., p. 1.128.
- [15.](#) "Collections of the Connecticut Historical Society XVI, 200 ff., 225". Apud MARCUS, J. R. *The Colonial American Jew*, op. cit., p. 1.128.
- [16.](#) O discurso tinha como título "The Republic of the Israelites: an Example to the American States". In: LUTZ, Donald; WARREN, Jack D. *A Convenanted People: The Religious Tradition and the Origins of American Constitutionalism*. Rhode Island: The John Brown Carter Library, 1987. p. 69.
- [17.](#) ANGEL, Marc D. (Rabino). *Remnant of Israel a Portrait of America's First Jewish Congregation – Shearith Israel*. Nova York: Riverside Company Book, 2004. p. 28-36.
- [18.](#) SOLA POOL, David. *Portraits Etched in Stone*, op. cit., 1955, p. 36.

1. MARCUS, J. R. *The Colonial American Jew*. Detroit: Wayne State University Press, 1969. p. 218.
2. SOLA POOL, David; SOLA POOL, Tamar de. *An Old Faith in the New World. Portrait of Shearith Israel, 1654-1954*. Nova York: Columbia University Press, 1955. p. 7. SOLA POOL, David. *Portraits Etched in Stone: Early Jewish Settlers*. Nova York: Columbia University Press, 1953. p. 10. SOLA POOL, David; PATAI, Raphael; CARDOZO, Abraham Lopes. *The World of Sephardim*. Nova York: Herzl Press, 1960. p. 12.
3. MARCUS, J. R. *The Colonial American Jew*, op. cit. v. 1, p. 221.
4. KEREM, Itzhak. Sephardic Settlement in the British Colonies of the America in the 17<sup>th</sup> and 18<sup>th</sup> Centuries. In: VIGNE, Randolph; LITTLETON, Charles (Eds.). *From Strangers to Citizens: the Integration of Immigrant Communities in Britain, Ireland And Colonial America, 1550-1750*. Brighton: Sussex Academic Press, 2001. p. 291.
5. *Chazan* é a palavra em hebraico para designar o cantor das rezas e o orador da sinagoga.
6. SOLA POOL, David. *Portraits Etched in Stone*, op. cit., p. 10.
7. ARBELL, Mordechai. *Early Relations Between the Jewish Communities in the Caribbean and the Guianas and those of the Near East 17<sup>th</sup> to 19<sup>th</sup> century*. Disponível em: <<http://www.sefarad.org/publication>>; Acesso em: 24 nov. 2017.
8. SOLA POOL, David. *Portraits Etched in Stone*, op. cit., p. 40.
9. Durante o serviço religioso do *Shabat* faz parte da sequência de rezas uma prece de proteção ao governo onde reside a comunidade. SARNA, Jonathan. *American Judaism: a History*. Connecticut: Yale University Press, 2004. p. 13.
10. *Ketubá* cedida por um antiquário de Nova York. Sr. Goldman.
11. MARCUS, J. R. *The Colonial American Jew* Michigan: Wayne State University Press, 1970. v. 2. p. 955.
12. ANGEL, Marc D. (Rabino). *Remnant of Israel a Portrait of America's First Jewish Congregation – Shearith Israel*. Nova York: Riverside Company Book, 2004. p. 104.
13. Gershon Mendes Seixas foi o segundo *chazan* da sinagoga Shearith Israel; o primeiro foi Saul Pardo, e antes dele os participantes oficiavam o serviço religioso. Seixas é chamado de reverendo, pois não era rabino. Na sinagoga eram chamados de *chazan* e na comunidade não judaica de “ministro” ou “reverendo”. Seixas era devotado à vida espiritual e também muito atuante na vida pública. Foi fundador da New York Humane Society [Sociedade Humanitária de Nova York] e um dos incorporadores da Columbia College. SOLA POOL, David. *Portraits Etched in Stone*, op. cit., p. 46. ANGEL, Marc D. (Rabino), op. cit., p. 34-39.
14. COHEN, Martin A.; PECK, Abraham J. (Eds.) *Sephardim in the Americas: studies in culture and history*. Tuscaloosa/Londres: American Jewish Archives/University of Alabama Press, 1993. p.157.
15. MARCUS, J. *The Colonial American Jew*, op. cit., v. 2, p. 1.019.
16. SOLA POOL, David. *Portraits Etched in Stone*, op. cit., p. 11.
17. MARCUS, J. *The Colonial American Jew*, op. cit., v. 2, p. 1.095-1.097.
18. *Ibidem*, p. 1.074-1.077.
19. ANGEL, Marc D. (Rabino). *A Portrait of America's First Jewish Congregation – Shearith Israel*. Nova York: Riverside Company Book, 2004. Samuel Frazao, está registrado no livro das Atas da Sinagoga Zur Israel do Recife com o nome Semuel Frazao.
20. MARCUS, J. R. *American Jewish Woman, 1654-1980*. Nova York/Cincinnati: KTVA Publishing House/American Jewish Archives, 1981. p. 25.
21. PUBLICATIONS of American Jewish Historical Society. XXI, 80, 87-88, 91, 106, 109, 115; XXII, 161; XXVII, 22. SOLA POOL, David, op. cit., 1953, p. 89. MARCUS, J. R. *American Jewish*

*Woman*, 1654-1980, op. cit., p. 1.040.

[22.](#) Abigail era filha de Moses Levy, importante mercador da Filadélfia, e se casou com o asquenazita Jacob Franks. Juntos fundaram o clã Levy-Franks, importante família judaica da elite do século XVIII. Naphtali, David e Phila eram seus filhos. HERSHKOWITZ, Leo; MEYER, Isidore S. *The Lee Max Friedman Collection of American Jewish Colonial Correspondence*. Filadélfia: American Jewish Historical Society, 1968.

[23.](#) AMERICAN JEWISH ARCHIVES, XIV, 66; MARCUS, American Jewish documents, I, 42 ff., p. 56-57. “*Boundless as the fishes of the sea was honour and integrity of the Gomez family, supported by lion’s strength they did their faith uphold, / nor would they chang it for a crown of gold.*”

[24.](#) A família Gomez chegou a Nova York entre 1685 e 1743. Saiu de Curaçao e foi acompanhada pela família Rivera. Praticavam a endogamia, fortalecendo os laços entre as famílias. Após a morte de Abigail, Aaran Lopes se casou com Sarah, filha de Jacob Rivera, que além de sogro se tornou parceiro nos negócios. Ver ARBELL, Mordechai, op. cit. MARCUS, J. R. op. cit. v. 2, p. 642.

[25.](#) Aaron Lopez tornou-se o maior homem de negócios de sua época. Realizava transações comerciais com o golfo da Guiné, a Inglaterra e as Índias Ocidentais. Mantinha correspondentes (escritórios associados) no Mediterrâneo, na península Ibérica, na Holanda, na Alemanha e na Escandinávia. Chegou a ser proprietário de trinta navios de carga.

[26.](#) Dr. Samuel Nunes nasceu em Portugal, em Beira Alta. Aparentemente, seus pais retornaram a Portugal, não permanecendo todo o tempo em Londres. Os fatos ocorridos entre a saída do Brasil e a chegada da família a Savannah ainda são nebulosos. Ver STERN, Malcolm. Portuguese Sephardim in the Americas. In: COHEN, Martin A.; PECK, Abraham J. (eds.). *Sephardim in the Americas: Studies in Culture and History*. Tuscaloosa/Londres: American Jewish Archives/University of Alabama Press, 1993. MARCUS, J. R. *The American Colonial Jew*, op. cit., p. 355.

[27.](#) *Shabat* é o sábado sagrado dos judeus. *Rosh Hashaná* é o Ano-Novo judaico. Yom Kipur é o dia do perdão para os judeus, um dia dedicado a rezas. *Chazan* é o cantor litúrgico.

[28.](#) A festa de *Shavuot* se refere à época em que os judeus receberam as tábuas da lei, os dez mandamentos, no monte Sinai.

[29.](#) Haim Isaac Carigal (1729-1777). Sermão, “Salvação de Israel”, proferido na sinagoga de Newport, Rhode Island, 28 de maio de 1773. Rhode Island: S. Southwick, Abraham Lopez (trad.), 1773. PESTANA, Carla Gardina. *Liberty of Conscience and the Growth of Religious Diversity in Early America*, 1636-1786. Rhode Island: The John Carter Brown Library, 1986. p. 64.

1. SOLA POOL, David; SOLA POOL, Tamar de. *An Old Faith in the New World. Portrait of Shearith Israel, 1654-1954*. Nova York: Columbia University Press, 1955. p. 19.
2. Ver MAIKA, Dennis J. *Commerce and Community: Manhattan Merchants in the Seventeenth Century*. 1995. Tese (Doutorado) – New York University, Nova York. JAMESON, J. Franklin. *Narratives of New Netherland, 1609-1664*. Nova York: Scribner, 1909.
3. RINK, Oliver A. *Holland on the Hudson: an Economic and Social History of Dutch New York*. Nova York: Cornell, 1986, p. 25-92.
4. Nova Amsterdã era somente parte do território holandês, chamado Nova Holanda.
5. RINK, Oliver A. op. cit., p. 27.
6. Ibidem, p. 54.
7. MAIKA, Dennis J. *Commerce and Community*, op. cit. MIDDETLON, S. “Artisans and Trade Privileges in New Amsterdam”. Norwich: Universidade de East Anglia. Trabalho apresentado durante o Seminário Rensselaerswijck, Nova York, 2001.
8. HERSHKOWITZ, Leo. *Dutch Notarial Records Pertaining to Asser Levy, 1659-1692*, op. cit.
9. MAIKA, Dennis J. *Commerce and Community*, op. cit., p. 128-129.
10. ARBELL, Mordechai. *Early Relations Between the Jewish Communities in the Caribbean and the Guianas and those of the Near East 17<sup>th</sup> to 19<sup>th</sup> century*. p. 1-5. Disponível em: <<http://www.sefarad.org/publication>>. Acesso em: 24 nov. 2017.
11. Ibidem.
12. SHATTUCK, Martha. *A Civil Society: Court and Community in Beverwijk, New Netherland, 1652-1654*. 1993. Tese (Doutorado) – Boston University, Boston.
13. O Forte Orange era um posto comercial na junção dos rios Mohawk e Hudson. Ver LAER, Van A. J. F. *New York Historical Manuscripts: Dutch*. Baltimore: Genealogical Publishing, 1974. v. 1. Register of Provincial Secretary, 1638-1642.
14. Os colonizadores suecos chegaram à região do Delaware em 1638 e fundaram a colônia da Nova Suécia. Os suecos foram enviados pelo governo de seu país com a intenção de desenvolver o comércio na região. Em 1655, os holandeses se organizaram com a intenção de tomar a região para o governo holandês. O ataque nas colônias do Delaware contou com seiscentos homens distribuídos em sete navios. Ao fim da batalha, os suecos não resistiram e entregaram a região.
15. MARCUS, J. R. *The Colonial American Jew*. Detroit: Wayne State University Press, 1970. v. 2. p. 615-618.
16. José da Costa fez parte da diretoria da comunidade judaica de Recife.
17. MAIKA, Dennis J. *Commerce and Community*, op. cit., p. 215. MARCUS, J. R. op. cit. v. 2, p. 569 e 583-588.
18. MARCUS, J. R. op. cit., v. 2, p. 615-619.
19. FELDSTEIN, Stanley. *The Land that I Show You: Three Centuries of Jewish Life in America*. Nova York: Anchor Press/Doubleday, 1978. p. 12-13.
20. RINK, Oliver A. op. cit., 1986.
21. Ibidem, p. 217.
22. LEWIN, Helena. A economia errante: a inserção dos imigrantes judeus no processo produtivo brasileiro. In: AMANCIO, Moacir (Org.). *Ato de presença: hineni – homenagem a Rifka Berezin*. São Paulo: Humanitas, 2005, p. 308-310.
23. SOMBART, Werner. *Les juifs et la vie économique*. Paris: Seoul, 1923. p. 201. LEWIN, Helena, op. cit., p. 308.
24. Book F., (1707-1711) Emanuel Marques, Register of the province, S. C. Archives, Columbia, p.

97; *The South Carolina Historical and Geological Magazine*, XXIX, 273; Mordechai Nathan, Charleston, S. C., to Nathan Simsom, Nova York, abr. 29, 1914, Simson Papers; in Publications of American Jewish Historical Society, XLIX, 36 ff. MARCUS, J. R. op. cit., v. 2, p. 552.

[25.](#) MARCUS, J. R. op. cit., v. 2, p. 559. Hayman Levy era parente de Morache, parente distante de Asher Levy e cunhado do joalheiro Myers Myers.

[26.](#) ISRAEL, Jonathan. *Diasporas Within a Diaspora: Jews, Cripto-Jews and the World Maritime Empires (1540-1740)*. Leiden: Brill, 2002. p. 395.

[27.](#) The General Society of Mechanics and Tradesmen, fundada em 1785 com o slogan *By hammer and hands all arts to stand*. Sobre Myers Myers ver ROSENBAUM, Jeanette. *Myers Myers, Goldsmith 1723-1795*. Filadélfia: The Jewish Publication Society of America, 1964. BARQUIST, David. *Myer Myers: Jewish Silversmith in Colonial New York*. Nova York: Yale University Art Gallery, 2001.

[28.](#) MARCUS, J. R. op. cit., v. 2, p. 681-682.

[29.](#) PUBLICATIONS of American Jewish Historical Society, XVIII, p. 213; XIX, p. 107 e 120; XXII, p. 149-150.

[30.](#) MARCUS, J. R. op. cit., v. 2, p. 545.

[31.](#) Abraham Israel é descendente de David Israel, um dos pioneiros do *Saint Charles* e refugiado do Brasil.

[32.](#) AMERICA. *To Wich is Prefixed a Succinct History in the United States from the First Settlement of the Country*. Boston: Richardson & Lord, 1826. v. 1. p. 74.

[33.](#) LEVY, Asser. *The New York Genealogical and Biographical Record*. v. 2, n. 3, jul. 1971.

[34.](#) MARCUS, J. R. op. cit., v. 2.

[35.](#) ISRAEL, Jonathan, op. cit., p. 316.

1. ANGEL, Marc D. (Rabino). *A Portrait of America's First Jewish Congregation – Shearith Israel*. Nova York: Riverside Company Book, 2004. p. 210.
2. Idem.
3. CARDOZO'S PAPERS. *Columbia University in the city of New York*. Microfilm. The Jewish National and University Library. Hebrew University of Jerusalem, Israel.
4. KEREM, Itzhak. Sephardic Settlement in the British Colonies of the America in the 17<sup>th</sup> and 18<sup>th</sup> Centuries. In: VIGNE, Randolph; LITTLETON, Charles Littleton (Eds.). *From Strangers to Citizens – the Integration of Immigrant Communities in Britain, Ireland And Colonial America, 1550-1750*. Brighton: Sussex Academic Press, 2001., p. 293.
5. FELDSTEIN, Stanley. *The Land that I Show You: Three Centuries of Jewish Life in America*. Nova York: Anchor Press/Doubleday, 1978. p. 20-23.
6. Ibidem, p. 22.
7. O pai de Gershom Mendes Seixas era Isaac Mendes Seixas, que deu nome ao neto. Nascido em Lisboa, chegou a Nova York em 1740. Casou-se com Raquel Levy, sobrinha-neta de Asser Levy, constituindo um núcleo familiar judaico de grande tradição na cidade. Ver STERN, Malcolm. *First American Jewish Families: 600 Genealogies, 1654-1988*. Baltimore: Ottenheimer Publishers, 1991.
8. Columbia University Press. Benjamin Nathan Cardozo. 89C, 90AM, '92, '15LLD. September 23, 1938. The Jewish National and University Library. Jerusalém, Israel.
9. Ibidem, p. 57 "*President Hoover's final determination to turn to the New York jurist was the best kind of politics. Its give the country the best kind of judge*".
10. FELDSTEIN, Stanley, op. cit., p. 69-71. ANGEL, Marc D. (Rabino), op. cit., p. 250.
11. CARDOZO'S PAPERS, op. cit., p. 55-60. ANGEL, Marc D. (Rabino), op. cit., p. 280-320.
12. Tradução: "Dê-me seu cansaço, sua pobreza sua aglomerada massa anseia por respirar liberdade O infeliz recusa sua costa repleta *enviem-me os desabrigados* Eu levantarei minha luz além da porta dourada!". Ver ANGEL, Marc D. (Rabino), op. cit., p. 283.
13. COHEN, Martin A.; PECK, Abraham J. (Eds.). *Sephardim in the Americas: Studies in Culture and History*. Tuscaloosa/Londres: American Jewish Archives/University of Alabama Press, 1993. p. 115-132.

- [1.](#) RIBEMBOIM, José Alexandre. *Senhores de engenho: judeus em Pernambuco colonial 1542-1624*. Recife: 20-20 Comunicação e Editora, 1995. p. 95-99.
- [2.](#) MELLO, Evaldo Cabral de. *O negócio do Brasil-Portugal, os Países Baixos e o Nordeste, 1641-1669*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2003. p. 13.
- [3.](#) ISRAEL, Jonathan. *Diasporas Within a Diaspora: Jews, Cripto-Jews and the World Maritime Empires (1540-1740)*. Leiden: Brill, 2002.
- [4.](#) Os assentamentos nas colônias de Curaçao, Barbados e Antilhas foram encorajados para que o cultivo da cana-de-açúcar prosperasse a partir dos conhecimentos dos sefaraditas. A Holanda passou a cultivar o açúcar nas Antilhas e a exportar para a Europa, oferecendo concorrência para o açúcar brasileiro, o que desencadeou uma queda internacional no preço do açúcar e no Brasil provocou a ruína de muitos senhores de engenho. CANNABRAVA, Alice P. A influência do fabrico do açúcar nas Antilhas Francesa e Inglesa em meados do século XVII. *Anuário da Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas*, São Paulo, 1946.
- [5.](#) A comunidade judaica de Londres foi formada inicialmente por judeus e cristãos-novos sefaraditas da Holanda, do Brasil, de Veneza e de Livorno.

1. Dezessete cartas de Vicente Joaquim Soler, 1636-1643. Ed. Index. Organização B. N. Teensma. Rio de Janeiro, 1999. As cartas foram endereçadas a André Rivet – governador do príncipe Frederico Henrique de Orange-Nassau (futuro Guilherme II), em Haia.
2. Extraído de RIBEMBOIM, José Alexandre. *Senhores de engenho: judeus em Pernambuco colonial 1542-1654*. Recife: 20-20 Comunicação e Editora, 1995. p. 150-159.
3. STUYVESANT, Peter. “Letter to the Dutch West India Company dated september 22, 1654”. In: *Samuel Oppenheim Papers* (Box 32 – Brazil and Surinam). American Jewish Historical Society, X, 147 ff.; XVIII, p. 4-5.
4. SILLE, NICASSIUS DE. List of the Houses of New Amsterdam. *New Netherland Papers*, New York Public Library (Manuscripts Division), 10 jul. 1660.
5. WIZNITZER, Arnold. *Os judeus no Brasil Colonial*. São Paulo: Pioneira, 1966. p. 121-122. MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Gente da nação*. Recife: Massangana/Fundação Joaquim Nabuco. 1996. p. 340-344. WEITMAN, David Y. (Rabino). *Bandeirantes espirituais do Brasil: século XVII*. São Paulo: Maayanot, 2003. p. 43-51.
6. RIBEBOIM, José Alexandre; MENEZES, José Luís Mota. *O primeiro cemitério judeu das Américas: período da dominação holandesa em Pernambuco 1630-1654*. Recife: Edições Bagaço, 2005. p. 25.

Foi uma verdadeira epopeia. Em 1654, 23 judeus, entre homens, mulheres e crianças, deixaram a cidade do Recife em busca de uma nova terra. Após 24 anos de domínio holandês, Portugal recuperou a colônia da região de Pernambuco, expulsando os holandeses e judeus que lá haviam se estabelecido. A bordo do navio *Valk*, os judeus sonhavam em voltar para a terra natal.

Uma tempestade desviou-os do caminho e o navio acabou sendo saqueado por piratas espanhóis. O grupo foi socorrido por uma fragata francesa que lutou contra os piratas e resgatou a tripulação. Como tinham outro rumo, os franceses deixaram o grupo na Jamaica, então colônia espanhola. Depois de ficarem presos por algum tempo, os judeus foram libertados graças à intervenção do governo holandês. Por motivos financeiros, acabaram seguindo para um destino mais próximo do que a Europa: a colônia holandesa de Nova Amsterdã.

Assim começa a participação dos judeus que saíram do Brasil e acabaram ajudando na formação de Manhattan, antes chamada de Nova Amsterdã. O grupo foi o primeiro a formar uma comunidade judaica na América do Norte. Passados os primeiros anos de adaptação, eles colaboraram com o desenvolvimento, então incipiente, do comércio; com a organização inicial do mercado financeiro; com a construção de modernos hospitais; com a luta pela emancipação política e, também, com a formação de renomadas universidades e centros culturais.

Os judeus do Brasil contribuíram muito para que Nova York fosse hoje a capital do mundo. Tanto é que a cidade ergueu um monumento aos chamados *Jewish Pilgrim Fathers*. Esta história fascinante e pouco conhecida é narrada em detalhes neste livro, recheado de mapas e imagens que ilustram essa aventura.

ANITA NOVINSKY

DANIELA LEVY

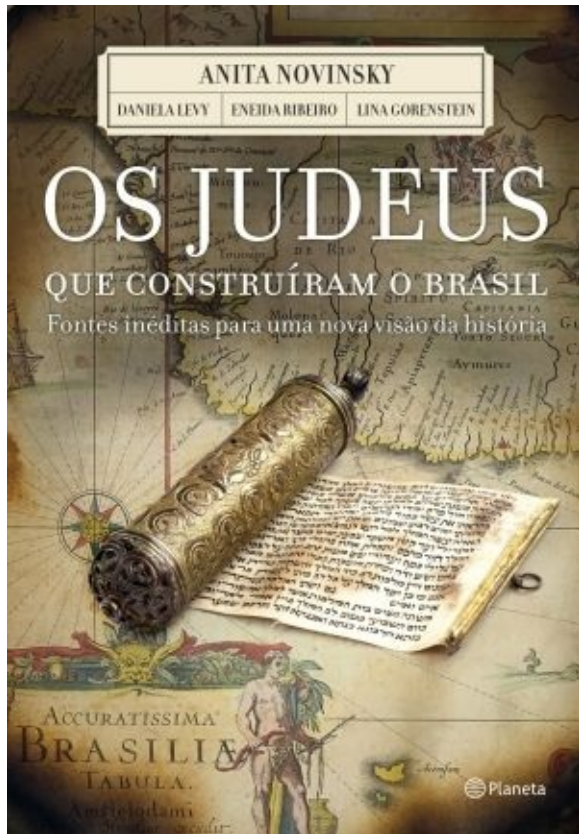
ENEIDA RIBEIRO

LINA GORENSTEIN

# OS JUDEUS

## QUE CONSTRUÍRAM O BRASIL

Fontes inéditas para uma nova visão da história



# Os judeus que construíram o Brasil

Novinsky, Anita 9788542209525

244 páginas [Compre agora e leia](#)

Um capítulo escondido do Brasil. Uma passagem mantida em sigilo. Um passado que envergonha a todos: a fatídica história da Inquisição portuguesa que transferiu para a colônia a perseguição aos judeus. Discriminação, racismo, mortes. Esta é a grande revelação que traz o livro Os judeus que construíram o Brasil – fontes inéditas para uma nova visão da história. Resultado de pesquisas realizadas em todo o mundo e, em especial, no até então secreto arquivo do Santo Ofício da Inquisição, esta obra mostra como os judeus e os cristãos novos foram perseguidos nos séculos XVI, XVII e XVIII. A Inquisição contra os judeus foi autorizada pelo Papa e começou em 1478 na Espanha e em 1536 em Portugal. Mas só no final do século XVI, em 1591, os portugueses mandaram quadros para o Brasil a fim de vigiar e perseguir os judeus. Distante da Europa, o país foi o destino de muitos convertidos, os cristãos-novos. Neste livro, as historiadoras Anita Novinsky, Daniela Levy, Eneide Ribeiro e Lina Gorenstein contam como a Inquisição prendeu mais de mil pessoas, sendo que 29 morreram, além de provocar o desaparecimento de outras mil e de arruinar com famílias em todo o país.

[Compre agora e leia](#)

FABRICE  
MIDAL

A ARTE  
FRANCESA  
DE MANDAR  
TUDO À  
MERDA

Chega  
de bobagens  
e viva a sua  
vida



 Planeta

# A arte francesa de mandar tudo à merda

Midal, Fabrice 9788542212556

192 páginas [Compre agora e leia](#)

"A chave para a meditação? Comece lendo este livro e clareando a sua mente." JORNAL LE FIGARO "Fabrice Midal faz um apelo contra a tirania do perfeccionismo e a severidade da sociedade moderna. O mote deste livro – dê um tempo para si mesmo – talvez seja a mais radical resolução de ano novo." REVISTA ELLE "A arte francesa de mandar tudo à merda é convincente, mas também divertido. É desafiador e, ao mesmo tempo, reconfortante. Este livro pode transformar o jeito que você encara a sua vida como um todo, e a maneira como você vive cada momento." TAL BEN-SHAHAR, PROFESSOR DE PSICOLOGIA DA UNIVERSIDADE DE HARVARD, CUJOS CURSOS SOBREFELICIDADE ESTÃO ENTRE OS MAIS CONCORRIDOS DA INSTITUIÇÃO AMERICANANão se estresse, largue o celular, faça ioga, cultive o bem, sorria. Nos torturamos o tempo todo para fazer melhor, agir certo, ser politicamente corretos. São tantas obrigações que sempre achamos que estamos "devendo". O autor do best-seller A arte francesa de mandar tudo à merda, o filósofo Fabrice Midal, estourou na Europa pregando justamente que está na hora de nos preocuparmos menos com o que se espera de nós – e simplesmente ser o que somos. Em 15 capítulos, Midal parte de sua experiência de vida e de uma análise social para derrubar crenças sobre a vida e a meditação. Ele nos estimula a parar de sentir culpa e nos encoraja a se livrar das obrigações que nós nos impomos. Dê um tempo para si mesmo; esta é, segundo o filósofo francês, a chave para encontrar a verdadeira paz de espírito, ou mindfulness, para usar o termo da moda.

[Compre agora e leia](#)

PJ PEREIRA

AMÃE,  
A FILHA E  
O ESPÍRITO  
DA SANTA



Planeta

DO AUTOR DA  
GÊNIE BEST-SELLER  
DEUSES DE  
DOIS MUNDOS

# **A Mãe, a Filha e o Espírito da Santa**

Pereira, PJ

**9788542210095**

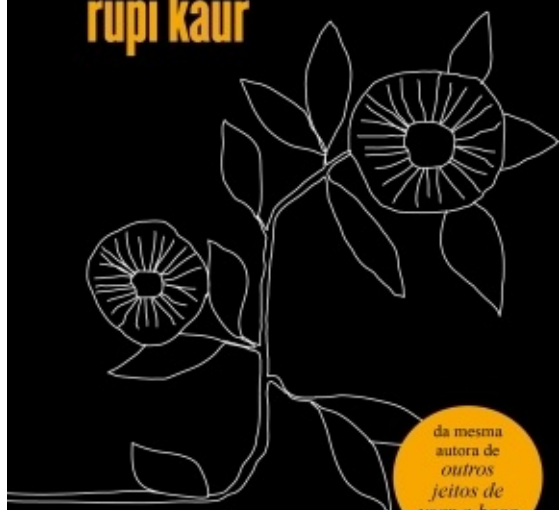
434 páginas [Compre agora e leia](#)

Do mesmo autor da trilogia best-seller Deuses de dois mundos, o romance *A mãe, a filha e o espírito da santa* é uma fábula de fé e manipulação, e também um thriller sobre a desvairada religiosidade brasileira. O primeiro anjo deu a ela o poder da palavra. O segundo, o dom do milagre. E o terceiro, que sentiu pena da menina, ofereceu a escolha. Foi aí que danou-se tudo. Inspirado por casos reais de abuso religioso ao redor do mundo, o escritor PJ Pereira volta agora com uma história sombria, violenta e por vezes engraçada do despertar de uma mulher que, conforme relatos, foi anunciada pelos anjos como a nova Messias. A história começa na cidade maranhense de Codó, onde nasce Pilar, filha de uma mãe de santo do terecô. De lá, segue rumo a Brasília, onde conhece o misticismo new age e as igrejas evangélicas, e chega a São Paulo para se tornar a líder espiritual mais poderosa do país.

[Compre agora e leia](#)

# o que o sol faz com as flores

**rupi kaur**



da mesma  
autora de  
*outros  
jeitos de  
usar a boca*

 Planeta

# **o que o sol faz com as flores**

Kaur, Rupi 9788542212679

256 páginas [Compre agora e leia](#)

"O que o sol faz com as flores" é uma coletânea de poemas sobre crescimento e cura. Ancestralidade e honrar as raízes. Expatriação e o amadurecimento até encontrar um lar dentro de você. Organizado em cinco capítulos e ilustrado por Rupi Kaur, o livro percorre uma jornada dividida em murchar, cair, enraizar, crescer, florescer. Uma celebração do amor em todas as suas formas.

[Compre agora e leia](#)



**DIÓGENES LUCCA**

**DIÁRIO DE UM  
POLICIAL**

O submundo do crime narrado  
por um comandante do **GATE**

 Planeta

# **Diário de um policial**

LUCCA, DIÓGENES

**9788542207125**

138 páginas [Compre agora e leia](#)

Um "tropa de elite" de verdade Pouca gente no Brasil conhece a mente e o comportamento de um bandido tão bem quanto o tenente-coronel Diógenes Lucca, hoje na reserva. Em 30 anos na polícia militar, boa parte no comando do Gate, ele participou de mais de 100 negociações para soltura de reféns. Neste livro, Lucca conta os bastidores dessas negociações e revela, em detalhes, casos que marcaram a história policial do país: os sequestros do empresário Abílio Diniz e do apresentador Sílvio Santos, a invasão no Carandiru, o caso Marcola e as rebeliões do PCC, entre outros. Muito mais do que um livro de memórias, Diário de um policial é um thriller de verdade, tão recheado de adrenalina que é impossível parar no meio.

[Compre agora e leia](#)

# Table of Contents

## PREFÁCIO

## INTRODUÇÃO

1. Amsterdã: o retorno dos cristãos-novos ao judaísmo

2. A invasão do Brasil e o mito da colaboração dos cristãos-novos

### O MITO DA COLABORAÇÃO DOS CRISTÃOS-NOVOS

3. O novo polo de atração: holandeses no Brasil

### A EXPERIÊNCIA NOS TRÓPICOS

### A IDENTIDADE CRISTÃ-NOVA NO RECIFE

4. A organização judaica e os estatutos da congregação Tzur Israel

5. A vanguarda do pensamento judaico no Novo Mundo

6. As hostilidades: a difícil convivência entre católicos, protestantes e judeus

7. O Santo Ofício e sua penetração no território holandês

8. O início de um novo exílio para os judeus: a guerra

### A EXPULSÃO, UMA NOVA LEITURA

9. Um vagar sem porto

10. O árduo recomeço

11. Extratos de uma vida: o pioneiro Asser Levy

12. O antissemitismo nos primórdios dos Estados Unidos da América

13. O início da maior comunidade da diáspora

14. Homens de negócios

15. A construção de uma nação

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

## ANEXOS

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS